

11th PRINCIPIA

INTERNATIONAL SYMPOSIUM

The quest for knowledge

FLORIANÓPOLIS . BRAZIL . AUGUST 19-22.2019

ABSTRACTS



11TH PRINCIPIA INTERNATIONAL SYMPOSIUM

ABSTRACTS

NEL
Federal University of Santa Catarina
Florianópolis, 2019

11th *Principia* International Symposium

The Quest for Knowledge

Organizing Committee

Alexandre Meyer Luz
Ivan Ferreira da Cunha
Jonas R. Becker Arenhart
Cezar A. Mortari

Scientific Committee

Ivan Ferreira da Cunha
Décio Krause
Breno Ricardo Guimarães Santos
Alberto Oscar Cupani
John Greco

With the participation of ANPOF'S GTs:

Analytical Metaphysics
Philosophy of Science
Theories of Justice
Ethics

INVITED SPEAKERS

Alberto Oscar Cupani

Federal University of Santa Catarina

Cláudio Gonçalves de Almeida

Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul

Jennifer Lackey

Northwestern University

John Greco

Saint Louis University

Otávio Bueno

University of Miami

Sanford Goldberg

Northwestern University

Scott Aikin

Vanderbilt University

11th *Principia* International Symposium

The Quest for Knowledge

Castelmar Hotel
Florianópolis, SC
August 19 - 22, 2019

promoted by:

NEL – Epistemology and Logic Research Group
Principia – An International Journal of Epistemology

supported by:

Departamento de Filosofia, UFSC
Programa de Pós-Graduação em Filosofia, UFSC
Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES

www.principia.ufsc.br

nel@cfh.ufsc.br

Contents

I	Conferences	1
II	General Program	3
III	Workshops	191
	<i>Workshop on Philosophy of Quantum Mechanics</i>	191
	<i>Workshop on Philosophy of Memory and Imagination</i>	201
IV	ANPOF Workgroups	214
	<i>Analytical Metaphysics</i>	214
	<i>Philosophy of Science</i>	230
	<i>Theories of Justice</i>	238
	<i>Ethics</i>	278
	Index	291

I

CONFERENCES

Inteligência e Tecnologia

Alberto Oscar Cupani

Federal University of Santa Catarina

Epistemic Closure: Curb Your Enthusiasm

Cláudio Gonçalves de Almeida

Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul

Echo Chambers and Fake News

Jennifer Lackey

Northwestern University

Joint Agency, Achievement, and Testimonial Knowledge

John Greco

Saint Louis University

Quest for Knowledge: Pyrrhonist, Anti-Pyrrhonist, Neo-Pyrrhonist

Otávio Bueno

University of Miami

Does Friendship Exert Pressure on Belief?

Sanford Goldberg

Northwestern University

The Owl of Minerva Problem

Scott Aikin

Vanderbilt University

II

GENERAL PROGRAM

Extending Adams' treatment of possible worlds to individuals

Alan René Maciel Antezana

University of Brasília

a.r. antezana@gmail.com

This work aims to extend Robert Adams' (1978) actualistic treatment of possible worlds to individuals. In the first part, we describe Adam's approach to possible worlds as a specific kind of modal *erstatizism*, and therefore, as a form of *soft actualism*. Adams (1978) takes worlds to be maximal sets of sentences; in this framework, the actual world is simply the maximal set of extensionally true sentences. In the second part, we describe a form of this approach to individuals. It is possible to describe the notion of actuality of individuals in terms of the primitive notions of *truth* and *sentence*. The actuality of individuals is conceived as a derivative fact of their being referenced by a true sentence, i.e. for their functions as truthmakers. In the third part, we address some objections to this approach.

The elusive mind: Hume's warning reconsidered

Alan Schwerin

Monmouth University

In his influential *Treatise of Human Nature* David Hume issues a warning to philosophers who are searching for an understanding of the mind, or the self. As the mind is elusive and will resist attempts at understanding it, speculations about the mind are bound to be misguided, if not meaningless. As he boldly puts it, we must be satisfied with the realization that the mind is “nothing but a bundle or collection of different perceptions”. As we have neither “the most distant notion of the place” where our perceptions form, nor any idea of the “materials of which the mind is composed” the fundamental implication is that philosophical speculations about a mind that is not exclusively composed of perceptions are likely to be problematic for a number of reasons. My paper is an investigation of this line of reasoning and an attempt to show that Hume's argument is not sound.

Epistemologia primária, epistemologia social e educação: repensando o ‘conhecimento poderoso’

Alexandre Meyer Luz

Federal University of Santa Catarina

meyerluz@hotmail.com

O lugar para projetos normativos e para atividades de esclarecimento conceitual é consolidado na comunidade epistemológica contemporânea. O mesmo não pode ser dito sobre projetos melhorativos. A investigação aqui proposta toma como ponto de partida a discussão dos últimos cinquenta anos em torno do currículo escolar — considerando-se a Escola como uma instituição social particularmente interessada no conhecimento. Michael Young sugere que os currículos devem considerar oferecer aos estudantes o que ele denomina de “conhecimento poderoso”, grosso modo, conteúdos que colaboram para a emancipação dos estudantes. Partindo da suposição de Young e de uma leitura do ideal de emancipação, pretendemos oferecer uma discussão sobre os possíveis lugares da epistemologia nos currículos escolares.

Para uma ciência da consciência: em busca do objeto

Alexandre Zaslavsky

Instituto Federal do Paraná

alexandre.zaslavsky@ifpr.edu.br

A consciência, desde a década de 1990, a chamada década do cérebro, vem se tornando cada vez mais objeto de interesse da comunidade científica (Consciousness Science ou Science of Consciousness). É razoável consenso que a consciência representa um ponto cego para a ciência, um elemento óbvio da experiência humana, evidente a qualquer pessoa, contudo ainda inexplicado satisfatoriamente. O presente trabalho está situado na intersecção entre filosofia da mente e filosofia da ciência. O objetivo do trabalho é, mediante a revisão de quatro abordagens epistemológicas clássicas sobre o tema da consciência, refletir sobre a possibilidade de tomar a consciência enquanto objeto de conhecimento científico legítimo e, assim, contribuir para a fundamentação de uma ciência da consciência. O trabalho consiste na exposição de sùmula dos argumentos clássicos e na reflexão sobre suas consequências para o debate contemporâneo. René Descartes introduz o tema na Filosofia, propondo uma definição inicial de consciência e também já apontando o problema da sua não legitimidade enquanto objeto científico, por ser inextensa. John Locke inverte a abordagem de Descartes, tomando a reflexão mental enquanto fonte de conhecimento e, assim, a princípio legitimando a possibilidade do conhecimento científico sobre a consciência. Immanuel Kant, por sua vez, recusa a proposição de Locke e recupera de certo modo Descartes, considerando a consciência apenas uma forma lógica necessária ao pensamento e cuja tentativa de tomá-la enquanto objeto de conhecimento cairia em falácia de paralogismo. William James, por fim, procura responder a Kant dissolvendo o dualismo estrito entre coisas e pensamentos e propondo uma experiência pura que pode ser tomada pragmaticamente ora enquanto coisa, ora enquanto pensamento. Ele problematiza o objeto, atribuindo-lhe características de consciência, em uma virada recuperando elementos da abordagem lockeana. Com as quatro abordagens é possível mapear duas possíveis concepções da consciência enquanto objeto científico legítimo: 1) Negativa a consciência é fenômeno derivado ou epifenômeno e pode ser estudada atribuindo a ela extensão, por exemplo, associando-a ao cérebro; 2) Positiva a consciência é fenômeno autônomo, apesar de subjetivo, e pode ser estudada mediante descrições introspectivas da primeira pessoa. Considera-se a revisão desses argumentos epistemológicos clássicos importante para, com elementos deles, tornar mais claras tanto dificuldades ainda presentes nas discussões contemporâneas, quanto também possibilidades de resolução.

Uma abordagem nominalista da indispensabilidade da matemática

Aline da Silva Dias

Universidade Federal do Paraná

alisdias@yahoo.de

O objetivo deste trabalho é discutir a possibilidade de aceitar o argumento da indispensabilidade da matemática sem necessariamente se comprometer com o realismo matemático. O argumento da indispensabilidade é um importante argumento utilizado em favor do platonismo matemático – concepção que defende a existência de objetos matemáticos abstratos. O argumento pode ser assim enunciado: devemos nos comprometer ontologicamente com todas e apenas as entidades indispensáveis a nossas melhores teorias científicas; entidades matemáticas são indispensáveis a nossas melhores teorias científicas; portanto, devemos nos comprometer com sua existência. Com isso, além de sustentar a existência de objetos matemáticos abstratos, o platonista pretensamente explica como conhecemos esses objetos. Sendo assim, parte fundamental da tarefa dos que propõem uma abordagem nominalista da matemática consiste em evitar a consequência realista desse argumento. Há dois modos de o nominalista tentar fazer isso: (i) refutando-o ou (ii) mostrando que é possível aceitá-lo sem necessariamente se comprometer com um realismo matemático. O primeiro deles foi utilizado por Harry Field em seu *Science Without Number* (1980). Nessa obra, Field afirma que seria possível nominalizar a ciência de modo a evitar o discurso que faz referência a entidades matemáticas abstratas. Ele procura, então, realizar esse projeto de nominalização partindo da teoria gravitacional newtoniana, na tentativa de mostrar que a matemática – apesar de aplicável às ciências – não é indispensável a elas. Contudo, tal projeto não se mostrou totalmente viável. O segundo modo de abordar a indispensabilidade é a adotado por Jody Azzouni, que sustenta um tipo de nominalismo deflacionário. De acordo com ele, o quantificador existencial presente no argumento da indispensabilidade não implica comprometimento ontológico. Isso porque, na visão do autor, seria preciso distinguir duas coisas: o comprometimento do quantificador e o comprometimento ontológico. O quantificador existencial presente nas teorias científicas até pode quantificar sobre objetos abstratos, mas disso não se segue que haja comprometimento ontológico. Em última análise, segundo Azzouni, é completamente possível um uso indispensável da matemática nas ciências empíricas; contudo, isso não implica comprometimento com a existência efetiva desses objetos. A fim de garantir esse comprometimento, é preciso que seja estabelecido um critério adicional de existência desses objetos. Dentre os vários critérios de existência possíveis, aquele que Azzouni afirma ser o mais amplamente aceito é o de independência ontológica, isto é, o que existe é aquilo que é totalmente independente de nossas práticas linguísticas e de nossos processos psicológicos. Se esse fosse o caso da matemática, então estaríamos de fato comprometidos ontologicamente com os objetos matemáticos abstratos aos quais nossas melhores teorias sobre o mundo fazem referência. Mas, de acordo com Azzouni, esse não é o caso da matemática. Para ele, os objetos matemáticos são ontologicamente dependentes de nós. Portanto, ainda que matemática seja indispensável às teorias ci-

entíficas, isso não implica que estejamos comprometidos ontologicamente com seus objetos. Levando isso em conta, neste trabalho procuraremos discutir e analisar essa concepção nominalista de Jody Azzouni, verificando se é possível aceitá-la como uma postura viável de resposta aos problemas ontológico e epistemológico na filosofia da matemática.

Being aware and arbitrariness

Allysson Vasconcelos Lima Rocha

Federal University of Santa Catarina

allyssonvlr@gmail.com

According to most accounts of epistemic internalism about justification, in order for S to be justified in believing that P, she has to be aware of what contributes to the justification of P. The defenders of this view usually argue that, by not being aware of some X that contributes to the justification of P, S holds an accidental perspective of her own mental state. And a belief held accidentally, it is also argued, amounts to no more than an arbitrary conviction and cannot be considered justified. Albeit a number of different accounts of being aware were offered to satisfy this epistemic requirement, a recent objection to the internalist view appears to remain unanswered. According to it, there are two basic ways of understanding awareness. In the first one, to be aware of X as contributing to the justification of P is to hold a belief with the propositional content 'X contributes to the justification of P'. But this new belief, call it P1, cannot simply be held without any awareness of what goes for its justification, otherwise it will resemble a mental state held arbitrarily. S, then, needs a new belief, P2, with the propositional content 'X1 contributes to the justification of P1'. As it is already noticeable, P2 will require the same treatment, and if S wishes to fulfil the internalist condition, a belief P3 will be required to associate P2 to some X2. Inevitably, a regress takes place, and the viciousness it manifests, it is often argued, lies in its complexity not suitable for epistemic agents like us. The second basic way to understand awareness is also a strategy to avoid this regress. It consists in appealing to a kind of awareness which does not express any kind of judgment about the relevance of X to the justification of P, thereby avoiding any request for new justification. However, without any sort of judgment, it is difficult to explain how this awareness is different from a mere arbitrary conviction. The conclusion of this dilemma is that any efforts whatsoever to be aware of what counts for the justification of a belief is doomed to fail. And, because of that, if justification is to be understood according to the internalist view, there can be no justified beliefs and we will always hold an accidental and arbitrary perspective of our own beliefs. In the present paper, I wish to propose a way of dealing with this dilemma. I first argue that, although the notion of 'accident' is already explained in the discussion, the meaning of arbitrariness is still to be properly explained. Based on this meaning of arbitrariness, then, I argue that, from the perspective of any epistemic agent, a certain level of arbitrariness is unavoidable. Thus, we should not expect internalism to avoid this situation. Finally, I argue why such arbitrariness is harmless to a conception of epistemic justification which nonviciously generates regresses and explains why being aware is important to justifiably believe.

Lenguaje y conocimiento: la búsqueda del significado de los conceptos métricos de la física

Ana Fleisner

Universidad Nacional de Quilmes

afleisner@gmail.com

Existe consenso acerca de que los términos de género natural poseen ciertas propiedades semánticas particulares a pesar de que tal consenso no ha sido logrado en relación a la noción de *género natural*. Esta falta de consenso puede estar vinculada al modo en el que se propone, desde distintas perspectivas, fijar o determinar la referencia de los términos de género natural y su consecuente modo de pensar el significado de los mismos. En el presente trabajo se revisan dos de las teorías disponibles para la determinación de la referencia de los términos de género natural: la de Thomas Kuhn y la de Hilary Putnam. El objetivo de dicha revisión es analizar si alguna de ellas resulta más adecuada para explicar la referencia de un tipo particular de términos de género natural: aquellos que designan conceptos métricos (magnitudes) en la física. Se reflexiona además acerca del tipo de enseñanza (tipo de acercamiento al conocimiento) que resultaría coherente de acuerdo al tipo de mecanismo que se suponga para la determinación o fijación e la referencia de los términos de magnitudes físicas. De acuerdo con la teoría de Kuhn, aprender y entender un término de género natural involucra conocer las *generalizaciones* que sus referentes satisfacen. Algunas de estas generalizaciones admiten excepciones y otras, que son concebidas como *leyes* de la naturaleza, están desprovistas de ellas; estas diferencias entre los tipos de generalizaciones están asociadas con distintas formas en las que se aprenden las generalizaciones en cuestión, así como los términos de género natural que figuran en ellas. Los términos de género natural que son aprendidos identificando sus referentes como miembros de algún conjunto complementario respecto de otro corresponden al primer tipo de generalizaciones. Los otros términos de género natural, que incluyen los términos de magnitudes físicas, se aprenden simultáneamente con otros y a través de situaciones en las que conjuntamente ejemplifican alguna ley de la naturaleza. Este es el caso de los términos de magnitudes físicas. Para Kuhn es imposible aprender el término “fuerza” si no es en relación con términos como “masa” o “peso” y recurriendo, por ejemplo, a las leyes de Newton sobre el movimiento. De esta manera, el significado de los términos de magnitudes físicas de una teoría, que pertenecen al segundo tipo de términos de género natural, viene determinado por las leyes de dicha teoría, las cuales son aprendidas – y por tanto, también lo son los términos de género natural contenidas en ella – mediante su aplicación a *ejemplos paradigmáticos*. Por el contrario, de acuerdo con la teoría de Putnam, los términos de género natural poseen un componente indécico oculto, es decir, son *designadores rígidos* y designan el mismo género natural – que designan en nuestro mundo – con respecto a todos los mundos posibles. La referencia de un término de género natural queda fijada una vez introducido el término y no parecería que pudiese variar por el hecho de que se *modifiquen* las teorías que contienen dicho término. Cuando se introduce un término, por regla general dicha introducción se hace

con ayuda de descripciones. Esto no implica que la introducción del término engendre una relación de sinonimia entre el término y la descripción o las descripciones en cuestión. Según Putnam existe, una división del trabajo lingüístico, de modo que son los expertos quienes determinan la referencia de los términos que utilizan el resto de los miembros de una comunidad lingüística, ya que son aquéllos los que descubren las propiedades estructurales que comparten los miembros de la extensión de dichos términos.

New epistemic challenges posed by the spread of Artificial Intelligence

Ana Maria Correa Moreira da Silva

Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro

wahrheit0@gmail.com

In the current debate on the Philosophy of Artificial Intelligence (AI), one is faced with the possibility of building a hyperintelligence (The Singularity), as defended by the leading inventor, futurist, and Google's Engineer Ray Kurzweil. One of the consequences of this potential scenario is the envisaged threat posed to mankind by malicious superintelligent machines, which could destroy our species even if it were proved that they could not be conscious. In the paper "What Your Computer Can't Know" (2014), Searle affirms that there is no need to worry, because malicious machines are conscious machines, and no machine can be conscious, due basically to its syntactic structure, not semantic. For other authors, however, machines simply map percepts to actions, whose purported destructive power can be exerted non-consciously or non-intentionally. Just as an AI can play the game of chess, it can play the game of war, in which it "decides" to kill according to rules of efficiency and optimization. Machine Learning is an application of Artificial Intelligence that provides systems the ability to automatically learn and improve from experience without being explicitly programmed. It allows the computers to access data and use it for themselves, without any human intervention. Machine learning enables analysis of massive quantities of data (Big Data), which are too large or complex for traditional database and software techniques to process. It is worthy to note that the whole decision process of the most efficient algorithms in Machine Learning is unknown to the programmers themselves, for it involves a massive volume of both structured and unstructured data that must be processed with great velocity. In these cases, sophisticated algorithms make decisions heuristically, based on a knowledge that is impossible for us to have. Should we always trust them? Similarly in this case, it doesn't matter whether this decision process is conscious or unconscious, but only which practical results it can bring about. This gives us clearly an epistemic fragility, together with the biological fragility already mentioned, both of them being increased by this new technology. The recent fatal accidents involving the Tesla Car and the Boeing Max 8 Autopilots are examples of some dark prospects of AI, which must be considered by society as a whole. The aim of this paper is to discuss some new epistemic challenges posed by the spread of Artificial Intelligence worldwide, focusing on the limitations imposed to human knowledge as to what is really going on inside the computer programs. The first question that arises concerns the very nature of the knowledge possessed by the machine: does it know things better than we do? And in what sense should we understand the process by which the machine learns autonomously and adaptively? This debate is only beginning, but it can shed new lights on different philosophical problems, such as the supposed worth of the quest for knowledge at all costs.

As mulheres: entre a função própria e o nominalismo dinâmico

Ana Paula Emmendorfer

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

anapaulamonteiro@yahoo.com.br

Nesta comunicação, pretendo esboçar parte de minha pesquisa acerca de como a linguagem pode ser explicada por meio de uma função biológica. A ideia é expor o conceito de função própria de Ruth Millikan aliada a ideia de nominalismo dinâmico, um conceito que faz parte da teoria de Ian Hacking cujo objetivo é relacioná-los ao feminino. A noção de função própria tem um sentido biológico, ou seja, significa finalidade e/ou objetivo. Assim, todo organismo, órgão, item e/ou dispositivo possuem uma função própria, isto é, são designados (as), supostos (as) para desempenharem uma determinada função, conforme suas histórias evolutivas e não de acordo com suas capacidades atuais. Na realidade, há uma razão para as coisas serem da maneira que são, pois possuem alguma característica que determine sua função própria, no entanto não se pode desconsiderar o erro e/ou a falha. Hacking, por outro lado, expressa que o nominalismo dinâmico é relativo ao processo de nomear, sobretudo os seres humanos. Ocorre que, por sermos alvos móveis, passamos pelo o que é chamado de efeito arco. Na verdade, quando somos classificados (as), rotulados (as), podemos reagir a tal classificação aceitando-a ou rejeitando-a. Levando-se em consideração que devido, principalmente, a todo um contexto histórico e grandes transformações as quais têm nos empoderado já que, durante um longo período, fomos vistas como o sexo frágil, um dos grandes equívocos já cometidos por àqueles que nos rotularam, tem se questionado cada vez mais sobre a nossa identidade e/ou nosso papel na sociedade como um todo. Em virtude disso, pergunta-se: Será que o feminino possui uma função própria ou se encaixa, apenas, no nominalismo dinâmico?

On Knowing What Something is: Towards an Account of Concept Attributions

André Joffily Abath

Federal University of Minas Gerais

andreibath@gmail.com

Much effort has been put in the Philosophy of Mind in giving conditions for full mastery of concepts. Peacocke's *A Study of Concepts* is an exemplary case. A central thesis of this work is that a philosophical account of concepts should identify the conditions to be met in order for a subject to have complete mastery of a concept such as RED. Putnam and especially Burge, however, have strongly argued that propositional attitudes involving certain concepts can be truly attributed to subjects even though their mastery of these concepts is incomplete. In fact, Burge's views have led Peacocke to make an amendment on his theory of concepts, by distinguishing conditions for full mastery of concepts from much weaker conditions for concept attribution – that is, conditions that must be met so that propositional attitudes involving a concept can be truly attributed to a subject. Nevertheless, although the distinction between conditions for full mastery of concepts and attribution conditions has been noted, little attention has been given to understanding attributions of concepts. In recent years, much has been written on knowledge attributions, in special on attributions of propositional knowledge. Attributions of knowledge-wh (knowledge who, when, where, what, which, why) have also sparked the interest of philosophers and linguists. However, this literature has not being linked with the scarce literature on concept attributions. The central aim of the paper will be to show that there is a link between these two literatures that is waiting to be explored in detail. More specifically, I will try to show that there is much to be gained by focusing on concept attributions as attributions of a kind of knowledge-wh, the knowledge of what something is. Thus, I will argue that attributions of the form 'S has the concept X' can be taken as being equivalent to attributions of the form 'S knows what X is', and that doing so is of theoretical gain because there are well established theories regarding the semantics of attributions of the knowledge of what something is. I will adopt an account according to which attributions of the form 'S knows- wh' involve indirect or embedded questions, namely, the clause headed by the wh-word. So, in 'Martha knows what alagille syndrome is', the embedded question is what alagille syndrome is. The dominant view regarding the semantics of such attributions is that these embedded questions denote propositions, more specifically, the proposition that truly answers the embedded question. Thus, where the car is parked denotes the proposition that truly answers the question of where the car is parked. The upshot regarding states of knowledge-wh is that a subject knowing-wh is a matter of her being in a relation to a proposition that truly answers the embedded question of the clause headed by the wh- word.

Accuracy and Comparative Belief

André Neiva

Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul

a1.neiva@gmail.com

Over the past few years a significant amount of research has been done in the area of epistemic utility theory. In particular, formal epistemologists have focused their attention on accuracy arguments for two different classes of doxastic attitudes, namely all-or-nothing beliefs and quantitative credences. As a fundamental epistemic goal, accuracy has to do with closeness to the truth, that is, how close one's beliefs are from the truth of propositions believed. The closer an agent's beliefs are to the truth, the more accurate they are. Despite its epistemological importance, there are few works concerned with the discussion and development of accuracy frameworks for comparative belief or confidence; where Levinstein (2013) and Fitelson & McCarthy (ms.) are notable exceptions in the literature. Comparative belief can be seen as an intermediate account between the models of full belief and numerical credence, since it offers a richer formalism than the one provided by the former, but it doesn't require rational agents to assign real numbers to their beliefs as the latter does. Given a finite opinion set $\mathcal{A} = \{p_i\}$, a comparative doxastic attitude is defined as a relation between an agent \mathcal{S} and a pair of propositions $\langle p_j, p_k \rangle$ of \mathcal{A} . In the comparative setting, besides being non-numerical, any proposition p_j is believed in comparison with other proposition p_k . There are basically three different sorts of individual attitudes or judgments: (a) $p_j \succeq p_k$, which is used to represent non-strict judgments as ' \mathcal{S} believes p_j at least as strongly as she believes p_k '; (b) $p_j > p_k$, which is used to express strict judgments as ' \mathcal{S} believes p_j more strongly than she believes p_k '; (c) $p_j \sim p_k$, which stands for ' \mathcal{S} believes p_j as strongly as she believes p_k '. In what follows, I will explore the so-called *extensional approach* to the accuracy measures for comparative confidence, which ultimately boils down to giving a particular score to an individual attitude like $p_j \succeq p_k$ in terms of the truth-values of p_j and p_k . Also, I will evaluate two distinct ways one can aggregate individual scores in order to get a global score for comparative orderings, either by summing or averaging the individual accuracies, and I will discuss potential problems to the extensional approach as a whole, particularly some counterintuitive results that seem to arise from any extensional scoring system. In the end, after giving a couple of good epistemic motivations for the incomparability condition, I will argue in favor of dropping the totality requirement for comparative orderings.

A Hypothetical-Constructivist Scheme of Analysis of Physical Theories: the Case of Newtonian Mechanics of Particles

Antony M. M. Polito

University of Brasília

antony.polito@gmail.com

We propose that all modern physical theories are structures analyzable in terms of five different parts. The first part is an axiomatic-logical foundation that gives the purely formal law structure in terms of the syntax of some formal language. The second part are metaphysical foundations that corresponds to the fundamental commitments assumed in virtue of the adoption of realism in a hypothetical-constructivist sense. The general metaphysics prescribes both an ontology of categories – the hypothetical kinds of existents of the physical universe – and a cosmology – the most general assumptions about the hypothetical modes of coexistence of the ontological categories. The particular metaphysics both prescribes which primitively must be – in one given physical theory – each one of the existents and specifies which primitively must be its modes of coexistence – typically represented by, but not necessarily, space-time and causal modes. The third part is a sufficient comprehensive collection of mathematical structures. They are essential to translate the axiomatic and metaphysical foundations in welldefined objects in order to provide a common language to realize what we will denominate the subsequent qualified interpretation of the axiomatic-logical foundation. These mathematical structures must also serve to accomplish the translation of the two remaining parts of a physical theory: its collections of physical models and models of experiment. Therefore, their very function is allows a translation of all the otherwise mutually heterogeneous parts and create a homogeneous environment to articulate them in clear and well-defined manner. The fourth part is a collection of physical models, primarily constituted only by constituents of the metaphysical foundation, already translated in terms of mathematical objects. These physical models must be thank in a somewhat semantical and, eventually, a nomological sense. This means that they function as semantical and/or nomological models, but already translated in terms of mathematical structures in order to satisfy the also already mathematically translated axioms. That is just what we denominated interpretation in a qualified sense. The fifth part must be a collection of models of experiments that allow some kind of qualified correspondence between the previously qualified interpreted axiomatic metaphysical foundation and some empirical and extra-theoretical instance given by a selected phenomenology. However, this correspondence should be mediated through the physical models of the theory, that is, by a precise relationship between some model of experiment and some physical model. Again, the so named qualified correspondence should be possible only by the previous translation of the models of experiments in terms of the mathematical structures. We take the newtonian mechanics of particles as the first example to illustrate this analysis scheme. In general, we can realize that any modification in any one of the five parts of a physical theory must produce, necessarily, a new physical theory. We will discuss some implications of that in debates con-

cerned with underdetermination of theories and intertheoretical reduction and discuss in what sense are the metaphysical foundations capable to influence the empirical performance of a physical theory.

Uma alternativa das ciências cognitivas ao computacionalismo

Bárbara Regina Klimiuk Sinigaglia

Universidade Vale do Rio dos Sinos

barbara.klimiuk@gmail.com

A aliança intelectual entre a psicologia do desenvolvimento e as outras ciências da mente corporificada pode chegar a ser um dos mais excitantes projetos interdisciplinares da década. Com essa frase entusiástica Andy Clark (1996) demarca um valor para a proposta alternativa das ciências cognitivas ao computacionalismo. Essa alternativa nasceu com as propostas de Varela, F; Thompson, E. e Rosch, E. (1993) no livro *The Embodied Mind: Cognitive science and human experience* e vem se desenvolvendo e ganhando espaço nas discussões sobre a cognição humana. Atualmente, a teoria dos sistemas dinâmicos engloba as noções da cognição incorporada. Dentro deste modelo, sistemas dinâmicos, nenhum fator específico é visto como causa única para gerar as mudanças no desenvolvimento do sistema em questão. Acredita-se que o desenvolvimento ocorra como uma função resultante do processo de auto-organização dos componentes do sistema dado.

Passa-se a análise do capítulo 5 do livro *The Embodied Mind*, tendo por título: *Propriedades emergentes e conexionismo*, a auto-organização com a raiz de uma alternativa. Nesse capítulo, será proposta uma alternativa ao que os autores definiram como as pesquisas dominantes que consideram a manipulação de símbolos nas ciências cognitivas. Nessa alternativa será proposto que os cérebros não seguem regras, não dependem de um processador central lógico e não trabalham com armazenamento de informações. De outra forma, operam em base a interconexões globais e distribuídas de neurônios, conexões estas que mudam como resultado das experiências, e os grupos de neurônios apresentam a capacidade de auto-organização.

Nesse capítulo ficarão explicitadas as diferenças fundamentais entre a perspectiva computacionalista ou cognitivista das atividades cerebrais e a perspectiva conexionista geradora de propriedades emergentes. De forma geral trará as seguintes diferenças: (a) visão tradicional, computacionalismo ou cognitivismo, ortodoxia dominante por 25 anos, baseado no processamento de informação simbólica, com regras sequenciais aplicadas uma por vez. Por ser um processamento localizado, a perda de uma parte do símbolo ou regra resulta em um grave mau funcionamento do sistema caracterizando uma posição que se afasta da inspiração biológica (resiliência do cérebro a resistir a danos e flexibilidade da cognição biológica de se ajustar a novos ambientes sem comprometer toda a sua competência). (b) orientação alternativa em ciência cognitiva, conexionista, corporizada, nela as operações são distribuídas, retoma-se uma aproximação a inspiração biológica, trabalha com a ideia de propriedades globais onde as conexões dos neurônios no sistema são inseparáveis da sua história de transformação e tipo de tarefa definida pelo sistema, sendo as ações definidas pelas conexões, gerando estados convergentes de aprendizado, representação do item aprendido e reconhecimento do padrão relacionado ao aprendido. Nesse sistema cognitivo, o início se dá com componentes simples que se interconectam dinamicamente de maneira forte, gerando uma

coerência global, uma auto-organização, característica de sistemas complexos ou sinérgicos.ãNessa perspectiva não há uma teoria formal unificada das propriedades emergentes. O que é comum é que a rede de conexões origina novas propriedades no sistema.

Sobre o poder de universalidade do teste de Turing

Bernardo Gonçalves

Universidade de São Paulo

begoncalves@usp.br

Inspirado por um jogo de salão Vitoriano, Turing propôs abordar a questão “podem as máquinas pensar?” substituindo-a pelo jogo da imitação (o teste de Turing). Se uma máquina (participante 1 do jogo) puder demonstrar comportamento verbal indiscernível de um homem (participante 2), segundo a avaliação de um(a) interrogador(a) humano(a) (participante 3), ter-se-ia uma resposta para a questão ontológica. Está implícita na estrutura lógica do teste de Turing o tratamento de uma hipótese existencial (a eventual existência de uma – e bastaria uma – máquina pensante). Dada também a dependência do avanço tecnológico (de engenharia) para a produção de máquinas cada vez melhores, é possível também identificar no jogo propriedades típicas de um experimento do pensamento, que nesse caso jamais poderia ser atribuído um caráter definitivo (ou crucial) para uma decisão negativa da questão. A proposta de Turing não foi bem recebida na literatura do problema mente-corpo, e embora seja uma referência seminal histórica na pesquisa em inteligência artificial, recentemente o seu abandono enquanto marca distintiva de um sistema inteligente tem sido sugerido. Com efeito, objeções diversas apontaram o teste como, nem necessário, nem suficiente, para a inferência existencial mencionada acima; e ainda hoje, permanece a polêmica acerca das máquinas pensantes, seus limites, e sua (in)discernibilidade do pensamento humano. Nos últimos anos, à relevância conceitual da questão, tem sido acrescida um alto interesse social, à medida que avança o estado da arte dos sistemas de inteligência artificial e sua implantação na sociedade. O teste de Turing é associado na literatura à tese cartesiana do animal-máquina, articulada n’O Discurso do Método e n’O Mundo, onde são enunciadas duas propriedades essenciais do ser humano que faltaríamos aos outros animais e aos autômatos, a saber, (i) o discurso ou comunicação linguística do pensamento, e (ii) uma ampla flexibilidade de comportamento manifesta no discurso. Grosso modo, a estrutura lógica do argumento de Turing é de que se uma máquina consegue se passar indiscernível de um homem aos olhos do interrogador (que, a qualquer momento, pode fazer pergunta), então não se pode dizer que essa máquina é incapaz de pensar. Nesta comunicação, pretendo destacar o papel da linguagem natural como instrumento da razão universal (Descartes), e como o teste concebido por Turing explora isto para se constituir como uma medida de inteligência efetivamente poderosa e elegante. Partirei de uma breve revisão da noção de máquina de Turing (ou máquina “universal”), que Turing apresentou em seu artigo seminal de 1936, “On computable numbers”, resolvendo então (de maneira negativa) o problema da decidibilidade (Entscheidungsproblem) acerca de proposições matemáticas que havia sido proposto por David Hilbert. Destacarei o aspecto prático ou concreto da proposta de Turing no tratamento de um problema matemático abstrato. Pretendo então estabelecer uma analogia disto com a questão das máquinas pensantes, para a qual Turing, igualmente, procura um cenário prático ou concreto para tratar do problema concei-

tual. De maneira análoga ele recorre, agora à razão universal (instrumento de conhecimento acerca do mundo), para definir (via seu teste) como abordar a questão.

Echo chambers, epistemic ignorance and domination

Breno Ricardo Guimarães Santos

Universidade Federal de Mato Grosso

breno.ricardo@gmail.com

In this paper, I want to explore the relationship between two phenomena that have often been discussed separately in recent epistemology: echo chambers and epistemic ignorance. An echo chamber, as defined by C. Thi Nguyen, is an epistemic community built around some systematic distrust of the epistemic credentials of outside agents (non-members). Epistemic ignorance, as discussed by Charles Mills, is a type of unknowing, an absence of true beliefs about some matters motivated by group-based interests. With these concepts in mind, I make two points. First, I propose that some types of echo chambers, particularly those built around the rejection of the epistemic inputs from members of particular social identities, are instances of localized group-based ignorance. They shield themselves from the influence of outside reason-giving practices, particularly those manifested by members of the rejected social identity. Second, I argue that echo chambers are often best understood as instances of group-based ignorance marked by what I am calling epistemic domination. Epistemic Domination is a scenario of concentrated unequal testimonial and hermeneutical power where the ability to make official credibility assessments and to establish official meanings of social experiences is in the hands of some politically or socially dominant group. In such instances, epistemic communities feed on and are fed by the destruction of the epistemic credentials of members of marginalized groups. In other words, the successful work of this particular type of echo chamber will involve a somewhat successful erosion of some group's epistemic credentials in a particular credibility economy. In addition to that, I want to demonstrate that a faulty or unregulated credibility economy, one marked by epistemic domination, is a fertile land for the successful development of this type of echo chamber. This has important political consequences that I consider in the final part of my paper. Expanding on the work of Amandine Catala I show that any democratic deliberation process that hinges on the inputs of this type of group-based ignorance will be, in addition to epistemically inadequate, socially and politically harmful. In short, these defective democratic deliberations will function as vehicles of harmful epistemic exclusion, with serious practical consequences for the excluded parties. As a possible solution to this problem, I propose that we conceive of proper democratic settings as non-prejudicial epistemic scenarios equipped with institutional tools that counter the harmful influence of the biased reason-giving practices that are typical of epistemic communities marked by group-based ignorance.

Learning from scientific and meta-scientific disagreement

Bruno Borge

University of Buenos Aires

brunojborge@gmail.com

In this talk I address the question of how should scientific peers revise their theories (if at all) upon recognized disagreement. After presenting the basics of peer disagreement in sections, I focus on a concrete case of scientific disagreement, to wit, the dispute over the evidential status of randomized control trials in medical practice. The examination of this case motivates the idea that some scientific disagreements permit a steadfast reaction. I lend additional support to this conclusion by providing a normative argument in the same direction; if I am correct, typical reasons for conciliation are absent in some types of scientific disagreements. Finally, I put the theory to work in order to shed light on some long-standing debates in the metaphysics of science.

Can Pyrrhonism be a form of Understanding?

Bruno Coelho

Federal University of Bahia

brcoelh00@gmail.com

Pyrrhonian skepticism is commonly defined as the suspension of judgment about philosophical theories. The scope of suspension, however, is not a settled matter. There is disagreement about what a skeptic can believe. Also, pyrrhonists use dialectical arguments and different modes of argumentation when considering philosophical theories. In other words, the pyrrhonian skeptic adopts a meta-theoretical attitude who recognizes the forces of opposing theories without assenting to a specific one. In that meta-theoretical sense, can pyrrhonism be a form of understanding? The concept of understanding has been used in philosophy by different disciplines (ethics, aesthetics, epistemology and philosophy of science), however, there is no consensual definition. It is possible to have understanding without knowledge? Should we develop a unified approach, explaining both propositional knowledge and know-how? Even though the concept of understanding has been applied to different philosophical disciplines, our concern here will be more narrow: a tentative definition of pyrrhonism as a form of understanding. The structure of the paper is as follows. First, we describe the two major interpretations of pyrrhonian skepticism: (i) suspension of judgment across the board and (ii) a restricted application of suspension, with assent to specific beliefs. After the description of pyrrhonism, we give one recent example of a meta-theoretical attitude: the voluntarist proposal. According to the voluntarist, rival stances about scientific ontology, like scientific realism and constructive empiricism, can be both rational, without one being superior to another. The stances are understood in terms of epistemic risk, and the epistemic risk of a stance is defined by their empirical vulnerability and explanatory power. Different from a common skeptical attitude, who consider different theories as equally inadequate, and similar to the voluntarist, in this paper, we aim for a more positive evaluation of pyrrhonism, where different parts in a debate can disagree about a question without both being inadequate. We end considering, in order to compare, recent definitions of understanding: as knowledge and as explanation.

Do Realismo Normativo ao Positivo e o Empirismo na Emergência da Economia Comportamental

Bruno Hümmelgen

Universidade Federal de Santa Catarina

bruno_hummelgen@hotmail.com

Este trabalho tem como objetivo explorar os aspectos conceituais e filosóficos no contexto das teorias da decisão racional, explicitando a ruptura teórica ocorrida no século XX que favoreceu a emergência da economia comportamental. Dessa forma, buscou-se na literatura a fundamentação dos aspectos essenciais sobre o tema, delimitando-o quanto ao seu caráter histórico, e discorrendo sobre os desdobramentos ocorridos pelas divergências metodológicas, com enfoque ao papel das evidências empíricas nas ciências econômicas. A hipótese aqui adotada sugere que, a partir da introdução de novos métodos experimentais adotados por parte da comunidade científica, a ruptura com a modelagem tradicional dos processos de escolha dos agentes econômicos respondeu às necessidades científicas de retornar para uma ciência com características empíricas no campo das ciências econômicas. Primeiramente, por meio da caracterização das ciências econômicas como parte de um realismo normativo e defendendo também um caráter positivo, será apresentada a metodologia de Milton Friedman, estabelecendo um paralelo com os ideais científicos do Círculo de Viena, mas também explicitando as características da metodologia Popperiana, ao atribuir importante papel não somente aos elementos lógicos na construção teórica, mas por defender um elemento empírico passível de validação em confronto à realidade. A Teoria Moderna da Utilidade Esperada, defendida como o status máximo da racionalidade num processo decisório, foi desenvolvida como uma teoria pertencente ao realismo positivo, mas que passou ao realismo normativo pelo abandono do seu caráter empírico em função das falhas sistemáticas na explicação e previsão das decisões humanas, tornando-se assim, uma ferramenta que apenas determina o padrão a ser seguido pelos tomadores de decisão para serem considerados racionais. O abandono dessa teoria, por parte da comunidade científica econômica, aconteceu pela essa dificuldade de alinhamento entre as predições e os comportamentos observados pelos reais tomadores de decisão, enquanto a outra parte da comunidade continuou sustentando-a como um modelo simplificado de explicação do comportamento humano no mundo real. Essa divergência teórica foi essencial para o surgimento da Economia Comportamental ao inserir aspectos experimentais provenientes da psicologia para o campo das modelagens das tomadas de decisão, retomando o caráter empírico nas ciências econômicas. Assim, pela retomada das características experimentais nas ciências econômicas, a metodologia da economia positiva sustenta que as evidências empíricas possuem a função de não somente testar as teorias vigentes, mas também de construir novas hipóteses aos novos problemas científicos.

Fundacionismo, conservadorismo fenomênico e justificação de crenças memoriais

Carlos Augusto Sartori

Universidade Federal de Santa Maria

carlos.augusto.sartori@gmail.com

O fundacionismo epistêmico postula que as crenças básicas são derivadas das experiências perceptuais, mnemônicas, introspectivas e intelectivas (e de outras que não precisam ser consideradas aqui). Em virtude dessas experiências, as crenças básicas são justificadas e, possivelmente, constituem conhecimento. O objetivo aqui é investigar a justificação de crenças memoriais desde o ponto de vista do fundacionismo moderado (que considera que a justificação das crenças é sempre *prima facie*) e, para isso, vamos analisar a posição de Robert Audi. Audi considera que a memória é fonte geradora de justificação das crenças que dela derivam: se S lembra que p, então, por causa dessa lembrança, a crença de S está justificada. Mas, por não considerar que a justificação tenha papel relevante para uma crença tornar-se item de conhecimento, a memória é apenas preservativa quando se trata de conhecimento memorial. Reconhecendo a valiosa contribuição de Audi para a questão da justificação de crenças memoriais, insistimos que conhecimento depende da justificação e apresentamos uma outra versão fundacionista: o princípio do conservadorismo fenomênico aventado por Michael Huemer. Para Huemer, as crenças são justificadas sempre que parece ao sujeito que algo é o caso, desde que não haja anuladores da justificação. São as aparências de que algo é o caso que constituem os fatores justificacionais das crenças. No caso de crenças memoriais, a aparência da lembrança de que p é suficiente para justificar a crença baseada nessa lembrança e, por conseguinte, elevar essa crença ao status de conhecimento. A proposta de trabalho é avaliar a natureza das aparências das quais Huemer faz a justificação depender, além de analisar o seu argumento de autoanulação. De acordo com esse argumento, a negação do princípio do conservadorismo fenomênico é injustificada. A partir de argumentos alternativos ao argumento da autoanulação, como foram apresentados por Moti Mizrahi, retoma-se a defesa do fundacionismo moderado – a justificação (e o conhecimento) dependem das experiências – e volta-se a discutir a justificação das crenças memoriais e o conhecimento memorial a partir do enraizamento que essas crenças têm na própria memória.

Um sistema formal para o tempo linear discreto

Carlos Luciano Montagnoli

Universidade Estadual de Londrina

crlcmontagnoli@gmail.com

Como resultado de pesquisa anterior, desenvolvemos um sistema formal temporal com operadores para o perfeito composto e o imperfeito do português. Para tanto, tomamos uma linguagem para a lógica proposicional clássica, e acrescentamos a ela os operadores de Prior P e F para, respectivamente, o perfeito e o futuro do presente e, ainda, os novos operadores PC , para o perfeito composto e I , para o imperfeito. De posse da linguagem formal resultante, especificamos um conjunto de postulados com dezoito esquemas de axiomas e três regras de inferência. As regras de inferência são *modus ponens* e generalização temporal, para o passado e para o futuro. Quanto aos axiomas, três deles são os axiomas de Mendelson para o cálculo proposicional clássico, dez correspondem ao sistema \mathcal{L}_6 de Burgess para o tempo linear discreto sem mínimo ou máximo, e cinco são os axiomas específicos do nosso sistema, para os operadores PC e I .

Após termos desenvolvido o sistema formal em questão, que chamamos de \mathcal{T} , interpretamos sua linguagem formal no conjunto de todas as frames lineares discretas sem extremos e provamos sua correção e completude com relação a essa interpretação. Também provamos a decidibilidade de \mathcal{T} , condicionada à decidibilidade do cálculo de predicados de 2ª ordem monádico com relação ao conjunto de todas as estruturas lineares discretas sem extremos. Além disso, ainda, mostramos que embora \mathcal{T} tenha complexidade exponencial, como era de se esperar, é possível traduzir em tempo polinomial as fórmulas da linguagem de \mathcal{T} para uma linguagem para o cálculo de predicados de 2ª ordem monádico.

No entanto, desde o início nos ressentimos da forma significativamente complexa de dois dos três esquemas de axiomas para o operador PC , que são os seguintes:

$$\begin{aligned} AXpc_2 &= (P\alpha \& \beta \& \sim PC\beta \& PC\gamma) \rightarrow P((\alpha \vee P\alpha) \& \sim \beta \& \gamma) \\ AXpc_3 &= (F\alpha \& \beta \& \sim \gamma) \rightarrow F((\alpha \vee F\alpha) \& (\sim \beta \vee PC\beta) \& \sim PC\gamma) \end{aligned}$$

Na tentativa de obter uma simplificação de nosso sistema, observamos que, aparentemente, o acréscimo, à linguagem formal do sistema \mathcal{T} , dos operadores O , para o instante de tempo imediatamente anterior e A , para o instante de tempo imediatamente posterior, nos permite substituir os dois axiomas para o operador PC por outros quatro, que possuem, entretanto, uma forma muito mais simples:

$$\begin{aligned} AXpc_1^* &= (\alpha \& \sim PC\alpha) \rightarrow O \sim \alpha \\ AXpc_2^* &= PC\alpha \rightarrow (\alpha \& O\alpha) \\ AXpc_3^* &= \alpha \rightarrow A(\sim \alpha \vee PC\alpha) \\ AXpc_4^* &= APC\alpha \rightarrow \alpha \end{aligned}$$

Como o operador I para o imperfeito pode ser definido em termos do operador PC , desenvolvemos um novo sistema formal, \mathcal{T}^* , que resulta de \mathcal{T} acrescentando os operadores O e A à linguagem formal deste último e substituindo os cinco esquemas de

axiomas específicos do sistema \mathcal{T} pelos quatro esquemas acima, $AXpc_1^*$ a $AXpc_4^*$. A vantagem do sistema \mathcal{T}^* sobre o sistema \mathcal{T} , obviamente, reside na maior simplicidade dos postulados de \mathcal{T}^* . No caso do sistema \mathcal{T} , defendemos que sua principal vantagem é a proximidade entre sua linguagem formal e a linguagem natural. Essa vantagem certamente não é perdida quando alteramos o sistema \mathcal{T} para obter \mathcal{T}^* .

Finalmente, procuramos realizar com o sistema \mathcal{T}^* o trabalho que realizamos antes com \mathcal{T} . Como provamos que \mathcal{T} é correto, completo e condicionalmente decidível, a vantagem da maior simplicidade de \mathcal{T}^* , já que esse sistema não tem poder expressivo menor que o de \mathcal{T} , estará assegurada se formos capazes de provar que também ele possui essas três propriedades. Obtivemos já as provas de correção e completude, de modo que, em nossa comunicação, pretendemos apresentar a linguagem formal do sistema \mathcal{T}^* , seus postulados, a semântica que utilizamos para interpretar sua linguagem, e as mencionadas provas de sua correção e completude.

La cuestión del conocimiento sobre la materia

Carlos Rodolfo Vergne

Universidad Nacional de Cuyo
rodolfovergne@hotmail.com

Verónica Félix

Universidad Nacional de Cuyo
verito.felix@gmail.com

Las discusiones sobre el conocimiento en filosofía tienen una larga tradición. En su origen griego la visión más generalizada es la del realismo gnoseológico y ontológico. Pero también distinguían niveles cognitivos o grados, expresados como opinión o ciencia, o conocimiento sensible y conocimiento inteligible. De ese modo además diferenciaban distintos tipos de conocimientos de acuerdo con su grado de abstracción, como experiencia, técnica y teoría. Conocer algo es conocer sus causas y principios. Para los primeros filósofos esos principios de las cosas eran de índole material: lo que permanece detrás de los cambios, de lo que es todo, la naturaleza de los cambios de la materia. Los primeros pasos del conocimiento filosófico fueron sobre la naturaleza material de la realidad. En la actualidad ese tipo de preguntas son propias del conocimiento científico. Las disciplinas que las abordan son la física y la química. Éste trabajo pretende realizar un recorrido sobre la constitución del conocimiento de la materia. Si bien proponemos como su comienzo en la época clásica, el conocimiento sobre la realidad material se elaboró recurriendo a especulaciones filosóficas, abstractas. Históricamente se presente el origen de la ciencia como filosofía. La primera filosofía que se presentó fue la filosofía de la naturaleza. Recién en el siglo de oro griego aparecen las especulaciones metafísicas, estableciendo la diferencia entre filosofía primera y filosofía segundas, gérmenes de las posteriores ciencias particulares. Pero es con la ciencia moderna cuando surge un nuevo tipo de conocimiento que se diferencia del metafísico. Las reflexiones sobre la materia ahora tienen un doble campo de desarrollo: sigue la filosofía de la naturaleza, pero aparece las ciencias naturales, entre ellas la física y la química modernas. El conocimiento sobre la materia se presenta como filosófico y científico. Y dentro del conocimiento científico, como física y química. Estas clasificaciones conllevan muchos problemas y distinciones que son discutidas por la epistemología y la filosofía de la ciencia. Uno de esos problemas es la relación entre física y química. Un realismo ingenuo presenta a la física como ciencia fundamental y a la química como ciencia fenoménica, subordinada a la física, dentro de una única ontología. Reducción, emergencia, superveniencia, son enfoques que tratan de dar respuestas. La discusión filosófica no puede independizarse del desarrollo histórico de las teorías científicas. Así como para la conceptualización y ordenamiento del elemento químico en la tabla periódica se recurrió tanto a la metafísica como a la ciencia empírica, en la actualidad la naturaleza de los fenómenos de la materia y su conocimiento dependen de la Teoría atómica, la Teoría de la Relatividad, la Mecánica Cuántica. Un enfoque pluralista ontológico y gnoseológico puede dar cuenta de los problemas del conocimiento de la materia tanto metafísico, como físico y químico.

What Happens When We Posit Foundations?

Carmen Fosner

Rowan University

fosner@rowan.edu

Contextualist theories of justification have often been used as means of coming to terms with skeptical challenges to knowledge. However, they may also be useful for responding specifically to concerns about the structure of justification raised by the Regress Problem. In this paper, I consider the plausibility of a contextualist response to the Regress Problem and in the course of doing so, raise a potential problem for, as Robert Stalnaker describes them, “deep” contextualist accounts of justification. Many deep contextualist accounts suggest that justification is superficially foundationalist by claiming that certain background beliefs are typically posited as foundational stopping points for inference. Wittgenstein’s discussion in *On Certainty* can be considered one example of such a view. Here I question whether this Wittgensteinian superficially foundationalist deep contextualism can successfully provide a nonskeptical response to the Regress Problem. One reason we might think that this view isn’t capable of such a response is suggested in Wittgenstein’s examples of situations in which he might be led to seriously question the very background beliefs, or hinges, that are taken to ground the justification for our beliefs in a given context. If, as one plausible interpretation of Wittgenstein suggests, we can in fact question these supposed certainties, it seems that skeptics can challenge the contextualist solution to the Regress Problem. For if even these basic background beliefs can be called into question, no belief remains immune to doubt in any given context, and the regress of reasons doesn’t have the provisional stopping point that a foundationalist or contextualist desires. I call this the *Positing Problem*: How can we trust the standards of justification used in any particular context or claim to have justified beliefs when they might possibly be put into doubt? After discussing the ways that such doubts might result in skepticism about justification, I conclude with one possible solution to the *Positing Problem* that rests on a consideration of the difference between doubts raised about background beliefs by a single individual (of the sort described in *On Certainty*) and the security that an epistemic community provides for ensuring that these standards are not undermined by challenges to posited background beliefs themselves.

Defamiliarization and aesthetic experience in science fiction: some examples from the works of H. G. Wells

Caroline Elisa Murr

Federal University of Santa Catarina

caromurr@gmail.com

The notion of defamiliarization was developed by Victor Shklovsky in his book *Theory of Prose* (1917). It refers to a technique, used in literature, that has the effect of estranging familiar things. These elements have become so familiar that we don't even notice them anymore. They become automatic, due to saturated contact. For Shklovsky, however, literature and art in general are able to disturb those common world views. John Dewey, in *Art as Experience* (1934), presents a comparable standpoint. He develops the idea of aesthetic experience, asserting that art, literature included, awakens from the familiar and allows more meaningful and complete experiences. Literary examples from poetry to novels are frequently used by those two thinkers, but neither literary science fiction nor scientific instances are focused by them. This talk aims to discuss the effect of the presentation of some scientific conceptions in certain science-fiction works, taking into account the approach to defamiliarization and aesthetic experience here mentioned. It is suggested that the shift to science-fiction's context contributes to the defamiliarization of those concepts, leading to a new outlook on them. Through this process, new possibilities of understanding emerge, modifying the trivial connections usually accepted by readers regarding current paradigms in science and everyday life. Besides, according to the referred authors, both defamiliarization and aesthetic experience are responsible for bringing to consciousness elements that are usually taken for granted. That appears also to be the case in science fiction, in which the break of expectations leads to awareness and remodeling of some unquestioned notions. To illustrate the advanced points, some of H. G. Wells's works are examined. For instance, in the novella *The Invisible Man* (1897), scientific notions such as matter and light, as well as the prevalent scientific rules they obey, are displaced to another context, breaking usual expectations about them. In the fictional context of the story, it is possible for matter and light to behave in a different way from that in which the established paradigm in physics at the end of the 19th century permitted. In brief, an analysis of some fragments of those literary works allows to identify the technique of defamiliarization and the emergence of aesthetic experience brought about by it. Moreover, the experience of reading leads, in these cases, to a new understanding of scientific concepts. Therefore, Wells's fiction conducts the reader to acknowledge change in established scientific notions. This new outlook induces reflections that would not be made if the regular context and laws of science were maintained.

An advantage of distinguishing cardinality from number

César Frederico dos Santos

Federal University of Maranhão

`cesar.frederico@ufma.br`

Cardinality is a property of sets. Numbers, by contrast, have been seen as objects. Against this conventional distinction, some have proposed that numbers are properties and have identified them with cardinalities. For example, Giaquinto holds that numbers are set sizes. This identification, however, encounters some difficulties. The fact that the cardinality of a set can be determined without numbers, by one-to-one correspondence, suggests that the concept of cardinality should be distinguished from the concept of number. Furthermore, the idea that numbers are set sizes can be satisfactory only if set sizes are seen as abstract, non-spatiotemporal properties, and this leads to Benacerraf's Problem. Based on numerical cognition findings regarding infants' and non-human animals' ability to perceive numerosities, Giaquinto claims that experience with the perception of instances of set sizes results in the acquisition of number concepts, without participation of numbers themselves. In this talk, I show that Giaquinto's proposed solution to Benacerraf's problem does not fit with the results of developmental studies of numerical cognition. I propose an alternative account in which numbers are not identified to cardinalities. This approach remains neutral about the nature of numbers and, hence, avoids Benacerraf's problem. Developmental studies have repeatedly shown that the acquisition of number concepts depends on the previous acquisition of number words, in the context of supervised learning, where parents teach children to count. Thus, contrary to Giaquinto's proposal, it is more likely that children learn number concepts from their parents rather than through firsthand experience with small numerosities. If this is so, parents themselves have learned number concepts from their parents, and so on. Therefore, experience with instances of set sizes cannot explain, by itself, how number concepts have emerged for the first time, and hence it cannot provide a solution to Benacerraf's problem. In my approach, the fact that the cardinality of a set can be determined without numbers is taken as an indication that set sizes and numbers are not the same thing. Cardinality is a property of sets that can be assessed by various methods. Some of them involve numbers – such as counting –, whereas others don't – such as one-to-one correspondence. A number concept, i.e., our mental content about a number, is an abstract set size. However, abstract here is taken in the Aristotelian sense. In this sense, an abstract concept is one obtained by considering several experiences and omitting the features that distinguish them. Thus, an abstract cardinality is the idea of a cardinality of a collection in which the identity of its items is omitted. We acquire concepts of abstract cardinalities (i.e., number concepts) through the conventional learning process we experienced as children. The advantage of this approach, when compared to Giaquinto's, is that it is neutral regarding the nature of numbers, thus avoiding Benacerraf's problem. Furthermore, to the extent that number concepts still refer to set sizes – which, in some sense, exist out there – our number concepts can still have veridical content.

Modal Logic and Logical Consequence

Cezar A. Mortari

Federal University of Santa Catarina

cmortari@cfh.ufsc.br

The mainstream characterization of logical consequence – the model-theoretic one – is one of the landmarks of logic in the 20th century. However, since Jon Etchemendy's book *The Concept of Logical Consequence* (1990), the model-theoretic definition has been under attack: Etchemendy's claim is that Tarski's account of logical truth and logical consequence does not capture any pretheoretic conception of the logical properties. Now, underlying Tarski's conception is the division of all terms of a language into logical and extralogical, a division which is not quite arbitrary, although Tarski admits that "no objective grounds are known to me which permit us to draw a sharp boundary between the two groups of terms" (1956, p.418–19). In her defence of the model-theoretic characterization, Gila Sher submits that extralogical terms have no independent meaning, being interpreted only within models, whereas logical terms keep their meaning across models, so to speak. In other words, Sher's proposal is that logical terms are formal in the sense of being invariant under all nonstructural variations of models, that is, being invariant under isomorphic structures. However, according to Sher, "modal operators are outside the scope of this investigation", "we cannot take it for granted that the task of modal logic is the same as that of symbolic logic proper" (1991, p.54). My aim in this work is to examine the notions of logical consequence in modal logics (broadly considered) and discuss whether modal operators are logical in Sher's sense. My contention is that they are, at least if they are understood as quantifiers over possible worlds (situations, states, times). On the other hand, although invariance under isomorphic structures may be a sufficient condition for modals to be logical terms, it doesn't seem to be necessary. A broader requirement would be invariance under bisimilar structures.

References

- [1] Etchemendy, J. (1990) *The Concept of Logical Consequence*. Cambridge: Harvard.
- [2] Sher, G. (1991) *The Bounds of Logic*. Cambridge: Bradford, MIT.
- [3] Tarski, A. (1956) The Concept of Logical Consequence. In *Logic, Semantics, Metamathematics*. Oxford: Clarendon Press.

The Semantic Account of Computation: an Attempt to Block the Trivialization Problem

Ciro Hideki Artiga Watanabe

University of Campinas

ciro.watanabe@yahoo.com.br

The thesis that the brain is a computer is at the heart of the cognitive sciences. The idea underlies present in many research programs about our cognitive capacities, from language to perception, from analogical reasoning to social cognition. All these are explained in terms of computational operations implemented by our brains, and they are credited to be the most successful models about the mind we have ever created. From a philosophical point of view, however, it is not clear at all what it means to say that the brain computes. Of course our brains are not composed of copper tracks and transistors, but the essence of a computer does not rely on its material make-up. Rather, the property of implementing a computational state is usually understood as a higher order property related to the structure instantiated by the system, not with its physical constitution. This structure is to be taken as composed of symbols and rules for manipulating them – although there are competing views concerning our cognitive architecture. Since the notion of algorithm is abstract, the question of when a physical system is in fact implementing a program is a problem of its own. Computational anti-realists argue that no system has intrinsic computational properties, and computational realists defend that at least some of them do. The most liberal view is known as the Simple Mapping Account. According to this view, a physical system implements a program when there is an isomorphism between the program abstractly described and the system that realizes it. The system must preserve the operations among the symbols in the algorithmic level, a condition that, according to this view, is sufficient for saying that the algorithm is being implemented. The Simple Mapping Account has been attacked from several computational anti-realists. If this view is correct, then computational properties are vacuously instantiated by any dynamical system with minimal complexity; or, as Searle famously put it, under this interpretation, his wall implements the WordStar program. I will refer to this problem as the Trivialization Problem. Philosophers have tried to block this by narrowing the domain of objects that can be said to instantiate computational states. My goal in this presentation is to articulate a view which defends that the domain of objects that instantiate computational properties must possess semantic properties, that is, they must have some kind of representational content. I will refer to this view as the Semantic Account. In particular, I want to describe what exactly are we buying when we advocate such a view. A compelling argument for the Semantic Account is that computations are always computations of something, and never a senseless symbolic manipulation. Some of the central scholars in cognitive science who endorse this view are Jerry Fodor and Tyler Burge.

Mente y Corazón: Dos Casos Diferentes de Explicación Mecanicista

Claudio Lassevich Esperanza

University of the Republic

classevich@gmail.com

Es posible una lectura de la obra de René Descartes que ponga un mayor énfasis en su faceta como científico, a diferencia de interpretaciones clásicas centradas en sus *Meditaciones Metafísicas* (2011). En esa línea surge el interés por revisar cómo el filósofo critica los modelos explicativos típicamente medievales, en especial la apelación a formas sustanciales para dar cuenta de cada fenómeno natural, y propone una fundamentación epistemológica al mecanicismo de la nueva ciencia del siglo XVII. Su *Tratado de la luz* (1989), primera parte de una obra que en 1633 iba a titularse *Le monde* pero retiró de la imprenta para evitar posibles censuras o persecuciones, propone dicha fundamentación, y su aplicación al ámbito más específico de la anatomía y fisiología humana aparece en su segunda parte intitulada *Tratado del hombre* (2011). Se trata de un verdadero modelo explicativo que oscila entre lo instrumental y lo realista, y que pretende aportar teorías que reduzcan los fenómenos físicos, y específicamente los biológicos, a hechos de bajo nivel propios de la infraestructura física de la sustancia extensa. Por su parte, *De motus cordis* de William Harvey (1994) es genuinamente una obra bisagra en la historia de la fisiología humana, ya que encarna el pasaje de explicaciones teleológico-aristotélicas como las que proponía Galeno a explicaciones mecanicistas al estilo cartesiano. En primer lugar, propongo sobrevolar la explicación galénica de los movimientos del corazón y los tres fluidos espirituales, y la transición hacia la forma de explicación adoptada por Harvey. Hallaremos que las observaciones y experimentos realizados por Harvey son compatibles y posiblemente inspiradores para el mecanicismo cartesiano de *Le monde*. En segundo lugar, viraremos nuestra atención hacia la fisiología del sistema nervioso. ¿Qué funciones cognitivas pueden recibir una explicación mecanicista y cuáles no? ¿Dónde ha de trazarse el límite? La lectura de algunos pasajes de la obra cartesiana enriquecida por los aportes de un epistemólogo contemporáneo como Raftopoulos (2009), nos permitirá ubicar con precisión dicho límite al poder explicativo del modelo mecanicista. ¿Cuáles son precisamente las funciones cognitivas que el mecanicismo puede y no puede explicar? Dicho límite no es nada más que la brecha epistémica (Levine, 1983) que inaugura el célebre problema difícil de la conciencia (Chalmers, 1995). Con esta ruta interpretativa, que desplaza las obras más clásicas de Descartes del centro, podemos entender la hoy resistida metafísica dualista e interaccionista de Descartes menos como un compromiso con las ideologías imperantes en la época, y más como una solución provisional e imperfecta, que el autor propone a sabiendas de sus limitaciones, para poder darle algún lugar a aquellos estados mentales que se presentan como irreducibles a extensión (Clarke, 2005). El alma era para los griegos aquella sustancia que dota de vida a la materia, Descartes entiende que la vida es un fenómeno completamente superveniente a las propiedades de la sustancia extensa. Descartes conserva al alma, ahora circunscripta a lo mental, como la única naturaleza sustancial aristotélica todavía imprescindible para entender

el único fenómeno excepcional que se resistió (y aún se resiste, como aquellos irreducibles galos) a una explicación mecanicista: la experiencia consciente.

Referencias

- [1] Beaujeu, J. (1985). Galeno. En R. Taton (Ed.), *Historia general de las ciencias* (págs. 441-446). Barcelona: Destino.
- [2] Block, N. (1995). On a confusion about a function of consciousness. *Behavioral and brain sciences*(18), 227-287.
- [3] Chalmers, D. (Diciembre de 1995). The puzzle of conscious experience. *Scientific American*, 62-68.
- [4] Chalmers, D. (1999). *La mente consciente: en busca de una teoría fundamental*. Madrid: Gedisa.
- [5] Clarke, D. (1986). *La filosofía de la ciencia de Descartes*. Madrid: Alianza Editorial.
- [6] Clarke, D. (2005). *Descartes's Theory of Mind*. New York: Oxford University Press.
- [7] Descartes, R. (1989). *El mundo. Tratado de la luz*. Barcelona: Anthropos.
- [8] Descartes, R. (2011). *Meditaciones metafísicas seguidas de las objeciones y respuestas*. En R. Descartes, *Obras* (págs. 153-414). Madrid: Gredos.
- [9] Descartes, R. (2011). *Tratado del hombre*. En R. Descartes, *Descartes* (págs. 673-736). Madrid: Gredos.
- [10] Descartes, R., & Isabel de Bohemia. (2011). *Correspondencia con Isabel de Bohemia*. En R. Descartes, *Obras* (págs. 549-672). Madrid: Gredos.
- [11] Harvey, W. (1994). *Del movimiento del corazón y de la sangre en los animales*. México: UNAM.
- [12] Horgan, T. (1993). From Supervenience to Superdupervenience: Meeting the Demands of a Material World. *Mind*, 102(408), 555-586. Recuperado el 18 de 03 de 2019, de <https://www.jstor.org/stable/2254046>.
- [13] Latarjet, M., & Ruiz Liard, A. (1998). *Anatomía humana*. Madrid: Panamericana.
- [14] Levine, J. (1983). Materialism and qualia: the explanatory gap. *Pacific Philosophical Quarterly*(64), 354-361.
- [15] Nagel, T. (2000). ¿Qué se siente ser un murciélago? En T. Nagel, *Ensayos sobre la vida humana* (págs. 274-296). México D.F: Fondo de Cultura Económica.
- [16] Pellegrino, E. (1963). *La medicina y el concepto del hombre*. *The annals of The American Academy of Political and Social Science*.
- [17] Raftopoulos, A. (2009). *Cognition and perception: how do psychology and neural science inform philosophy?* Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology.
- [18] Turró, S. (1989). *Estudio Introductorio*. En R. Descartes, *El mundo. Tratado de la luz*. (págs. 7-42). Barcelona: Anthropos.

O papel dos valores na investigação científica: adeus à imparcialidade?

Claudio Ricardo Martins dos Reis

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

claudiormreis@gmail.com

Pretendo examinar cinco argumentos sobre o papel dos valores na ciência. As principais teses de cada argumento são as seguintes: (i) A avaliação de teorias pressupõe valores cognitivos - tese da racionalidade não algorítmica; (ii) Apenas a evidência empírica e valores cognitivos são legítimos na avaliação de teorias como itens do conhecimento - tese da imparcialidade; (iii). É impossível eliminar valores não cognitivos na avaliação de teorias tese dos pontos cegos; (iv) Valores morais podem ser legítimos, e muitas vezes necessários, na avaliação de teorias - tese do risco indutivo; e (v) Valores morais ou sociais podem ter função epistêmica na avaliação de teorias - tese da colaboração científica. Após analisar cada argumento, verificarei possíveis relações entre a tese (ii), da imparcialidade, e as outras teses mencionadas. A tese (ii) é claramente compatível com a tese (i). Mas, para além disso, pretendo mostrar que uma interpretação caridosa e atenta às nuances da argumentação de Hugh Lacey (autor e defensor da tese (ii)) permite-nos identificar compatibilidade entre sua tese e as teses (iii) e (iv). Contudo, defenderei que a mesma tese (ii) é incompatível com a tese (v) e que ela deve sofrer mudanças de modo a que possa se adequar à prática científica. Em vez de dar adeus à imparcialidade, portanto, minha proposta é modificar essa tese tornando-a compatível com a tese (v) e com a própria prática científica. Para isso, é preciso que a tese inclua a legitimidade para valores morais ou sociais com função epistêmica na avaliação de teorias. A “honestidade” é um exemplo desse tipo de valor. Em contextos de colaboração científica, supor a honestidade dos pares contribui à justificação epistêmica e, de fato, cientistas frequentemente precisam supô-la ao avaliar teorias. Ainda assim, não parece que assumir a honestidade dos colegas e entrar em relações de confiança com eles solapa nossa noção intuitiva para atribuição de imparcialidade. Se o uso comum da atribuição de imparcialidade não se restringe à tomada de decisão individual (podendo ser aplicado a decisões baseadas na confiança), então parece mais interessante preservar o termo, ainda que isso implique negar a tese (ii), do que dar adeus à imparcialidade. Assim, obtemos a seguinte tese: (ii’) Apenas a evidência empírica, valores cognitivos e valores morais ou sociais com função epistêmica são legítimos na avaliação de teorias como itens do conhecimento - nova tese da imparcialidade. A nova tese da imparcialidade nega um ideal de pureza epistêmica na avaliação de teorias, na medida em que aceita a possibilidade de valores morais e sociais atuarem como um critério nessa avaliação. No entanto, esses valores morais e sociais só são legítimos - na avaliação de teorias como itens do conhecimento científico - devido à sua função epistêmica/cognitiva. Desse modo, não excluímos a priori valores morais e sociais e, ainda assim, mantemos um ideal de imparcialidade.

The inferential conception of physical laws

Cristian Soto

Universidad de Chile
cssotto@gmail.com

Otávio Bueno

University of Miami
otaviobueno@me.com

Looking into the intertwining of the philosophy of applied mathematics and the philosophy of physical laws, this article elaborates an inferential conception of physical laws. We embrace the fact that most physical laws are expressed in terms of more-or-less complex mathematical structures. Such laws are in principle intended to refer to physical systems, thereby being understood as statements yielding generalizations about the relevant quantities and structural relations of their targets. Feynman (1965) and Dorato (2005) have highlighted that most laws in physics are mathematical statements providing physical information in a concise and precise manner. To move beyond their contributions, we draw from the work that one of us has done on the inferential conception of the application of mathematics (Bueno and French 2018; Bueno and Colyvan 2011). Outcomes of the investigation carried out in this latter direction help us cast light on various issues concerning the character of physical laws. We accordingly call our proposal the inferential conception of physical laws, which advances an empiricist, deflationary account of laws. We hold the view that physical laws are empirical hypotheses that serve as rules or directions for deriving physically informative inferences about their target systems. The inferential power of physical laws makes them useful tools for guiding our behavior with respect to various physical domains. Among other activities, physical laws enable us to construct explanations of various phenomena, as well as pursuing unification in scientific theorizing. Furthermore, mathematical structures expressing physical laws partake in the construction of various models and simulations of physical systems. The structure of our argument is as follows. After brief introductory remarks in section 1, sections 2 and 3 motivate our approach, placing the inferential conception of physical laws in the philosophy of laws debate and addressing the problem of the application of mathematics in view of physical laws. Section 4 develops the inferential conception of physical laws in terms of the immersion-inference-interpretation scheme. In 4.1, we examine the immersion of the relevant cardinality and structural relations of physical systems into mathematical structures. In 4.2, we consider the inferential power that mathematical structures bestow on mathematics-based physical laws. And in 4.3, we examine strategies for providing a physical interpretation of mathematical structures expressing law statements, especially in view of surplus mathematical structure occurring in such laws. Section 5 addresses the modal character of physical laws, whereas section 6 examines whether we need the world to come equipped with a structure for us to obtain physical laws. And section 7 summarizes the main morals from our analysis.

References

- [1] Bueno, O. and M. Colyvan. 2011. "An Inferential Conception of the Application of Mathematics", *Nous*, 45(2): 345-374.
- [2] Bueno, O. and S. French. 2018. *Applying Mathematics. Immersion, Inference, Interpretation*. Oxford, Oxford University Press.
- [3] Dorato, M. 2005. "The Laws of Nature and the Effectiveness of Mathematics", in G. Boniolo, P. Budinich, and M. Trobok (eds.), *The Role of Mathematics in Physical Sciences: Interdisciplinary and Philosophical Aspects*. Dordrecht, Springer.
- [4] Feynman, R. 1965. *The Character of a Physical Law*. London, Penguin Books.

Inflationary Representations in Perceptual Psychology: Has Burge Demonstrated Them?

Daniel Credico de Coimbra

University of Campinas

dan.c.coimbra@gmail.com

The notion of representation is in disarray in the professional literature. Some versions are so watered down that representation, if not ubiquitous in nature, is at least trivially unavoidable by any cognitive theory. The notion thus becomes bereft of any interest. More inflationary versions, capable of playing the distinctive explanatory, semantic, and epistemic roles traditionally accorded to representations, are faced with insistent attempts at reduction to information-theoretic and biofunctional notions. Attempts to understand representations as *sui generis* states, at once inflated and irreducible, have been met with the same skepticism accorded to parapsychology. But Tyler Burge, a central figure in contemporary philosophy of mind, has recently published a monograph and a series of articles arguing that perceptual psychology, in itself an empirically successful science, is explanatorily committed to *sui generis* representations. (See his *Origins of Objectivity*, 2010.) Burge aims to excise philosophical ignorance of a mature science. He claims that perceptual psychology, and primarily vision science, posits representations which are inner states (presumably of the CNS) associated with certain natural functions – or, what may be the same, subjected to certain natural norms – whereby such states undergo a kind of success if and only if they have been caused by certain environmental elements. That success is called veridicality, and those success conditions are called perceptual representational content. The irreducible normativity associated to such representations is what makes them inflationary. My aim is to articulate an account of what facts and explanatory schema in perceptual psychology – according to Burge’s version of it – require the existence of irreducibly normative representational perceptual states. In epistemology and semantics, there are momentous consequences in case such states exist. Whence comes representational norms? Their origin is supposed to lie in (a) the law-like perceptual processing patterns that have generated such inner states, called formation principles, and (b) the biological functions associated with the perceptual system as a whole. We will explain how these facts are relevant. The matter is especially perplexing insofar as representational norms are irreducible to biological norms, as his root mismatch argument (to be presented) convincingly shows. Thus, such representations are both inflated and *sui generis*. Unless an account of the origins of normativity is forthcoming, the way that perceptual psychologists employ the terms ‘representation’, ‘veridicality’, and ‘perceptual reference’ could be deflationary, non-normative counterparts to the notions Burge intends. Just the fact that scientists think that their notions are irreducibly normative is insufficient guarantee. My presentation aims to provide the best possible account of that kind, improving upon Burge’s work where possible.

Por um outro sentido de “ver”: o papel epistemológico do conteúdo e da gramática da percepção

Daniel Mendes Campos Xavier Debarry

Universidade Federal de Minas Gerais

daniel.debarry@gmail.com

Propõe-se apresentar e colocar em debate posições representacionistas e antirepresentacionistas no que se refere à experiência perceptual - ao mesmo tempo em que procura tomar posição em favor da primeira em detrimento da segunda. Para tal, visa-se realizar uma reconstrução crítica do debate entre John McDowell e Charles Travis, bem como, no intuito de realizarmos uma defesa do representacionismo conceitualista de McDowell das críticas de Travis, usar ferramentas, além das fornecidas por McDowell, provindas da tradição fenomenológica em filosofia. Em *Mind and World*, texto de 1994 que é a obra de McDowell mais conhecida e discutida, o autor apresenta uma defesa do que estamos chamando aqui de representacionismo, isto é, uma posição segundo a qual experienciar o mundo é representá-lo como sendo de algum modo. Para McDowell, a experiência perceptual, em termos epistemológicos, deveria possuir um conteúdo proposicional e por isso conceitual, se quisermos garantir que a mesma possui um papel mais contundente em nossos juízos perceptuais. Assim, na história contada em *Mind and World* somos apresentados na experiência a generalidades proposicionalmente estruturadas, ao percebermos ou mesmo vermos que as coisas são de tal e tal modo. Travis, em artigos como *The Silence of the Senses* e *Reason's Reach*, sustentará, em uma crítica direta a McDowell, que a percepção não é uma questão de representar que tal e tal é o caso. Por exemplo, não seria razoável, para Travis, dizer que veríamos que o sol nasceu no sentido proposto em *Mind and World*, já que conteúdos proposicionais (ou mesmo qualquer outro tipo de conteúdo) não seriam coisas pertencentes ao âmbito da sensibilidade, ou seja, não seriam coisas passíveis de serem percebidas. Diante das críticas de Travis, McDowell reconheceu a necessidade de mudar sua posição, o que o levou a passar a sustentar um novo tipo de conceitualismo, agora não proposicional, em relação à experiência perceptual. O caráter não proposicional, mas ainda assim representacional da experiência perceptual foi defendido por autores analíticos influenciados pela tradição continental e fenomenológica em filosofia, como Adrian Cussins (ver, por exemplo, *Experience, Thought and Activity: their content, their normativity and their characteristic kinds of commitment*), o que entendemos ser uma via de apoio a posições como a de McDowell. A partir do que foi dito neste breve resumo, nossa proposta de apresentação pretende, então, realizar uma contextualização do debate entre Travis e McDowell, bem como recomendar que conceitos vindos da tradição fenomenológica poderiam fortalecer uma posição representacionista em relação à experiência perceptual.

Percepções de ordem superior e a rede de modo padrão: como a teoria da mente dá origem à consciência

Daniel Uptmoor Pauly

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
dupauly@gmail.com

Gabriel Jung do Amaral

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
jungdoamaral@outlook.com

Matheus Dal’Puppo

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
mate_dp@hotmail.com

A consciência foi vista como algo especial dentro da natureza humana. Diversos filósofos postulavam a existência de uma substância própria à vida mental humana. Divisões entre o corpo e a mente foram recorrentes na história da filosofia. Vemos, no entanto, um virada de paradigma no século XX. Com o crescimento da neurociência e das ciências cognitivas, as explicações naturalizadas da mente põe em xeque teses aprioristas e dualistas. Entretanto, para que uma teoria ofereça um resposta adequada ao problema, ela deve ser capaz de lidar com o aspecto privado das experiências fenomenológicas, isto é, explicar o que é ser alguém que está experimentando um estado fenomenológico distinto. Em vista dessas dificuldades, como podemos conciliar um explicação naturalista com o aspecto subjetivo da experiência fenomenológica? Uma possível solução para esse problema é oferecida por Peter Carruthers (2000) ao elaborar uma teoria representacionalista da mente. Segundo ele, a consciência é uma representação de ordem superior dirigida ao sistema representacional de ordem inferior. Dessa forma, Carruthers propõe uma teoria – chamada de percepções de ordem superior (sigla em inglês HOP) – que funciona de maneira hierárquica, no qual os níveis inferiores são responsáveis por processamentos não-conscientes enquanto que os níveis superiores responderiam pelas experiências subjetivas do organismo. Entretanto, Carruthers postula que esse mecanismo só é possível por meio da presença de uma estrutura capaz de mentalização. Mentalização, ou teoria da mente (sigla em inglês ToM), é um processo psicológico de criar hipóteses sobre o que se passa na mente dos outros e na nossa própria mente. Atribuímos estados mentais, crenças e desejos, nos objetos do mundo externo e aplicamos esse mesmo processo em nossa própria mente. O sistema de mentalização é recrutado pelo mesmo conjunto de regiões do cérebro que é convocado pela rede de modo padrão (sigla em inglês DMN). Ela tem esse nome por ser ativada enquanto estamos acordados e ociosos, geralmente está associada a pensamentos introspectivos. Observa-se ativação da rede de modo padrão, por exemplo, nos intervalos entre as muitas tarefas promovidas em estudos neurocientíficos que utilizam diferentes técnicas de imagem cerebral. Entretanto quando nos focamos em uma tarefa, é ativada no cérebro uma rede neural denominada task-positive que suprime a DMN. Aceitando como verdadeira a premissa de que a ToM é necessária para

a HOP nos leva à seguinte questão: a ToM e a DMN, por operarem nas mesmas regiões neurais, sendo elicitadas concomitantemente, poderiam levar a uma diminuição da consciência por inibição da DMN quando realizamos uma tarefa? Este artigo é uma tentativa de dar uma resposta satisfatória à esta objeção levantada contra a teoria das percepções de ordem superior de Carruthers, buscando apresentar evidências que corroborem para a discussão.

Poderá o platonismo da plenitude ser formalmente e coerentemente interpretado?

Daniela Moura Soares

Federal University of Rio de Janeiro

danielams.d@gmail.com

Greg Restall (2003) apresenta uma série de objeções inter-relacionadas contra o platonismo da plenitude de Balaguer (1998), procurando mostrar, basicamente, que Balaguer não desenvolveu uma versão plausível do platonismo matemático. Neste artigo, reformulo estas objeções, procurando mostrar que os defensores desta forma não tradicional de platonismo matemático têm recursos para respondê-las adequadamente. A ideia central do platonismo matemático da plenitude é a de que o reino matemático é pleno: a existência matemática esgota a possibilidade lógica. Uma das principais vantagens desta versão de platonismo matemático é permitir bloquear as objeções epistêmicas contra o platonismo matemático tradicional. Pois se o princípio da plenitude segundo o qual todos os objetos matemáticos que logicamente poderiam existir existem for verdadeiro, qualquer teoria puramente matemática que seja consistente descreverá verdadeiramente alguma parte da realidade matemática. Mas se qualquer teoria puramente matemática que seja consistente descreve verdadeiramente alguma parte da realidade matemática, podemos garantir, para qualquer teoria matemática W , que se W for consistente, será uma descrição verdadeira de um algum objeto ou estrutura matemática. Deste modo, para justificar a confiabilidade das nossas crenças matemáticas, como exigem as versões mais recentes das objeções epistêmicas ao platonismo matemático, tudo aquilo que temos de fazer é justificar a nossa crença na ideia de que as afirmações matemáticas nas quais acreditamos são consistentes. Mark Balaguer é um dos principais defensores desta forma não tradicional de platonismo matemático. Embora afirme que o platonismo da plenitude deva ser encarado como uma teoria informal acerca da natureza da realidade matemática, Balaguer (1998: 6) sugere que o princípio da plenitude pode ser formalmente interpretado do seguinte modo:

$$\forall Y (\diamond (\exists x)(Mx \wedge Yx) \rightarrow (\exists x)(Mx \wedge Yx))$$

Restall (2003), contudo, rejeita a ideia de que o princípio da plenitude tal como elaborado por Balaguer possa ser adequadamente interpretado. Em termos gerais, defende que tal princípio não pode ser adequadamente interpretado, seja formalmente ou informalmente. Se tentarmos interpretá-lo formalmente, atribuindo-lhe uma forma lógica correspondente tal como em (1), teremos ou de aceitar uma consequência implausível acerca da natureza dos objetos matemáticos ou – modificando ligeiramente tal interpretação para evitar este resultado – de aceitar uma contradição. Por outro lado, se entendermos o princípio da plenitude como uma tentativa informal de fornecer uma epistemologia adequada para a ontologia platonista, abdicando, portanto, da ideia de que tem de haver uma forma lógica correspondente à tese da plenitude, teremos de escolher entre aceitar uma interpretação demasiado fraca e trivial, a qual claramente tanto poderá ser endossada por platonistas como por antiplatonistas, e abandonar o

apelo à concepção plena dos números naturais (CPN doravante), o qual é essencial para bloquear a objeção metafísica das múltiplas reduções originalmente proposta por Benacerraf (1965). Centrar-me-ei na primeira e última parte das objeções de Restall, negando que o princípio da plenitude formalmente interpretado implique afirmações contraditórias, e que informalmente interpretado obrigue-nos a abandonar a CPN.

The Problem of Logical Omnipotence

Danilo Fraga Dantas

Federal University of Santa Maria

dfdantas@ucdavis.edu

The most widespread models of rational reasoners are Hintikka's model and the Bayesian model. Both models exhibit the problem of logical omniscience.

What makes the problem of logical omniscience relevant to epistemology is the fact that real reasoners cannot be logically omniscient. The most common strategy for avoiding this problem is to interpret the models as describing the explicit beliefs of ideal reasoners, but only the implicit beliefs of real reasoners. Ideal reasoners are often construed as logically omnipotent reasoners (without cognitive limitations). Real reasoners (e.g. humans) are finite reasoners (with cognitive limitations).

But why model ideal instead of real reasoners? The answer to this question usually involves normative considerations. Hintikka, for example, claims that the reasoners described in his model are ideal in the sense of being immune to the criticism of being irrational for not believing something that is a logical consequence of their beliefs. But if not believing something that is a logical consequence of your beliefs may render criticisms of irrationality, then there must be some normative parameter of rationality requiring reasoners to believe the logical consequences of their beliefs.

It is not always reasonable to use reasoners without cognitive limitations as parameters of rationality for finite reasoners. For example, if there is a procedure for checking guesses, a reasoner that is able to execute inferences instantaneously can solve any problem (instantaneously) simply by generating and checking successive random guesses. This pattern of inference is not remotely functional for finite reasoners because it trades (and depends) on the logical omnipotence of reasoners without cognitive limitations. A parameter of rationality exhibits the problem of logical omniscience iff it requires logical omnipotence.

If logical omniscience is interpreted in terms of explicit beliefs, then logical omniscience entails omnipotence. Under other interpretations, this is not the case.

Where logical omniscience and logical omnipotence diverge, logical omnipotence is the relevant problem. (Human) epistemology is especially concerned with human rationality and it seems to be an essential feature of human rationality that humans have finite amounts of cognitive resources; that humans are finite reasoners. For this reason, epistemology is (should be!) specially concerned with parameters of rationality that do not exhibit the problem of logical omnipotence. The avoidance of the problem of logical omniscience is not as central. In fact, parameters of rationality that exhibit logical omniscience, but not omnipotence seem to be especially relevant to epistemology.

In this paper, I survey two developments of the most common strategy applied to the problem of logical omniscience. The first strategy is to interpret the parameter of rationality in terms of accessible beliefs. The second strategy is to interpret the parameter of rationality in terms of stable beliefs. Both strategies avoid the problem in classical settings, but the first strategy exhibits the problem in nonmonotonic settings. In section

1, I introduce a model of reasoners and define a finite reasoner and the parameter of rationality using this model. In section 2, I describe the two strategies using the model and show that both succeed in avoiding the problem of logical omnipotence in classical settings. In section 3, I discuss nonmonotonic settings. I introduce a modal interpretation of the notion of accessible belief. I conclude that the rationality of finite reasoners should be evaluated in terms of stable beliefs.

The Origins of Scientific Cosmology: a rational reconstruction

Danilo Miranda Rodrigues

University of São Paulo

danilo.rodrigues@usp.br

Jose Raymundo Novaes Chiappin

University of São Paulo

chiappin@usp.br

When did cosmology become science? Many publicity manuals associate this transition with the publication of Einstein's cosmological model in 1917 without, however, justifying this choice properly. In this work we introduce the demarcation criterion of Lakatos, formulated from his reading of Popper and show that it can be used to answer this question. Einstein's cosmological model is a true research program, with its irrefutable nucleus, protective belt, positive and negative heuristics. This program degenerates throughout the 1920s, mainly due to Friedmann's criticism and the astronomical observations of Slipher and Hubble. A new research program then emerges, built mainly on the works of Friedmann and Lemaitre. According to this second program, which is still currently progressive, the Universe is in a process of expansion. During the second half of the twentieth century there was an intense dispute between two cosmological theories: The Big Bang theory and the Steady state theory. We defend that both are part of this same research program of the expanding universe because they take as unquestionable methodological assumptions the same considerations: general relativity and Hubble's spectroscopic observations that assume that galaxies are moving away from each other. This competition of theories is what gives the scientific character to the research programs. Still according to Lakatos, what is scientific is not a theory itself, but a sequence of theories. Throughout this rational reconstruction, we intend to describe cosmology in the last 100 years in terms of the set of two great research programs and, finally, to show that the methodology of the Lakatos research programs allows us to answer affirmatively to the question initially exposed. The historical foundation of this research is supported mainly by the various texts on cosmology by science historians Helge Kragh, Jacques Merleau Ponty and John North, and their work will provide us with support for reconstructing the complex evolution of cosmology from Einstein's article to the formulation of the model of the Big Bang. The red shift observations of the galaxies did not directly imply expansionist models, expansionist models did not imply, in turn, the belief in a hot and dense beginning of the Universe, and the belief of a hot and dense state by Lemaitre did not initially imply the belief of an initial singularity. We hope during the symposium to give more details of this evolution and avoid an anachronistic and reductionist look at this history. We note that in many publicity manuals such steps are suppressed and reduced and we draw attention to such risks.

How to Be a Constitutivist about Epistemic Normativity

David Horst

Federal University of Rio Grande do Sul

horstdav@gmail.com

Epistemic Constitutivism (EC) aims to ground epistemic normativity in the nature of belief. In that, it is the epistemic version of a corresponding constitutivist strategy in ethics: the attempt to ground practical normativity in the nature of action and agency. More specifically, EC relies on two central claims: (1) that belief is constitutively subject to a standard of correctness which is widely held to be truth \neg , and (2) that other epistemic normative notions – in particular, normative reasons for belief – can be explained in terms of this correctness-standard. (Versions of EC are endorsed by Velleman [2000], Shah [2003; 2006], Railton [1997], and many others.) If defensible, the view promises an attractive and unifying account of epistemic normativity. However, EC faces a forceful objection, mirroring influential complaints against constitutivist strategies in the practical domain: namely that constitutive correctness is not sufficient for generating reasons. For instance, as many have observed, the fact that some chess-move is correct in light of chess' constitutive correctness-standards doesn't show that there is a normative reason for you to make this move. If so, then, at the very least, EC owes us an account of what distinguishes belief's correctness-standard from other such standards, such that belief's standard is indeed capable of generating reasons. Many philosophers, however, are convinced that EC cannot meet this challenge on its own terms. This is because they think that, quite generally, correctness-standards have reason-giving force only if and because there is a prior and independent reason to comply with the relevant standard in the first place. If this were true, EC's correctness-first approach to epistemic normativity would be doomed: belief's correctness-standard would not be the ultimate "source" of epistemic normativity. My aim is to defend EC in the face of this objection. I do so by disputing the crucial reasons-first assumption underlying the case against EC: that correctness-standards in general have reason-giving force only if and because there is a prior and independent reason to comply with the relevant standard. If we apply this general view to belief's correctness-standard, we get the following claim: some consideration indicating believing that P to be correct in light of belief's correctness-standard (i.e., truth) is a reason for believing that P only if and because there is a prior and independent reason to comply with belief's correctness-standard. I then argue for two points: (1) that, plausibly, considerations indicating believing that P to be correct in light of belief's correctness-standard (i.e., truth) do constitute or provide reasons for believing that P , and (2) that, for systematic reasons, there cannot be any prior or independent reasons to comply with belief's correctness-standard. Taken together, these claims entail that the reasons-first assumption is false. (2) If correct, this reveals a crucial flaw in the case against EC and helps to remove a systematic objection to the very possibility of EC's explanatory project. The overall contribution of my talk, then, is an argument in favor of a correctness-first approach – as opposed to a reasons-first approach – to epistemic normativity.

A noiva da criatura: reflexões sobre duas representações do feminino

Débora de Sá Ribeiro Aymoré

Universidade do Estado do Amapá

deboraaymore@gmail.com

Analisamos em *Frankenstein* (1818) de Mary Shelley duas representações do feminino: a da personagem Elizabeth Lavenza, irmã adotiva e noiva do protagonista Victor Frankenstein, e a fêmea artificialmente produzida por este para atender às demandas de procriação do antagonista, a criatura. Nossa reflexão sobre os papéis por elas representados, respectivamente, o papel de esposa e o de fêmea, está fundamentada em três referenciais teóricos. O primeiro, na concepção de violência simbólica apresentada por Pierre Bourdieu (*A dominação masculina*, 1998); o segundo, na crítica do feminino como vinculado apenas ao sexo ou à biologia, tal como expresso por Simone de Beauvoir (*O segundo sexo*, 1949); e, o terceiro, nas reflexões de David Le Breton sobre o corpo na modernidade (*Adeus ao corpo*, 1999).

Nosso pressuposto de análise é de que os aspectos simbólico e existencial se influenciam reciprocamente, de tal modo que a análise filosófica desta representação literária do feminino permite-nos pensar prospectivamente sobre nossa condição contemporânea, sem o receio de incorrerem em anacronismo. Trata-se, antes, de um experimento mental que possibilita o diálogo entre Filosofia e Literatura, cujo intuito é o de refletir sobre os papéis sociais que se espera que a mulher assuma. Assim, embora a gestação seja representativa do “ser mulher”, existencialmente a percepção da escolha entre deixar ou não prole nos recoloca no estado de tensão entre liberdade e responsabilidade.

Ressaltamos a partir da análise filosófica de *Frankenstein* três categorias epistemológicas relevantes para os estudos feministas: (1) a vinculação do feminino às emoções (contraposta aos personagens masculinos correspondentes, que seguem ou a razão ou a ação de modo autônomo), (2) a manutenção da mulher no ambiente privado (contraposta às ações ora positivas ora negativas perpetradas por suas contrapartes masculinas no ambiente público), e (3) a impossibilidade de ganho de autonomia frente aos tutores (contraposta ao constante incentivo à autonomia de pensamento e de ação de Victor e da criatura). Tais categorias epistemológicas recriam o ambiente necessário para a reflexão sobre a “obrigatoriedade” do casamento e da maternidade, que fazem com que o feminino em *Frankenstein* esteja pintado com tons pastéis, ou seja, apagando a personalidade e o protagonismo das mulheres, talvez com o intuito semi-consciente de ressaltar a autonomia e protagonismo de Victor e da criatura.

Não se trata aqui, portanto, de fazer uma crítica ao casamento monogâmico e nem mesmo ao projeto de formar uma família, que perpassa os corpos, as emoções e as mentes dos seres humanos. Trata-se, antes, de refletir filosófica e simbolicamente sobre a condição feminina, quando este se deixa conduzir pelo projeto de complementar o masculino. A partir desta análise, poderíamos tanto reconhecer esta obra de Shelley como a primeira de ficção científica, explorando riscos possíveis do reconhecimento do homem como criador e dominador da natureza, como também, e esta é nossa ênfase, considerar *Frankenstein* como alerta existencial, recolocando suas leitoras em es-

tado de tensão reflexiva sobre ser a contraparte do masculino ou tornar-se autônoma. Tal fragmentação seria indício de que talvez nossa criação nos conduza para nos tornarmos noivas da criatura.

Referências

- [1] Beauvoir, Simone de. *O segundo sexo*. 2 ed. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009 [1949].
- [2] Bourdieu, Pierre. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. 4 ed. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2017 [1998].
- [3] Hirata, Helena; Laborie, Françoise; Le Doaré, Hélène; Senotier, Danièle (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009 [2004].
- [4] Le Breton, David. *Adeus ao corpo: antropologia e sociedade*. 6 ed. Tradução Maria Appenzelle. Campinas, SP: Papirus, 2013 [1999].
- [5] ———. *A sociologia do corpo*. 6 ed. Tradução Sonia Fuhrmann. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012 [1992].
- [6] Miguel, Luis Felipe; Biroli, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- [7] Sartre, Jean-Paul. *O existencialismo é um humanismo*. 4 ed. Tradução João Batista Kreuch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014 [1996].
- [8] Shelley, Mary. *Frankenstein ou Prometeu moderno*. Tradução e notas Doris Goettems. São Paulo: Editora Landmark, 2016 [1818].

O controle do conhecimento na estrutura panóptica da obra literária 1984

Débora de Sá Ribeiro Aymoré

Universidade do Estado do Amapá

deboraaymore@gmail.com

Davi Oliveira da Silva

davi.olly3@gmail.com

Nosso objetivo é apresentar a obra literária 1984 como exemplo da forma moderna de produção da verdade que, segundo Michel Foucault, associa saber e poder. Em 1984, George Orwell supõe uma sociedade baseada no controle exaustivo de seus habitantes. Nela todo o conhecimento é supervisionado e produzido pelo Partido, fazendo com que a produção do discurso verdadeiro esteja sob seu domínio. O Partido exerce controle sobre o saber e o não saber. Deste modo, toda verdade é construída laboriosamente, moldando-se às necessidades do poder que o Partido exerce. Supõe-se, então, que tal sociedade seja um laboratório de extração e produção de conhecimento. Aquilo que se reconhece como verdade pode ser, no entanto, modificado para que não entre em contradição com afirmações do Partido. Tal modificação frequente do saber é tão importante quanto qualquer outro mecanismo de controle. Pois, se houver fato que desacredite a força do Partido, ele precisa ser alterado. Consequentemente, o Partido exerce uma mudança frequente de cada indivíduo, bem como do discurso de verdade da sociedade. Os indivíduos são forçados a modificar a verdade cotidianamente, assim como são coagidos a reproduzir essa “nova” verdade, fazendo com que todos confessem a verdade que o Partido produz.

Segundo Foucault existe, em toda sociedade, esta correlação entre a produção e o acúmulo de saber, que varia de acordo com as relações de poder: o saber seria uma das formas de expressão do poder, enquanto o poder age em consonância com o saber e requer a produção da verdade. Como agentes do poder, somos forçados a reproduzir discursos de verdade que possibilitam o seu exercício. Esse poder-saber atua de duas maneiras. Em primeiro lugar, forçando uma produção de saber, pois são os discursos de verdade que garantem o seu exercício; e, em segundo lugar, somos ao mesmo tempo objeto e lugar de aplicação desse poder-saber. O poder disciplinar não atuará apenas no campo da disciplina dos corpos, pois Foucault considera que, a partir do século XVIII, houve paralelamente um movimento de disciplinarização também dos próprios saberes. O poder será investido na produção sistemática, hierarquizada, centralizada de saberes em torno do eixo da normalização. A norma seria o dispositivo em que o saber e o poder encontram-se unidos, de tal modo que seja possível incidir sobre os sujeitos. Pois o poder não apenas disciplina, vigia, mas também conhece. O Panóptico representa uma estrutura de vigilância que possibilita inclusive que o poder se exerça através da produção de saber.

Nessa interpretação comparativa entre 1984 e a estrutura panóptica apresenta-se o desenho do mecanismo moderno de poder. Modernamente, há um olhar vigilante

que capta uma série de informações, que servem, assim, como subsídio para a criação de novos saberes, posteriormente transformadas em ordens, decisões, dispositivos de controle e normalização. O Panóptico será essa grande máquina de fabricação da verdade, que forma corpos dóceis e rentáveis, bem como consciências normalizadas e normalizadoras, pois o indivíduo torna-se o lugar privilegiado de formação de saberes, que permite que o exercício do poder seja potencializado em sua microaplicação.

Referências

- [1] Ayub, João Paulo. *Introdução à analítica do poder de Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios, 2014.
- [2] Bazzicalupo, Laura. *Biopolítica: um mapa conceitual*. Tradução Luisa Rabolini. São Leopoldo, RS: Editora UNISINOS, 2017.
- [3] Billouet, Pierre. *Foucault*. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Estação Liberdade, 2003 (Figuras do saber).
- [4] Castro, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Tradução Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- [5] ———. *Introdução a Foucault*. Trad. Beatriz de Almeida Magalhães. 1 ed. 3 reimpress. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- [6] Dreyfus, Humbert; L. Rabinow, Paul. *Michel Foucault: Uma trajetória Filosófica. Para além do estruturalismo e hermenêutica*. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- [7] Foucault, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- [8] ———. *História da sexualidade II: O uso dos prazeres*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. 8ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.
- [9] ———. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975 – 1976)*. Tradução Maria Ermantina Galvão. 2 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010 (Coleção obras de Michel Foucault).
- [10] ———. *Ditos & Escritos VII: arte, epistemologia, filosofia e história da medicina*. Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2011.
- [11] ———. *A sociedade Punitiva: curso no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- [12] Orwell, George. *1984*. 26 ed. Tradução Alexandre Hubner e Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das letras, 2009.
- [13] Taylor, Dianna (Ed.). *Michel Foucault: conceitos fundamentais*. Tradução Fábio Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

Avatars of Quantum Dynamics

Diana Taschetto

University of São Paulo

dtaschetto@usp.br

The task of extracting the physical significance of the theoretical objects at play in non-relativistic quantum mechanics is as much a challenge today as it was for those who posited their existence in creative attempts to fit equations to spectroscopy results back in the beginning of the last century. The fact of our lack of understanding being empirically inconsequential for practical matters is certainly in itself a major philosophical topic for exploration – but it is again the die-hard, pervasive need of interpreting and generating philosophical consequences at work in the selection of the issues I suggest we look at. I claim there to exist interesting lessons epistemically available to us from confronting Heisenberg's and Schrödinger's formulation of quantum mechanics. In this presentation I shall discuss representation theory as applied to the dynamics of quantum systems and I shall indicate how the different cloth with which quantum dynamical variables can present themselves in the arena of Hilbert spaces to be equivalent in terms of algebraic structure but not in interpretation. The mathematical isomorphism that encloses the mentioned equivalence will be shown to ensue interesting aftermaths of relevance to the familiar conundrum of the nature of time as described by physical theory.

Necessidade, contingência, aprioridade e sentenças matemáticas no pensamento do Wittgenstein tardio

Diego de Souza Avendano

Universidade Federal de São Paulo

Nesta apresentação, irei explorar os argumentos pelos quais Wittgenstein refuta os equívocos comumente entrelaçados à noção de necessidade matemática. A despeito do fato de que o Wittgenstein tardio não quisesse realmente distinguir a necessidade matemática da necessidade lógica ou gramatical, focarei somente os contextos matemáticos de seus argumentos - ainda que seja claro para mim que o autor se esforce para mostrar que há um paralelo que pode ser esboçado entre todos os tipos de necessidade. Tal circunscrição é importante para esclarecer o fato de que a noção de necessidade matemática é usualmente considerada a priori e se pense tal necessidade como sendo vinculada a sentenças a priori. Contudo, o Wittgenstein tardio se esforça para dissociar o apelo epistêmico à aprioridade de suas observações sobre a necessidade matemática e se recusa a tratar necessidade/contingência como aspectos da realidade ou do entendimento. Diante disto, esta apresentação pretende oferecer uma interpretação de algumas das observações sobre a necessidade matemática encontradas nas *Lectures on Foundations of Mathematics (LFM)*, *Remarks on the Foundations of Mathematics (RFM)* e nas *Philosophical Investigations (PI)*. A apresentação será dividida em três seções principais. Na primeira seção, discutirei a tensão entre a natureza supostamente descritiva das sentenças matemáticas e sua necessidade. Esta seção tem o objetivo de contextualizar o debate sobre filosofia da matemática e apresentar algumas das posições atribuídas à Wittgenstein por seus comentaristas principalmente Dummett, Stroud e Frasca. Na segunda seção, argumentarei que Wittgenstein mantém fundamentalmente duas teses sobre a semântica das sentenças matemáticas: a primeira diz respeito ao caráter não predicativo das sentenças matemáticas e, consequentemente, a sua impossibilidade de descrever qualquer realidade; a segunda diz respeito ao caráter prescritivo das sentenças matemáticas e, consequentemente, ao caráter prescritivo da necessidade matemática. O objetivo dessa segunda seção é esclarecer a distinção que Wittgenstein observa na estrutura gramatical das sentenças empíricas e das sentenças matemáticas, mostrando como o caráter necessário das sentenças matemáticas não é aquele da tautologia, pois, ao recusar a ideia de que as sentenças matemáticas sejam predicativas, o filósofo nega também a própria possibilidade de se atribuir verdade ou falsidade a tais sentenças. Por fim, na terceira seção, argumentarei que qualquer interpretação da filosofia do Wittgenstein tardio deve incorporar o elemento pragmático fundamental da “tomada de decisão” em observância a qualquer atividade humana que requeira solução de problemas, seja essa atividade a filosofia, seja a matemática. Sendo assim, pretendo ser capaz de mostrar ao final desta apresentação que a noção de necessidade matemática tal qual formulada por Wittgenstein no período final não se pretende absoluta, nem a priori, nem autoevidente, nem indubitável, nem convencionalista, mas se pretende um desafio à maneira como o problema da necessidade tem sido tradicionalmente formulado e seccionado em necessidade/contingência. De

um ponto de vista pragmático, as sentenças necessárias podem ser usadas como sentenças contingentes e as sentenças contingentes podem ser usadas como necessárias; dependendo do nosso uso, certas atitudes são permitidas e certas regras são implicadas.

Rompendo com o saber instituído: um diálogo entre Karl Popper e Michel Maffesoli em torno das metáforas mais adequadas sobre a pós-modernidade

Douglas Borges Candido

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

douglasborgescandido@gmail.com

A busca pelas palavras mais adequadas para descrever a pós-modernidade é um desafio tão difícil quanto tentar compreendê-la. Talvez porque a maioria dos termos filosóficos-sociológicos carregam significados consolidados de épocas passadas; talvez porque o pensamento catedrático encontra-se viciado e com medo de ousar abandonar a tradição estabelecida. Somente com um espírito aguçado e audaz, como o do pensador francês Michel Maffesoli, se é capaz de empreender alguns passos nessa seara. E é isso o que ele tem feito durante os últimos trinta anos de sua vida. Com o objetivo de compreender esse novo período, e conseqüentemente oferecer uma interpretação original à comunidade acadêmica, Maffesoli tem empreendido seus esforços para encontrar no imaginário social e no comportamento das tribos urbanas, ou seja, no cotidiano da vida comum, os elementos que estão enraizando novamente o Homem à vida e constituindo, igualmente, um novo paradigma ético. Para tanto, o autor precisa realizar uma crítica aos 'saberes instituídos', fechados ao novo contexto que se deslumbra, e adentrar na análise de temas e elementos que, em alguns casos, ainda são tomados como frívolos ou banais. Auxiliando, talvez, no processo de compreensão do que é a pós-modernidade, apropriamo-nos de dois temas que aparecem no pensamento do filósofo Karl Popper. Fazendo uso de sua expressão 'demarcação científica', propomos realizar, desta forma, uma nova demarcação nos saberes humanos, em especial nas ciências sociais e na filosofia - um limite entre o conhecimento atual e o conhecimento obsoleto visando, justamente, romper com as correntes de pensamento tradicionalistas, que não se abrem ao estudo das novas configurações sociais. O outro tema tomado de Popper é a metáfora *Das nuvens e relógios*. Dela tentamos uma aproximação entre a ideia de 'nuvem' com a noção de pós-modernidade; e a figura do 'relógio' com a modernidade. Em suma, a abertura intelectual aos novos 'valores' da pós-modernidade pode nos revelar outros modos de agir que não se fundamentam mais em um sujeito universal e em uma razão imperativa, mas nos localismos e, por isso, constituem éticas situacionais que valorizam prioritariamente o emocional e o estar-junto sem finalidades. Sendo assim, segundo Maffesoli, estamos diante de um novo panorama ético: o de uma ética da estética. Mas só será possível compreender essa ambiência se houver, segundo o pensador francês, uma nova "revolução copernicana" no pensamento instituído.

Dialetheism and the inexpressibility of exclusion

Ederson Safra Melo

Federal University of Maranhão

edersonsafra@yahoo.com.br

Jonas Rafael Becker Arenhart

Federal University of Santa Catarina

jonas.becker2@gmail.com

Dialetheism is the view that some contradictions are true. Allegedly, one of its major advantages is to provide a theory that is semantically complete, that is, a theory that is able to fulfill the promise to provide for a natural and uniform semantics for natural language without any kind of restriction on expressive power. The argument leading from the natural desire to have semantic completeness to dialetheism works via a detour through semantic paradoxes. The claim is that semantic paradoxes – such as the Liar and its strengthened forms that arise through the revenge phenomena – arise from the richness of expressive and deductive resources of natural languages, and dealing with them ultimately require that a choice be made between semantic completeness and consistency. According to dialetheists, like Graham Priest, choosing consistency requires that, in order to deal with the paradoxes, one restrict the expressive power of natural languages (providing for consistent formal languages). Given that natural languages do not seem to be so restricted, they claim, we should choose semantic completeness and accept for good – as a result of that very semantic completeness – that there are some true contradictions (dialetheias). So, dialetheism purchases its semantic completeness at the cost of assuming true contradictions. However, in this paper, we shall argue that true contradictions cannot pay for semantic completeness; particularly, we shall argue that assuming true contradictions also involves leaving some important notions inexpressible, ultimately leading to a weakening of expressive power. That makes the case for dialetheism considerably weaker. Our argument works to the effect that it is not possible for a dialetheist to account for the semantic paradoxes in a uniform semantics; i.e., in a complete theory able to express its own semantic notions. A kind of revenge comes out in dialetheism, considering the notion of exclusion. We shall argue that, in a very important sense, inside the most prominent dialetheist setting, it is not possible to have true contradictions and semantic completeness together. In particular, it is not possible to have both an exclusion-expressing device and also a true contradiction. We conclude that the procedure to assume true contradictions is not just powerless to accomplish the dialetheist's major desideratum, but that it also blocks the possibility to express the notion of exclusion. In that sense, the dialetheist route, contrarily to what is typically argued, also involves expressive limitations.

Conhecimento via Falsidade, Derrota e Restauração Epistêmica

Eduardo Alves

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

eduardoalves.eas@gmail.com

Claudio de Almeida (2017) alega que a Nova Teoria da Anulabilidade (NTA) é capaz de explicar o fenômeno do conhecimento inferencial originado em crença falsa (CVF). Meu objetivo é analisar essa alegação. Na primeira parte, explicarei o problema do CVF. O debate em torno deste problema é sobre a possibilidade de obter conhecimento inferencial da conclusão quando esta depende essencialmente de uma crença falsa. Pretendo apresentar, brevemente, as posições do debate e, devido a fins metodológicos, me comprometerei com o partido que alega ser possível CVF. Na segunda parte, explicarei a Nova Teoria da Anulabilidade. A sua versão mais popular, a Teoria da Anulabilidade (TA) é desenvolvida por Peter Klein (1981) e é uma das propostas de solução do Problema de Gettier. Além disso, é considerada por alguns autores (Cf. DE ALMEIDA & FETT, 2016) como a que melhor oferece uma resposta a esse problema em termos de justificação. As ideias centrais desta teoria são que a justificação deve ser resistente à verdade e que conhecimento é crença verdadeira com justificação não-derrotada genuinamente. Esta é uma análise do conhecimento minimamente plausível, embora não esteja livre de objeções. Se há CVF, então a TA é falsa, pois trata um caso de aparente conhecimento como uma instância de ignorância. Além disso, a TA enfrenta outra dificuldade: nenhuma justificação para uma crença falsa terá nível de conhecimento, devido a condição de justificação resistente à verdade. Isso, conforme demonstra de Almeida (2017), torna a TA inaceitável por falibilistas. De Almeida critica essa consequência e realiza uma reforma conservadora na condição de justificação resistente à verdade: a simples negação de proposições falsas ou suas equivalências lógicas não podem mais ser utilizadas como derrotadores para a justificação de uma crença falsa. Essa condição reformada, em conjunto com as demais teses da TA, origina a NTA, uma teoria aceitável por falibilistas. Uma das vantagens da NTA é oferecer uma resposta ao problema do CVF, pois todo caso de CVF compartilhará a mesma estrutura de uma crença justificada por verdades ou por conhecimento: a justificação de tal crença falsa não será genuinamente derrotada. Com alguns exemplos, de Almeida demonstra que a NTA pode explicar quando é possível conhecimento via falsidade. Na última parte, apresentarei uma objeção ao novo tratamento anulabilista para os casos CVF e tentarei respondê-la. O propósito dessa objeção será demonstrar que o experimento mental proposto por de Almeida pode ser problemático, pois viola a condição reformada de resistência à verdade e porque os restauradores oferecidos não exercem o seu papel. Concluirei que essa objeção não ameaça a nova explicação anulabilista, embora seja metodologicamente útil por pressionar os novos anulabilistas a oferecer uma explicação em relação à noção de restauração epistêmica e à possibilidade de conhecimento inferencial via falsidade.

Considerações sobre o fatalismo teológico

Eduardo Benkendorf

Universidade Federal de Santa Catarina

benkendorf.e@gmail.com

Em uma primeira aproximação, “fatalismo” seria a tese de que se agimos de uma certa maneira, não poderíamos ter deixado de agir daquela maneira. Por exemplo, se viesmos a um encontro de filosofia hoje, não poderíamos ter deixado de vir. Em outras palavras, ninguém seria capaz de agir de maneira diferente do que de fato agiu. Esta tese está aparentemente em conflito com a ideia de que temos livre-arbítrio. Ter livre-arbítrio significa poder escolher entre realizar uma ação e não realizá-la. Se acaso não pudermos escolher entre realizar ou não realizar nossas ações, não temos livre-arbítrio. Para defender a tese fatalista os filósofos utilizaram diferentes estratégias ao longo da história da filosofia, sustentadas por diferentes argumentos. Uma das mais conhecidas e discutidas é a estratégia do fatalismo lógico/metafísico, que gira em torno do Argumento da Batalha Naval de Aristóteles e do Argumento do Dominador, de Diodoro Cronos. Ambos os argumentos têm conclusões que suportam a tese fatalista acima referida. Outra estratégia argumentativa que dá suporte à tese fatalista e será discutida neste trabalho é a estratégia do fatalismo teológico. Por sua vez, esta estratégia consiste em argumentar que a existência de Deus acarretaria a tese fatalista. A ideia seria a de que, dada qualquer ação nossa, Deus saberia que realizaríamos tal ação. Isto porque uma das propriedades de Deus é sua onisciência, i.e. Deus sabe toda proposição verdadeira. Além disso, geralmente se supõe que Deus é presciente, i.e. sabe tudo o que irá acontecer no futuro, ou dito de outra maneira, Deus acredita em toda proposição que expressa uma ação nossa no futuro. Dadas estas duas propriedades de Deus, pode-se construir um argumento a favor da tese fatalista. Uma versão do seguinte argumento é tipicamente utilizada para defender o fatalismo: Suponha que “a” exprima uma ação qualquer. A primeira premissa do argumento afirma que, se farei a, Deus sabe que farei a. (onisciência, presciência); A segunda premissa é a de que, se Deus sabe que farei a, sou incapaz de deixar de fazer a. Portanto, conclui o argumento, se for o caso que farei a, sou incapaz de deixar de fazer a. A conclusão é uma instância da tese geral fatalista. O que se percebe é que sendo a ação uma ação qualquer, poderíamos substituí-la por qualquer de nossas ações, e o argumento se seguiria. Assim, a tese geral fatalista seria verdadeira, se o argumento for cogente. O intuito deste trabalho é o de apresentar e discutir a solidez e a cogência deste argumento e suas objeções, além de apresentar em mais detalhes a estratégia do fatalismo teológico e seus problemas.

Neo-Arnoldian Conceivability and its Impact on David Chalmers' Zombie Argument

Eduardo Estevão Quirino

Federal University of Santa Catarina

eduardoquirinio@gmail.com

The “physicalist vs dualist” debate is, yet, after sixty years, as alive as it was when started. Today's contenders are debating over countless different kinds of arguments. Among them, there are modal arguments. Descartes stated the mind-body problem by use of modal argumentation (he proposes his modal argument in the Sixth Meditation) and ever since “possibility” is a common word in philosopher's of mind vocabulary. The Zombie argument, proposed by Robert Kirk and defended famously by David Chalmers, is one of the strongest and most popular example. It is based in the so-called “Conceivability Thesis”, that is, conceivability entails possibility (CTP). In this presentation, I shall present Chalmers' argument and his defence of conceivability, later, I show reasons to give up such a thesis and pose a major concern against the use of conceivability in modal argumentation. The strategy I shall use against the use of CTP is to argue that only genuine conceivability can provide good guide for possibility and, however, that the nomological conditions of a given world are essential for our genuine conceivability of any natural kinds in alternative worlds. The result is what I call a Neo-Arnaldian (inspired on the views of Antoine Arnauld the greatest enemy of Descartes' conceivability argument above mentioned) view over conceivability. The point, more precisely, is that for a conceiver x to genuinely conceive of an object (state of affair, scenario, etc.) y , x must also conceive of all essential properties of y . But, I shall argue, among those essential properties there are the nomological conditions that hold in the world in which the relevant reference for y is embedded, and thus, for any natural kind that belong to this world, we cannot genuinely conceive of them in a nomologically different world. I further argue that either intuitions and imagination fail to establish better justification for modality in philosophy of mind. That is not to say that mere logically possible worlds do not exist, only to hold that we are not justified in taking conceivability of such worlds as serious source of information over how our world could be in a relevant sense. This is supposed to undermine the second premise of the Zombie Argument. Further comments shall be made against the particular use of intuitions and imagination as guides for possibility in those senses required for the argument to work. With that I hope to contribute to the development of the physicalist picture.

The dark side of knowledge

Ekaterina Kubyshkina

University of Campinas
ekoubychkina@gmail.com

Mattia Petrolo

Federal University of ABC
mattia.petrolo@ufabc.edu.br

In the literature on epistemic logic and knowledge representation, ignorance is traditionally conceived simply as the other, “dark” side of knowledge. More precisely, ignorance coincides with non-knowledge, and knowledge with non-ignorance, which means that the notion of ignorance is a complement to the notion of knowledge. Such a view is today dubbed Standard View (see Peels and Blaauw, *The Epistemic Dimensions of Ignorance*, Cambridge University Press, 2016, and references therein). In the contemporary debate, there exist, nonetheless, another epistemological approach to analyzing the notion of ignorance, the so-called New View (*ibid.*). On the one hand, the Standard View defines ignorance simply as “not knowing”, on the other, the New View defines it as the “absence of true belief”. One of the main differences between these two approaches lies in rejecting (Standard View) or in accepting (New View) the factivity of ignorance, i.e., if an agent ignores φ , then φ is true. The aim of the present paper is twofold. First, we provide a criticism of the Standard View in favour of the New View. In particular, we argue that the answer provided by the Standard View to the question of whether it is possible to ignore a false proposition is problematic and represents a serious threat to this approach. As a consequence, we agree with the New View and reject the idea that ignorance simply corresponds to the complement of knowledge. However, one major shortcoming of the New View in its current form lies in its lack of a precise formal representation. Our second aim is to fulfill this lacuna by providing a formal setting to represent the notion of factive ignorance in accordance with the New View. In particular, we introduce a logic in which ignorance is represented by a factive and primitive operator and show its adequacy with respect to possible worlds semantics.

The impossible illusion of passage

Emiliano Boccardi

Federal University of Bahia

emiliano.boccardi@gmail.com

The debate over the reality of temporal passage has occupied philosophers of time for over a century. The dispute was largely concerned with the need to resolve a conflict between reasons of experience in favour of temporal passage and reasons of the intellect against it. It has been largely agreed that these reasons are in conflict and that one of the warring parts must give way to the other. The deniers of passage typically concede that time seems to pass but, persuaded by intellectualistic reasons, conclude that it must be an illusion. Conversely, the friends of passage have tried to do justice to the appearances at the expenses of the intellectualistic reasons. Those persuaded by the idea that the experience of passage is illusory owe us an explanation as to where exactly lies the error. There are two families of error theories put forward to block the argument from experience. According to the first one, perceptual experience, inasmuch as it presents us with something dynamic, misrepresents reality. Let us call it this ‘misperception error theory’ (misperceptivism). This is the view that I aim to criticize. The misperceptivist owes us a precise statement of which properties it is that the world does not instantiate, which would make it ‘dynamic’. This is what I shall argue cannot be done without departing from a static framework. According to the second error theory, the mistake would consist in a misdescription of the content of perceptual experience; it seems to us that we perceive the world as dynamic but in fact we don’t; rather, we only have wrong beliefs about what the representational content of our perceptions really is. In claiming that our experience represents the world as instantiating dynamic features absent from reality, the misperceptivist must be careful not to concede too much, as she would if her account required that dynamic experiences themselves (or their contents) instantiate dynamic properties incompatible with the static theory. It is not enough to claim that passage is mind dependent in the sense that it requires the interaction of a conscious subject with external reality. The strict denier of passage wants to further claim that the content of the experience of passage is never true of the actual world, not even of that part of it consisting of the interactions between subjects and their objects: ‘the dynamic character of our immediate experience does not require time itself to be dynamic’, as Berry Dainton aptly put it. This contention often rests on the observation that representations need not share their properties with their represented. An experience representing an object as heavy, or colored, needs not be itself heavy or colored. Analogously, so the reasoning goes, an experience as of dynamicity needs not be itself dynamical: we don’t need an animated picture to have a picture of animation. Here, I shall argue that this view, combined with the claim that experiences of animation misrepresent reality, is self-undermining. To argue so, I proceed by excluding the three plausible candidates as to the content of the illusory experience of passage. I then provide a general diagnosis for their pattern of failure. I conclude that the view that we misperceive time as passing is self-undermining.

Pragmática Normativa e Semântica Inferencial em Brandom: da epistemologia à filosofia da linguagem através do conceito de justificação

Erick Lima

Universidade de Brasília

callima_er@hotmail.com

Brandom deixa bastante claro em seus trabalhos a opção mais fundamental por uma radicalização da inflexão pragmática na tradição semântica, algo que, como pretendo mostrar, permite-lhe elaborar interessantes e controversas estratégias para uma investigação epistemológica, a qual supostamente elucidaria a natureza inferencial e normativa do conhecimento. Para Brandom, tal como ocorre a outros expoentes da pragmática linguística, não se pode desvincular, do ponto de vista da constituição do sentido em línguas naturais, questões semânticas de problemas epistêmicos. Ele se compreende, assim, como desenvolvendo um programa filosófico em que dimensões semânticas e epistêmicas do pensamento e do uso da linguagem aparecem como entrelaçadas, formando uma estrutura que corresponde à própria articulação inferencial do 'espaço das razões'. Eis por que a justificação do uso de conceitos, entendidos agora fundamentalmente como normas presididas pela sua função em encadeamentos proposicionais, se torna o fio condutor não apenas para a elucidação do significado dos conceitos e determinação do sentido de proposições, mas também para a elucidação epistemológica da estrutura do conhecimento. Com efeito, por um lado, ao vincular a compreensão de descrições ao domínio prático de relações inferenciais, Brandom torna a própria atividade discursiva, que consiste em aplicar conceitos na descrição dos itens mundanos, inextricavelmente ligada à atividade inferencial de solicitar e fornecer razões para o que enunciamos de pretensamente válido sobre o mundo. Por outro lado, tal 'inferencialismo semântico' é combinado por Brandom com uma estratégia pragmatista que consiste em embasar relações inferenciais em processos e práticas inferenciais. E esse projeto de fundar uma semântica inferencialista sobre uma 'pragmática normativa', que faz ver as relações inferenciais que articulam o conteúdo conceitual e proposicional como respaldadas por práticas de raciocínio e processos inferenciais compreendidos discursivamente, segue ainda, esclarece Brandom, uma estratégia funcionalista que tem um caráter eminentemente normativista e socialmente articulado. Na presente ocasião, interessa-me refletir sobre algumas questões fundamentais conectadas a esse programa, delineado acima de modo propositalmente abrangente. Em primeiro lugar, gostaria de recordar de maneira esquemática o núcleo histórico-filosófico que o próprio Brandom sustenta ter sido precursor de seu programa em filosofia da linguagem e em epistemologia, a saber: a interpretação fortemente intersubjetivista, proposta por Hegel, da estrutura normativa e inferencial presente na concepção kantiana de experiência. Tal interpretação, que gira em torno de uma compreensão da noção de autonomia como reconhecimento, mostra-se capaz, de acordo com Brandom, de emprestar à teoria da experiência uma sensibilidade para a constituição histórica da normatividade conceitual (1). Em seguida, pretendo discutir a noção de

inferência material em jogo para Brandom nas práticas discursivas pelas quais são fornecidas e solicitadas razões, reivindicadas pelo procedimento de justificação da validade objetiva das descrições (2). Finalmente, após recuperar algumas críticas dirigidas a Brandom, que sugerem que sua fundação pragmático normativa para a semântica inferencial não faria apropriadamente justiça a uma compreensão realista do conhecimento perceptual (3), concluo minha tentativa de contribuição discutindo algumas das decorrências metafilosóficas pretendidas por Brandom para seu programa teórico, sobretudo a compreensão normativista da racionalidade e da autoconsciência, e a própria natureza inferencial da filosofia (4).

Percepção e conhecimento ecológico

Eros Moreira de Carvalho

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

eros.carvalho@ufrgs.br

As teorias sensoriomotoras da percepção afirmam que a ação é um componente constitutivo da ação. Noê, por exemplo, na primeira página do seu livro *Action in Perception*, alega que “o que percebemos é determinado pelo que nós fazemos (ou o que nós sabemos como fazer)” (2006, p. 1, ênfases do autor). Mas como a ação participa constitutivamente da percepção? A ideia básica é que perceber em si mesmo envolve o entendimento dos efeitos dos movimentos sobre o fluxo das nossas experiências. A percepção, nesta concepção, não se reduz à experiência instantânea e pontual, aqui entendida como a maneira como algo nos aparece em um instante a partir de uma perspectiva particular, muito menos às sensações associadas a essa experiência. Assim, sou capaz de perceber a garrafa de água sobre a mesa porque tenho um entendimento de como ela apareceria para mim se me aproximasse ou me afastasse dela, ou de como ela apareceria para mim se eu a agarrasse e a girasse. A garrafa como um todo me é dada na percepção em virtude desse entendimento. Sem esse horizonte de inteligibilidade conectando ações e variações nas aparências de um objeto, eu poderia ter experiências desconectadas causadas pela presença desse objeto, mas não percepções. A percepção, portanto, envolve o entendimento de relações entre ações e variações no fluxo da experiência ou no modo como as coisas nos aparecem. Falar em “horizonte de inteligibilidade” ou em “entendimento das relações entre ação e variações na experiência” pode ainda não ser suficientemente esclarecedor. Qual a natureza dessa inteligibilidade e entendimento? Se perceber depende do entendimento de relações entre ações e seus efeitos sobre a experiência, como o sistema perceptivo se torna sensível a essas relações? Forjando representações dessas relações ou assimilando e incorporando essas relações em habilidades e disposições corporais que são exercidas nas condições adequadas? Por exemplo, se concedemos que estamos perceptivamente conscientes da tridimensionalidade de um tomate porque podemos antecipar como ele se pareceria se nos movêssemos em relação a ele, isso significa que temos representações de como esse tomate se parece a partir de outras perspectivas ou que sabemos como (somo capazes de) mantê-lo no foco da nossa atenção e, se necessário, sabemos como colocar a sua face oculta no centro no nosso campo de visão? Em outras palavras, a assimilação de relações entre ações e variações na experiência deve ser entendida em termos da aquisição de representações e conhecimento proposicional ou em termos da aquisição de conhecimento prático, da habilidade de como fazer algo? Nesta comunicação, defenderei a última opção com base em uma compreensão das habilidades a partir da psicologia ecológica. A metáfora adequada para o conhecimento prático não é a do computador, mas a do rádio: nos sintonizamos a características do ambiente e as ressoamos nas condições adequadas. Representações não são necessárias para compreender o funcionamento das habilidades sensoriomotoras.

A Partition Semantics for Knowledge

Fabien Schang

Universidade Federal de Goiás

schangfabien@gmail.com

Our first present issue is an alternative semantics for Socratic knowledge. In the usual possible-world semantics, a knowledge statement like Kp is true in a given world w of a model \mathfrak{M} iff p is true in any model w' accessible from w in \mathfrak{M} . In the following semantics, the meaning of any statement X is defined truth-conditionally into a logical space S partitioned into exclusive and exhaustive subsets $\beta_1(X) \dots \beta_n(X)$ of S such that any subset $\beta_i(X)$ is satisfied, $\beta_i(X) = 1$, or not, $\beta_i(X) = 0$.

Let us call *Partition Semantics* such a semantics that characterizes meaning in terms of Disjunctive Normal Forms (DNFs) and Conjunctive Normal Forms (CNFs). For example, epistemic formulas like knowing, believing, doubting, etc., may be characterized as a combination of the $n = 3$ components Bp , Tp , and Jp . The logical space of epistemic formulas X_K results in a set of $2^n = 2^3 = 8$ CNFs, and a Boolean version of these yields a valuation of formulas in terms of bitstrings:

$$\beta(X_K) = \beta_1(X_K) \cup \dots \cup \beta_8(X_K)$$

such that

$$\beta_1(X_K) = (Bp \cap Tp \cap Jp), \dots, \beta_8(X_K) = (\overline{Bp} \cap \overline{Tp} \cap \overline{Jp}).$$

For example, $\beta(Kp) = 10000000$, $\beta(\neg Kp) = 01111111$, etc.

Borrowing from a work by George Englebretsen (*Knowledge, Negation and Incompatibility*, 1962), our second issue is a characterization of any formula $X_{K'}$ according to the mere logical structure of X . Thus, a knowledge formula is to be restructured from Kp into $@Kp$ by taking the criterion of consideration $@$ into account: $@\overline{K}p$ means that it is the case that the agent does not know p , whereas $\overline{@}Kp$ means that it is not the case that the agent knows p . Such epistemic formulas include 3 components and thereby result in $2^3 = 8$ kinds of formulas:

$$(1) @Kp, (2) @K\overline{p}, (3) \overline{@}Kp, (4) \overline{@}K\overline{p}, (5) \overline{\overline{@}}Kp, (6) \overline{\overline{@}}K\overline{p}, (7) \overline{\overline{@}}\overline{K}p, (8) \overline{\overline{@}}\overline{K}\overline{p}.$$

Unlike the 3 components B, T, J of Platonic knowledge K , the above 8 formulas are exhaustive but not independent from each other. Given that CNFs are all the *consistent* subsets of a given logical space S , and DNFs are sets of exhaustive DNFs of S , our task is then to determine all the various ways of partitioning the logical space in terms of the above 8 epistemic formulas. The present talk wants to account for Englebretsen's analysis of epistemic statements in a set of 6 CNFs

$$\beta(X_{K'}) = \beta_1(X_{K'}) \cup \dots \cup \beta_6(X_{K'})$$

such that

$$\beta_1(X_{K'}) = (1), \beta_2(X_{K'}) = (4) \cap (5) \cap (7), \beta_3(X_{K'}) = (3) \cap (4), \beta_4(X_{K'}) = (7) \cap (8), \beta_5(X_{K'}) = (3) \cap (6) \cap (8), \beta_6(X_{K'}) = (2).$$

One third and final issue is about whether the two criteria of exclusiveness and exhaustiveness can be specified systematically, for any CNFs of any formula X into S .

KNA, SSI and Contextualism

Felipe Castelo Branco Medeiros

Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul

felipe.cstlbrnc@gmail.com

The sufficiency direction of the Knowledge Norm of Assertion (KNA-S) is commonly used as a premise in both (i) an argument that allegedly favors Subject-Sensitive Invariantism (SSI), and, (ii) an argument that allegedly favors Knowledge Contextualism. It comes as no surprise then that friends of Stable Invariantism have, recently, produced some arguments that purport to challenge the correctness of KNA-S. In particular, a class of second-hand knowledge cases are taken to be putative counterexamples to the sufficiency of knowledge for assertion. As a friend of Stable Invariantism I have sympathy for the underlying motivation for the move. Nonetheless, I also generally take the knowledge account of assertion to be, broadly speaking, correct. The purpose of this paper is to tie these two theoretical considerations together. That is to say, the aim of the paper is to provide an overview of the arguments against KNA-S and an analysis of the putative counterexamples that, while explaining why they do not appear to be problematic, will ideally also allow us to block the purported arguments in favor of SSI and/or Epistemic Contextualism. In order to do this, we will pay special attention to a principle brought to attention by Coffman (2011) which states the following: Defect Implies Defective (DID): If an epistemically evaluable item (e.g., a belief) is in some way improper because it lacks a particular epistemic feature, then the item is epistemically improper. In a slogan: “Impropriety due to epistemic defect implies epistemically defective.” The underlying idea is that the common objections to KNA-S seem to rely on DID. Ditto, arguably, for the arguments in favor of SSI and Knowledge Contextualism that use KNA-S as a premise. The upshot is that, if this diagnosis is correct, then any reason that we can provide to think that DID is false will also turn out to count as (i*) a defense of KNA-S, but not as (ii*) an argument that favors either SSI or Knowledge Contextualism.

Notas sobre os problemas epistemológicos das medições científicas

Félix Flores Pinheiro

Universidade Federal de Santa Catarina

feliks.sm@gmail.com

A questão “se, e como, as medições científicas produzem (ou auxiliam a produção de) conhecimento científico” consiste no problema epistemológico na filosofia da medição. Tal questionamento, todavia, não é facilmente tratável, dado tanto sua generalidade, quanto a exigência de uma teoria do conhecimento (científico) que dê conta da especificidade das medições científicas. Porém, ao iniciarmos uma análise do mesmo, encontramos problemas menos gerais relacionados a esse. O objetivo da apresentação aqui proposta consiste em apresentar três desses problemas epistêmicos, elucidando sua relação com a questão epistemológica mais geral. São eles: 1) se as medições científicas produzem conhecimento, que tipo de conhecimento obtemos, quais suas características e seus significados? 2) se a produção de conhecimento nos processos de medição estiver alocada nos resultados desses processos, em seus produtos, esses resultados precisam ser justificados pelo processo – isto é, não podem ser subjetivos, nem acidentais, em relação aos procedimentos empregados? 3) se a justificação para os resultados das medições recai na maneira como o procedimento (ou processo) de medição assegura a objetividade desses, visto que as medições são práticas ubíquas, mas não unívocas, havendo uma variação de alvos e de procedimentos, estabelecer essa justificação requer uma sensibilidade ao contexto, a essa variação, em que sentido?

Memory and narrative definition of self in Philip K. Dick's *We Can Remember It For You Wholesale*

Fernanda Borges da Costa

Universidade Federal do Rio de Janeiro

ferborgesdacosta@gmail.com

In the present work we propose an analysis of Philip K. Dick's *We Can Remember it For You Wholesale*. This short story was first published in the Magazine of Fantasy and Science Fiction in 1966 (adapt twice for the big screen, once in 1990 and again in 2012 as *Total Recall*) and features a series of events that questions our understanding of reality through memory, either false or real. We will highlight the narrative definition of self as a philosophical concept through the assorted memories and desires in the experience of Douglas Quail. Quail is a regular clerk who dreams about traveling to Mars, despite being utterly unable to. He's a quiet and timid man who lives tyrannized by his wife and his common life, until the day he decides to treat himself to a false memory covering the deeply desired Mars' travel. Quail then visits a company called 'Rekal Incorporated', which provides fabricated memories of any desired experience, accompanied by an assortment of trinkets that matches the false experience to be secured as proof vessels such as tickets, postcards and souvenirs. But Quail's mind cracks and opens a supposed prior memory, forcefully forgotten, that he was in deed a secret agent and had been to Mars in a mission. In the following events, Quail struggles between two different concepts of self, one who always has been just a clerk that has never travelled to Mars, and another who was an accomplished secret agent who had been stuck in Mars for a month. He is unable to sustain at the same time two very different ideas of self, based on opposing memories that cannot merge into one narrative, until his mind gives in (or convinces itself) on his true secret identity as a dangerous agent who must flee for his life. We can, and certainly must, ask ourselves if the events following Quail's visit to 'Rekal Incorporated' are real or already part of a false memory, but determining the truth of his memories are not essential for the present argument. If his extraordinary experiences are a fake construct or a forgotten reality that matches his past desires, we cannot tell for certain and interpretations vary greatly. Quail undoubtedly changes through the experience, a change caused either by his emerged real memories or new false ones. When confronted, Quail is no longer timid nor avoids conflict. He gains courage and acumen that comes from the memories and growing certainty that he indeed can live through the present hardships, having been in far worse circumstances in the past. As well as when his second secret (or implanted) memory of the Alien invasion emerges, it immediately blends with past events in Quail's mind, providing new but not conflicting perception of his narrative self. Quail's adventures can be seen as a 'thought experiment' that provides us with context to discuss the nature of memory and desire, each in part responsible for the construction of our internal reality and our narrative selves.

A explicação dretsiana sobre a geração de conhecimento baseado em informação

Francisco Dário de Andrade Bandeira

Universidade Federal do Ceará

rioband@gmail.com

Em *Knowledge and the flow of information* KFI (1981), Fred Dretske definiu conhecimento como crença baseada em “informação”. Esse projeto representava por um lado, a possibilidade de novas compreensões de questões oriundas da definição tradicional de conhecimento, bem como abordava problemas da indústria Gettier, propondo novas tentativas de respostas ao ceticismo. A estratégia de Dretske consiste em fornecer inicialmente uma compreensão mais objetiva do que é “informação”, para daí propor algumas aplicações. Partindo de um exame da teoria matemática da comunicação, Dretske ressalta que subjaz a essa teoria uma estrutura semântica que se devidamente completada, pode nos fornecer uma compreensão mais técnica sobre o que é “informação”. Portanto, essa não é uma definição trivial da noção de “informação”. Admitindo essa nova compreensão, Dretske move esforços para aplicar as novas conquistas a dois campos de estudos da filosofia: a epistemologia e a filosofia da mente. Vejamos então como em KFI o conhecimento é definido em termos de crença baseada em “informação”. Para Dretske a “informação” pode ocorrer em pelo menos dois modos: como produto de nossas linguagens, mas também pode ocorrer de modo natural, independente de nossas mentes. São comuns a essas ocorrências algumas características: a- ambas representam uma redução de possibilidades de eventos igualmente prováveis; b- a “informação” ocorre em meio a regularidades nomológicas; c- há uma relação indissociável entre o sinal informativo e o conteúdo veiculado, especialmente em estados de geração de conhecimento baseados em percepção direta, embora isso também se aplique ao conhecimento inferencial; d- a veiculação da “informação” sempre ocorre sob certas restrições/constraints. Conforme o filósofo, a explicação da relação entre a “informação” e o conhecimento, (cf. KFI p.66-68), pressupõe as noções a, b e d acima. Nesse cenário, o vínculo entre informação e conhecimento ocorre porque um sinal (considerando condições ótimas de transporte e entrega), carrega ao mesmo tempo uma dada forma e um conteúdo semântico. Além disso, o filósofo pressupõe que num canal de comunicação a informação de que s é F , permanece sendo s é F , e não, digamos, s é G . Se ocorrerem mudanças nesses estados, as condições do canal ou do receptor serão ajustadas. Desse modo, apenas quando a crença de que s é F (digamos, alguém que bate à porta numa certa sequência de intervalos, anunciando sua chegada a um dado receptor (cf. KFI pg.88–89)) for causada pela percepção auditiva de r por parte de P , ela (crença) terá sido causada pela informação de que s é F . Conforme Dretske, nesse evento ocorre uma imbricação entre o padrão temporal das batidas e as propriedades concretas de r . Em outros termos, a informação semântica está encapsulada no sinal e a forma do sinal relaciona-se com a “informação”. Diante dessas condições, quando interpretamos um sinal informativo, estamos de uma só vez, identificando uma forma e um conteúdo específicos. Portanto, um receptor (devidamente

habilitado) poderá situar o conteúdo do sinal ao know-how, vindo a gerar conhecimento baseado em “informação”.

Eugene P. Wigner and the Measurement Problem: A Martian in the Foundations of Quantum Mechanics?

Frederik Moreira dos Santos

Federal University of Recôncavo da Bahia

fredsantos@gmail.com

During the Second World War, there was a group of Hungarian scientists working on the Manhattan project called as “the martians” by their colleagues. A small group of smart and extraordinary Hungarian scientists were the aim of the joke. Some American scientists who joined the mentioned Project suggested that the Hungarian scientists had come from Mars (Hargittai, 2006, vii) due their different and unique social behavior. One of these Hungarians, physicist Eugene P. Wigner never accepted be treated as a foreigner by his colleagues. We agree that none of them may deserve such title, but could we apply it to the context of Wigner’s reflections on the foundations of quantum mechanics? This paper will outline and analyze the philosophical presuppositions that influenced Wigner’s approach to the quantum measurement problem. From a broad perspective, he brought the mind’s role in the quantum measurement process to the forefront as a conclusion that someone is forced to accept “if one pursues the quantum mechanical theory of observation to its ultimate consequences.” (Wigner, 1964, 185) We bring out what underlying philosophical claims drove him to propose a singular solution to paradoxes concerning the quantum measurement process. We present a two-axis explanatory model that describes a general picture from Wigner’s point of view while he unfolded the conceptual structure of the standard, or orthodox, quantum theory. The first one is a sort of idealism – without any link to solipsism – concerning the natural world built from orthodox quantum theory. The second axis is the problem of objectivism in quantum mechanics. Through this presentation, we intend to shed light on what Wigner meant when he used the term “orthodox theory” and his unique philosophical viewpoint on the interpretation that led him to be misinterpreted (Paty, 1995, 199; Redhead, 1996, 38; Marin, 2009). This paper will then show how he conceived the complex relation subject/object while he was concerned with the observer’s role in the measurement quantum process. Moreover, we will present not only the solution proposed by Wigner in the 1960s, but also how he was trying to demonstrate the importance to bring the studies about human mind to the center of investigation in natural sciences, beyond the measurement problem, for him, quantum mechanics was giving examples of some gaps that could be solved by these investigations. We intend to show some characteristics of Wigner’s thought that could give us clues to construct what we called Wigner’s philosophical presuppositions and its consequences to his mentalist interpretation about the measurement problem.

References

- [1] Hargittai, Istvt’an (2006) *Martians of Science: five physicists who changed the twentieth century*, Oxford University Press, New York.
- [2] Marin, Juan M. (2009). *Mysticism in quantum mechanics: the forgotten controversy*. *European Journal of Physics* 30, 807–822.

- [3] Paty, Michel (1988). *La mati'ere d'erobt'ee. L'appropriation critique de l'objet de la physique contemporaine.* Archives contemporaines, Paris. (1995). Portuguese translation by Mary Amazonas Leite de Barros, EDUSP, Sao Paulo.
- [4] Redhead, Michael (1996). *From Physics to Metaphysics.* Cambridge University Press, Cambridge. Wigner, Eugene P. (1964).
- [5] Two Kinds of Reality. *The Monist*, 48, n. 4, 185–199. Republished in (Wigner 1995, 33-47).

Knowledge, Inference, Justification, Truth, Belief

Frode Alfson Bjørdal

Federal University of Rio Grande do Norte

frode.bjordanal@filosofi.uio.no

We develop an analysis of the notion ‘S knows that p’ to circumvent some problems. Take the notions of justification, belief and truth as primitive and write $\mathbb{K}q$, $\mathbb{J}q$, $\mathbb{B}q$ and $\mathbb{T}q$ for *S knows that q*, *S is justified in believing q*, *S believes q* and *q is true*. The sequence of sentences η – a function from a positive natural number to sentences – represents the evidence of a subject S for inferring the conclusion q, and the concatenated sequence $\delta = \eta \frown (q)$ is the *defence* of q for S from evidence η . Notions of *validity* are standard, and valid defences are *proofs*. Let for any finite set σ of sentences the expression $\bigwedge \sigma$ denote the conjunction of the sentences of σ . The set of sentences that are terms of η is isolated by the *image* $I\eta$ of the function η . $\bigwedge I\eta$, the *documentation* of η , is the conjunction of the sentences of the image $I\eta$. Let $\mathbb{I}\eta q$ signify that S infers q from $\bigwedge I\eta$. A sentence s is *secondary* for S, $\mathbb{S}s$, just if S for some evidence η infers q from $\bigwedge I\eta$. A sentence s is *primary* for S, $\mathbb{P}s$, just if $\mathbb{B}s$ and s is not secondary for S. Let $\Pi(\eta, q)$ signify that $\eta \frown q$ is a proof. Define recursively:

Epistemic Definition: $\mathbb{K}q$ iff $\mathbb{J}q \wedge \mathbb{T}q \wedge \mathbb{B}q \wedge (\mathbb{P}q \vee \exists \eta (\Pi(\eta, q) \wedge \mathbb{I}\eta q \wedge \forall q (q \in I\eta \rightarrow \mathbb{K}q)))$

Verbalizable beliefs are of central interest, and assuming the subject only has finitely many verbalizable beliefs it will have primary beliefs. We aim to be neutral with respect to the nature of belief and inference, though we assume they may be tacit. Further, we are neutral on the nature of truth and justification. The non-inferentiality of many primary beliefs is tied to their connection with perception and intellectual intuition. Primary beliefs need not be justified as *basic* beliefs suggested by epistemic foundationalism. A child may e.g. believe it saw a rabbit being pulled from an empty hat, and the belief false and perhaps not justified. If S justifiably believes that *Jones owns a Ford* S may infer and justifiably believe that *Jones owns a Ford or Brown is in Barcelona*, and by accident Brown may be in Barcelona. So S’s belief that *Jones owns a Ford or Brown is in Barcelona* is secondary, and there is no evidence sequence for the belief such that S infers the disjunctive belief from it and moreover knows the members of the image of the sequence. Similar examples are analysed similarly.

The logical space of actions

Gabriel Vieira Bilhalva

Federal University of Santa Maria

vieira.bilhalva@gmail.com

Wilfrid Sellars famously introduced the idea of a logical space of reasons in which we are initiated through language acquisition, in order to demarcate the sui generis character of epistemic intentional states in relation to empirical descriptions of natural facts. My aim in this paper is to sketch an account of the logical space of reasons, based on the shared intentionality hypothesis about human cognition, formulated by Michael Tomasello in 'A Natural History of Human Cognition' (2014). Tomasello hypothesised that the structure of human thinking is a result of an adaptation process that enable individuals to engage in social cooperation. By appealing to this model, I want to explore the idea that we are introduced in the space of reasons through the development of the capacity for joint attention and action, instead of through the initiation into language. Accordingly, conceptual capacities could be exercised without appealing to propositional attitudes and may have their primary place in bodily engaged cooperation, so that the logical space of reasons take place as a logical space for coordinated actions. I then argue that this position is compatible with the position concerning the exercise of conceptual capacities in intuition, defended by McDowell in 'Avoiding the Myth of the Given' (2008). The position I recommend here could represent a naturalized version for conceptualism but, nonetheless, without suppressing the sui generis character of the space of reasons.

Da Distinção entre Propriedades Epistemológicas e Metafísicas de Categorias Sociais segundo o Confericionismo

Gabriela Pedroso Luccas

Universidade Federal de Santa Maria

gabrielapluccas@gmail.com

César Schirmer dos Santos

Universidade Federal de Santa Maria

cesar.santos@ufsm.br

A “Ontologia Social” é a área de estudo da metafísica responsável por analisar a existência, o modo de existência e ou a fundamentação de objetos sociais. O presente trabalho apresenta o projeto de fundamentação de categorias sociais desenvolvido por Ásta Sveinsdóttir, chamado de estrutura Confericionista (*conferralism*) pois fornece uma estrutura de identificação de propriedades sociais que possibilita a melhor formulação de outras teorias construtivistas quanto a entes sociais, como as apresentadas por Hacking e Haslanger. Para tal reformulação o Confericionismo apresenta uma estrutura capaz de distinguir as *propriedades básicas* de fenômenos das *propriedades conferidas* a eles. Segundo Ásta, as demais propostas de construtivismo social incorrem no problema de confundir propriedades epistemológicas e metafísicas dos fenômenos analisados. Pois o que se sabe sobre x ; e o que é o ser de x , se apresentam como entes de mesma natureza. Esses são os principais elementos da teoria do “Nominalismo Dinâmico” da obra *Historical Ontology* (2002). Esta teoria analisa como as classificações da linguagem, principalmente da linguagem médica, são capazes de alterar a realidade, e de que forma se constituem os *tipos de pessoa*. Pois Hacking explora a estrutura da construção de saber especializado, e como a classificação do especialista, é responsável por tornar determinada categoria social disponível. O projeto de Haslanger apresentado em *Resisting Reality* (2012) estrutura-se de maneira similar ao argumento hackeniano quanto ao uso de categorias metafísicas e epistemológicas, mas também propõe que a própria natureza das categorias sejam revisadas. Pois considera que categorias tidas como naturais, tais como ela exemplifica as de gênero e as de raça, são compreendidas como naturais por motivos sociais. Como a defesa da suposta inferioridade natural de atributos físicos do gênero feminino e de pessoas não-brancas, na verdade seriam expostas como causadores e mantenedores de uma relação de subordinação referente a gênero e a raça. Assim, todo argumento que expõe a natureza de uma categoria, como sendo outra é conhecido como *debunking*. Ademais, como Haslanger propõe que determinadas teorias científicas estejam impregnadas de valores morais, argumenta que sua teoria é um “projeto de melhoramento” que nos autoriza a avaliar como a aceitação de compromissos metafísicos pode ter consequências morais, se comparados a ideais de justiça social. A proposta confericionista também pode ser considerada como *debunking* na medida que separa das propriedades básicas do objeto analisado suas propriedades conferidas. Ela também determina quando, como e em que situação ou contexto social tal propriedade foi conferida. Enquanto a abordagem de Hacking era capaz de apontar apenas o *quem* responsável pela disponibilidade

da categoria, nesse caso o “especialista” na área de sua expertise; o confericionismo identifica *qual* é a propriedade conferida; *quem* é capaz de conferi-la; *o que* faz com que seja conferida, se é através de apenas um gesto, uma ação, uma atitude da pessoa ou entidade que a confere; *quando* é conferida, em que contexto situacional ela é capaz de ser conferida; e qual é a *propriedade básica* do fenômeno analisado.

Knowing how one knows

Giovanni Rolla

Federal University of Bahia

rollagiovanni@gmail.com

In this paper, I argue that knowledge is dimly luminous. Dim Luminosity is defined as follows: for every case α , if in α C obtains, then in α one knows how C obtains. Propositional knowledge is dimly luminous because if a person knows that p , she knows how she knows that p . The argument depends on a safety-based account of propositional knowledge, according to which propositional knowledge is a true belief that could not easily be false. That account underlies Tim Williamson's famous critique of the 'KK' principle (the principle that if a person knows that p , she knows that she knows that p). I combine the safety-based account with nonintellectualism about knowledge-how – according to which, knowing how to ϕ does not require one to entertain any belief or propositional knowledge about how to ϕ . I argue that, if a person knows how to ϕ , then in nearly all (if not all) nearby possible worlds in which she ϕ es in the same way as in the actual world, she only ϕ es successfully. Thus, the possession of first-order propositional knowledge (knowing that 2) implies second-order practical knowledge (knowing how to know that p), because if a person knows that p , she could not be easily mistaken about p . That is, in all, if not all, nearby possible worlds where she believes that p through the same means as in the actual world, p is true. If she knows how to arrive at knowledge that p in the actual world, then she successfully does so in all, if not all, nearby possible worlds where she attempts to do so in the same way as in the actual world. So the possible worlds where a person knows that p are the ones where she knows how to know that p , and this can be iterated. Because of the assumed non-intellectualism about know-how, dim luminosity does not imply bright luminosity about knowledge, which is expressed by the traditional KK principle. I conclude by considering some potential counterexamples to the view that knowledge is dimly luminous.

Why Unorthodox Analytic Philosophy

Guillermo E. Rosado Haddock

Universidad de Puerto Rico

gersadohaddock@gmail.com

So-called analytic philosophy is a product of early XXth century philosophy, resulting both as a response to the revolutions in logic, physics and mathematics of that period, as well as a reaction to the uncontrolled metaphysical systems that flourished in most of the XIXth century. But so-called analytic philosophy was from the very beginning biased by an ideological empiricism that blinded the understanding both of the history of philosophy, as well as that of physics and mathematics. Their grotesque division of philosophy in analytic and continental philosophy served only the purpose of arbitrarily excluding important contributions to rigorous philosophy not based on the gigantic meta-theoretic dogma of empiricism. Unorthodox analytic philosophy, on the contrary, though by no means ignoring the results of the physical sciences, is not based on any empiricist dogma, being perfectly conscious of the difficulties of empiricism to understand both physical and deductive sciences. Some of those difficulties of the empiricist ideology, both of general epistemological nature, and more specifically in the assessment of physical science and very especially in its misguided attempts to deal with the deductive sciences, will be examined.

Contribuição a uma Definição Darwinista do *Hereditário*

Gustavo Caponi

Universidade Federal de Santa Catarina

No último quarto de século, a identificação entre o hereditário e o genético, que regeu a Biologia durante a maior parte do Século XX, começou a ser frontalmente questionada; e a própria ideia de que a ontogenia podia entender-se como a simples explicitação de um programa genético anterior a ela, começou a ser impugnada. Para além do fato dos processos ontogenéticos precisarem de um contexto e de recursos extragenéticos para ocorrerem, impôs-se a ideia de que muitos desses recursos e fatores contextuais, também pautavam e guiavam as direções do desenvolvimento. Esses elementos extra genéticos, ademais de contribuírem com a construção do vivente; também definiam o plano dessa construção. Por outro lado, ao também se reconhecer que a disponibilidade de muitos de esses recursos e fatores extra genéticos supunha a mediação dos progenitores, ou inclusive do grupo e até da população a que esses progenitores e sua descendência pertencem, começou-se a falar de uma 'herança ampliada'. Esta incluiria todo o legado de recursos ontogenéticos que uma geração deixa a seguinte: inclusive pelo simples fato de estar ocupando e modificando um hábitat particular; e inclusive com independência do próprio vínculo entre progenitores e progênie. Quer dizer: rota a simples homologação entre genes e herança, que durante muito tempo funcionou como sucedâneo de uma correta delimitação conceptual desta última noção, esfumouse a chave que definiria a especificidade do hereditário dentro da esfera mais abrangente de todo aquilo que pode ser ontogeneticamente relevante. A esse respeito, a única restrição seria a de supor que a herança está composta por todos esses recursos ontogenéticos que sejam produzidos, facilitados, ou modificados, pela população no que a reprodução tem lugar. Mas, embora é verdade que não faltam quem subscreveria essa extensão do conceito do hereditário, eu acredito que ela é perniciososa e desnecessária. Porque, se considerar que a herança é todo esse legado de recursos ontogenéticos que uma geração deixa às subseqüentes, perde-se a especificidade desses recursos ontogenéticos capazes de produzir variantes selecionáveis. Para existir seleção natural são necessárias variantes cujas peculiaridades permitam o desempenho mais ou menos eficiente de uma função biológica. Porém, para além dessa condição básica, é necessário que essas variantes redundem, não só na capacidade de produzir mais descendência imediata, senão que também gerem uma descendência que seja, ela mesma, avantajada no que tange a esse desempenho funcional. Se não fosse assim, qualquer incremento em desempenho funcional resultante de uma variação afortunada, poderia perder-se na geração seguinte sem deixar rastros em nenhum estado de caráter. Por isso, se considerarmos que a configuração dessas variantes supõe um repertório de recursos ontogenéticos; deveremos pensar que uma parte de ditos recursos deve transmitir-se de forma predominantemente vertical ao longo de uma seqüência significativa de gerações: caso contrário, não haverá seleção. E é aí que estão os primórdios de uma definição do hereditário que não assuma sua simples homologação com o genético, mas que tampouco a amplie irreflexivamente.

Knowing and Imagining Fictions

Gustavo de Azevedo

University of Campinas

deazevedogustavo@gmail.com

Abstract and/or non-existent entities always brought forth interesting philosophical debates. Fictional objects are one of these entities. Fictional objects are entities (or non-entities) like Harry Potter, Camus' *L'Etranger*, Gotham City, Picasso's *Guernica*, Brahms's Cello Sonata No. 1, the Venus de Milo, etc. They have been on the agenda of discussions in various areas of Philosophy. In Metaphysics and Ontology, we discuss what they are, and if such objects exist, in Philosophy of Mind and Epistemology we investigate our experience with (and how to have knowledge about) fictions, in the Philosophy of Language, we ask how is possible to refer to them. All these questions are just different aspects of one problem, namely, the Selection Problem. The Selection Problem consists of the following question: How can a fiction author assign properties to a fictional character without knowing the identity of the character? The aspects of the above question are the epistemic, cognitive, metaphysics, and semantic ones. In my presentation, I provide the answers for the epistemic and cognitive aspects. Thus, I must answer how we single out a specific fictional object among the infinitely possible ones and how we select an object without having a causal connection with it. One popular answer to those questions is adumbrated by the thesis that fictions are no more than invitations to make-believe. That is, the nature of fiction-making is to invite the author's audience to imagine a fictional situation as if it was a real situation. Hence, authors of fiction do not have to single out a specific fictional object since there are infinite possible objects which can be identified with a fictional object. Frequently who advocates that fictions are invitations to imagine, also advocates that when we imagine a fictional situation, we imagine a possible world where such a situation is true. In the first place, I argue that fictional situations and objects are impossible situations and objects. So, unless we compromise ourselves with impossible worlds and with some ability to imagine impossible things, the nature of fiction cannot be a mere invitation to imagine. Secondly, I argue that even if we accept impossible worlds and that we imagine impossible things, the makebelieve strategy is unable to differentiate fictional from non-fictional works. Thirdly, I argue that the best strategy to understand the nature of fiction is to eliminate fictional objects in favor of sets of properties. If fictions are eliminable in favor of properties, I can explain how we know and cognitively access fictions by defending that we have the capacity of recombining concepts (properties), viz., for some F_a and G_b , if we can imagine G_a and F_b , we understand what the properties are being a F and being a G . With this strategy, I am not only able to show how we know fictional objects and how we have cognitive access to them, but I develop the idea that we cannot know facts from fictions, although we acquire knowledge by imagining possible situations triggered by fictional works.

Invenção no discurso científico: a importância da retórica para a produção do conhecimento

Hiago Mendes

Universidade Federal de Santa Catarina

hiagomendes777@gmail.com

Este trabalho procura investigar a importância da retórica para a produção de conhecimentos no âmbito do discurso científico. Para isso, entende-se por retórica todo discurso voltado para a persuasão. Nesse sentido, discurso é entendido como toda produção verbal de conteúdos, escritos ou orais, constituídos por sentenças que estejam estruturadas de modo a proporcionar alguma unidade de sentido. Conhecimento, por sua vez, será tomado como meio de sinal pelo qual algum objeto será descrito, medido, calculado ou previsto; com implicação direta para o que será entendido por ciência, que seja, um tipo de conhecimento que possua alguma forma de garantia para sua validade. A aceitação de definições amplas como as expostas acima faz parte do expediente de trabalho, que procurará, mais que tratar de temas já amplamente discutidos em filosofia da ciência, tentar demonstrar o papel desempenhado pela retórica na atividade científica. Dito isto, nossa pretensão aqui será tratar de uma das partes específicas da retórica, qual seja, a invenção (*heurésis/inventio*), relacionando-a a produção de conhecimentos no discurso científico. A invenção, em retórica, está no primeiro momento da produção de qualquer discurso, pois trata tanto da detecção, pela oradora, dos procedimentos e argumentos retóricos disponíveis, quanto da criação propriamente dita de meios de prova e argumentos. Ela envolve necessariamente a opção por um gênero discursivo, em nosso caso o científico; a adequação dos tipos de argumentos (*pisteis*), *ethos*, *pathos* e *logos*; a seleção das provas que serão utilizadas; e os “lugares” (*topoi*) argumentativos pelos quais a oradora irá caminhar. Com isso, temos a hipótese inicial de que o discurso científico visa, dentre outras coisas, a persuasão de pares e que a retórica, ainda que tacitamente, é parte integrante desta atividade, como se tentará averiguar pela descrição da invenção na atividade de produção do discurso científico.

Em que medida Wittgenstein seria um fundacionista?

Hugo Ribeiro Mota

Universidade Federal de Pernambuco

hugo_mota3@hotmail.com

Investigaremos as considerações de Ludwig Wittgenstein (1889–1951) acerca das certezas fulcrais (hinge-certainties; e.g. “Eu estou aqui”, “Eu tenho um corpo”) na obra *Sobre a Certeza*, desenvolvida nos dois últimos anos de vida do autor, mas publicada postumamente apenas em 1969. Daremos um enfoque particular a certas metáforas que denominaremos anti-fundacionistas e holistas, aos exemplos elucidativos dessas metáforas e às perguntas que as circundam na cronologia do texto, pois entendemos que esses elementos são cruciais para a argumentação do filósofo austríaco-britânico, dado que a obra possui: a) uma complexa estrutura textual, caracterizada por um método argumentativo pouco usual; b) um intenso diálogo com diversos interlocutores (em sua maioria implícitos) – especialmente G.E. Moore quanto às suas investigações sobre algumas proposições ditas totalmente verdadeiras com certeza (Moore, 1929, 1939, 1941) –; c) uma cuidadosa abordagem não-dogmática, que, à primeira vista, pode parecer impedir a identificação de teses defendidas. Estabeleceremos, assim, o problema originado pela dificuldade em identificar as possíveis teses epistemológicas implícitas nesses importantes trechos, dificuldade essa que gerou diversas interpretações sobre a natureza das certezas fulcrais. Distingo dois grandes grupos de interpretações (que, em verdade, possuem importantes variações internamente): (1) o grupo que as interpreta enquanto não-epistêmicas (McGinn, 1989; Stroll, 1994; Moyal-Sharrock, 2004; Coliva, 2010) e (2) o grupo que as interpreta como epistêmicas (Wright, 2003; Williams, 2004; Pritchard, 2017). Essas teses epistemológicas abrem caminho para a construção de uma epistemologia Wittgensteiniana (também chamada de Hinge Epistemology). Propomos enquanto hipótese que tal proposta epistemológica possuiria maior poder explanatório e mais direta relação com nossas vivências, se comparada com as três principais correntes na epistemologia contemporânea. Em função de expor tais correntes (especificamente em relação ao problema da estrutura das justificações racionais), apresentaremos o trilema de Agripa enquanto um modo de demarcar essas três posições, a saber, Infinitismo, Coerentismo e Fundacionismo. Alguns intérpretes de (1) e (2) têm compreendido que há um tipo de proposta fundacionista em *Sobre a Certeza* (McGinn, 1989; Stroll, 1994; Moyal-Sharrock, 2004; Williams, 2004). Pretendemos mostrar que uma interpretação fundacionista possui problemas por não considerar trechos da obra nos quais se impossibilitaria um fundacionismo (refiro-me principalmente às metáforas antifundacionistas e holistas mencionadas anteriormente). Realizaremos, portanto, uma análise comparativa entre o fundacionismo intelectualista cartesiano e uma possível epistemologia pragmatista Wittgensteiniana, com o intuito de demonstrar que a proposta presente em *Sobre a Certeza* não se adequaria às características necessárias e suficientes de toda abordagem fundacionista (Stroll, 1994). Assim como os intérpretes que defendem um fundacionismo em *Sobre a Certeza* selecionam trechos da obra para extrair teses úteis para desenvolvimento e defesa de suas interpretações, nós também seguiremos essa metodologia para defendermos as seguintes diretrizes:

i) fundamento sem fundacionismo; ii) perspectiva sem relativismo; iii) reciprocidade sem circularidade. Acreditamos que essas diretrizes são pertinentes e necessárias caso queira-se constituir uma Hinge Epistemology mais fiel à letra Wittgensteiniana.

'Plato's Problem' Chomsky and Wang Yangming on Innate Knowledge

Hyun Höchsmann

East China Normal University

hhochsmann@gmail.com

Chomsky's sustained engagement with 'Plato's Problem' (as articulated by Bertrand Russell) is at the foundation of his philosophy. As an explanation of how we know more than what we have been taught or experienced, Chomsky and Wang Yangming (1472-1529) have defended the feasibility of innate knowledge, analogous to certain aspects of Plato's approach in the *Menon*. Chomsky is concerned with 'innate knowledge of language' as Plato, Descartes, and Leibniz were concerned with innate knowledge of geometry. In Cartesian Linguistics and subsequent studies, Chomsky has elaborated on the two distinct approaches for understanding the human mind and language, 'rationalist' and 'empiricist', and characterised his approach as rationalist. Chomsky's clarification of his work as belonging to a rationalist tradition links his philosophical approaches to Wang Yangming, the foremost philosopher of the 'Mind School' in Neo-confucian philosophy in China. With the declaration, 'The mind itself is identical with reason', the culmination of the Mind School in Wang Yang Ming's philosophy led to the full identification of the mind with reason. However, Wang Yangming and Chomsky do not subscribe to the traditional rationalist view of a non-empirical knowledge of the world. In *Reflections on Language*, Chomsky emphasises that a priori knowledge is based on contingent features of our common-sense understanding and language. In his commentary on the Confucian text, *Great Learning*, Wang Yangming emphasises that 'the extension of knowledge' consists in the 'investigation of things', reaffirming the Confucian commitment to epistemological and moral development in practice and action ('Spare no effort in learning!'). In the *Record of Instructions*, expounding the theory of 'unity of knowledge and action', Wang Yangming argues that when the thought of 'being benevolent to people and creatures' arises in the mind, it is directed toward concrete actions and conduct. Values are inseparable from conscious endeavours to realise them in action; values do not exist independently of the reasons for putting them into action in the empirical domain. While Wang Yangming's epistemology and Chomsky's work on language have distinct focuses, their arguments for the underlying universal principles and structures and the capacity of the mind are parallel. Chomsky's arguments for the innateness of Universal Grammar focus on arguments for the existence of specific features of linguistic competence (deep generative-grammatical features). Analogous to the hypotheses of Chomsky (and other transformational linguists) that the common form of natural language is part of the genetic capacity for language acquisition, Wang Yangming argues that the knowledge of moral values is part of human biology and cognitive resources, common to all human thinkers. A comparative study of Chomsky's and Wang Yangming's contributions to the thesis of innate knowledge broadens the basis of continuing debates on epistemology and philosophy of mind, as well as ethics.

Speech acts in fiction: between pretense and r-intentions

Iago Mello Batistela

Universidade Estadual de Campinas

iagobatistella@gmail.com

The question leading this investigation is the following: when writing fiction, does the author communicate the content of the fictional work in a *sui generis* speech act? The standard position answers the question in a positive manner: the process of fiction-writing consists on invitations to make-believe the content of what was written by the author. Writing a fiction, thus, is a speech act; this speech act is usually characterized by reflexive intentions similar to the Gricean proposal for assertions, the difference being the substitution of 'belief' for 'make-belief'. Recently (in *Determination and Uniformity: The Problem with Speech-Act Theories of Fiction*, 2018), Stefano Predelli argued that the standard position cannot warrant for the uniformity between speech acts occurring inside and outside of fictional works. The argument goes as follows: two utterances of $f(s)$ and $f(s)^*$ with the same content C and different illocutionary forces F and F^* ; both $F(C)$ and $F^*(C)$ bear some relation to each other. According to the standard position, argues Predelli, utterances of $f(s)$ and $f(s)^*$ in the process of writing a fictional work are made with the illocutionary forces F' and F'^* different from F and F^* . Strangely enough, the relation between $F(C)$ and $F^*(C)$ is the same relation between $F'(C)$ and $F'^*(C)$ for any two illocutionary forces of utterances of $f(s)$ and $f(s)^*$. This strange regularity, the author proposes, vanishes when you take a negative stance on the existence of those *sui generis* speech acts: writing a fiction can be explained as pretending to utter a certain sentence with a certain illocutionary force; as such, the relation shared between $F(C)$ and $F^*(C)$ is the same relation shared between **pretend**- $F(C)$ and **pretend**- $F^*(C)$. I will defend the standard position from Predelli's argument proposing a difference between the act of writing a story and the utterances that constitute the fictional work. Writing a fictional work, I will argue, consists in a series of authorial diktats that can be explained by the reflexive intentions similar to those proposed by the standard position. Contrasting with authorial diktats, the content of a fictional work consists in a series of (fictional, not real) utterances with pretend-forces, similar to the pretense model proposed by Predelli.

Abordagens cognitivistas da emoção

Ian Francisco Simões Lourenço

Universidade Estadual Paulista
ian.lourenco13@outlook.com

Marcos Antonio Alves

Universidade Estadual Paulista
marcos.a.alves@unesp.br

O presente trabalho se propõe a explorar e elucidar as teorias cognitivistas da emoção, no âmbito da psicologia e filosofia. Tais teorias remetem a tradições filosóficas clássicas como a de Aristóteles, considerando a emoção como uma forma de julgamento do indivíduo. Apesar desta origem antiga, foi a partir da década de 1960 que houve um ressurgimento e aperfeiçoamento das explicações da emoção centradas no aspecto cognitivo. A ascensão destas teorias se configura, no campo da psicologia, como um contraste à tendência behaviorista, dominante na época. Na filosofia, por sua vez significa uma mudança de paradigma em relação à tradição empirista britânica. Dessa forma, os processos cognitivos internos do indivíduo se tornam o cerne do episódio emocional, ao invés da simples relação de causa e efeito. Essa característica significa uma alteração no modelo de explicação, a saber, substituindo o condicionamento pela computação e abarcando esquemas funcionalistas. O princípio fundamental comum a todas as teorias cognitivistas é considerar que a emoção surge através de um processo de avaliação do sujeito, onde o mesmo analisa elementos do ambiente e detecta se há alguma significância emocional para seus objetivos e aspirações. Sendo assim, serão analisados termos e conceitos centrais para tais explicações, como o aspecto intencional conferido aos episódios emocionais, assim como os estados mentais como um todo. Também será explorado o desenvolvimento das teorias cognitivistas da emoção nas últimas décadas, que ainda detêm grande espaço no ambiente acadêmico.

Corpo, linguagem e cognição: Contribuição do Enativismo ao debate

Iana Valenca Cavalcanti

Universidade Federal de Pernambuco

ianavcavalcantii1@gmail.com

Nos últimos anos, autores enativistas como Thompson, Varela, Noe, Dan Hutto e Erik Myin têm promovido uma reformulação de alguns aspectos das teses clássicas da Filosofia da Mente. Pode-se dizer que a característica unificadora das teses enativistas é exatamente o papel da ação para a cognição. Neste caso, da ação como constitutiva da cognição. Por essa razão, J. J. Gibson é considerado uma abertura para o Enativismo em “The Ecological Approach to Visual Perception” (1979) uma vez que no intuito de demonstrar que a percepção visual é informacionalmente pobre por si só desenvolve o conceito de “arranjo óptico do ambiente” (p.58, 1979). Isto significa que as ondas luminosas se concretizam em ângulos sólidos apenas depois de terem sido refletidas e difundidas no ambiente (Rolla, G. 2018, p.32). Assim, temos o fato de que o sujeito observador precisa ocupar diferentes posições no espaço para que o arranjo óptico, tal como a recepção das ondas luminosas funcione quanto percepção visual, isto é, funcione em reconhecimento de cores, texturas, luzes e etc. A obra de Gibson (1979) gira em torno de demonstrar que a ação é constitutiva da percepção visual, abrindo portas para ação como constitutiva da percepção de maneira mais ampla. Essencialmente, enativistas reformulam o papel da ação do corpo para a investigação de tópicos voltados para nossa capacidade de compreender e interagir com o mundo, recorrendo principalmente às características sensório-motoras envolta em tais coisas (seja na posse ou no uso delas). Nesta apresentação, iremos analisar as principais argumentações enativistas em torno da ação do corpo como um elemento cognitivo em contraste com a argumentação das teses clássicas. Em seguida, apresentar trabalhos recentemente produzidos principalmente no campo da neurociência sobre o processamento cerebral de palavras relativas a ações, isto é: sobre um tipo de ativação diferencial em áreas frontais do córtex, como por exemplo os locais motores, pré-motores e pré-frontais. No artigo “Neurophysiological Distinction of Action Words in the Fronto-Central Cortex” de Olaf Hauk and Friedman Pulvermüller, é visto que por exemplo, as palavras de movimentação das pernas ativaram áreas fronto-parietais dorsais, enquanto as palavras sobre a face produziram mais atividade nos locais frontais inferiores esquerdos. Por fim, iremos analisar como tais resultados podem corroborar com a guinada enativista sobre o papel da ação do corpo para a cognição no debate da Filosofia da Mente mais atual.

Sobre a Relação entre os Níveis de Lógica Doutrinária nos Prolegômenos à Lógica Pura de E. Husserl

Ícaro Miguel Ibiapina Machado

Universidade Federal de Santa Catarina

icaro_machado@live.com

Concentrando-se no volume introdutório das Investigações Lógicas, de E. Husserl (Prolegômenos à Lógica Pura), a presente pesquisa objetiva clarificar as interações entre suas concepções de Lógica enquanto disciplina. Esta tarefa foi desempenhada, principalmente, expondo-se suas respectivas posições ante os estratos de Ciência, também sacados da obra. Sobre isto, descreve-se que a ideia ampla de ciência tem três essenciais estratos. Em primeiro lugar, fala-se da parte subjetiva, que diz respeito primariamente à noção de evidência ou de atos cognitivos, em que se vivencia a própria verdade e, em especial e de maneira mais importante para uma ciência, as conexões da verdade (neste caso, falando de conexões dos atos conhecimento). Sobre conhecimento humano, já que a etapa antecedente era sobre conhecimento em geral, coloca-se como camada da Ciência, os métodos, que, no texto no autor, concernem aos procedimentos e ferramentas que têm como resultante o conhecimento concebido como atos cognitivos psicológicos. Estes estágios subjetivos se relacionam, inexoravelmente, para uma dada ciência, à sua conexão objetivo, a saber, a que é composta, por um lado, por uma conexão proposições (a teoria) e, por outro, os objetos que são por aquelas referidos (o domínio). Cada um entendido de maneira intrinsecamente sistemática e intrincada (o que dá o sentido do termo “conexão”). Neste sentido, obteve-se que cada uma destas doutrinas diz respeito a uma parte própria da Ciência. Assim, a Lógica (simplesmente) Normativa tem suas sentenças direcionadas ao Conhecimento, entendido de maneira subjetiva e ideal. Em outras palavras, ela diz respeito normativamente à parcela subjetiva-ideal da ciência. A Lógica Prática volta-se para métodos de pesquisa, regulando atividades científicas humanas, referindo-se ao estrato das Ciência propriamente metodológico. No entanto, o que é mais significativo para todas estas disciplinas é que elas o fazem de maneira geral, abrangendo de maneira globalmente semelhante e uniforme suas áreas correspondentes de ciência, sem privilegiar nenhuma disciplina em especial. Com isto, encontra-se, partindo da noção de que conhecimento é subjetivação da objetividade, que estas disciplinas se subordinam à Lógica Pura, que, por sua vez, tem leis formais voltadas, de maneira generalíssima, para toda a objetividade da ciência. Assim, a parte que legisla sobre o que é essencial à objetividade, tem de “dar o tom” e determinar esta mesma essencialidade na parcela subjetiva. É por esta razão, também, que o autor admite que todas as proposições da disciplina lógico-pura sejam reformuláveis em termos de leis normativas correspondentes. Em igual extensão, as leis normativas, por causa de um princípio de prioridade de prioridade técnico-normativa, são determinantes, naquele mesmo sentido, dos preceitos práticos da Lógica Prática. Entre elas, também se admite reformulações. Diante disto tudo, conclui-se com a defesa de um fluxo hierárquico entre as doutrinas, que emana da Lógica Pura até chegar, passando pela Lógica Normativa, à Lógica Tecnológica.

Some Considerations on Category-Theoretical Epistemology

Igor Souza Saraiva

Federal University of Goiás

The relationship between philosophy and category theory is twofold. On the one hand, category theory rises its own philosophical questions concerning its status, its relation with ordinary mathematics, its consistence and epistemic prolificacy in effectively extending our knowledge. On the other hand, categorical methods and concepts have been used fruitfully to give accuracy to philosophical investigation, by defining some canonical concepts pertinent to philosophical considerations in a precise and treatable way. We discuss briefly an orthodox view on the category theory's cognitive status, according to which the theory extends our knowledge by revealing connections between structures through representing them in a higher level of abstraction. Then, for example, two structures that seem to have nothing in common at first sight, like the last element in a finite series and a singleton set in the universe of sets, can be showed to be particular instances of the same categorical notion, namely a "terminal object". General theorems about terminal objects can be applied, then, to both notions. After, we show that category theory can be used to formalize epistemological notions such as that of a "theory", understood both as a particular deductive system and as the "universe" of models satisfying the deductive system. These two ways of formalizing a theory are called respectively the "sintatyc" and the "semantical" way. Once we have defined a category representing a theory, the relations of reduction, equivalence, and subsumption between scientific or formal theories can be expressed as specific functors, a kind of mapping, between categories. By adequately expressing those notions, category theory can be viewed as a tool by means of which we organize our theories in a hierarchy from the most basic and abstract level to the most specific and concrete ones. At the end, we try to suggest that maybe categorical considerations about the nature of scientific theories can be used to throw some light into classical philosophical questions, namely those concerning the status and relations of general methodological principles such as that of simplicity criteria, agreement with experience, etc.

Information, knowledge and its relations with autonomous action according to Fred Dretske

Isabele Vieira Salsmam

State University of São Paulo
salsmanisabele@outlook.com

Marcos Antonio Alves

State University of São Paulo
marcos.a.alves@unesp.br

Information, knowledge and its relations with autonomous action according to Fred Dretske Fred Dretske is a contemporary philosopher that has contributed in a significant way to epistemic debates. In “Knowledge and flow of information” the author outlines his ontological and epistemological approach to information and apply that in his definition of knowledge. For Dretske information is objective, it’s out there in the world and it’s independent of language and mind. It’s a good that can be sold, manipulated, bought, processed and stored. Influenced by the Mathematical Theory of Communication (MTC) developed by Shannon and Weaver, the author in question starts to ponder about the importance of the content of a message and what is its semantic value. There is a divergence between Dretske and the MTC, where researchers of the latter group emphasized the quantification of average information in a given source and were preoccupied about effective techniques of communication. MTC’s communication model allows Dretske to enhance his semantical analysis of information and develop a definition of knowledge, a perspective that diverges from the classical conception. Along with the discussion about knowledge the author presents a description of what can be considered an action and the difference between an actual action and some random physical motion. To formulate his hypothesis about action Dretske explores what is belief and its relations to action and knowledge. Belief is seen as an internal mental state and as the agent’s capacity of representation. Information plays a key role in this analysis along with belief. The objective of this work is first to present the dretskean informational theory in a way to explicitate the basic assumptions of his conception and importance to the definition of knowledge. Then it’s directed to the concept of action and how information and belief interact in a way to create an autonomous process of decisionmaking, a choice guided by intentionality. Dretske’s project contributes to the epistemological and ethical debates by introducing the relations between information, knowledge and autonomous action, which are extremely important in the technological era that we live.

Fiction, Utterances and Modifying Adjectives

Italo Lins Lemos

Federal University of Santa Catarina

italolinslemos@hotmail.com

In this presentation I will formulate a unified account of the metaphysics of fiction and the semantics of fictional discourse so it will be possible for us to understand how utterances regarding fictional entities refer to genuine objects. The main motivation for this approach is that it enables us to take fictional discourse straightforwardly instead of relying on a special role that the imagination plays in a pretense or in games of make-believe. First, I will introduce Amie Thomasson's (1999) approach to the metaphysics of fiction and consider fictional characters abstract artifacts. According to this realist perspective an author creates a fictional character through (a) an act of storytelling in (b) a public language in which they (c) receive a proper name or at least one description. Secondly, I will present François Recanati's (2018) distinction between fictional, metafictional and parafictional utterances. Fictional utterances are those that occur in a work of fiction such as the following quotation from Kafka's *The Metamorphosis* (2015, p. 3): (1) "When Gregor Samsa woke one morning from troubled dreams, he found himself transformed right there in his bed into some sort of monstrous insect". Metafictional utterances are those that are performed outside the work of fiction such as (2) Gregor Samsa is a fictional character created by Franz Kafka. Parafictional utterances are those that are preceded explicitly or implicitly by a sentence operator equivalent to "according to the story" such as (3) In *The Metamorphosis*, Gregor Samsa is a salesman who was transformed into an insect. Finally, I will argue that the adjective "fictional" may be used either as an intersective or a privative. According to Cappelle et al (2018), intersective adjectives are those that allow the inference pattern of the type "If x is an *AdjN*, then x is an *N*". For example, (4) Pass me the plastic fork. In (4) x is both made of plastic and it is a fork. Privatives are understood as blocking the former inference pattern and permitting the inference " x is not an *N*". For example, (5) Pass me the plastic banana. In (5) x is made of plastic, but it is not a banana. I will then argue that sentences emitted by authors in a work of fiction are performatives that institute a fictional state of affairs and that privative uses of the adjective "fictional" derived from (1) and parallel to (5) provide us rules according to which some of the properties attributed to a fictional character entitle us to pick out and refer to the character; while uses of "fictional" in (2) and parallel to (4) are considered intersective. I argue that both uses are literal instead of pretenseful. I hope then to provide a unified approach to fictional discourse that is consistent with our literary practices and also metaphysically adequate and parsimonious.

Utopias and Dystopias: Knowledge, Truth and Valuation

Ivan Ferreira da Cunha

Federal University of Santa Catarina

ivan.fc@ufsc.br

This paper elaborates on Otto Neurath's proposal that utopias can be used in social scientific and technological methodology of research. Neurath claims that such imaginative works may provide means for scientists to overcome the limitations of existing social arrangements in order to devise alternatives to experienced problematic situations. I compare this point of view with the work scientists do with models and nomological machines, as they are accounted for in recent debates in philosophy of science, specifically in the works of Nancy Cartwright and Mary Morgan. In my view that combines elements from Neurath, Cartwright, and Morgan, utopias are narratives that display the functioning of nomological machines, which are "stable configurations of components with determinate capacities properly shielded and repeatedly set running" (Cartwright, *The Dappled World*, p. 151). These nomological machines are built following a model, a blueprint that indicates how some (problematic) social situation can be reformed. The repeated operation of a utopia is the debate about the implementation of the proposed plan. In this process, it is possible to obtain a further understanding of the situation, as well as to make adjustments to the plan. Besides, and quite importantly, in a debate about utopias the involved parts come to an evaluation of the proposed plans – that is, in the operation of the nomological machine, a utopia might come to be regarded as a dystopia. However Cartwright's conception involves a realist claim. She argues that models and nomological machines are abstract arrangements of capacities, which are real. Hence, capacity claims are rendered true, and scientific laws are only valid *ceteris paribus*, that is, if all the shielding conditions presented by models and nomological machines are respected. There seems to be a problem when we think of utopias in those terms, because debates about utopias involve valuation. That is, by way of debating, social proposals are rendered good, adequate or utopian, or bad, inadequate or dystopian. Hence, such a realist claim raises a question about the epistemic status of valuation: how can we understand as knowledge, as true, a claim such as that a particular arrangement would be adequate, or, otherwise, that it would be a dystopia? In this talk I argue that claims about reality and truth regarding utopias can only make sense if inquiry contexts are considered. In doing that, I draw inspiration from John Dewey's theory of inquiry to advance that such claims need not carry a strong metaphysical charge.

A defeasibilist take on penumbral cases and unsafe knowledge

J. R. Fett

Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul

jrfett01@gmail.com

Epistemologists have had some difficulties in accounting for a type of hypothetical cases about which people are prone to disagree on whether or not the protagonist knows a certain target-proposition she believes. These are the so-called 'penumbral cases', whose paradigmatic example is the Newspaper Case, put forward by Gilbert Harman, back in 1968. Penumbral cases are called this way because of the alleged vagueness of the concept of knowledge they bring to the fore. Peter Klein's defeasibility theory has found a way to deal with those troublesome cases, and it was advertised by him that, among the many other then prominent theories of knowledge in the literature, such an account had the best promise of accommodating those cases. I agree with Klein in that respect. I do believe that the defeasibility theory has the appropriate resources to deal with cases that exhibit the inherent vagueness of the concept of knowledge. What is more, defeasibilists are able to handle another interesting type of case that many theories have trouble with, and they might do so using the same apparatus they use to handle the old penumbral cases, like Harman's. Defeasibilists are able to handle the alleged cases of unsafe knowledge phenomenon, namely, intuitive cases of knowledge that are classified as cases of ignorance by the now popular safety theory. Besides showing this is the case, my aim in this paper is to show that such an advantage of defeasibilism reveals the superiority of this theory over its rivals by an intuitive principle of theory choice. Not only the safety theory, but also other alternative theories of knowledge will received this blown from defeasibilism. In order to accomplish my goals, I will split this paper into N parts. In the first part, I will consider first a penumbral case put forward by Gilbert Harman, and I will briefly discuss what some epistemologists have thought about it. Second, I will show how the defeasibility theory, with Peter Klein's leadership, might deal with that case. In the second part of the paper, I will briefly explain the safety theory and consider the alleged cases of unsafe knowledge, which purport to undermine its prospects as a successful account of knowledge. Then I will show how defeasibilists might handle the alleged cases of unsafe knowledge using the apparatus they employ to handle penumbral cases. Finally, in the third part of the paper, I will reply to an objection put forward by Rodrigo Borges (forthcoming). According to his objection, the fact that the defeasibility theory allows us to explain divergent verdicts about a very same case is a vice, rather than a virtue, of the theory. Then I will vindicate defeasibilism's superiority over safety and, for that matter, over some of its other rivals by the lights of a plausible principle of theory choice.

Dois casos lotéricos para Lewis: o que sabemos sobre o pobre Bill?

Jaaziel de Carvalho Costa

Universidade Federal de Santa Catarina

jaaziel_carvalho@hotmail.com

O objetivo deste trabalho é apresentar dois casos lotéricos problemáticos à teoria do conhecimento de David Lewis exposta no *Elusive Knowledge*. Neste texto, Lewis pensa resolver diversos problemas clássicos da teoria do conhecimento, um deles é o Paradoxo da Loteria, o qual é um argumento dedutivo em que sua conclusão aponta que podemos saber contradições, o que por sua vez é absurdo. Ele pensa resolver tal paradoxo conjugando o que chamou de Regra da Semelhança e Regra da Realidade, pois no caso lotérico, estamos considerando as possibilidades de os bilhetes perderem e ignorando – de maneira não apropriada as possibilidades que eles têm de ganhar. Trabalhando as duas regras supracitadas acima, Lewis afirmou que uma daquelas possibilidades não pode ser propriamente ignorada, a saber, a possibilidade que de fato ocorre, e como todas as outras possibilidades que não ocorrem são semelhantes a atual, nenhuma delas pode ser propriamente ignorada. Ainda neste mesmo texto, ele discute o caso do “pobre Bill”, no qual permite sabermos que o pobre Bill nunca será rico. Este caso também explana como a Saliência Semelhante entra em cena tanto no paradoxo da loteria como neste último. Tanto a possibilidade de saber que o ticket n X perderá a loteria, como a possibilidade de Bill tornar-se rico são casos de justificação probabilística. A Saliência é o que tornará Lewis capaz de negar conhecimento num caso e conceder no outro. Neste ínterim, entra em jogo a Regra da Atenção e o princípio de fechamento, os quais explicam como podemos saber que P em um contexto, e sermos ignorantes a respeito de P em outro contexto somente pela menção de uma hipótese cética ou da consideração de uma proposição equivalente à negação de P. Isto é, esta regra e este princípio explicam como o contexto é modificado a partir das possibilidades que estamos considerando. Quanto aos casos que apresentaremos, ambos são variações do caso do pobre Bill, e neles, as três regras que trabalham para resolver o paradoxo da loteria e o caso do pobre Bill não funcionam. O primeiro é proposto por Hawthorne, em *Lewis, the lottery and the preface*, o qual apresenta um caso de crença verdadeira justificada sortudamente. E o segundo caso, proposto por nós, implica na possibilidade de saber uma contradição.

Conhecimento perceptual: um desafio enativista e encaminhamentos para uma solução wittgensteiniana

Jeferson Diello Huffermann

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

jeferson.diello@gmail.com

Desde os anos noventa do século XX um programa de pesquisa interdisciplinar que transpassa a filosofia, a psicologia cognitiva, a inteligência artificial, robótica corporificada e a linguística vem ganhado espaço sob a alcunha de Enativismo (Enactivism). Uma motivação significativa para uma atitude positiva ao enativismo é o sucesso de explicações do fenômeno perceptual da visão que enfatizam o caráter ativo da percepção. A partir de uma certa leitura enativista pode-se defender que a percepção visual é um tipo de cognição básica (não-representacional), que pode ser explicada de modo relacional, a partir das habilidades do agente cognitivo engajado em um determinado ambiente e suas características. De modo que a percepção é deveras aproximada, senão identificada, com um saber-fazer. Já outras formas de cognição, como as atitudes proposicionais de acreditar e conhecer que seriam casos de cognição superior, envolveriam a manipulação de representações. Contudo, se essa teoria da percepção está correta, surge um obstáculo teórico para caracterizações do conhecimento perceptual na sua modalidade proposicional. Trata-se da questão acerca da caracterização da relação entre a percepção e o conhecimento proposicional perceptual. A caracterização mantém que a percepção fornece razões para as atitudes proposicionais de crer e conhecer proposições empíricas ao mesmo tempo em que se compromete com uma descontinuidade entre o perceber e o seu saber-que. A descontinuidade é que os estados perceptuais não são representacionais enquanto os estados epistêmicos e doxásticos são representacionais. A caracterização torna-se especialmente problemática porque ao rejeitar que a percepção seja representacional é preciso explicar como esse estado não representacional é normativo (racionalmente) no que diz respeito ao estado representacional de conhecimento ou crença que *p*. Uma hipótese que gostaríamos de explorar é que o conhecimento perceptual na sua modalidade proposicional caracterizado a partir de propostas que se inspiram nas *hinge propositions* propostas por Wittgenstein o campo de estudo que atualmente vem sendo chamado *Hinge Epistemology* nos auxilia com relação a esse obstáculo. Um dos principais debates no campo é acerca da natureza dos ditos *hinge commitments*. Trata-se das pressuposições de uma estrutura racional de justificação que possibilitam o processo de exame racional acerca da veracidade da proposição (i.e, pressuposições que possibilitam atitudes proposicionais tais quais conhecer e acreditar) e são elas mesmas o caso limite da estrutura não estando desse modo sobre julgamento ou avaliação. De tal modo, o trabalho proposto consiste em duas etapas: (i) a apresentação do que chamo desafio enativista - a partir de uma certa caracterização enativista da percepção visual e de suas consequências epistemológicas; (ii) exposição de um esboço de uma leitura ativa dos *hinges commitments* de acordo com a qual o que autoriza a adesão racional ou crença que *p* são nossas capacidades cognitivas não representacionais de acesso ao que é descrito por *p*;

essas capacidades nos permitem reconhecer de maneira não proposicional propriedades e relações expressas ao modo proposicional em p . O conceito empírico (teórico e representacional) expresso em p tem como condição possibilitadora de aquisição certo conhecimento prático entendido em termos de capacidades cognitivas.

Imagination and knowledge about necessity of origin

Jerzy A. Brzozowski

Federal University of Santa Catarina

jerzyab@gmail.com

The object of this talk is to assess the extent to which imagination can be a source of knowledge about de re modalities, especially in claims about necessity of origin. I begin with Timothy Williamson's argument according to which our cognitive ability to handle counterfactual conditionals is itself the source of our knowledge of metaphysical modality. In Williamson's view, de re necessity is to be understood as a special case of quantification into counterfactual cases. Thus, if Williamson is right, claims about necessity of origin could in principle be subjected to the same treatment, and our imagination should guide us in determining which of them are true. I then turn to Penelope Mackie's discussion of the necessity of origin theses. Mackie attributes the intuitive appeal of such theses to what she calls the "branching model" of thinking about future possibilities. The branching model seems to be consistent with some empirical findings about counterfactual imagination by Ruth Byrne. I argue that such data endorse Mackie's point that the source of knowledge of de re modality cannot be any of the necessity of origin theses. In conclusion, I claim that while it is clear that imagination can provide some knowledge of de re modality, the purported de re modal truths about necessity of origin are largely underdetermined by our ability to imagine counterfactual scenarios and also by any background scientific theory that could plausibly be relevant in each case.

Logical and Mathematical Practice in Frege's Logical System

João Vitor Schmidt

University of Campinas

joaovitorschmidt@gmail.com

In reflecting about the mathematical practice, two features stand out. First, mathematicians act freely upon a given mathematical subject, as they feel creative in postulating new entities and finding solutions to recurring problems. But, they also feel secure in their findings, as they are regarded as objective and independent from themselves. The problem is on how to accommodate such views, given that, by asserting the existence of an independent and objective mathematical reality, mathematicians' creativity is highly constrained, and their practice very much diminished. But at the same time, the objectiveness of their results, their validity and universal applicability requires a non-relativistic reading. Usual realist proposals tend to overlook this problem, simply by choosing not to account for mathematical practice or creativity, taking them as secondary features. However, not only one can provide (or attempt to) an account that meet the needs of both the objectivity and the creativity of mathematical practice, but it can be shown that even in classical realist philosophers, the practice is not at all ignored. For both cases, one can look at the importance of Speech Acts in the mathematical practice. Recently, Julian Cole (2012) has offered an account of mathematics that incorporate speech acts, specially declarations, in order to defend the thesis that mathematical domains are institutional entities, much in the sense of John Searle's work (1995). In this account, one considers the mathematical practice as substantially important in creating such entities, thus unifying mathematical practice with a weakened form of realism. Speech act components are something obviously present in the practice. There are multiple pragmatic elements that pertain to how mathematicians define, assert, prove and communicate their findings. But they are, nonetheless, commonly ignored. There is, however, one exception not only in mathematics, but also in the history of logic: Gottlob Frege. Frege's work on logic (1879 and 1893) shows a strong consideration about the practice that was later forgotten. Still, Frege's work is a paradigm case of a Realism account in logic and mathematics. My aim is to address Frege's theory of logic in the light of two important pragmatic components thought by him, Assertions and Definitions, and how they are compatible with his realist background. The lesson to be learned is twofold. First, that we should look into Frege's logic in its historical context in order to understand how he is able to connect such pragmatic features with a strict realist ontology. Here, his employment of Judgements (and assertions) and the epistemic role played by them (something that was superseded by Propositions in the developments in logic that succeeded him) is crucial in connecting the *Gedanke* of a sentence (its objective content) with a truth-value within the logical system. Second, that multiple features of his logical notation, the *Begriffsschrift*, were designed for the practice (including definitions), being essential in making logic an epistemic tool for discoveries. Finally, we could make sense of the problem here described (that motivates the recent use of speech acts) with the current abandonment of Judgements in

logic and mathematics.

A teoria de Gibbs como uma versão com cinturão de proteção estruturado da termodinâmica de Clausius

Jojomar Lucena da Silva

jojomarls@gmail.com

Em Lakatos, o problema da busca pelo conhecimento coincide com o problema da avaliação objetiva do crescimento científico, a qual é realizada conforme a análise de transferências progressivas ou degenerativas de problemas em séries de teorias científicas. Essas séries caracterizam-se por certa continuidade enquanto programas de pesquisa com uma heurística negativa e uma heurística positiva. Embora a identificação desses programas de pesquisa na história da ciência seja tarefa relativamente simples, a localização de alterações em teorias particulares, com a discussão das razões e consequências dessas mudanças na teoria subsequente, nem sempre o é. Por exemplo, a termodinâmica clássica, versão da termodinâmica após a identificação por Clausius das duas leis fundamentais, organiza-se em torno do princípio da conservação da energia (1ª Lei) e do princípio do aumento da entropia (2ª Lei), as quais constituem a heurística negativa da teoria. Mais ou menos um quarto de século após o primeiro trabalho de Clausius, Gibbs publica seu trabalho *On equilibrium of heterogeneous substances* (1875), em que estabeleceu uma nova versão dessa ciência, denominada termodinâmica de potenciais. Contudo, nesse trabalho, as duas leis fundamentais não aparecem explicitamente. Em vez delas, Gibbs constrói sua teoria a partir do critério de equilíbrio, formulável, equivalentemente – segundo a como se queira representar o sistema –, em torno da entropia ou da energia, sendo a versão para a energia: “é suficiente e necessário para o equilíbrio de todo sistema isolado que todas as possíveis variações de estado do sistema nas quais a entropia não se altera, que a variação de sua energia seja nula ou positiva”. No entanto, a impressão que Gibbs esteja organizando uma termodinâmica em torno de uma heurística negativa diferente da clássica é superficial. Esses critérios podem ser interpretados como restrições das leis fundamentais após se optar pela investigação em sistemas estritamente em equilíbrio. Mas com isso, o que se está fazendo é “estruturar” o cinturão de proteção da termodinâmica. Com efeito, a hipótese auxiliar referente ao equilíbrio, possibilita a expressão das leis fundamentais como princípios variacionais. E tal como Lakatos adverte, acrescentar a mencionada hipótese auxiliar à versão de Clausius visa aumentar o conteúdo empírico da teoria, porém, não em decorrência da existência de anomalias, e sim por uma escassez de recursos metodológicos para a dedução de resultados experimentalmente testáveis. De fato, as leis fundamentais desembocam em enunciados experimentalmente testáveis quando restritos por hipóteses adicionais comumente na forma de ciclos termodinâmicos. Entretanto, esses ciclos são disformes em relação aos fenômenos dos quais se intenciona expressar as leis experimentais. Essa dissemelhança aproxima frequentemente os ciclos de hipóteses *ad hoc*. É para sanar tal insuficiência operacional e a correlata fragilidade lógica entre leis gerais e experimentais que Gibbs impõe a hipótese do equilíbrio. E ao estruturar o cinturão de proteção dessa forma, ele implementa a heurística positiva com recursos da análise matemática e da geometria diferencial.

Com isso, as possibilidades de derivação de leis experimentais a partir das leis gerais crescem sem necessidade do recurso a hipóteses *ad hoc*: as vias de buscas pelo conhecimento se multiplicam.

References

- [1] Clausius, R. (1868). The mechanical theory of heat, with its applications to the steam-engine and to physical properties of bodies. London: John Van Voorst.
- [2] Gibbs, J. W. (1931). The collected works of J. Willard Gibbs (v. I). New York: Longmans, Grennand Co.
- [3] Lakatos, I. (1970). O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica. In *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*, pp. 109-243. São Paulo: Editora da USP.
- [4] Lakatos, I. (1978). The methodology of scientific research programmes. Cambridge: Cambridge University Press.
- [5] Lucena, J. (2015). *Abordagens comparativas de ciclos e de potenciais da termodinâmica: escolha racional ou pragmática?* São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado em Filosofia.
- [6] Lucena, J., Chiappin, J.R. (2017). A geometria como instrumento heurístico da reformulação da termodinâmica na representação de ciclos para a de potenciais. *Principia: an international journal of epistemology*, 21 (3), 291-315.
- [7] Lucena, J., Laranjeiras, C.C., Chiappin, J.R. (2019). Gibbs' rational reconstruction of thermodynamics according to the heuristic tradition of Descartes' analytical method. *Revista Brasileira de Ensino de Física*, 41 (1). 30 de julho de 2018.

Reduzindo a Unidade Fenomênica da Experiência: a objeção do inchaço fenomênico e a unidade representacional em Tim Bayne

Jonathas Kilque Villanova

Universidade Federal de Santa Maria

jonathaskv@gmail.com

Em “The unity of consciousness”, Bayne sustenta a tese da unidade: necessariamente, os estados conscientes que um sujeito vivencia em um tempo ocorrem como componentes de um único estado fenomênico total (E_{total}), que exhibe a fenomenologia conjunta dos seus componentes. Essa tese pode ser compreendida como significando: para um sujeito S , em um tempo t , que possui as experiências visuais v_1 e v_2 , há algo com o que se parece para S experienciar conjuntamente v_1 e v_2 em virtude de possuir um E_{total} que têm v_1 e v_2 , como suas partes. Bayne compreende sua tese como sendo não-representacionista: o caráter fenomênico conjunto de um E_{total} não é idêntico, nem superveniente à integração do conteúdo representacional dos diferentes estados fenomênicos que compõem o E_{total} . Assim, apesar do conteúdo representacional de E_{total} plausivelmente implicar no conteúdo representacional de v_1 e v_2 , isto não é necessário, nem suficiente para que v_1 e v_2 apresentem unidade fenomênica (UF). Pois, o que é para v_1 e v_2 apresentarem UF é simplesmente que elas ocorram como partes de um E_{total} e não que haja uma representação conjunta do conteúdo fenomênico de v_1 e v_2 por um E_{total} . Entretanto, há uma maneira indireta de desafiar a compreensão de Bayne sobre a relação da UF e a integração de conteúdos representacionais. Segundo a objeção do inchaço fenomênico, se assumimos que a UF é uma relação R entre experiências e R têm uma fenomenologia própria – no caso de Bayne, a assunção do caráter fenomênico conjunto. Então, se há algo como é, para S , exibir UF entre suas experiências em t , então R têm uma fenomenologia própria – em virtude da qual há diferença em como é exibir UF entre nossas experiências. Mas, se R tem sua própria fenomenologia, então há algo como é ter unificadas a fenomenologia de R e a fenomenologia das partes de R . Assim, devemos postular uma segunda relação R_2 responsável por unificar a fenomenologia de R_1 e das suas partes. Mas, equivalentemente, se há algo como é ter R_2 , então devemos postular uma relação R_3 que garanta UF para R_2 e R_1 , e assim infinitamente. Devido a viciosidade dessa solução, deve ser falso que R possui uma fenomenologia própria. Argumentaremos que a objeção motiva uma abordagem representacionista da UF. Pois, a objeção desafia a ideia de que um E_{total} contribui para o caráter fenomênico de como é vivenciar a UF. Complementarmente, a objeção desafia a compreensão da UF em apenas em termos de um caráter fenomênico conjunto exibido por um E_{total} . Assim, sugerimos que a solução mais viável à esta objeção está em negar a concepção não-representacionista de Bayne. Neste trabalho sugerimos que Tye (2003) elabora uma versão mais adequada da teoria do estado único: a UF é uma questão de que haja uma conjunção dos conteúdos representacionais de diferentes estados fenomênicos por um único estado representacional. Assim, a UF não é algo que possua uma fenomenologia própria, sendo meramente o resultado da conjunção dos conteúdos, digamos, de v_1 e v_2 pelo estado E_{total} .

O jogo da imitação de Turing como jogo de linguagem de Wittgenstein

Joon Moon

University of São Paulo

joon.moon@usp.br

A primeira imagem de um buraco negro foi revelada neste mês de abril de 2019. Segundo o diretor do projeto EHT (Event Horizon Telescope) Sheperd Doeleman, os avanços na tecnologia e algoritmos inovadores permitiram este feito que se presumia ser impossível apenas há uma geração. O momento atual, marcado pelas grandes inovações tecnológicas, pelo seu profundo impacto em diversas áreas da nossa sociedade e no nosso conhecimento, é identificado como Revolução Digital. É comum achar que esta revolução em curso seja um assunto exclusivo da área de tecnologia e tratar filosofia como totalmente alheia. Mas se buscarmos a genealogia da computação, seria inevitável não mencionar as contribuições dos filósofos desde sua gênese: Pascal foi primeiro inventor da máquina calculadora – considerada como o ancestral do computador, aprimorado depois pelo Leibniz. Frege, Russel, Moore, Carnap, Wittgenstein, revolucionaram lógica, filosofia da linguagem e filosofia analítica, fundamentais para o desenvolvimento da computação, que tem como seu pioneiro Alan Turing. O teste de Turing, também conhecido como ‘jogo da imitação’, avalia a capacidade de uma máquina de exibir um comportamento inteligente equivalente a um ser humano ou indistinguível deste. O teste foi introduzido por Turing em seu artigo de 1950 “Computing Machinery and Intelligence”, que começa: “Eu proponho a considerar a seguinte questão ‘As máquinas podem pensar?’”. Já que “pensar” é difícil de definir, Turing propõe em trocar a pergunta inicial por outra: “Há como imaginar um computador fazendo bem o jogo da imitação?” No jogo da imitação, um juiz conversa, em linguagem natural, com outro humano e máquina projetada para produzir respostas. Todos os participantes estão separados um dos outros. Se o juiz não for capaz de distinguir com segurança a máquina do humano, diz-se que a máquina passou no teste. Os jogos de linguagem são recursos recorrentes nos trabalhos de Wittgenstein. A analogia entre linguagem e jogo demonstra que as palavras têm significado dependendo dos usos delas nas diversas atividades da vida humana, os jogos de linguagem procuram evidenciar estas regras. O jogo da imitação de Turing seria um tipo de jogo de linguagem de Wittgenstein? Apesar de não haver uma referência direta nas obras dos dois autores e estudos para esta interpretação, há indícios relevantes. Temos diversos elementos em comum: jogo, jogador, avaliador, regra, linguagem. Turing chegou a fazer um curso de Wittgenstein em Cambridge, após se conhecerem em 1937. O presente trabalho pretende analisar o jogo da imitação de Turing como um jogo de linguagem de Wittgenstein e discutir as consequências desta nova interpretação.

O conceito matemático e o sujeito

José Carlos Magossi

University of Campinas

magossi@ft.unicamp.br

O processo de desenvolvimento e pesquisa em matemática, por mais “abstrato” que possa parecer, não está totalmente imerso apenas em estruturas e objetos. A. Cauchy ao lecionar na École Polytechnique de Paris, 1821, preocupava-se com a transmissão de conceitos matemáticos de modo que fosse compreensível a seus alunos [2]. Richard Dedekind, em seu curso de Cálculo, na Escola Politécnica de Zurich, 1858, mostrou-se insatisfeito com a aceitação de propriedades matemáticas consideradas evidentes e preocupado com o impacto que essas verdades óbvias teriam no desenvolvimento da matemática [1]. R. Henstock elaborou uma nova teoria matemática sobre integrais e advogou sua utilização em níveis elementares de matemática [5]. Nos três exemplos acima, desenvolveram-se, respectivamente, os seguintes conceitos: o conceito de limites, o de números reais e o de integrais de Kurzweil—Henstock [5]. Há outros exemplos na literatura em que a preocupação pedagógica com a transmissão matemática se faz presente. Diante das facilidades atuais em transmitir informações, e também do acesso a elas, não seria o caso de investir numa “provocação ao desejo do sujeito”, do aluno, com vistas ao conceito matemático? Investir numa busca pelo conhecimento, pela transformação, pela interação, pela independência do pensar, do inventar um pensamento, matemático ou não. Investir na percepção de uma matemática mais aberta e conectada com o desejo de transformação do sujeito em aprender, e não somente uma matemática vista como ferramenta útil para resolver problemas do mundo. Ou seja, não seria o caso de criar cenários em que haja clareza sobre o porquê do surgimento de um determinado conceito em matemática e sobre as condições laterais a esse surgimento? Nesses promissores cenários pode haver permissão do sujeito, não só para estudos de matemática, dita pura, mas também para tópicos que o completam e fazem fazer consistência no contexto construído. Isso indica uma utilização da história, e ciência em geral, não como uma simples enumeração de fatos ocorridos e fórmulas enunciadas, mas sim como uma elaboração, uma escolha de caminhos, uma busca pela melhor estratégia, que culmine com o entendimento da gênese de determinado conceito [4]. Essas trajetórias podem não só facilitar a compreensão da matemática vista como estruturas e objetos, mas também como um convite provocativo a novos desenvolvimentos. De certa forma, uma estratégia como a indicada acima implica muito mais o desejo do sujeito em conhecer o conceito matemático, o desejo de aprender, de transformar, do que uma dinâmica normativa, padronizada, de uma propensa metodologia de ensino. É possível extrair da literatura exemplos de cenários em que “provoações ao desejo do sujeito”, diga-se desafios, são elencados de modo a desvelar novas leituras matemáticas, e correlacionadas, acerca dos conceitos de infinitésimos, limites e integrais próprios do Cálculo e da Análise Matemática [3].

Referências

- [1] Dedekind, R. Essays on the theory of numbers – Continuity and Irrational Num-

- bers – The Nature and Meaning of Numbers. The Open Court Publishing Company, 1901 (first publication). Dover Publications, 1963, 2010.
- [2] Grabiner, J. V. The Origin of Cauchy's Rigorous Calculus. Dover Publications, Inc., New York, 1981.
 - [3] Hairer, E., Wanner, G. Analysis by Its History. New York, Springer Verlag, 1996.
 - [4] Toeplitz, O. The Calculus – A Genetic Approach. Chicago University Press, Chicago, 2007.
 - [5] Yee, L. P., Výborný, R. The Integral: An Easy Approach after Kurzweil and Henstock. Cambridge University Press, Cambridge, 2000.

The role of epistemic aims in schools: analysing the Freirean educational slogan “To teach is not to transfer knowledge”

José Leonardo Annunziato Ruivo

Federal University of Maranhão

jleonardo.ruivo@gmail.com

It is largely argued that education, in general, and schools, in particular, have epistemic aims, despite the disagreement on what epistemic properties should be aimed: whether knowledge, rationality, understanding or a virtue account. In this presentation, it will be argued that, if schools should have epistemic aims, then it is necessary to have an account on how these epistemic properties are going to be transmitted – this is the transmission account (TA). Focusing on a defence that knowledge is the epistemic aim of schools, it will be shown some criticism against the idea that epistemic properties must necessarily be transmitted in schools – the anti-transmission account (not-TA). A popular view for (not-TA) was put forward by Paulo Freire on its *Pedagogy of Oppressed* (1974) and *Pedagogy of Autonomy* (1996) when he says: “To teach is not to transfer knowledge”. We will explain it and interpret such criticism as one that expresses an educational slogan. Educational slogans, as Israel Scheffler suggested on *The Language of Education* (1960), are sentences important to unify ideas and attitudes of educational movements, build confidence to its followers and create a solid and persuasive speech to attract new adherents. We take Scheffler’s analysis of the slogan “We teach children, not subjects” as a paradigmatic model because it explains that a slogan evaluation should have a practical and a literal purport. And also it can be praised for its practical purport but criticised when the adherents take it literally, without contradiction. In the remainder of this presentation, we will make a positive evaluation of the practical purport of Freire’s (not-TA) slogan “To teach is not to transfer knowledge”, because it raises important considerations about school conditions and teaching practices. In addition we will make a negative evaluation on the literal purport, because, when one takes Freire’s (not-TA) slogan literally, then will be committed with the following dilemma: either deny that schools should have epistemic aims or deny the (not-TA) thesis. Since the idea that schools should not have epistemic aims is problematic, then the slogan should not be taken on its literal sense.

An Egalitarian Ethos and the Realization of Social Freedom

Joshua Kissel

Northwestern University

Joshuakissel2014@u.northwestern.edu

This paper is part of a larger project on social freedom and its usefulness for thinking about the social ideals that should animate a just society. In other work I defend two ideals familiar to political theory, the ability to exit and the capacity for voice (or democratic say). My aim here is more controversial. I argue contra institutionalists that justice demands an informal component I call an egalitarian ethos. Unfortunately explicating precisely what the ethos entails demands more space than I have here. Nevertheless, I can offer some clarification. As I understand it the ethos is necessarily informal and even ideological in that its realization depends on agents acting in accord with a set of egalitarian values. It should be understood in scalar terms such that it can be realized to a greater or less extent. From the perspective of an individual it obtains when an agent has an attitude which produces certain egalitarian actions. At the level of a society its easier to conceptualize it as a sort of norm. My paper concentrates on the importance of an ethos as a means to realizing social freedom. I deliberately avoid a commitment to any particular conception of freedom, but I nevertheless offer some special consideration to the relationship between the ethos and robust or 'republican' freedom. My positive argument can be divided into two parts. In the first argument I draw our attention to the way the ethos makes the realization of widespread freedom possible. In the second argument I focus on the way in which it stabilizes freedom making it more sustainable. An egalitarian ethos helps promote and make possible widespread freedom. This is clearest when we focus on freedom inside smaller scale institutions that make up our communities and our interpersonal relationships. A variety of laws and contracts can help protect individuals interests inside smaller scale social groups and interpersonal relationships. However, these formal mechanisms are unable to adequately do so while some individuals hold legally permitted power over others. As I argue in my paper, the widespread acceptance of an egalitarian ethos enables us to diminish the harm or even ultimately eliminate the domination of the more powerful over the less in such situations. My second justification centers on the way in which an egalitarian ethos makes freedom more sustainable because it helps us avoid the demand for enforcement by political authorities or managers (in non-political institutions like the workplace). This is important insofar as we worry about the corrupting influence of power and therefore recognize that even the most trustworthy and morally decent wielders of power are likely to overstep their bounds at some point. The ethos' attractiveness multiples when ordinary legal or institutional responses to inequalities in power are ruled out given their origin in voluntarily and seemingly permissible interactions among individuals.

Science, The Sharper Image: Well-Adapted Bases of Eigen-Solutions and Scientific Production of Objective Realities

Julio Michael Stern

University of São Paulo

jstern@ime.usp.br

Telescopes work by producing images of distant objects at higher magnification and better resolution than the observer's naked eye is capable of. The magnification factor specifies how many times larger the observer sees an object, while resolution specifies the observer's ability to distinguish apart (resolve) two nearby objects, that is, resolution refers the image's sharpness or amount of fine detail it makes available to the observer. Figures 1a, 1b and 1c of the full article illustrate these concepts with three images of the same region of space, centered at Melnick-34 - a distant star in the Tarantula Nebula. Figures 1a, 1b and 1c were produced by: (a) The ground based telescope of the European Southern Observatory; The Hubble's wide field planetary camera, (b) before and (c) after the space shuttle Endeavor 1993 mission to correct a spherical aberration problem. While the magnification factor of these three images are the same, their resolution range from low(er) to high(er), from left to right. Images to the left are impaired by stronger aberration or distortion effects that make them more confused, blurry or indistinct, when compared to the sharper image to the right. Moreover images to the left are impaired by the occurrence of artifacts - spurious effects like pixelation, replications of bright points by dimmer copies around it, or halo-like effects around larger sources of light. This article explores the metaphor of Science as provider of "sharp images" of our environment. As in the telescope example, the images we can possibly see obviously depend on the instruments we have the ability to build and, perhaps less obviously, also depend on the characteristics of our inborn (biological) sense of vision. Similarly, we argue that our ability to interpret those images is constrained by our cognitive abilities, by our theoretical and philosophical frameworks, etc. In this sense, the epistemological framework developed in this article belongs to the philosophical tradition of Cognitive Constructivism. Nevertheless, the epistemological framework developed in this article has a distinctly "objective" character that sets it apart from many alternatives in the constructivist tradition. Using once more our optical analogy, the quality of the images provided by a telescope can be characterized by tailor-made measures used to quantify magnification, resolution, and specific aberration effects. Similarly, we claim that the quality of scientific representations can be quantitatively accessed and precisely measured. Such measures are the technical touch-stones needed to lay down the mathematical foundations of the Objective Cognitive Constructivism epistemological framework. The e-value, or epistemic value of hypothesis H given observational data X, $ev(H|X)$, is a statistical measure tailor-made for the aforementioned purpose. The references Pereira, Stern and Wechsler (2008) and Esteves (2016) give the definition and theoretical properties of this statistical significance measure; Borges and Stern (2007) and Stern et al (2017) give a formal analyses of the logical properties of the e-value; finally, Stern (2007a,b, 2008, 2011, 2017) give philosophical considerations

on the Objective Cognitive Constructivism epistemological framework. The statistical, mathematical and logical properties of the e -value are perfectly adapted to support and to work in tandem with the Objective Cognitive Constructivism epistemological framework. Nevertheless, this article does not focus on formal analyses of such mathematical constructs. Rather, its goal is to develop the optical metaphor introduced in this section in order to explain, in an easy and intuitive way, some of the basic ideas and key insights used in this framework. In accordance with this goal, epistemological arguments are supported by figures illustrating analogies or providing visual context. In order to better develop our arguments we use, as historical background, the science of optics as seen through the work of Giambattista della Porta (1535-1615), Galileo Galilei (1564-1642), Johannes Kepler (1571–1630), René Descartes (1596–1650), and Pierre de Fermat (1607-1665); see references for the original works, some historical analyses and well-designed didactic materials.

Diferenças entre Eucariontes e Procariontes e Vírus: uma abordagem pluralista ao conceito de espécie

Karine Rossi Pereira

Universidade Federal de Santa Catarina

rossipereirakarine@gmail.com

O problema do conceito de espécie tem como foco caracterizar, de maneira adequadamente científica, uma definição para o conceito de espécie. Diversas tentativas já foram feitas para dar conta dessa tarefa ao longo da história, encontrando-se referências em Darwin e Buffon e concentrando-se nas últimas décadas dentro de duas abordagens. Podemos nomear tais abordagens como Monista e Pluralista. A abordagem Monista procura seguir a concepção que é possível conceituar todas as espécies de organismos a partir de um conceito único, onde esse iria ofertar um critério de delimitação também único para a delimitação das espécies na natureza. Encontramos, dentro dessa abordagem, conceitos como, o Conceito Biológico de Espécie, o Conceito Evolutivo de Espécie, o Conceito Ecológico de espécie, dentre muitos outros. Por outro lado, a abordagem Pluralista defende que podemos ter dois ou mais conceitos que sejam úteis para a definição da categoria de espécie, ofertando assim mais de um critério para a delimitação dos organismos na natureza; ou ainda, defendendo que podemos ter uma hierarquia de conceitos, na qual um conceito seria utilizado para a definição de espécie e demais conceitos, e consecutivamente, demais critérios, seriam utilizados para a delimitação dos organismos. Sob o escopo dessa abordagem encontramos o Realismo Pluralista, a Divisão Conceitual do Trabalho, e outros. Meu trabalho discute uma abordagem Pluralista do problema do conceito de espécie. Procuro defender que é possível conceituar organismos Eucariontes sob o escopo de um conceito, e organismos Procariontes e Vírus em voga de outro conceito. Uma vez que esses organismos apresentam caracterizações diferentes, não sendo possível colocá-los sob uma mesmo conceito. Porém, ao decorrer do percurso é necessário tratar de um assunto pungente a caracterização da definição do conceito de espécie dos procariontes e vírus. Diferentemente da maioria dos organismos eucariontes, que por reproduzirem-se sexualmente formam barreiras entre as linhagens, e descendem de uma única linhagem. Os organismos Procarionte e Vírus, reproduzem-se de forma assexuada, e em sua maioria, por THG (transferência horizontal genética), isto é, há troca de material ou informação considerada genética, entre as espécies de diferentes linhagens. Isso causa uma ramificação das linhagens de muitas bactérias e vírus, dificultando a determinação a qual linhagem um determinado organismo ou determinados organismos pertencem, e consecutivamente, dificultando a alocação desses, dentro de uma determinada espécie. Para tratar desse assunto em específico, faz necessário debruçar-se sobre o conceito de hereditariedade, para saber se a transferência lateral genética fere realmente as barreiras entre as linhagens das bactérias e vírus, por ela afetadas, e também, para termos ciência se a transferência horizontal genética é uma forma de transmissão de informação que pode ser considerada geneticamente hereditária ou outra forma de transmissão não geneticamente hereditária. Dado o que foi posto acima, pretendo apresentar o problema do conceito de espécie, focando-me na abordagem pluralista devemos con-

ceituar organismos Eucariontes, Procariontes e Vírus, a partir de conceitos diferentes, discutindo ainda, o problema de transferência horizontal genética, através do conceito de hereditariedade.

Intellectual Virtues and the Value Problem of Knowledge

Kátia Martins Etcheverry

Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul

kaetch@gmail.com

Since the famous two counterexamples Gettier presented against the sufficiency of the (so called) platonic analysis of knowledge many epistemologists have been trying to offer a Gettier proof analysis, and among of them are virtue-based accounts. We can say that virtue epistemology, as proposed by Sosa in the early 80's, appeared as a development (or an improvement) of Goldman's process reliabilism, which, roughly put, analyzes knowledge as true belief produced by a reliable cognitive process. Reacting to some objections against Goldmanian reliabilism (among other motivations), virtue epistemologists shifted from a focus on properties of beliefs (i.e., the processes of belief-formation) to a focus on properties of the knower (i.e., her intellectual virtues) that constitute her state of knowing. There is a broad consensus among virtue epistemologists that intellectual virtues are dispositions of epistemic agents to form and retain beliefs that are good from an epistemic point of view. However, there are also some disagreements dividing the field into two positions: responsibilists and reliabilists. Roughly put, virtue responsibilists conceive of intellectual virtues as character traits that are excellent acquired habits of thought, such as intellectual fairness, open-mindedness, intellectual courage, and humility. These traits are usually conceived as having a motivational component. On the other hand, virtue reliabilists deny that intellectual virtues necessarily involve such motivational component, or that they must be acquired and improved character traits of the agent. They conceive of intellectual virtues as necessarily reliable dispositions to believe truly in (internal and external) appropriate circumstances, such as our regular cognitive faculties, perception, memory and reasoning. Virtue reliabilists have claimed that we can face the more central and substantive questions in epistemology only if we understand the virtue condition on knowledge in terms of reliable, but not motivational, dispositions of the agent to be cognitively successful. Therefore, they have considered that responsibilist virtues, even if indirectly contributing to reliability (as some responsibilists claim they are), are of little, if any help at all, for epistemological use. In this presentation my focus is on the assessment of the virtue reliabilist thesis in the light of the value problem of knowledge, in order to motivate the suggestion that it would be vital for virtue epistemology that intellectual virtues be conceived as having both components: reliability and motivation.

3x Não: Um estudo sobre as negações clássica, paraconsistente e paracompleta

Kherian Gracher

Universidade Federal de Santa Catarina

kherian@gmail.com

Poderia haver um único sistema de lógica que permita trabalharmos simultaneamente com as negações clássica, paraconsistente e paracompleta? Essas três negações foram separadamente estudadas em lógicas cujas negações levam seus nomes. Neste estudo inicial, restringiremos nossa análise às lógicas proposicionais, analisando a negação clássica, \neg_c , tal como tratada pela Lógica Proposicional Clássica (\mathcal{LPC}); a negação paraconsistente, \neg_p , como tratada pelo Cálculo Proposicional Paraconsistente \mathcal{C}_1 ; e a negação paracompleta, \neg_q , como tratada pelo Cálculo Proposicional Paracompleto \mathcal{P}_1 .

Ainda que possamos chamar os três conectivos de “negações”, suas propriedades são distintas de acordo com cada sistema (que, por sua vez, também preservam características metateóricas distintas). Não adentraremos aqui a todas as suas especificidades, restringindo-nos a algumas das características dessas negações. As ideias básicas são as seguintes.

A negação clássica (\mathcal{LPC}) preserva dois princípios importantes, chamados de “clássicos”:

$$\begin{aligned} \text{(TE) Terceiro Excluído: } & \alpha \vee \neg_c \alpha \\ \text{(NC) Não-Contradição: } & \neg_c(\alpha \wedge \neg_c \alpha) \end{aligned}$$

Por outro lado, a negação paraconsistente (\mathcal{C}_1) preserva apenas (TE) $\alpha \vee \neg_p \alpha$, enquanto que (NC) é restrito às fórmulas ditas *bem comportadas em \mathcal{C}_1* , definidas como:

$$\alpha^\circ \stackrel{\text{def}}{=} \neg_p(\alpha \wedge \neg_p \alpha)$$

Por fim, a negação paracompleta (\mathcal{P}_1) satisfaz apenas (NC) $\neg_q(\alpha \wedge \neg_q \alpha)$, enquanto que (TE) é restrito às fórmulas ditas *bem comportadas em \mathcal{P}_1* , definidas como:

$$\alpha^\bullet \stackrel{\text{def}}{=} \alpha \vee \neg_q \alpha$$

Retornando à pergunta inicial, Newton da Costa, em “Logics that are both paraconsistent and paracomplete” (1989) propôs um sistema com características aproximadas ao que buscamos. No Cálculo Proposicional Não-Alético \mathcal{N}_1 , é introduzida apenas *uma* negação, chamada de “não-alética” (\neg_n), cujo funcionamento pode preservar as propriedades da negação clássica, ou paraconsistente ou paracompleta – dependendo do *bom* ou *mau* comportamento da fórmula a ela conectada. De modo idêntico aos cálculos \mathcal{C}_1 e \mathcal{P}_1 , da Costa introduz também dois operadores de *bom comportamento*: \circ e \bullet . Assim, se uma fórmula α é α° , então ela preserva a (NC) e é dita “bem comportada paraconsistentemente”; se é α^\bullet , então preserva o (TC) e é dita “bem comportada paracompletamente”. Disso se segue, portanto, que se uma fórmula é bem comportada em ambos os sentidos (α° e α^\bullet), dizemos que α é uma “fórmula clássica” – cuja

negação não-alética tem o funcionamento da negação clássica. Se é apenas bem comportada paraconsistentemente (α°), mas não paracompletamente ($\neg_n(\alpha^\bullet)$), dizemos que é uma “fórmula paracompleta”, cuja negação não-alética se comportará como a negação paracompleta. Por fim, se for bem comportada paracompletamente (α^\bullet), mas não paraconsistentemente ($\neg_n(\alpha^\circ)$), dizemos que é uma “fórmula paraconsistente”, cuja negação não-alética se comportará como a negação paraconsistente. Dada essas características, no entanto, obtemos dois teoremas:

$$(1) \alpha^\bullet \rightarrow (\neg_n \alpha)^\bullet$$

$$(2) \alpha^\circ \rightarrow (\neg_n \alpha)^\circ$$

Como consequência, nunca poderíamos reiterar negações diferentes em uma mesma fórmula (e.g., $\neg_p \neg_c \alpha$ ou $\neg_q \neg_c \neg_p \alpha$). Em vista desses problemas, podemos realmente dizer que \mathcal{N}_1 nos permite compreender as relações e interações dos três tipos de negações?

Para tratarmos disso, posto o problema inicial, apresentaremos um sistema axiomático ($\mathcal{K}\mathcal{G}$) no qual, diferente de \mathcal{N}_1 , as três negações são diretamente introduzidas – oferecendo também uma semântica e um método de provas por *tableaux analíticos*. Através de $\mathcal{K}\mathcal{G}$ mostraremos como as negações interagem, obtendo teoremas não demonstráveis em $\mathcal{L}\mathcal{P}\mathcal{C}$, \mathcal{C}_1 , \mathcal{P}_1 e \mathcal{N}_1 .

Caring Epistemic Agency in Redressing Hermeneutical Injustice

Kunimasa Sato

Keiai University

kn-sato@u-keiai.ac.jp

In her work *Epistemic Injustice*, Miranda Fricker expounds on hermeneutical injustice caused by prejudice that has been internalized in the extant hermeneutical resources, including stereotypical words. Due to a gap in these resources, some people are thwarted as subjects who make sense of their experiences. This prejudice is epistemically bad primarily because it causes such people, especially minorities and socially powerless people, to be hermeneutically marginalized, so that their distinct experiences are rendered unintelligible. In Fricker's view, however, there is no perpetrator in hermeneutical injustice, as prejudice is incorporated implicitly in a critical gap in the available hermeneutical resources (Fricker 2007, 159). To the contrary, Medina (2013, 113; 2017) contends that a degree of vicious agency makes sense in direct epistemic interaction with people who suffer hermeneutical injustice. Medina encourages them to form an epistemic resistance to bring about a beneficial epistemic friction, enabling hearers to recognize meta-blindness concerning the existence of non-standard voices and anomalous expressive styles (2013, 50). Although Medina's argument illuminates epistemic agency in redressing epistemic injustice, one problem is that epistemic interaction that Medina (2013) describes seems too demanding for epistemically marginalized knowers. People who are disabled as a subject producing knowledge may have little power to form epistemic resistance to bring about a beneficial epistemic friction with dominant knowers. Moreover, even if hearers are not deliberately ignoring and manipulating others, they may be incapable of understanding others' voices in the existent hermeneutical resources due to a critical hermeneutical gap¹. What kind of epistemic agency can there be, then, toward the amelioration of the extant hermeneutical resources? This paper propounds the necessity of a caring relationship between hermeneutically marginalized people and their hearers to achieve hermeneutical justice. First, I will demonstrate that epistemically caring motivation springs from a relationship between those who are vulnerable to dominant yet insufficient hermeneutical resources on the one hand, and those who care about meeting their hermeneutical need on the other. Second, I will delineate caring agency toward the hermeneutical need of epistemically vulnerable people and distinguish it from individual's epistemic virtue. Finally, by caring agency can only be achieved by being transforming into diachronically care about developing appropriate resources that will cohere with others' experiences.

¹ Anderson (2012) demonstrates that the idea of structural prejudice can apply to testimonial injustice as well as hermeneutical injustice. In response, Fricker (2017, 567) willingly accepts such an extension of her original idea and observes that her initial aim was to reveal the vice of structural epistemic injustice.

References

- [1] Anderson, Elizabeth (2012). "Epistemic Justice as a Virtue of Social Institutions." *Social Epistemology*, 26(2): 163-173.
- [2] Fricker, Miranda. (2007). *Epistemic Injustice: Power & the Ethics of Knowing*. Oxford: Oxford University Press.
- [3] Medina, José (2013). *The Epistemology of Resistance: Gender and Racial Oppression, Epistemic Injustice, and Resistant Imaginations*. New York: Oxford University Press.

Pluralismo Evolutivo e o ideal de Unificação da Biologia

Leonardo Augusto Luvison Araújo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

leonardo_luvison@hotmail.com

Claudio Ricardo Martins dos Reis

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

claudiormreis@gmail.com

A evolução biológica é frequentemente considerada um eixo central e unificador da Biologia. Considera-se que a chamada Síntese Evolutiva – movimento que começou nas primeiras décadas do século XX e se consolidou no final da década de 1940 – seja um marco importante na promoção de uma Biologia unificada.

Tal projeto de unificação proporcionou um avanço no diálogo entre diferentes áreas da Biologia – apesar dos ouvidos surdos para algumas subdisciplinas biológicas. Este trabalho discute aspectos históricos e filosóficos do ideal de unificação da Biologia a partir da Síntese Evolutiva, bem como os seus sinais de desintegração entre os anos de 1960-1980. Argumentamos que apesar das novas propostas de síntese do conhecimento biológico, a Biologia Evolutiva contemporânea é caracterizada por um pluralismo evolutivo.

O pluralismo evolutivo tem sido defendido na literatura com base na descrição da prática científica dos evolucionistas – os quais participam de diferentes disciplinas, adotam diferentes conceitos, métodos, explicações, etc... –, mas também com referência à complexidade e hierarquia dos fenômenos biológicos (ex. Pievani, 2002; Mitchell, 2003; Dieckmann e Doebeli, 2005; Brigandt, 2010). De acordo com essa visão, tanto as tradições de pesquisa entre diferentes biólogos evolutivos quanto os heterogêneos e complexos fenômenos da evolução atuam como justificativas para o pluralismo evolutivo. No primeiro caso, o pluralismo é defendido a partir da descrição da prática científica, assumindo essa prática como legítima. No segundo caso, o pluralismo é defendido sob uma base metafísica, a partir de teses sobre o conteúdo do mundo biológico como um todo. Portanto, o pluralismo evolutivo é fundado tanto no plano da prática e do discurso científico quanto no plano metafísico.

Os principais argumentos a favor do pluralismo evolutivo são discutidos no trabalho e algumas consequências desta perspectiva são apresentadas, particularmente em relação ao ideal de unificação da Biologia. Nossa crítica é endereçada à suposta síntese da Biologia Evolutiva e ao próprio ideal de unificação da Biologia como um todo a partir da evolução biológica. Entendemos que a Biologia não foi unificada no sentido forte pretendido pela Síntese Evolutiva e que sequer devemos assumir esse ideal como um objetivo na Ciência.

Perspectivas de valor e atividade científica na Revolução Química

Lígia Lopes Gomes

Universidade de São Paulo

A revolução química foi um episódio marcado por transformações no arcabouço teórico da disciplina química, nas práticas científicas e na própria constituição da comunidade dos químicos. No campo teórico foram abandonadas as diversas abordagens flogistonistas que operavam com algum conceito de flogisto. Este era compreendido como um princípio que, quando presente nas substâncias, era responsável por lhes conferir a característica da combustibilidade, e no caso dos metais, era responsável por algumas de suas características particulares como brilho, maleabilidade, condutividade elétrica e ductilidade. No prazo de alguns anos, os químicos adotaram a teoria do oxigênio, proposta por Lavoisier, a qual introduziu o conceito de oxigênio. O oxigênio na formulação teórica da revolução química possuía muitas características equivalentes ao que hoje compreendemos por oxigênio – gás respirável em temperatura ambiente, presente em reações de combustão, que em reação com hidrogênio forma água. Algumas características, no entanto, eram distintas, pois Lavoisier postulava, por exemplo, que oxigênio seria o princípio responsável pela acidez das substâncias ácidas. No campo metodológico a teoria do oxigênio alterou o campo abrangido pelas abordagens químicas, que antes, além das transformações químicas, passavam pela ecologia, geologia e outras áreas nas quais o flogisto desempenharia um papel. A partir da teoria do oxigênio as atenções de voltaram às transformações propriamente químicas, às teorias dos sais e ácidos, à combustão/ calcinação. A ênfase dada à precisão das medições e o papel da balança como instrumento privilegiado para converter grandezas matemáticas abstratas às substâncias químicas também são características da nova abordagem. A nova nomenclatura química, lançada em 1787, foi um apoio providencial à consolidação da teoria do oxigênio. Ela resolvia problemas concretos dos químicos, pois a falta de padronização na denominação das substâncias dificultava a comunicação científica e foi percebida como um problema ao longo do século XVIII. A proposta elaborada por Lavoisier, Guyton de Morveau, Fourcroy e Berthollet e publicada em 1787 consistia num método de nomear, que permitiria não apenas padronizar os nomes das substâncias conhecidas a partir de regras compartilhadas, mas nomear novas substâncias produzidas ou encontradas. Nesse sentido, foi uma contribuição fundamental para o desenvolvimento da química. Contudo, a Nova Nomenclatura era baseada na teoria do oxigênio e suas leis, e para utilizar aquela era preciso aderir à última. Contudo, estudos recentes têm enfraquecido a magnitude das transformações no campo. Lavoisier teria acrescentado algo de novo ao conhecimento químico? Não teria ele apenas consolidado tendências que já podiam ser identificadas em algumas abordagens flogistonistas, como a busca por medições precisas, pela quantificação ou uma ontologia mais baseada em componentes do que em princípios? A nova nomenclatura e o Tratado Elementar de Química são apenas uma questão de política institucional ou tiveram implicações epistemológicas? Nosso trabalho discutirá esses aspectos

com ênfase nos objetivos da química como prática científica ao longo do século XVIII, nos valores manifestos pelas distintas abordagens, propondo que no plano axiológico é possível identificar aspectos que explicam o impacto das transformações na atividade dos químicos.

Sobre o Problema do Lugar do Erro na Filosofia da Ciência: avanços e limites do tema com a epistemologia de Bachelard

Lília Ferreira Souza Queiroz

Universidade Federal da Bahia

Deivide Garcia da Silva Oliveira

Universidade federal do Recôncavo da Bahia

Gustavo Rodrigues da Rocha

Universidade Federal de Feira de Santana

Ao atentarmos para a história de desenvolvimento das ciências podemos perceber que a ciência “erra”, cientistas cometem “erros” e afirmações científicas, posteriormente, podem se mostrar “erradas”. Entretanto, dentro da história da filosofia da ciência vemos omissão dos erros científicos, principalmente num outro sentido de percepção do erro, i.e., o que é considerado erro pode voltar à cena como sendo a teoria correta. Um dos primeiros filósofos da ciência a dar um espaço sistemático aos erros científicos foi Gaston Bachelard. Entretanto, apesar de seu esforço, muitos entendimentos sobre os erros científicos continuaram obscuros e sua perspectiva não se mostrou suficiente para romper com uma longa tradição de omissão dos erros científicos, o que consequentemente, reflete ainda no entendimento da natureza da ciência. Assim sendo, se por um lado o debate de Bachelard sobre o caso tem limites, é importante ver que por si só foi um avanço para o tema. Logo, esta pesquisa objetiva analisar a concepção epistemológica sobre o erro científico em Bachelard a fim de entender a posição do erro em sua teoria frente ao problema da secundarização e/ou omissão dos erros científicos na epistemologia a partir dos 3 estágios de desenvolvimento do Espírito Científico expondo em qual estágio o estudo do erro encontra lugar e seus limites. A teoria de Bachelard funciona como uma força motriz para a discussão, uma vez que o autor debate com as concepções filosóficas anteriores de exclusão dos erros, notadamente de origem empirista e racionalista tradicionais, e ao mesmo tempo conduz sua discussão na tentativa de encontrar um lugar para os erros na construção do conhecimento científico. O modelo bachelardiano encara o desenvolvimento científico em três estágios progressivos, quais sejam o concreto, o concreto-abstrato e o abstrato. No primeiro estágio o autor posiciona os erros científicos e, apesar, de considerá-los natural e positivo, estão ligados ao conhecimento sensível que para Bachelard não caracteriza um conhecimento científico. Ao passo em que nos próximos estágios os erros serão naturalmente eliminados. Tal sistematização se configura como uma posição marginal do erro e sua inevitável eliminação no desenvolvimento científico. Assim, tal via apresenta o erro como apreendidos apenas a certo momento da construção do conhecimento científico, dessa forma, ainda não temos um completo e radical rompimento com as

filosofias vigentes e o lugar do erro ainda se encontra indefinido quanto a uma visão em que ele é de fato parte inerente e positivo do processo de construção do conhecimento. Portanto, a análise esclarece que a visão de Bachelard não foi suficiente para romper com o problema da omissão e/ou secundarização dos erros científicos na filosofia da ciência, que por sua vez permanece sendo reforçada pelo ensino de ciências, trazendo consequências diretas nas visões ingênuas sobre a ciência e a construção do conhecimento científico de estudantes e professores.

O uso de intuições na Epistemologia a partir dos casos Gettier

Luana Francine Nyland

Universidade Federal de Santa Catarina

luana.nyland@hotmail.com

Este trabalho pretende analisar o uso de casos hipotéticos como metodologia dentro da epistemologia, voltando a atenção aos casos Gettier, e com isso investigar em que medida é possível defender o uso de intuições advindas de tais casos em oposição aos desafios apresentados pela Filosofia Experimental. Durante muito tempo foi aceito por filósofos que estudam o conhecimento que para afirmar que alguém sabe que algo é o caso, por exemplo, que Ana sabe que Pedro tem uma bicicleta, era preciso que três condições fossem cumpridas. Ana precisava formar uma crença de que Pedro tem uma bicicleta, essa crença precisava ser verdadeira, ou seja, Pedro deveria ter de fato uma bicicleta e, por fim, Ana precisava dar boas razões, estar justificada, para a sua crença de que Pedro tem uma bicicleta. Satisfazer essas três exigências (ter uma crença verdadeira e justificada) cumpria as condições estabelecidas por aquilo que comumente chamamos de definição tradicional do conhecimento, e, até então, parecia lidar bem com as intuições a respeito de como atribuíamos normalmente conhecimento a um agente. Entretanto, em 1963, Edmund Gettier escreveu um artigo de três páginas contendo dois contraexemplos à definição tradicional do conhecimento. A força de tais contraexemplos apresentados por Gettier se encontra no julgamento intuitivo que chegamos ao analisarmos o status epistêmico dos agentes descritos nos casos, a saber, que mesmo estando de posse das condições estabelecidas anteriormente pela definição tradicional de conhecimento não parece ser o caso de que eles tenham conhecimento. As intuições extraídas dos contraexemplos de Gettier parecem ser compartilhadas por toda comunidade filosófica e é por isso que reconhecemos a força de tais exemplos. De modo geral, as intuições, advindas de casos hipotéticos parecem desempenhar um importante papel nas investigações da epistemologia contemporânea, tanto que a tarefa dos epistemólogos desde 1963 está voltada, em grande parte, à elaboração de uma nova definição de conhecimento, ou um suplemento à definição tradicional, que satisfaça nossas intuições acerca do que é preciso para que alguém possa ser reconhecido como um conhecedor. Nesse sentido, encontramos vários deles fazendo uso da prática de criar casos hipotéticos para articular ou defender uma determinada teoria, visando extrair intuições desses casos que possam servir de indício, ou ainda, servir de evidência sobre a nossa aplicação ordinária do conceito de conhecimento. Contudo, recentes estudos empíricos, realizados por filósofos expoentes da Filosofia Experimental, lançam desafios à essa prática alegando uma instabilidade preocupante das intuições advindas de casos hipotéticos. Estariam os epistemólogos se apoiado em uma metodologia pouco confiável? Esses julgamentos sobre determinadas instâncias de conhecimento podem servir como um guia confiável para analisar as atribuições de conhecimento? O objetivo deste trabalho será investigar em que medida é possível defender o uso de intuições na epistemologia e, para isso, apresentarei a perspectiva de Jennifer Nagel, que busca defender a ideia de que podemos esperar que as intuições sobre a presença ou

ausência de conhecimento sejam confiáveis, ainda que o poder das respostas intuitivas sobre casos hipotéticos seja um tanto misterioso para nós.

Rereading David Hull's Science as a Process: From Evolutionary Epistemology to Social Epistemology

Lucas Rafael Gonçalves Ferreira

University of São Paulo

lucasrgferreira@gmail.com

We analyze the work *Science as Process*¹ by David Hull, identifying the elements of his evolutionary epistemology. We describe the main effects identified by Hull that influence the scientific process, such as alliances, conceptual descent among research groups, competitive cooperation, and conceptual inclusive fitness. For Hull, science is an evolutionary process, mirroring the evolution of species, so that conceptual evolution is related to the relationships of descent and intellectual tradition among research groups. Scientists and their research groups are the vehicles, experimenting, formulating and testing hypotheses, working in their laboratories. Scientific knowledge and research programs are the replicators, following the flow of knowledge, jumping from generation to generation of scientists. The evolution and development of scientific knowledge are closely linked to the history of the research groups in which they inhabit. Also, his work helps us understand how the social organization of science has impacts on its conceptual development. If science functions in fact as Hull describes, the relationships of conceptual ancestry and alliances of research groups are central to the scientific progress. Between two similar hypotheses, scientists will choose those whose underlying concepts are closer to their own research program even if other hypotheses propose similar solutions. That happens because science works by processes, not by patterns. However, the evolutionary epistemological approach has been heavily criticized by multiple parties. We accept that criticism and consider the evolutionary aspect of Hull's work to be somewhat outdated. Nevertheless, we demonstrate that the social aspect of his analysis is still relevant. Notably the description of the workings of research groups and the internal politics of science as part of the normal functioning of science. Also his description of the mechanisms of the social organization of science that allow the individual goals of scientists to be aligned with the institutional objectives of science. We demonstrate how Hull's social analysis was corroborated with time. So we propose a new look at the philosophy of David Hull, from Evolutionary Epistemology to Social Epistemology. From this new perspective, Hull remains an essential and current author in philosophy of science. Therefore, in describing the scientific process from an evolutionary perspective, he approached the history and sociology of science in depth, and delivered a rich Social Epistemology, without diminishing the importance of rationality, evidence, and argumentation. Hence, Research groups delineating research programs that relate in time in terms of conceptual descent through a process of rational selection. Such process is mediated by competitive cooperation in the search for conceptual inclusive fitness from the system of citations and the balance between claims of originality versus incorporation of work from others for support. The

¹ HULL, D.L. *Science as a Process: an evolutionary account of the social and conceptual development of science*. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

Process that Hull describes in detail in his book is complex and nuanced, outdated in certain ways and fresh in others. It remains as one of the most exciting descriptions of the scientific process that philosophy of science has produced.

Epistemologia de Virtudes Antissorte

Luiz Fernando Barcelos

Universidade Federal de Santa Catarina

luizfbarcelos23@gmail.com

O objetivo deste trabalho consiste em abordar a chamada epistemologia de virtudes antissorte desenvolvida pelo epistemólogo Duncan Pritchard (*Anti-luck virtue epistemology* 2012; *Epistemology* 2016). Pretendo analisar tal formulação e sua proposta em acomodar as intuições básicas de que a posse de conhecimento é incompatível com a sorte epistêmica e que deve ser produto da habilidade cognitiva do agente. Parece ser o caso que quando alguém sabe, seu sucesso cognitivo não deve ser meramente uma questão de sorte. Essa intuição é conhecida como intuição antissorte. Parece também que a crença verdadeira do agente deve estar relacionada de alguma forma com sua habilidade cognitiva. Essa intuição é chamada de intuição da habilidade. Sendo assim, parece que para evitar que a crença verdadeira do agente seja devido à sorte, ela deve ser o produto da habilidade cognitiva do agente. E de maneira inversa, se a crença verdadeira for produto da habilidade cognitiva do agente, então ela é imune à sorte. Sendo esse o caso, se uma condição epistêmica é formulada para acomodar a intuição antissorte em uma teoria do conhecimento, acomodará também a intuição da habilidade. E se uma condição epistêmica é formulada para acomodar a intuição da habilidade, então acomodará também a intuição antissorte. Pritchard argumenta que relacionar essas intuições dessa forma não funciona, e que tais intuições, na verdade, impõem demandas epistêmicas independentes sobre o conhecimento. Sua estratégia para demonstrar isso é explorar duas abordagens contemporâneas influentes em que cada uma delas toma como central uma das duas intuições sobre o conhecimento. A primeira abordagem, a epistemologia antissorte, formula uma condição epistêmica para acomodar a intuição antissorte pretendendo também acomodar a intuição da habilidade. A segunda, a epistemologia de virtudes, formula uma condição epistêmica para acomodar a intuição da habilidade pretendendo também acomodar a intuição antissorte. O ponto principal de Pritchard é que ambas as propostas falham porque são incapazes de acomodar totalmente a intuição que não consideram como central. O autor alega que a conclusão que se pode tirar dessa falha é que precisamos conceber as duas intuições como impondo demandas epistêmicas distintas. Pritchard sugere que ao invés de nos concentrarmos em tentar resolver as dificuldades de uma epistemologia antissorte ou de uma epistemologia de virtudes separadamente, deveríamos nos concentrar em uma explicação do conhecimento alternativa que sintetize as melhores características de cada uma das posições.

A philosophy of action criticism on the intellectual legend of know-how

Luiz Paulo Da Cas Cichoski

Federal University of Mato Grosso

luizpcichoski@gmail.com

Recently, since Stanley and Williamson paper “Knowing How” (2001) a neglected kind of knowledge animated discussions on epistemology: know-how. The traditional Rylean (“Knowing How and Knowing That”, 1946) approach to know-how was well established. Ryle defended the view that know-how and know that (propositional knowledge) were totally distinct kinds of knowledge. Stanley and Williamson revived the defeated “intellectualist legend” arguing that to know-how is to know a specific kind of proposition in a very peculiar way. This specific kind of proposition assumes the form of a means-end relation like: ‘*w* is a way to ride a bicycle’. The peculiar way to relate to a proposition is the conceptual innovation developed by this novel approach: a practical mode of presentation. The present work will develop an interpretation of this novel approach to know-how from the standpoint of the metaphysics of action. A criticism to this renew intellectual legend might be construed from the concept of individuation of action. This concept is not crystal clear in the field of philosophy of action. There is an unresolved dispute between minimalists (those who defend the thesis that the “real” action is the bodily movement of the agent) and maximalists (those who defend that there are different actions to every distinct description of “an” action). I note that this discussion on metaphysics of action deals exactly with the specific kind of proposition central to Stanley and Williamson: a means-end proposition. However, both a minimalist and a maximalist interpretation of a means-end proposition seems to bring trouble to the intellectualist account. In the minimalist account (also known as the “identity thesis”), the means-end descriptions of an action been related should be regarded as one and the same action. Therefore, on Stanley’s example, “*w* is a way to ride a bicycle”, *w* is not just a way to ride a bicycle, *w* is the same as to ride a bicycle (more specifically, it is the properly (set of) bodily movements involved in riding a bicycle). If this interpretation is at play, the whole proposition “*w* is a way to ride a bicycle” seems dull, since all that matters is *w*. In the maximalist account, every description of an action should be considered a different action. Therefore, on Stanley’s example, “*w* is a way to ride a bicycle”, “*w*” is an action and “to ride a bicycle” is another one. The whole set of bodily movements involved in the performance of the action-type “to ride a bicycle” constitutes a distinct action from the proper performance of the riding (and each bodily movement of the set are distinct actions too, that is why the label “maximalist” is applied for this theory). The problem for Stanley and Williamson account in this interpretation emerges from the ontological dependency that the “end-action” has to the “means-action”. Their approach does not explain the know-how to *w*, which is necessary to the performance of the target action.

Knowledge, Fake News and moral responsibility: an analysis from Fred Dretske

Marcos Antonio Alves

State University of São Paulo

marcos.a.alves@unesp.br

The nature of knowledge and its relation to action constitute the agenda of philosophy throughout its history. Contemporaneously, Fred Dretske, seeking to avoid problems directed to the classical notion of knowledge, derived from Plato, defines it as a true belief causally supported by information, capable of influencing conduct. In this context, the notion of information and its ontological status assume an essential theoretical role both for the definition of knowledge and for explanations regarding the direction of action. For Dretske, the information found in a sign (sign representing a message at the source) expresses what he is able to truly say about some state of things in the world. Information is that commodity that can produce knowledge. There is no information when what is being transmitted does not correspond to the reality of the object at the source. When such correspondence exists, information carries a natural meaning about events in the environment. A set of black clouds, for example, means the possibility of rain for a receiver (human or not) attentive to the regularities of nature. Unlike information, knowledge, as belief, is an internal representation of the cognitive subject, dependent on it. A belief is some kind of internal state with expressible content like '*s* is *F*', defines Dretske. Someone may believe, for example, that the moon is cheese, that Martians exist and are green, that Brasilia is the capital of Brazil. However, as the examples themselves illustrate, not every belief is configured as knowledge. To do so, a causal connection between information and belief is necessary. Dretske defines: "*K* knows that *s* is *F* = the belief of *K* that *s* is *F* is caused (or causally sustained) by the information that *s* is *F*". In this characterization, '*K*' is a system capable of knowing (of having beliefs, manipulating information); '*s*' is a demonstrative or indexical element that refers to some element of a source; '*F*' is a predicate belonging to a sentence. Being 'causally sustained' is understood as synonymous with the existence of a relationship between the information in the source and the belief generated by it in the destination. It happens that, especially in times of Big Data, along with access to information, there has also been an expansion of Fake News. Could such alleged information produce knowledge? Can Fake News-based actions, even if morally valuable, be considered morally responsible? In this paper we intend to deal with these issues, based on Dretske's epistemological approach.

A (re)construção da experiência como um constructo social-cognoscivo de acesso ao conhecimento possível

Marcos Antonio da Silva

Universidade Federal do Vale do São Francisco

marcos.asilva@univasf.edu.br

Este trabalho aborda, sob nova perspectiva de análise, a construção da experiência como constructo que se reconstrói e embasa a atividade e o conhecimento científico possível. Muitos são os sentidos da experiência. Todavia, um se nos parece dominante: aquele que defende a possibilidade da apreensão sensível da realidade externa. Assim, assumimos a reconstrução da experiência como um resultado de nossas conjecturas (suas refutações ou corroborações) sobre a realidade, fundada em evidências que possibilitam nosso conhecimento. Essa reconstrução somente encontra sentido quando expressa um intento de responder à indagação: até que ponto podemos apreender (conhecer) a natureza da realidade? Vale notar que vários foram os intentos dos filósofos, ao longo da história (Aristóteles, Tomás de Aquino, Roger Bacon, Francis Bacon, Locke, Popper, Putnam, Van Fraassen, Laudan etc.), em explicar a realidade via (re)construção da experiência. Tal (re)construção toma como pressuposto fundamental a divisão do mundo em dois: interno e externo; racional e sensível; subjetivo e objetivo; etc. Metodologicamente podemos afirmar que empirismo e racionalismo, materialismo e idealismo, e, realismo e antirrealismo, dentre outros, constituem distintos e limitados meios de acesso à realidade, mas, insuficientes para seu conhecimento. A partir daí, e tomando como válidas as propostas de Hume, Popper, Putnam, Van Fraassen e Laudan, especialmente, propomos uma (re)construção da experiência que reflete nosso objeto neste trabalho. Aqui vamos denominá-la de realismo externo por oposição ao realismo interno defendido por Hilary Putnam. Os resultados de nossa pesquisa mostram que o realismo externo constitui uma (re)construção possível da experiência cognosciva na medida em que se coloca como uma “condição de produção” do conhecimento científico. Dito realismo toma como pressupostos a ampliação da comunidade científica, a implementação da avaliação social da ciência (enquanto práxis social) e a adoção da verdade como objetivo epistêmico da ciência. Finalmente, cabe observar que a reflexão filosófica sobre a ciência tem demonstrado que a (re)construção da experiência, qual o conhecimento em Kant, é uma relação entre o “espaço de experiência” (“espaço” onde o cientista realiza a experimentação) e o “contexto de experiência” (“lócus” societário onde o “produto”, qual constructo, dos experimentos é testado). Assim considerada, a experiência deixa de ser um hábito (ou o captar repetitivo de ideias e impressões singulares), assentado na crença (ou quantum), como critério de verdade, e passa a refletir a busca pela melhor possibilidade de acesso à realidade. Em suma, a relação cognosciva aqui explicitada in germen é determinante na (re)construção da experiência que a própria relação manifesta.

Uma reconstituição das condições de contorno da teoria do espaço em Kant

Marcos César Seneda

Universidade Federal de Uberlândia

mseneda@ufu.br

A teoria mais bem elaborada sobre tempo e espaço de Immanuel Kant foi exposta na *Estética Transcendental da Crítica da razão pura*, cuja primeira edição data de 1781. No entanto, as características aí apresentadas, que formarão o arcabouço do pensamento crítico, são o resultado de uma larga frequentação de autores e problemas, estendendo-se por mais de quinze anos no decorrer do período pré-crítico, ao qual se soma o decênio silencioso. O objetivo desse texto é mostrar a questão que se encontra por detrás dessa solução bem unificada, delineando-a a partir de dois autores bem díspares que Kant frequentou de longa data. Numa primeira aproximação do problema, poderíamos, acompanhando o comentário crítico sobre essa questão (K. Smith, M. Friedman), assinalar que Kant oscila, no período pré-crítico, entre as posições de Newton e Leibniz. Essa observação, feita de modo genérico não deixa de ser verdadeira, pois Kant conhecia a posição dos dois autores, e frequentou ora uma ora outra no decorrer do pensamento pré-crítico. Quando atingimos o limiar do pensamento crítico, em 1781, percebemos, já na *Estética Transcendental* (o que será retomado de modo ainda mais incisivo no final dos *Prolegômenos*), as críticas de Kant às posições de Leibniz e Newton. Mas isso não significa que Kant tenha se libertado delas, e também seria insuficiente dizer apenas que Kant as conciliou. Para entendermos a posição de Kant, portanto, que é reconhecidamente original, seria prolífico procurar entender tanto o que Kant eliminou dessas duas posições quanto o que delas reteve calculadamente, de modo que pudesse conciliá-las, despindo-as paulatinamente de seus autores de origem. Desse modo, Kant conseguiu compô-las a tal ponto que ambas se mostrassem bastante distantes e desfiguradas se consideradas a partir de seus autores iniciais, Leibniz e Newton, e ainda assim, jungidas para os seus propósitos, oferecessem uma solução original para o problema do espaço concebido como forma subjetiva da sensibilidade. Ao contrário do debate entre Leibniz e Newton, no qual os dois autores partem de premissas bastante divergentes, o debate de Kant com esses dois autores mostra-se mais matizado, porque ambos os autores formam o que Newton da Costa denominaria de condições de contorno do que vai ser aceito e recusado nessa teoria. É com esse intuito que examinaremos tanto a posição de Newton, que é considerada aquela da qual Kant mais reteve elementos na *Exposição metafísica* do conceito de espaço, principalmente se nos atermos às notas da infinitude e unicidade, quanto a posição de Leibniz, da qual Kant se afasta por entender que ela põe o espaço como uma condição analítica dos objetos da experiência possível. Nosso escopo, por conseguinte, é mostrar que Kant se espelha, por contraposição, tanto no espaço relacional de Leibniz quanto no espaço infinito de Newton – duas condições de contorno que aceitou em momentos diferentes de sua trajetória pré-crítica –, visando mostrar que a infinitude somente poderá ser concebida como nota consequente do conceito de espaço, se for pensada como uma condição de contorno sintética dos objetos da experiência possível.

On the nature of logic: an enactivist point of view

Marcos Silva

Federal University of Pernambuco

marcoossilvarj@gmail.com

Enactivist-informed cognitive sciences often commit to the idea that some embodied minds engaged in dynamical exchanges with their environment also loop into society and culture. Enactive cognition can and often does reach beyond the embodied mind such that when it comes to understanding a great deal of higher cognitive activities involving logical and mathematical inferences the right unit of analysis requires focusing on, besides spatially and temporally distributed processes, also on how they can be bounded up with our patterned and rule-governed practices, customs, and institutions. Although it is easy to take reason as an authoritative power and to observe that we obey it, or at least, we should obey it. However, it is not obvious how we, as embodied entities, could explain the nature of the authority that compels us to obey reason as a cognitive activity. Why and how do we take reason as an authority and feel obliged to obey it and to correct our inferences using it as a canon? What is the nature of demanding for justification? In virtue of what do some embodied minds feel coerced by reason, in both practical and theoretical inferential activities? The power of reason can be taken, for example, as guiding our decisions for practical life and as the power to compel one to accept the conclusion of a proof. How can some forms of reasoning compel some embodied minds to act and to infer? The difficulties with the so-called normativity of logic seems to be even more challenging in the contemporary context of a great diversity of alternative logical systems. To tackle these problems concerning the nature of logic from an enactivist point of view, I aim at developing a pragmatist and constructivist philosophical proposal based on the notions of games, that is, ruled practices, and of public agreements to understand the phenomenon of rationality for embodied organisms in general, and, of logical necessity in particular. Accordingly, I develop philosophical investigation connecting games, proofs, and morality, which goes back to Frege (1897), as he seminally relates the nature of logic to the philosophical discussion on moral: “Logic has a closer affinity with ethics [than psychology]... Here, too, we can talk of justification, and here, too, this is not simply a matter of relating what actually took place or of showing that things had to happen as they did and not in any other way” (Posthumous Writings, p. 4). The interpretation to be developed here is that rational obligation as a cognitive activity should be taken as moral obligation of some special embodied minds and, in particular, that logical necessity should be taken as a kind of moral coercion, based on the normative notions of rules, authority, commitment, and mutual recognition. This work is part of a larger project related to an enactivist approach to understand the normativity of logic in the context of logical pluralism.

Unilateral forgiveness: forgiveness in the absence of apology

Maria Camila Castro

Universidad de los Andes

mc.castro10@uniandes.edu.co

According to conditional theories, forgiveness is unreasonable unless the wrongdoer complies with conditions that make them worthy of it (Griswold, 2007; Murphy, 1988; Swinburne, 1989). These conditions are meant to ensure respect for the victim and proper condemnation of the offense. The wrongdoer, we are told, ought to repent, apologize, atone, repair, and so forth. There are, however, cases that do not fit this paradigm. Sometimes victims have good reasons to unilaterally forgive someone who has not complied with conditions that would otherwise make them deserving of forgiveness. In this paper, I argue that unilateral forgiveness need not be, as conditional theories would have it, a moral mistake. In fact, in some cases unilateral forgiveness constitutes a reasonable response to a wrongdoing. These are scenarios in which the standard considerations to resent others, to feel indignation for what they did, and to sever our relationships with them hold. But because in these scenarios blaming the wrongdoer ceases to fulfill any significant moral role, these considerations do not necessitate the blame that would otherwise be fitting. These are, in other words, scenarios where considerations for desert no longer count as conclusive. The paper begins with a presentation of the phenomenon of unilateral forgiveness and the conditional theory. Then, I defend the rationality of certain cases of unilateral forgiveness questioning the assumption (common among conditionalists) that forgiveness ought to take place only when the reasons for blaming the offender have been overridden. The argument is that there are reasons that defeat considerations for desert in settling the question of whether the person ought to be forgiven. These reasons, as we shall see, have to do with the function of our blaming practices. In the end, I sketch some promissory remarks about the value of unilateral forgiveness.

Understanding simplicity

María Inés Corbalán

Federal University of Santa Catarina

inescorbalan@hotmail.com

Giulia Terzian

University of Campinas

giulia.terzian@gmail.com

The Minimalist Program (MP) in generative linguistics is predicated on the idea that simplicity (and cognate notions) is a property of its object of study – the human language faculty – on the one hand; and of linguistic theory, on the other. Thus MP is guided by two types of simplicity considerations, respectively known as principles of substantive and methodological economy. Minimalists construe the latter as instances of Ockham's razor, thus explicitly aligning themselves with a long-standing tradition in both science and philosophy of favouring theories that are simple, elegant, parsimonious, and so on. In turn, s-economy principles stem from the minimalist thesis that the language faculty is itself simple, elegant, and computationally efficient, or optimal. Moreover, minimalists often say or imply that we should expect the two kinds of simplicity to somehow converge; though they rarely offer arguments to this effect. Against this backdrop, our talk aims to address the following questions: (1) What exactly is the relationship between the two notions of simplicity countenanced by minimalists? (2) What is the justification for either family of principles? To address these questions we begin by unpacking the minimalist expectation that object and theory-simplicity will or should converge. It will emerge that this widespread convergence assumption stands on weak premises, masked by a long-standing habit in generative linguistics of conflating the two notions. Moreover, once they are properly disambiguated, neither kind of simplicity claim appears to be supported by either evidence or argument. We will see that the foregoing threatens to seriously undermine the very core of MP, and specifically its key thesis according to which the human language faculty is essentially simple (insofar as it is perfectly designed) on the one hand, and it is accurately described by simple theories, on the other. In the second part of our talk, we offer minimalists a way out. We will propose an alternative interpretation of theory-simplicity that draws on recent discussions in the philosophy of science concerning the role of theoretical values in shaping scientific explanation. On the proposed account, simplicity – along with other aesthetic values – is cast as a cognitive-pragmatic value that serves a distinctively epistemic function: specifically, it is conducive to scientific understanding. This is in contrast with orthodox accounts of theoretical values, which construe these notions as either purely epistemic, truth-conducive criteria of theory construction and theory choice; or as purely pragmatic and even subjective values, with connotations of 'easy-touse' and the like. We will argue that this compatibilist alternative not only sits better with actual scientific practice, but moreover helps illuminate the relation between ascriptions of simplicity to phenomena on the one hand, and to scientific representations on the other. Crucially, it allows us to entertain and justify both sorts of claims while at the same time resisting the minimalist expectation that the two should converge.

A perspectiva Aristotélica da emoção

Matheus Andrioli de Almeida

Universidade Estadual de São Paulo

a_matheus_84@hotmail.com

Aristóteles na obra *A Retórica* investiga o método retórico, que consiste em uma tática de persuasão por parte de um orador em uma deliberação. O autor delinea, através de capítulos, os tipos de emoções humanas, no objetivo de demonstrar como cada emoção influencia na conduta dos envolvidos em um debate. A retórica era bastante utilizada pelos cidadãos atenienses na Ágora, durante a Grécia Antiga, e hoje em dia vemos sua eficiência nos tribunais durante algum tipo de julgamento. A parte do livro que diz respeito às emoções nos mostra qual o papel que a retórica precisa desempenhar, que é o de formar juízos, e que os estados de espírito, tanto do orador quanto do ouvinte, são fatores influentes em um julgamento. Um bom orador precisa se manter em um estado de benevolência, virtude e prudência para conseguir efetuar a atividade retórica. Aristóteles menciona três aspectos da emoção do ouvinte, estas passíveis de serem analisadas na aplicação do método: o estado de espírito, contra quem se está sentindo determinada emoção e o motivo desse sentimento. Se tomarmos como exemplo o sentimento raiva, podemos dizer que a pessoa irada está em um estado de espírito de cólera, o motivo é o desdém que a pessoa sofre e ela dirige essa raiva a quem a desdenha. Essa análise é feita por Aristóteles com outras emoções ao decorrer da obra, em que define as características de cada emoção, clarificando a influência que cada uma tem em um discurso, e como compreendê-las é necessário para o exercício efetivo da retórica. O objetivo deste trabalho é expor, de maneira sucinta, no que consiste o método retórico para Aristóteles e o papel que uma emoção específica, a ira, desempenha nesse processo. Em seguida será debatida a importância do trabalho desse autor para os estudos da filosofia da mente, levando em consideração que Aristóteles define emoção por emoção, dando início a uma discussão sobre o que é uma emoção e as suas influências na conduta humana, como uma mente humana afeta outra mente.

Crença simpliciter e credenciais: uma introdução ao problema do limite

Matheus de Lima Rui

Universidade Federal de Santa Catarina

matheus.lrui@gmail.com

Quando dizemos que alguém acredita em algo, normalmente atribuímos a essa pessoa um estado binário: ou a pessoa acredita, ou não acredita. Mas algumas vezes nos referimos à crença em termos graduais: minha crença de que o sol irá nascer amanhã é mais forte do que minha crença de que irá chover amanhã. No primeiro caso, chamamos essa relação qualitativa de crença binária, ou crença simpliciter. No segundo caso, chamamos essa relação quantitativa de graus de crença, ou credenciais. Tradicionalmente, quando falamos que conhecimento requer crença verdadeira justificada, estamos falando de crença (simpliciter). Do outro lado, credenciais têm desempenhado um papel central nos fundamentos de teorias como da probabilidade e da decisão, o que fomentou o surgimento do que conhecemos hoje por epistemologia bayesiana, isto é, epistemologia feita com credenciais. Parte significativa dos epistemólogos contemporâneos têm se dedicado a oferecer uma explicação sobre como esses dois estados se relacionam. O presente trabalho visa apresentar algumas das principais tentativas de conciliar essas duas noções, e os problemas que daí surgem. A forma mais comum de conciliação consiste na tentativa de explicar um estado a partir do outro, tomando um como primitivo. Na primeira parte desse trabalho, analiso a concepção que toma crença como primitiva, e deriva disso uma explicação para atribuições de credenciais. Contudo, essa visão tem baixa adesão na comunidade filosófica. O caminho mais compartilhado pelos teóricos tem sido tomar credenciais como ponto de partida, explicando assim, atribuições de crença. A versão mais popular desse projeto é conhecida como Tese Lockeana, que será apresentada na segunda parte do texto. Resumidamente, a tese lockeana sustenta uma intuição plausível de que um agente racional deve formar crença (qualitativa) somente no caso em que estiver suficientemente confiante (quantitativamente) em seu conteúdo. Contudo, o problema surge quando tentamos estipular o limite (do inglês *threshold*) quantitativo a partir do qual temos crença. Chamo isso de O problema do limite. Boa parte do problema surge da consideração dos famosos paradoxos da loteria e do prefácio. Tais paradoxos explicitam a incompatibilidade das três seguintes teses: crenças racionais são consistentes e fechadas dedutivamente; credenciais são representadas por funções de probabilidade; e ter crença equivale a ter alto grau de confiança. No restante do artigo analiso três tentativas de evitar o problema. Uma saída, apresentada na terceira parte do texto, consiste em evitar o paradoxo através do argumento de que consistência e fechamento dedutivo não são condições necessárias para crença racional. Na quarta parte, investigo uma solução que rejeita a terceira tese, sustentando que ter crença equivale a ter credenciais com grau máximo (probabilidade 1) de confiança, e não meramente alto grau de confiança. Por fim, apresento uma saída que não rejeita nenhuma das teses, dissolvendo a aparente incompatibilidade, e evita a situação paradoxal a partir de uma reformulação da tese lockeana.

A origem do problema contemporâneo da fraqueza de vontade: o internalismo de Davidson e Hare

Matheus Dias Bastos

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

matdiasbastos@gmail.com

Minha apresentação concerne a origem do problema contemporâneo da ‘fraqueza de vontade’ (*weakness of will*). Dentro do cenário contemporâneo, duas posições divergentes se destacam na emergência dessa controvérsia: a negação do fenômeno de Richard M. Hare e a defesa de sua possibilidade em Donald Davidson. Diante dessa controvérsia original, são delimitados os fundamentos da formulação do problema contemporâneo: (a) a dimensão internalista, isto é, circunscrita à perspectiva subjetiva do agente isolada de elementos externos; (b) o deslocamento do problema do campo da moral à estrita teoria da ação; (c) a emergência da reflexão sobre a irracionalidade prática. Para termos uma dimensão mais precisa do problema, precisamos compreender o que é a ‘fraqueza de vontade’. Em linhas gerais, a descrição comum da fraqueza envolve certos fatores indispensáveis: (1) em uma situação, um agente deve escolher entre duas alternativas de ação, *A* e *B*, considerando-se livre para realizar sua ação; (2) realiza-se uma *deliberação racional* pela melhor alternativa, em termos estritos, *A* é melhor do que *B* levando em conta todos os fatores considerados (TFC); (3) a decisão efetiva do agente por *B*. Nessas circunstâncias, a ação (3) é contrária à deliberação racional do agente (1) ou, simplesmente, falta-lhe força de vontade para a execução da ação determinada pela razão prática. Diante desse fenômeno, emergem questões filosóficas pertinentes ao problema da fraqueza de vontade. Ora, o que ocorreu para que o agente escolhesse a pior alternativa mesmo tendo plena consciência acerca da melhor alternativa de ação? Seria possível realizar uma ação intencional contrária ao melhor juízo? Será que a ação deriva apenas da razão prática ou envolve também impulsos internos? Em diversos textos, Hare e Davidson apresentam posições opostas sobre o problema do problema filosófico. O problema da fraqueza de vontade ocasiona reações divergentes de Hare e Davidson, cristalizando a tradição do problema contemporâneo. Por um lado, Hare sustenta a negação da fraqueza de vontade com base nos pressupostos do prescritivismo moral, explorada ao longo de suas principais obras *The Language of Morals* (1952), *Freedom and Reason* (1963) e *Moral Thinking* (1981). Por outro lado, Davidson revitaliza o interesse filosófico sobre a possibilidade do fenômeno no clássico artigo ‘*How is Weakness of Will Possible?*’ (1969), retornando ao tópico em seu exame da irracionalidade prática em ‘*Paradoxes of Irrationality*’ (1982). Dentro desse escopo, pretendo demonstrar que a polêmica de Hare e Davidson estabelece a formulação contemporânea do problema. Em primeiro lugar, ambos os filósofos ressaltam o internalismo do fenômeno restrito às crenças subjetivas do agente. Em segundo lugar, a separação de dois níveis distintos de juízos valorativos da mente: o raciocínio moral e o raciocínio absoluto TFC. Em terceiro lugar, a necessidade paradoxal de delimitar o campo da irracionalidade no âmbito da própria razão prática.

Sameness of thought and transitivity

Matheus Valente

Universitat de Barcelona

matheusvalenteleite@gmail.com

Thoughts are the contents of our propositional attitudes. I assess the thesis that thinking the same thought is not a transitive relation. I examine two ways of defending the non-transitivity claim: one based on the thesis that acquiring a name from A ensures that one expresses the same thoughts by means of that name as A, another based on the idea that, if two subjects successfully communicate, then they entertain the same thought. My hypothesis is that the most plausible ways of defusing the challenges either fall back on the non-transitivity predicament or entail other equally unacceptable conclusions. I start by defending the following three constraints on any plausible theory of thoughts:

Frege's Constraint (FC): if a completely rational thinker can simultaneously take contrasting attitudes to two thoughts T and T' that ascribe the same property F to the same object x, then $T \neq T'$.

Communication (COM): In order for a speaker to have successfully communicated a thought to a hearer, that hearer must have entertained, as a result of interpreting the speaker's utterance, the same thought as that expressed by the speaker.

External Link (EL): if one derives/acquires a use of a name from somebody else's use of a name, then, all else being equal, one expresses the same thoughts with that name as the other.

I then discuss some variations of Kripke's Paderewski cases – where one confused subject takes one name, or, alternatively, one person, as being two – and use them to show that the conjunction of FC and EL as well as the conjunction of FC and COM independently entail that some thoughts are both identical and distinct to each other – or, in other words, that thinking the same thought is not a transitive relation, to the effect that there are some subjects A, B, and C, such that A and C are thinking the same thought as B but not as each other. In the second part of the talk, I assess some – up until now unexplored ways of dissolving the non-transitivity challenge. The crux of the discussion will be the thesis that confused subjects – such as those in a Paderewski scenario somehow fail to be able to successfully communicate with non-confused subjects that do not realize their confusion and/or fail to express determinate contents by the names which they are confused about. I argue that this idea, implicit in recent discussions of related cases, leads to conclusions that are even more counterintuitive than the non-transitivity predicament, e.g. that becoming confused about a name may (i) make one unable to successfully communicate in contexts which have prima facie no relation to the context of confusion or (ii) make one unable to express any determinate content by representations (such as one's own name) that should not be affected by the seemingly unrelated confusion. I will finish the talk by discussing possible ways of refining these ideas.

O embate entre conceitualismo e não-conceitualismo presente em uma reflexão sobre a influência dos conceitos na percepção

Maurício da Rosa Vollino

Universidade Vale do Rio dos Sinos

A presente apresentação tem como intuito explicitar os primeiros passos de uma tese de doutorado em desenvolvimento a qual tem como escopo refletir sobre a influência de conceitos na percepção. Ao observar os resultados de experimentos da psicologia experimental tal como o da Cegueira não Intencional criado por Simons & Shabris (1999), se conclui, como apontam Mack & Lock (1998) que, para perceber, é necessário a atenção. Ou seja, ao prestar atenção em algum evento, como procurar o acento enumerado no cinema, falhamos em perceber um amigo acenando próximo a nós. Não obstante, ao proferir os conceitos “cadeira” e “azul” na proposição “procure por uma cadeira azul”, o ouvinte perceberá o objeto e conscientemente desconsiderará os demais. Contudo, tal hipótese da influência dos conceitos na percepção não se apresenta sem tensões entre teorias filosóficas relacionadas aos conceitos. Acerca de tal hipótese, para Barsalou (2003), sistemas conceituais são construídos a partir de sistemas de modalidades específicas e alega que sistemas conceituais são a base do conhecimento responsável em guiar a percepção, a categorização e a inferência enquanto, em processos introspectivos, constrói a memória, contém o significado das expressões linguísticas e fornece representações advindas do pensamento. Experimentos demonstram que variações perceptuais alteram o processamento conceitual como reconhecer mais rapidamente o som de um liquidificador após ouvir o farfalhar de folhas. Ao ler, cria-se simulações perceptuais como, por exemplo, ler sobre um prego pregado na parede induz o leitor a imaginar um prego na posição horizontal e ler sobre um prego pregado no chão induz imaginar um prego na vertical. De acordo com Zwaan et al. (2002), simulações também ocorrem referentes a formatos de objetos, como imaginar um pássaro com asas abertas enquanto se lê um texto sobre o assunto. Por sua vez, Klatzky et al. (1989), alega que, ao processar conceitos também ocorre a alteração de estados corporais, como visualizar um objeto imediatamente ativa a forma correta da mão para manuseá-lo. Sobre este assunto, filósofos dividem-se ao analisar a influência dos conceitos nas percepções e, conseqüentemente, na construção do conhecimento. Gareth Evans (1982) defende a tese de que as informações adquiridas pelas percepções são não-conceituais e alega que tais informações se tornam conscientes quando aplicadas à um conceito, um sistema racional, ou pensamento. Ao citar a ilusão da catarata, Crane (1988) apresenta uma experiência com conteúdo contraditório, pois, de acordo com ele, não há conteúdo conceitual. Para os não-conceitualistas, portanto, as especificações dos conteúdos precisam respeitar o modo como o pensador, percebedor ou falante compreende o mundo e, devido a isto, não podem depender de conceitos. Já os conceitualistas como McDowell (1994) e Noë (1999) acreditam que as crenças, percepções e discursos do percebedor são possíveis devidos aos conceitos que este possui. O intuito aqui, portanto, é expor o embate presente entre conceitualistas

e não-conceitualistas de modo a apresentar tensões presentes na suposição do uso de conceitos na percepção e, conseqüentemente, na aquisição de conhecimento.

Learning from experience: How openness improves prospective deliberation

Michael Madden Prinzing

University of North Carolina at Chapel Hill

prinzing@live.unc.edu

Life presents us with many difficult decisions. For those who wish to choose well, experience is the best teacher. And those who are most open to her lessons are the best students. I argue that those who are more open to novel experiences are likely to be better at prospective deliberation, a common form of decision-making that involves imaginatively simulating expected outcomes and affectively evaluating those outcomes. This conclusion is descriptive but comes with normative implications. The fact (if it is one) that openness leads to improved deliberation is plausibly a reason to try to become more open.

We make decisions in numerous ways. But one kind of deliberation involves imaginatively projecting oneself into anticipated outcomes and evaluating the options on the basis of these imaginative episodes. Over the past decade, this “prospective deliberation” model of decision-making has become quite popular in the cognitive sciences. I argue that high levels of openness to novel experiences (a personality trait from the “Five Factor Model” of personality), will lead to improved prospective deliberation by providing one with greater imaginative resources. The argument goes like this: Under ordinary conditions, more open people will seek out a comparatively more diverse range of experiences. This means that they will have more varied episodic memories to draw from in constructing prospectations. That is, their imaginative simulations of possible outcomes will be richer, more complete, and more vivid. And this will enable them to make better appraisals of the anticipated outcomes. These experiential memories are essential to prospectation because imagining what something will be like depends constitutively on one’s memories of relevantly similar experiences. We learned this lesson from the famous case of Mary the color scientist.

One notable limitation of this argument is that there are cases where, regardless of how open one is, one couldn’t have any relevantly similar experiences, and so can’t effectively prospect. Consider, for instance, someone blind or deaf from birth, who is offered a surgery that would enable him to see or hear. This person could not possibly have had any experiences that would enable him to imagine what it would be like to be sighted or hearing. Thus openness cannot help nor hinder his deliberation. In such cases, prospective deliberation is impossible. It’s also worth noting that a person’s values change over time. They evolve gradually and may sometimes change spasmodically. It may be that openness accelerates these changes. When one tries a new dish, and finds that one likes it, one’s gustatory preferences change. Eagerness to try new things will likely result in more of these experiences, and so more rapid evolution of values. If so, this indicates another limitation on my argument insofar as one can only evaluate outcomes in terms of one’s present values. Openness may improve one’s ability to evaluate outcomes in terms of one’s present values. But it may also make those evaluations less relevant in the long term.

Why Understanding-why is Contrastive

Miguel Egler

University of St Andrews
me49@st-andrews.ac.uk

Interrogative understanding is the epistemic state ascribed by claims of the form ‘S understands why p’—e.g., ‘Arjun understands why air is a fluid’. Questions about the nature of interrogative understanding have garnered increased attention in recent years. Despite many disagreements on this topic, there is common agreement that:

Binary ‘S understands why p’ posits a two-place relation of *understanding-why* between a subject S and a proposition p: U-why_(S,p).

In this paper, I argue against Binary and in favour of *contrastivism* about interrogative understanding. That is:

CON ‘S understands why p’ posits a three-place relation of *understanding-why* between a subject S, a proposition p, and a contrast proposition to p, q: U-why_(S,p,q).

The argument I develop focuses on the following example:

Soy: Pedro and Anna both understand why the soy industry *remained stable* this year. Pedro comes to understand this after learning about **E1** (see below), whereas Anna does so after learning about **E2**:

E1 Despite what was previously announced, the government did not provide *additional* subsidies to soy producers this year. As a result, the soy industry did not grow as expected.

E2 Despite the sharp decrease in China’s demand for soy, Korea has bought up the excess of the grain at the original price. As a result, the soy industry did not slump as expected.

As stipulated in **Soy**, the following two claims are true:

- (i) Anna understands why the soy industry remained stable this year.
- (ii) Pedro understands why the soy industry remained stable this year.

Now, despite the surface similarity in (i) and (ii), it is clear that Anna and Pedro understand quite different things. An apt way to pinpoint this difference is to say that whereas Pedro understands why the soy industry remained stable *rather than* grow, Anna understands why it remained stable *rather than* slump. This then raises the question of how (i) and (ii) can encode this distinction in the epistemic states of Anna and Pedro.

CON naturally accommodates for this distinction. On this view, ‘Pedro understands why the soy industry remained stable’ posits a particular relation of U-why_(Pedro,stable,grow), whilst ‘Anna understands why the soy industry remained stable’ posits the distinct epistemic relation U-why_(Anna,stable,slump). However, there

is no plausible reading of Binary which can capture this distinction in epistemic states. On a simplistic reading of Binary, for any subject S and proposition p, 'S understands why p' ascribes a unique epistemic relation of understanding-why between S and p. But, given that (i) and (ii) ascribe distinct epistemic relations, it is quite clear that this reading of Binary cannot account for the distinction between Anna and Pedro. On a second reading of Binary, 'S understands why p' encodes different epistemic relations: e.g., U-why_(S,p), U-why*_(S,p), U-why**_(S,p), etc. I argue that this option cannot accommodate for natural claims of the sort 'Anna and Pedro both understand why p'—which turn out false on this account, but which CON can easily accommodate for. In light of these shortcomings of Binary, I suggest we should endorse CON instead.

Formal Inferences and their Relationships to Knowledge Acquisition: Mental Models and Semantic Links

Miguel López Astorga

Universidad de Talca
milopez@utalca.cl

Leyla Torres Bravo

Universidad de Talca
ltorres@utalca.cl

Nowadays, a very interesting cognitive proposal is undoubtedly the one of the mental models theory, mainly raised and developed by Philip Johnson-Laird. The essential basis of the theory consists of the idea that people make inferences by considering iconic mental models akin to the iconic representations described by Peirce. However, another important point about it is that people are not always able to identify all of the models related to one particular sentence. In this manner, in the case of, for example, the conditional, people usually only detect the model in which the antecedent and the consequent are true, and not the other two models in which the conditional can also be true, that is, the model in which the antecedent is false and the consequent is true, and the model in which both of them are false.

Of course, the theory acknowledges that, if individuals make a certain effort, the three models can be pinpointed. However, according to its proponents, what generally happens (and that can be checked by means of experimental results reported in the literature) is that people only note the first model indicated, that is, the one with its two clauses being true.

But, aside from effort, individuals can identify other models in other circumstances as well. Such circumstances refer to the cases in which there is a semantic or conceptual link between the antecedent and the consequent that allows the development of more models. In other words, as also shown by the literature, this occurs when, for example, people are aware, by virtue of their general knowledge (or even a stereotype or bias), that the situations in which the conditional can be true can be different.

Clearly, this has consequences for reasoning tasks involving inferences with structures such as, for example, that of Modus Tollendo Tollens, since, following the mental models theory, individuals are not usually able to apply this formal schema. And the reasons for this are obvious: that they do not make effort, that they often only pinpoint the first model, and that to apply that rule is necessary to detect the third model, that is, the model in which both the antecedent and the consequent are false.

Nevertheless, as pointed out, the semantic connections that people can see between the clauses can enable to note more models and hence to apply rules such as Modus Tollendo Tollens. In this way, the arguments that will be proposed in the presentation will be intended to show that, if the mental models theory is right, given that knowledge can provide more relations between concepts and ideas, its acquisition can modify our formal inferences, and that those modifications can in turn reveal when knowledge is really increased. Thus, the argumentation that will be offered will account for this point in detail and argue in favor of it.

Ética, experiência e aspectos no segundo Wittgenstein

Mirian Donat

Universidade Estadual de Londrina

donat@uel.br

O objetivo deste trabalho é avaliar o papel que a experiência ocupa na ética na segunda fase da filosofia de Wittgenstein. Como se sabe, ao tempo do *Tractatus logico-philosophicus* Wittgenstein associa à ética (bem como a religião) a experiência que chamou de sentimento místico, que afirma ser “a intuição do mundo sub specie aeterni” ou o “sentimento do mundo como totalidade limitada”. É a experiência perante o mundo enquanto totalidade, que leva ao espanto e ao maravilhamento, mas também à angústia e ao desespero, que produz no homem uma urgência na busca pelo sentido do mundo e da vida. A ética é um dos elementos que podem levar o homem a encontrar um sentido para o mundo e a vida, junto com a estética e a religião. Na Conferência sobre ética encontramos novamente a referência a esta experiência, colocada nos termos de que “quando eu a tenho, assombro-me ante a existência do mundo”, junto com a experiência de sentir-se absolutamente seguro e a experiência de sentir-se culpado. Entretanto, há que se considerar que, tanto no *Tractatus* quanto na Conferência sobre ética, as experiências consideradas não dizem respeito às experiências de um sujeito empírico, posto que este encontra-se no mundo, sendo este considerado a totalidade dos fatos e os fatos, como tal, não têm nenhum valor. O sujeito ético é, portanto, o sujeito transcendental que, como as demais condições transcendentais do sentido e da ética, está no limite do mundo. Entretanto, quando modifica sua concepção de linguagem Wittgenstein modifica também sua compreensão do que seja a experiência a ela associada. Em relação ao que podemos chamar de jogo de linguagem da moral, compreender como nele se organiza a experiência gera uma certa dificuldade. Para esclarecer a questão pretendemos partir de uma observação que Wittgenstein registra em 1950 e que encontramos no livro *Cultura e valor*: “A vida pode educar-nos para a fé em Deus. E são também as experiências que o fazem; mas não me refiro a visões e a outras formas de experiência dos sentidos que nos mostram a “existência deste ser”, mas, por exemplo, a sofrimentos de vários tipos. Estes nem nos revelam Deus do mesmo modo que a experiência dos sentidos nos revela um objeto, nem dão origem a quaisquer conjecturas a seu respeito. As experiências, os pensamentos - a vida pode impor-nos estes conceitos”. O que se pretende explicitar nesse momento é que a origem dos conceitos éticos (que podemos associar com a origem do conceito Deus) é um tipo de experiência de um sujeito no mundo e não mais, tal como anteriormente, de um sujeito no limite do mundo. São os “sofrimentos” e outros tipos de experiência de um sujeito que reage sensivelmente ao seu entorno e aos outros sujeitos que com ele compartilham de uma forma de vida. Nesse sentido, a experiência que agora importa é aquela de um sujeito que tem como horizonte de possibilidade sua inevitável presença em uma determinada forma de vida, cuja configuração permite a ele diferentes vivências. Em decorrência disso, pretendemos também mostrar que a compreensão do sentido dos conceitos éticos pode ser ampliada quando se tem em consideração a noção de ver aspectos, pois este ‘ver’ não se reduz à “visão e a outras formas de experiência dos senti-

dos”, sendo insuficiente uma explicação por meio de uma descrição de tal experiência, pois o que está em questão é o caráter expressivo desta experiência. Da mesma maneira, acreditamos que os conceitos éticos envolvem a expressividade das experiências e vivências a eles associadas, revelando aspectos que não podem ser negligenciados em sua compreensão.

The Fantastic Leaps of Thought: some arguments toward an embodied, distributed, and extended imagination

Nazareno Eduardo de Almeida

Federal University of Santa Catarina

Throughout both the philosophical and hegemonic psychological traditions, imagination has been seen as a subjective, individual, and unshared mental capacity. The recent conceptual and methodological paradigm of embodied, distributed, and extended mind is presently defying both the Cartesian and even commonsensical view about the confinement of the mental either to an immaterial or representational domains. My aim in this presentation is to set forth some arguments in favor of the view that imagination has, beyond its traditional outlook, functions that must be seen as embodied, distributed, and extended. On a first slay of arguments, I intend to present some arguments that show the embodied, distributed, and extended functions of imagination in the realm of human agency. On a second slay of arguments, I intend to show some evidence relating the role of the imagination to the production and understanding of discursive activities. Concerning the embodied function of the imagination in the agency, I intend to show that such a mental capacity is responsible both for the evaluation of our physical and mental capacities in planning actions and for the possible corrections of the planned actions during the performance previously elaborated when some unexpected hindrances are imposed upon us by the circumstances. Concerning the distributed function of imagination in the agency, I intend to show that imagination is a pivotal capacity supposed by the agents sharing some common goal. Concerning the extended function of imagination in the agency, the creation of new material instrument and/or immaterial devices either individually or with some other agents in a cooperative task is also taken as indispensable. Concerning the role of imagination in the production and understanding of discursive embodied activities, the capacity of exercising imagination in the process of producing discursive activities replying some given situation (either for the individual itself, as in the case of decision-making and problem-solving or in the discursive interaction in a conversation) is presupposed as an exercise of the rational dispositions of human beings in the embodied and contextual act of speech. Concerning the distributed role of imagination in producing and understanding distributed discursive activities, imagination is required either to produce or responding to many types of conversational interactions, from the merely creative and amusing (ironical, gladding etc.) utterances about some common subject up to the more complex contexts in which different discursive agents are engaged in a difficult shared task. Finally, concerning the role of imagination in the process of production and understanding of extended discursive devices (like books, technological gadgets, multimodal cultural objects and acts), imagination is supposed and demanded as a capacity to both produce, operate, and understand such blended devices through which human interaction across discourse are embodied and distributed either in the self-relation or in the relationship between different people and the en-

vironmental world. So imagination is a fundamental capacity required either for the embodied, distributed, and extended agency or for the language interactions both between individuals and groups and with their historical and natural world.

The discursive function of slurs

Nicolás Lo Guercio

Universidad de Buenos Aires

nicolasloguercio@gmail.com

In this article I criticize presuppositional accounts of slurs (Sauerland 2007, Schlenker 2007, Cepollaro 2015, Maciá 2002), according to which, roughly put, a slur like the Argentinian '*bolita*' for Bolivian citizens presupposes a proposition of the form "Bolivians are despicable" or "The speaker believes that Bolivians are despicable". After evaluating different presuppositional theories of slurs, I argue that they all fail to account for their characteristic features. On the one hand, in contrast with typical expressions carrying presuppositions, slurs are unpluggable, that is, typical presuppositional plugs, like disjunctions or conditionals, do not prevent the derogatory content to project: e.g. while "there is no king of France or the king of France is bald" does not presuppose that there is a king of France, "bolivians are not despicable or Juan is a '*bolita*'" does convey its derogatory content. On the other hand, many of the uses of slurs need not be backgrounded, contrary to what is expected if they carry presuppositions. In other words, presuppositions are usually thought of as requirements on the previous common ground – the set of things which are mutually accepted by participants in the conversation. The idea is that only if the presupposition is already part of the common ground the utterance which carries such presupposition can be felicitously uttered. By contrast, slurs can be felicitously uttered even if its non-truth-conditional content is not part of the common ground. In the last part of the article I argue that several linguistic phenomena surrounding slurs can be dealt with by appealing instead to conventional implicatures plus an analysis of their discursive function. More specifically, I will argue that slurs possess two dimensions of meaning, the at-issue meaning and a conventionally implicated meaning, which serve two different discursive functions. The former serves the typical function of adding a proposition to the common ground. The latter expresses a modal content more or less paraphrasable as "*Ns* ought to be despised" which ends up contributing to the *To-Do-List* (Portner 2004). In other words, slurs' conventionally implicated meaning has a discursive function similar to that of some uses of imperatives. In light of this, I account for different uses of slurs (promotion of racial/sexual/gender discrimination; insult-attack; legitimation of racial/sexual/gender oppression, etc) as well as the phenomenon of *appropriation*, by means of which members of the group targeted by a slur are able to use it without conveying its derogatory content.

Neurofilosofia e Estética

Nivaldo Machado

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

Primeiramente gostaria de deixar claro que esta breve discussão tem por escopo primeiro de propiciar o início de uma reflexão eminentemente interdisciplinar. Cientistas e filósofos hodiernamente cada vez mais aproximam seus fazeres na tentativa de melhorar do entendimento de questões correlatas ao problema mente-cérebro.

Lembrando de Chomsky quando apontava para o fato de que nossa ignorância poderia ser separada em dois níveis: os mistérios e os problemas. Creio que ele tenha muita razão ao apontar nesta direção, principalmente se o caso envolver as relações mente-cérebro, e, em nosso caso aqui mais pontual, mente-cérebro e estética.

Certamente ainda temos muitos mistérios envolvidos nos temas das neurociências e, possivelmente ainda mais, na estética. Entretanto, como é de agrado principalmente dos filósofos, alguns *problemas* também já possuem boas formulações e bons argumentos para apresentá-los ao tribunal da razão.

Deixemos claro desde o início que entendemos, grosso modo, a Neurofilosofia como uma abordagem que aproxima umbilicalmente os trabalhos das Neurociências com a Filosofia da Mente. E que a Estética é uma área da Filosofia que se preocupa em estabelecer uma reflexão criteriosa acerca do Problema do Belo. Podemos dizer que as relações corpo-mente e a tentativa de explicar a beleza já se apresentam desde autores de longínquas eras. Sem embargo, é nos dias atuais que, com o advento de uma ciência cujos aparatos tecnológicos se tornam elementos de real necessidade de consideração nos mais diversos âmbitos de investigação, as relações mental-cerebral e o entendimento da beleza ganham também novos contornos. O que é a beleza? Podemos ainda aceitar o clássico pressuposto “*o belo está nos olhos de quem vê!*”, ambientes artificiais poderão criar, reproduzir, simular a beleza; existirá arte em artefatos criados por robôs? Robôs poderão perceber o belo? Hierarquização de graus de beleza encontram alguma justificação? Alterações cerebrais provocariam alterações estéticas? Como a mente e o cérebro se portariam em relação à percepção e/ou criação do belo?

Tendo exposto o âmbito geral de nossa investigação, podemos agora apresentar de modo mais pontual as teses que serão aqui analisadas:

- i) Eventos ocorridos em nível de primeira pessoa não podem ser analisados;
- ii) Estados e eventos mentais e cerebrais devem ser públicos para poderem ser tratados;
- iii) O belo é um evento do mundo material;
- iv) A linguagem utiliza um vocabulário que busca permitir comunicar a beleza;
- v) O vocabulário linguístico será mais ou menos sofisticado de acordo com as exigências do interlocutor para o entendimento.
- vi) O vocabulário linguístico variará por: (a) temporalidade; (b) adaptação;

- vii) Robôs com aparato cognitivo suficiente poderão realizar e comunicar eventos estéticos. Esses são apenas alguns Problemas que parecem ainda possuir alto grau de mistério. Mas, em muitos casos, talvez possamos elaborar “*apostas razoáveis*” para tentar justificar do melhor modo possível tais Problemas-Mistérios.

Sobre as relações entre conhecimento e ignorância

Pablo Rubén Mariconda

Universidade de São Paulo

mariconda@usp.br

Desde a Antiguidade clássica grega, no próprio surgimento da racionalidade ocidental, a demanda de conhecimento esteve ligada à tentativa de diminuir ou mesmo eliminar a ignorância, muito embora, entre os sofistas a pretensão de saber ou a arrogância de tudo saber acabasse mais por produzir nova ignorância do que chegar ao conhecimento. Muito particularmente o reconhecimento da ignorância – da própria ignorância e de que há muitas coisas importantes que não se sabe, consignada no célebre reconhecimento socrático de que “só sabia não saber” – e a invenção da inquirição crítica – o método de criticar racionalmente as concepções, ideias e teorias com o objetivo de delimitar claramente o que se conhece – serviu para constituir, no devido tempo, a ciência ocidental. A maior parte do esforço filosófico de entendimento da ciência principalmente a partir dos séculos XVI e XVII com o surgimento da ciência moderna, dos séculos XVIII e XIX com a consolidação da ciência moderna, e mesmo do século XX com a efetivação do controle técnico do mundo por ela prometido – concentrou-se nos aspectos positivos do avanço do conhecimento, nas condições epistemológicas, estrutura lógica e função explicativa da ciência, supondo que como a ignorância era o que se devia eliminar, sua função negativa (de não conhecimento ou mesmo de contra conhecimento) não carecia de entendimento ou explicação, bastava que fosse remediada, de um modo ou de outro, para a esfera da irracionalidade. A ignorância é o que se deve combater e eliminar e não o que se deve compreender e explicar. Entretanto, já no início do século XX, particularmente nas reflexões sobre a técnica (tecnologia) do sociólogo Simmel, originou-se a concepção de que o avanço da cultura objetiva mais do que promover o conhecimento conduz ao avanço do não conhecimento e, dependendo do caso, até mesma à produção intensificada de ignorância. Produtos da cultura objetiva, principalmente aqueles que incorporam múltiplas funcionalidades, podem servir para aumentar significativamente a esfera da ignorância ou para a diminuição ativa de habilidades racionais básicas dos humanos. Isso conduziu a sugerir que é preciso estar mais atento às condições epistêmicas da ignorância e a propor, como complementar à epistemologia, uma nova disciplina, a agnotologia, para o estudo das condições epistêmicas de produção da ignorância. Também a sociologia acabou propondo, de certo modo, como complementar à sociologia da ciência a sociologia da ignorância. Essas duas novas “disciplinas” permitem então, não só analisar a ignorância constitutiva do conhecimento, envolvida na dúvida genuína com relação aos resultados da ciência; dúvida promovida pelo ceticismo organizado da ciência, mas também outras formas de ignorância vinculadas ao avanço da ciência e da técnica: o não conhecimento vinculado às funcionalidades dos dispositivos técnicos e a ignorância fabricada acerca das consequências nocivas de aplicações tecnológicas para a saúde humana e o ambiente. Procurarei estender essa reflexão do binômio conhecimento/ignorância ao âmbito da Inteligência Artificial, analisando, no caso dos algoritmos, a relação entre o tipo de evidência disponível (inconclusiva; inescrutável; mis-

guided; com desfechos parciais; com ausência de localização) e o caráter das decisões e ações produzidas (injustificadas; opacas; enviesadas; discriminatórias; moralmente irresponsáveis), de modo a permitir, na convergência entre epistemologia/ agnotologia e ética, um acesso aos aspectos éticos das decisões tomadas por algoritmos ditos autonomamente inteligentes.

Naturalização radical da metafísica, simplificações e subdeterminação

Paola Cristina de Freitas Villa

Universidade Federal de Santa Catarina

paolacfvilla@gmail.com

Não é um exagero afirmar que a tradição filosófica reforça há pelo menos dois séculos o lugar-comum de que a metafísica é uma atividade improdutiva e desprovida de sentido. Do empirismo moderno ao positivismo lógico, ela recebeu reiterados ataques pautados na falta de conexão entre suas afirmações pretensiosamente gerais e aquilo de que dispomos na experiência. Reinaugurando a onda positivista, surgiram recentemente reivindicações de que toda forma de metafísica não obtida exclusivamente dos resultados da nossa melhor ciência deveria ser descontinuada. A partir dessa requisição radicalmente naturalizada, o que então esperávamos era a apresentação de uma metodologia capaz de garantir que é sempre possível obtermos *a* metafísica associada a qualquer teoria científica em jogo. Bastante polêmica, essa proposta radical não consegue lidar com certos desafios que surgem a partir do próprio contexto científico e sofre também com objeções sobre sua excessiva simplificação. Em primeiro lugar, no contexto de uma teoria científica, as expectativas alimentadas pela proposta radical de naturalização são frustradas por ser essa abordagem incapaz de decidir e informar sobre a natureza metafísica dos objetos da teoria quando o seu formalismo fornece mais de uma metafísica compatível – um problema conhecido na literatura como tese de subdeterminação da metafísica pela física. Em segundo lugar, as críticas de excessiva simplificação sugerem que os proponentes da naturalização radical fazem uma caracterização apressada e imprecisa do seu alvo e que, além disso, reduzem sem prévia análise e sem clara justificação toda a investigação metafísica ao reducionismo físico, universalismo ontológico e realismo científico. Desse modo, nosso objetivo é analisar a procedência das críticas de simplificação e, em particular, mostrar como a subdeterminação da metafísica pela teoria científica aparece como um imponente problema para uma efetiva (se possível) naturalização da metafísica.

The threshold between perception and thought: the approaches of Peirce and McDowell

Patrícia Fonseca Fanaya

Federal University of Santa Catarina

patriciafanaya@gmail.com

Maria Clara Fonseca Fanaya

Federal University of Santa Catarina

mariaclaraf890@gmail.com

The aim of this paper is to point out some of the convergences between the approaches of C. Peirce and John McDowell on perception by examining how each one of them deals with the threshold between perception and thought. Both claim that human perception goes beyond the passive reception of the world through the senses, which makes it impossible to distinguish it from our rationality. While Peirce, based on his realistic philosophy, gives us the justifications for a world whose existence is independent of us, the reality of the world is McDowell's starting point to justify empirical knowledge – that is, to fill the gap between mind and world. For John McDowell, there must be a way to understand that mental states or episodes are world-oriented and that somehow experiences can work as a tribunal to our beliefs. However, his intention is to achieve this goal without accepting the Myth of Given and coherentism. The former being the classical empiricist idea that data obtained by perception alone can provide a legitimate basis for all empirical knowledge; and the latter consisting in experience causing a belief, but not justifying it – consequently, only a belief could count as a justification for another belief. McDowell considers both perception and judgment to have conceptual content and, therefore, to be possible objects of active thinking. He claims that the fact that things are such and such in reality is the conceptual content of experience, and if the subject of experience is not being induced to error, the fact that things are such and such is a perceptible fact, therefore an aspect of how things are in the world. For Peirce, perception is a process he methodologically distinguishes in phases in order to better examine it. The percept is out there in the world and affects us through the senses; it is something that presents itself to us in some way, imposing its existence on us – and not something created in/by our minds. Still, it is something that cannot be exhausted in the perceptive process itself. Percepts are initiators of thought, they are pre-cognitive entities that determine the course of the perception, but they constitute only one of its elements, the others being, namely, the percipuum and the perceptual judgment. Perceptual judgments are logical inferences that act to accommodate the percipuum in mental and interpretative schemas. Both McDowell and Peirce recognize a rational element in perception, even if in some cases we are not aware of our operating rationality. While McDowell uses the pervasiveness of the conceptuality in perception, Peirce, on the other hand, uses his own original concept of abductive reasoning to explain it.

Testemunho Feminino e o Problema da Injustiça Epistêmica

Patricia Ketzer

Universidade de Passo Fundo
patriciaketzer@gmail.com

O conceito de confiança torna-se relevante em Epistemologia quando passamos a considerar a transmissão de conhecimento por testemunho. A principal questão é quando podemos confiar em outras pessoas para adquirir conhecimento com base em seus atos de fala. Não há como debater testemunho sem considerar o problema da confiança. Confiança tem sido abordada a partir de uma série de perspectivas, é um conceito indispensável quando pensamos o ser humano como ser social, interagindo com outros sujeitos, pois auxilia-nos a pensar a ordem política e a cooperação social. Mas está longe de possuir uma definição única. Pode ser considerada a base da moralidade, visto que moralidade é uma atitude cooperativa, que só é possível na medida em que as pessoas confiam umas nas outras para tentarem ser morais. É ela que viabiliza as relações interpessoais, possuindo uma dimensão normativa e uma dimensão descritiva, denominada *fiar-se* (*rely*). Confiança (*trust*) é algo mais profundo, origina-se em relações interpessoais e pressupõe entrega e boa vontade por parte dos envolvidos na relação, na qual o sujeito espera sinceridade do outro e, caso não receba, sente-se traído. A sensação frente ao desapontamento da confiança é de traição e gera ressentimento. Já *fiar-se* é mais básico; trata-se de uma relação que estabelecemos com o mundo e com as coisas do mundo. Quando a fiabilidade (*reliability*) no mundo não se efetiva a sensação que se tem é apenas de desapontamento. Mas, nós confiamos em todas as pessoas igualmente? Quais nossos critérios para confiar? Nas práticas sociais, a atribuição de confiança epistêmica é influenciada por relações de poder. As relações sociais de poder colocam alguns em situação privilegiada, e outros em situação de impotência, em que pouco podem fazer frente às injustiças. Assim também com a produção, atribuição e aquisição de conhecimento, aqueles que estão em situação de poder tem acesso facilitado ao conhecimento, em contrapartida, os impotentes nem podem acessá-lo, nem podem protestar ao ver o acesso e a atribuição de confiança epistêmica serem-lhes negadas, pois lhes falta credibilidade para fazê-lo. Pessoas em situação de impotência são, na maior parte das vezes, colocadas sob suspeita, pois a elas não se concede credibilidade. Acredibilidade é privilégio dos poderosos, nas diferentes formas que o poder pode assumir nas sociedades. Há uma pressão social exercida sobre a norma de credibilidade, que atenciona a reproduzir relações sociais de poder, de tal forma que as práticas epistêmicas acabam por repercutir injustiças presentes na sociedade, gerando o que Miranda Fricker (1998) nomeia *injustiça epistêmica*. No presente trabalho pretendemos abordar o conceito de confiança epistêmica a partir de sua aplicabilidade em contextos reais, principalmente casos de denúncia de agressão sexual, nos quais o testemunho feminino é negligenciado e não se atribui confiança epistêmica às mulheres. Para tal, iremos analisar como a atribuição de confiança encontra-se submetida a situações de injustiça epistêmica, e, por fim, avaliar a efetividade da proposta de Miranda Fricker (1998) para resolução do problema.

O desenvolvimento da obra de Rudolf Carnap, da construção lógica do mundo à liberalização do empirismo

Pedro Henrique Nogueira Pizzutti

Universidade Estadual de Londrina

pedropizzutti@gmail.com

O presente trabalho tem por objetivo apresentar e discutir o desenvolvimento da obra de Rudolf Carnap, dentre o período de publicação do *Aufbau* (1928) e a de *Testability and meaning* (1936/37), que culmina na chamada liberalização do empirismo. As alterações na obra são consideradas enquanto aperfeiçoamentos e reformulações de um sistema que nunca se pretendeu definitivo, mas sempre efetivo e racional. Desta forma, consideramos os constructos carnapianos como ferramentas para análise lógica do conhecimento científico que, embora passem por transformações importantes, mantêm uma unidade por conta do princípio de tolerância linguístico e a tese da unidade da Ciência. Essa tese, assim como o método de análise e o tipo de sistema justificacionista são nossos objetos no presente trabalho. No *Aufbau*, Carnap sustenta uma reconstrução racional do conhecimento científico via teoria construcional, defende um fundacionismo não dogmático e tese da unidade da Ciência por meio da possibilidade de construção de um sistema construcional para todos, e apenas estes, os conceitos científicos. Adota uma base fenomenalista para a construção do sistema com base no princípio de primazia epistêmica. Todavia, deixa explícita a possibilidade de outros sistemas com outras bases, isto é, a base empírica é escolhida convencionalmente, o que marca o princípio de tolerância, mesmo que não formulado explicitamente. Em *The unity of science* (1932), Carnap substitui a base fenomenalista por uma fisicalista, o que acarreta em uma mudança acerca da tese da unidade da Ciência, que agora é defendida como a possibilidade de se expressar toda a linguagem científica em uma linguagem fisicalista. Já em *The logical syntax of language* (1934), Carnap elabora a Lógica da Ciência enquanto a sintaxe lógica da linguagem e o método para se fazer Filosofia da Ciência. A Epistemologia agora é considerada como uma mistura ambígua de elementos lógicos e psicológicos, a purificação dessa resulta na Lógica da Ciência, que versa única e exclusivamente sobre formas linguísticas. Nesse framework, Carnap formula explicitamente o princípio de tolerância linguístico e apresenta uma reconstrução racional do conhecimento científico em termos de análise lógica da linguagem científica. Nessa reconstrução, Carnap mantém a tese da unidade da Ciência via fisicalismo, mas defende um antifundacionismo ao mudar o status das sentenças protocolares. Por fim, em *Testability and meaning* (1936/37), Carnap discute especificamente o problema da construção de uma linguagem adequada para a Ciência. A Lógica da Ciência tem seu campo ampliado para aceitar aspectos semânticos e pragmáticos, a tese do fisicalismo é mantida, o antifundacionismo também. Entretanto, o princípio do empirismo perde o status de afirmação e é sustentando como uma proposta. Enquanto empiristas, afirmamos que a linguagem científica deva ser restringida de modo a garantir que suas sentenças sintéticas possuam alguma relação com possíveis observações, mas essa restrição não tem formulação definitiva. Deste modo, defenderemos, seguindo Carnap, que a construção de uma linguagem adequada para a Ciência pode

ser construída de formas distintas e existe mais de um requisito capaz de garantir que essa linguagem atenderá aos propósitos empiristas.

Críticas da filosofia analítica à metafísica fenomenológica

Rafael Carneiro Rocha

Instituto de Filosofia e Teologia Santa Cruz

rafaelcarneirorocha@gmail.com

O objetivo deste texto é explicar como certas críticas da filosofia analítica que confrontam a fenomenologia husserliana, como aquelas de Gilbert Ryle (1946; 1962) e Michael Dummett (1993), são críticas a um projeto metafísico, e não a um projeto de filosofia da mente. A fenomenologia, enquanto crítica do conhecimento a partir de análises da operacionalidade da mente, se origina no contexto histórico de investigações que defendiam emancipar a lógica da psicologia. A fenomenologia investiga o que qualquer proposição de um tipo qualquer realmente significa, analisando aquilo que seria o caso se a proposição for verdadeira. Segundo um ponto de convergência proposto por Ryle (1962), projetos de autores como Frege e Husserl abordam as investigações conceituais da filosofia como superinspeções de superobjetos. Numa contextualização histórica similar a de Ryle, Dummett defende que aqueles autores fornecem análises de conceitos e proposições numa abordagem não psicológica, que culmina no surgimento da filosofia analítica, na medida em que esta empreende análise do pensamento a partir de análise da linguagem. Porém, se tanto Ryle quanto Dummett validam a fenomenologia enquanto crítica do conhecimento em contexto que ainda padecia de confusões entre métodos psicológicos e filosóficos de investigação, ambos enfatizam o contrassenso ocasionado pela interesse investigativo de Husserl nas unidades terminais de constituição de sentido na mente, as essências. A intuição das essências permitiria a demarcação dos gêneros e espécies dos atos de consciência e, assim, a própria possibilidade de compreensão do sentido de qualquer pesquisa científica ou crença cotidiana. Parece inevitável que uma crítica abrangente da fenomenologia husserliana seja crítica de tal essencialismo. Se a crítica à fenomenologia é, então, crítica a um projeto metafísico essencialista, Ryle (1946) se utiliza, não surpreendentemente, de recursos como apontamento de expressões sistematicamente enganadoras e atenção para ocorrência de palavras reconhecidamente sincategoremáticas, que funcionam tanto como crítica à metafísica tradicional, quanto como crítica à fenomenologia. Por sua vez, a crítica de caráter metafísico que Dummett faz a Husserl atinge também o projeto de Frege. De uma maneira que permite paralelos com Husserl, Frege admite que o sentido constituinte de um pensamento se explica a partir de um domínio de entidades imutáveis e intemporais, que existem independentemente das atividades mentais de um sujeito psicológico. Porém, o suposto contrassenso metafísico de Frege parece repercutir apenas como consequência prática de rejeição ao psicologismo. Frege, ao considerar como referente de uma expressão aquilo que contribui para o valor de verdade na sentença em que ocorre, parece não depender, como Husserl, de uma doutrina metafísica que consideraria o mundo doador de sentido da realidade como uma totalidade de essências. Para Frege, a composição da realidade não dependeria apenas dos objetos que a contêm (como seria o caso em Husserl), mas do que os fatos contêm sobre eles. Embora haja certo comprometimento metafísico em Frege, não se trata de algo tão central

quanto aquele de Husserl, o que leva este texto defender que qualquer crítica abrangente e direta à fenomenologia deve considerar os aspectos metafísicos dessa doutrina.

Dependência e Independência dos Entes Matemáticos aos Entes Naturais: aspecto ontológico e lógico da abstração em Aristóteles

Rafael Cavalcanti de Souza

Eu exponho a relação de dependência e independência dos entes matemáticos aos entes naturais no pensamento aristotélico. Essa relação é exposta na *Metafísica* em sua crítica à concepção platônica acerca do modo de ser dos entes matemáticos. Por conta da natureza crítica negativa das explicações aristotélicas, ainda persiste uma ausência de consenso entre os estudiosos sobre como seria a interpretação da filosofia da matemática em termos positivos na concepção de Aristóteles, apenas tendo enquanto elemento consensual a ideia de que a matemática estuda a quantidade e suas relações, por meio da “separação pelo pensamento” de aspectos dos entes naturais. Dessa forma, geralmente apenas se enfatiza quanto ao aspecto de dependência dos entes matemáticos, enquanto separados pelo pensamento (na nomenclatura tradicional: abstraídos) dos entes naturais. Para dar maior precisão e ampliação ao debate acerca da concepção positiva da filosofia da matemática em Aristóteles, mostrarei, por meio de uma análise de algumas passagens desse processo de abstração nos entes matemáticos, essa noção de dependência, por meio do que denomino de aspecto ontológico e, a noção de independência, por meio do que denomino aspecto lógico da abstração em Aristóteles.

Motive Disjunctivism

Rafael Graebin Vogelmann

Federal University of Rio Grande do Sul

rafael.vog@gmail.com

Motive attributions usually take the form “P did A because M” where “M” correspond to a fact about the circumstances of action. In these cases, it is natural to identify the motive for which the agent acted with fact M. Motive attributions also seem to be factive: if “P did A because M” is a correct motive ascription, then it must be the case that M. If motive attributions are factive, then in cases of error, in which the agent falsely believes that M, the correct motive ascription must take the form “P did A because she believed that M”. Some hold that this shows that in every case, even those in which the agent is not mistaken about M, her motive should be identified with the psychological fact that she believed that M. I refer to this thesis as “Psychologism”. This thesis, however, is problematic: given that our normative reasons are usually provided by facts about the circumstances of action instead of psychological facts about the agent, it entails that the motive for which an agent P performed an action A never (or only very rarely) corresponds to the normative reasons she had to perform A. Therefore, to the extent we are able to act for the normative reasons we have, we should reject Psychologism. One way in which to avoid Psychologism is to deny that motive attributions are factive. Jonathan Dancy takes this approach. According to Dancy, to present the motive for which an agent acted is to lay out the considerations in light of which she chose to do what she did. It follows that M can be the motive for which P did A regardless of whether or not M is the case. He holds, then, that even though the formulation “P did A because M” is factive, the same motive ascription can be formulated in a non-factive way as “M is the motive for which P did A”. To say, then, that “P acted in light of the fact that M”, is just to say that P acted in light of the consideration that M and that M was the case. I argue that we should reject Dancy’s proposal not only because it leads to paradoxical consequences but also because it cannot provide a satisfactory account of what it is to act in light of a fact. I then seek to provide a different answer to Psychologism. I argue that we can avoid Psychologism while holding on to the view that motive attributions are factive if we accept the view I refer to as “motive disjunctivism”. According to this view, the activity of “acting in light of the consideration that M” is not a common element to the activities of “acting in light of the fact that M” and “acting in light of the belief that M”. Rather, acting in light of a fact and acting in light of a belief are two different ways of acting in light of a consideration.

An Overview of Directions Taken by the Philosophical-Mathematical

Raquel Anna Sapunaru

Federal University of Jequitinhonha and Mucuri Valleys

`raquel.sapunaru@ict.ufvjm.edu.br`

Mathematical method has struggled for centuries against intractability, uncertainty, unpredictability and complexity, elaborating concepts and methods that extend the limits of what can be known with rigor and precision. However, as far as its methods are concerned, it has its origins in philosophy and logic, which today are relegated to the background. What happened? The present work/submission sets out to discuss this historical-philosophical fact in an attempt to clarify the problem and point out an acceptable solution. Bibliographical and historical research was done, combined, to support the conclusion that philosophy lost some focus in the first half of the twentieth century by ignoring, in a way, the directions that mathematics was taking.

Há espaço para uma postura pragmática no debate sobre as leis da natureza?

Renato Cesar Cani

Universidade Federal de Santa Catarina

renatocani@gmail.com

Nesta comunicação, meu objetivo é abordar o debate sobre leis da natureza sob o viés da epistemologia voluntarista. Em particular, defenderei a hipótese de que a posição disposicionalista - segundo a qual as leis da natureza estão de algum modo relacionadas à existência de propriedades disposicionais - pode se beneficiar pela formulação de uma postura pragmática no quadro da epistemologia voluntarista. Seguindo as ideias de Chakravartty (2017), a epistemologia voluntarista é compreendida como a afirmação de que certas crenças e ações que cumprem papel relevante na avaliação de argumentos são escolhidas pelo sujeito, a partir do momento em que este adota uma determinada postura (stance). Podemos definir uma postura como um conjunto de valores epistêmicos que guiam a avaliação do grau de risco epistêmico que se está disposto a assumir na defesa de determinada teoria ontológica. No caso particular das discussões acerca da existência de leis da natureza, os argumentos usualmente empregados pelos filósofos, sejam eles realistas ou antirrealistas, costumam cair sob uma dentre as três posturas a seguir: (i) postura deflacionista; (ii) postura empirista; (iii) postura metafísica. Conforme a classificação de Chakravartty, enquanto a postura deflacionista não leva a sério as discussões em ontologia, as posturas empirista e metafísica se distinguem com base no papel conferido às demandas por explicação. Por um lado, a orientação empirista rejeita demandas por explicações de fenômenos em termos de realidades subjacentes àquilo que é observável. Assim, o empirista permanece agnóstico acerca da existência de entidades e processos que possam fornecer respostas a esse tipo de problema. Interpretações realistas das leis da natureza e das disposições, portanto, não serão endossadas, uma vez que estas são baseadas no suposto poder explicativo de tais entidades. Por outro lado, a orientação metafísica aceita teorizar acerca do inobservável e, assim, defende o comprometimento ontológico com certas entidades e processos com base no seu poder explicativo. A distinção entre as posturas metafísica e empirista tem grandes vantagens, dentre elas o esclarecimento dos pressupostos epistêmicos de determinadas teorias em ontologia científica. No entanto, um inconveniente que persiste é a dificuldade de aproximar as posturas empirista e metafísica, de modo que boa parte do debate acerca das leis da natureza e das disposições se torne “pregação para convertidos”. A fim de fornecer uma possível solução para esse problema, tentarei delinear as bases gerais do que poderíamos chamar de postura pragmática (pragmatic stance), não redutível às posturas empirista, metafísica ou deflacionista. A postura pragmática tem como elemento central o deslocamento das demandas por explicação em termos de inobserváveis aos contextos de investigação particulares em que tais demandas ocorrem. Nesta comunicação, argumentarei que a formulação da postura pragmática traz como principal vantagens a ampliação do alcance dos argumentos disposicionalistas e a possível designação de um solo comum para o debate entre empiristas e metafísicos.

Conhecimento e risco: o modelo da companhia de seguros de C. S. Peirce

Renato R. Kinouchi

Universidade Federal do ABC

Neste trabalho pretendo discutir o tema da busca pelo conhecimento a partir do modelo da companhia de seguros de C. S. Peirce. Tal modelo aparece em três ensaios importantes pertencentes a períodos diferentes da obra do autor pragmatista, estando relacionados à questão da validade das inferências sintéticas: isto é, como as companhias de seguros são capazes prever a extensão dos riscos tomados coletivamente embora sejam incapazes de prever casos singulares de sinistros. O modelo foi primeiramente proposto no ensaio *Grounds of validity of the laws of logic* (1869) como uma forma de ilustrar o emprego dos conceitos de probabilidade e de risco, mediante o alegado caráter autocorretivo do método indutivo, culminando na curiosa afirmação de que, no que concerne às inferências sintéticas, cada um de nós é uma firma de seguros. Quase uma década mais tarde, Peirce retomou e expandiu a discussão do modelo no ensaio *The Doctrine of Chances* (1878), enfatizando que a indústria de seguros encontrava seu fundamento prático justamente na crescente ampliação e diversificação dos riscos cobertos, e que um procedimento análogo daria suporte ao esforço, comunitário e de longo termo, de ampliação da investigação científica. Finalmente, no ensaio *The Maxim of Pragmatism* (1903), o modelo recebeu um tratamento matemático relativo à otimização dos preços das apólices em função da oferta tendo sido apresentado como uma ilustração rigorosa da aplicação da máxima pragmática no tocante ao conceito de probabilidade. Como se pode observar, o modelo da companhia de seguros foi ganhando destaque na obra de Peirce ao longo de décadas, tanto em extensão quanto em profundidade. Por meio da elucidação do desenvolvimento de tal modelo, pretendo defender que o pragmatismo pode ser mais bem compreendido se considerarmos a relevância dos conceitos de probabilidade e de risco no pensamento de Peirce. Sob esse ângulo, o pragmatismo se aproxima daquilo que contemporaneamente denominamos, grosso modo, de análise de risco. Com efeito, ao filósofo pragmatista importava agir no mundo, todavia uma linha de conduta não deveria ser escolhida arbitrariamente mas sim avaliada em relação a outras, cada qual associada a um respectivo risco de malogro. Nesse ínterim, dois tipos indagações ganham importância, a saber: Quais consequências são esperadas como resultado prático da adoção de crenças diferentes? Quanto se pode confiar nas inferências sintéticas relacionadas a cada uma delas? Para concluir, desejo mostrar que a busca do conhecimento, a partir do ponto de vista ora apresentado, adquire a natureza de uma aposta, suficientemente informada, de que coletivamente e no longo termo, vale a pena correr o risco de conhecer, desde que estejamos cientes dos enganos nos quais cada investigador recairá individualmente.

Memória episódica e emoções: a hipótese do marcador somático

Róbson da Rosa Barcelos

Universidade Federal de Santa Maria

robigo@robson@gmail.com

Emoções são importantes marcadores contextuais para memórias episódicas. Assim, acredita-se que os circuitos neurais forneçam importantes evidências “de que emoções/afetos tipicamente mediam o processamento precoce de avaliação primária” (ALLEN, KAUT, LORD, 2008, p. 115) e o processo posterior da avaliação secundária, implicando que emoções complexas podem ser mediadas por memórias episódicas. Assim, Klein (2015) caracteriza a memória episódica enquanto a sua apresentação, ou seja, “(...) a memória é a forma como o conteúdo é apresentado à consciência durante um ato de recuperação.” (KLEIN, 2015, p. 1) uma fenomenologia típica do recordar, um “como é” que o conteúdo se apresenta. A ênfase recai sobre atitude e não o conteúdo. Por conseguinte, a memória é “(...) essa memória não é o conteúdo da experiência, mas a experiência desse conteúdo (...)” (KLEIN, 2015, p. 20). Corroborando com Tulving (1972) que se refere a memória episódica enquanto lembrar consciente dos eventos de estados cognitivos tais como espacial e temporal. Ademais, é possível adicionar um terceiro elemento, o emocional (DAMASIO, 1994). Portanto, lembrar episodicamente do almoço de ontem, envolve conteúdos espaciais, temporais, emocionais e perceptuais. A principal parte do circuito neural que é responsável pela formação das representações neuro-cognitivas é o hipocampo constituindo parte do sistema episódico que inclui também estruturas (1) diencefálicas (por exemplo, tálamo, corpos mamilares), (2) a amígdala e (3) o córtex pré-frontal (ALLEN, KAUT, LORD, 2008, p. 120). Na realidade, a unificação das diversas características da experiência fica unificada na memória episódica e a reação emocional refletindo os sistemas neurais ligando emoções com estímulos. Assim, compreende-se as emoções enquanto mudança coletiva no corpo e no cérebro (uma reação padrão), onde o sistema límbico responde a percepção de objetos ou eventos experienciados em tempo real ou lembrado. Dessa forma, há emoções de valência positiva (alegria) e negativa (medo). E as emoções de valência negativa tem maior acúmen com relação as emoções positivas para a constituição de pistas contextuais eficientes para a recuperação das memórias episódicas. Logo, lembrar episodicamente em situações críticas gera uma resposta comportamental padronizada a qual promove a sobrevivência da espécie. A relação entre memória episódica e emoções constitui a hipótese do marcador somático (BECHARA et al., 2000) a qual considera que “um repositório de vínculos gravados disposicionalmente entre conhecimento factual e estados biorreguladores.” (BECHARA et al., 2000, p. 296-297), onde as estruturas córtex pré-frontal ventromedial fornecem bases neurais para associação entre contextos complexos e o estado biorregulado (estado emocional) normalmente associada a outra experiência passada. Não há tacitamente todas representações dos fatos ou estados emocionais “mas têm o potencial de reativar uma emoção, agindo sobre as estruturas corticais ou subcorticais apropriadas.” (BECHARA et al., 2000, p. 296-297). Para tanto, se utiliza evidências do estudo sobre depressão (SEIGLE, et al., 2006,

2007), na qual se observa o decréscimo da ativação afetiva ou emocional, consequentemente o decréscimo do desempenho da memória episódica. Portanto, a emoção tem efeito expressivo sobre a memória episódica. Respostas emocionais estão sintonizadas com contextos vivenciados e lembrados por meio da memória episódica, a qual serve como guia para o comportamento coerente com o contexto.

Referências

- [1] Bechara, A. *Emotion, Decision Making and the Orbitofrontal Cortex*. In: *Cerebral Cortex*, 10(3), 295307. 2000. Doi:10.1093/cercor/10.3.295.
- [2] Damasio, A. R. *Descartes' error: emotion, reason, and the human brain*. Grosset/Putnam, New York, NY. 1994.
- [3] Klein, S. B. What Memory Is. In: *Wiley Interdisciplinary Reviews: Cognitive Science*. 6 (1):138. 2015.
- [4] Tulving, E. Episodic and semantic memory. In: Tulving, E. and Donaldson, W. (Eds.), *Organization and Memory*. Academic Press, New York, NY, pp. 381403, 1972.
- [5] Allen, P.; Kaut, K.; Lord, R. Emotion and episodic memory. In: Dere, E.; Easton A.; Naedl, L.; Huston, J. P. (Eds.). *Handbook of Episodic Memory*, Elsevier: Netherlands, 2008.pp. 115-132

Russell's Logicism and Regressive Method

Rodrigo Sabadin Ferreira

Federal University of Rio Grande do Sul

rodrigo.sabadin@ufrgs.br

After the discovery of the paradox that bears his name, Russell's Mathematical Philosophy relied on a methodology that became known as the regressive method of discovering premisses in Mathematics. This method consists in a two-stage analysis of mathematical theories whose concepts are vague, imprecise, confused or even contradictory and whose propositions (as well as the deductive relations that hold among them) could, consequently, be better articulated. The first stage consists in the identification of a minimal cluster of concepts and axioms for the theory; the second consists in the reconstruction of the theory starting from this minimal group of primitive concepts and axioms, in order to obtain the greatest number of results of the original theory, while ridding it of its conceptual and logical defects (Russell, *Logical Atomism*, p.325). The way Russell understood the epistemic gain of this endeavor, however, contrasts drastically with assertions of Frege, for instance, which suggest that at the end of such an analysis, if we are to ground the theory in logical principles, the found basic premisses should have a privileged epistemological status: since Russell's whole methodological approach relies on an analogy between the natural and the mathematical sciences, the regressive investigation can only provide inductive support to the most basic principles of Mathematics (Russell, *The Regressive Method of Discovering the Premises of Mathematics*, p. 274).

Along with several aspects of Russell's logicism, this methodology has been much criticized, neglected or simply not correctly appreciated by many authors in the analytic tradition, the main line of criticism being that the logicist investigation must, if successful, secure a privileged *epistemological* status to the principles of Mathematics. Drawing upon Russell's writings, we argue that the regressive method must be understood as a general method of analysis that aims mainly at discovering what concepts can be defined in terms of others, what propositions follow from some given set of propositions of the theory, and most importantly, which among these concepts and propositions are the most simple from a logical point of view. Our main contention is that if we accept the Russellian claim that logic is the essence of philosophy (Russell, *Our Knowledge of the External World*, p.26), then the primary goal of the philosophical analysis of a body of knowledge should be to discover, in Russell's words, "What is the smallest and logically simplest group of propositions from which this set of propositions can be deduced?" (Russell, *Logical Atomism*, p.325) and not "Why should I believe this set of propositions?" (ibid.). The latter, though an important and pressing question, is not a question that pertains to Mathematical Philosophy.

Gottlob Frege e Empirismo Lógico. Implicações do Princípio de Contexto na Filosofia do Círculo de Viena

Rodrigo Trindade Nascimento

Universidade Federal de Santa Catarina
nascimentrodrigo_17@yahoo.com.br

Os desenvolvimentos da lógica e da filosofia da linguagem no século XIX proporcionaram novas abordagens filosóficas, o que levou ao surgimento da filosofia analítica. Podemos caracterizar Gottlob Frege como um dos principais filósofos dentro desta vertente e sua obra *Fundamentos da Aritmética* [*Die Grundlagen der Arithmetik*] como influente para a construção do pensamento de diversos grupos e pensadores. Esta comunicação tem o objetivo de discutir alguns aspectos da obra de Frege como influência para o âmbito filosófico do Círculo de Viena. Em particular, discutiremos de que maneira o princípio de contexto, isto é, sua caracterização, aparece na obra de alguns autores do Círculo de Viena em suas fases iniciais. Assim, analisaremos textos de integrantes eminentes do grupo supracitado, como Rudolf Carnap, Hans Hahn e Moritz Schlick, para compreender a significância filosófica do princípio de contexto na filosofia do Empirismo Lógico.

Naturalismo Ético e o Argumento da Terra Gêmea Moral

Silvio Kavetski

Universidade Federal de Santa Catarina

silviokavetski@hotmail.com

O realismo moral naturalista defendido por N. Sturgeon, R. Boyd e D. Brink (conhecido como o Realismo de Cornell) pode ser caracterizado em três teses principais: (i) há fatos e propriedades morais independentes de nossas mentes (realismo moral); (ii) esses fatos e propriedades morais são idênticos ou constituídos por fatos e propriedades naturais (naturalismo moral); (iii) teorias morais normativas (como versões deontologistas ou consequencialistas) funcionam como um instrumento que oferece definições a posteriori para os termos morais e, por consequência, rastreiam quais fatos e propriedades naturais os fatos morais referem (ou são constituídos) (deficionismo de primeira ordem). Este tipo de teoria metaética têm sido atacado por T. Horgan e M. Timmons (H&T) que, em uma série de papers, propõe um desafio à principal teoria semântica desenvolvida para os termos morais, a teoria causal da referência de R. Boyd. A teoria de Boyd ficou conhecida como a Tese da Regulação Causal que, grosso modo, diz que para cada termo moral *t*, há uma propriedade natural *N*, tal que *N* apenas, e nenhuma outra propriedade, regulam causalmente o uso de *t*. No intuito de refutar o realismo moral naturalista, H&T apresentam um experimento de pensamento (a Terra Gêmea Moral) e disso extraem um argumento (o Argumento da Terra Gêmea Moral) que é supostamente devastador para o realismo moral naturalista. Este argumento busca mostrar, através de intuições semânticas de falantes competentes, que o significado dos termos morais não pode ser inteiramente constituído por propriedades naturais. Com isso, H&T sustentam que (i) a teoria semântica de Boyd para os termos morais deve ser falsa e que (ii) o realismo moral naturalista, ao caracterizar as propriedades morais como propriedades naturais, também deve ser falso. O Argumento da Terra Gêmea Moral têm sido um tópico de grande disputa na metaética dos últimos anos. Parece que o argumento de H&T realmente aponta um problema para o naturalismo moral de modo que, se se quiser sustentar tal teoria há que se enfrentar esse desafio. E é precisamente isso que vários naturalistas têm tentado fazer. Há várias estratégias de resposta. Destaco duas das mais proeminentes: (i) alguns filósofos têm insistido que a intuição não é uma boa fonte de evidência a favor de H&T e que, se o experimento for propriamente compreendido, não há conflito entre nossas intuições semânticas e a tese naturalista; (ii) outros têm tentado desenvolver teorias semânticas naturalistas alternativas supostamente não vulneráveis ao argumento de H&T. O que pretendo fazer nesta comunicação é defender o Argumento da Terra Gêmea Moral contra alguns representantes da estratégia (i). Mais especificamente, irei analisar e fornecer argumentos para recusarmos as objeções de N. Levy (2011), A. Viggiano (2008), D. Merli (2002) e P. Väyrynen (2018) a H&T. Irei concluir que essas propostas não são conclusivas para recusarmos o Argumento da Terra Gêmea Moral e que o desafio semântico ao realismo moral naturalista permanece.

Degrees of Causal (In)dependence in the Possible-World Semantics for Counterfactual Analysis

Sugandha Shukla

New York University Abu Dhabi

ss9140@nyu.edu

In the philosophy of language, a need for invoking causal independence when evaluating counterfactuals has been argued for by Dorothy Edgington and Jonathan Schaffer. They have put forth several counterexamples to David Lewis's standard possible-world semantics, suggesting that considerations of causal dependence should be accounted for in the semantics. However, not much has been said about the significance of causal independence in counterfactual analysis in principle and how causal considerations should be incorporated in the semantics. In this paper, I argue for the significance of causal considerations when analyzing counterfactuals in both deterministic and indeterministic worlds, and shed light on some problems with the current causal independence approach. My main focus is to argue that causal dependence between events comes in varying degrees and that the degree to which one event depends on another factors into whether the counterfactual in question is evaluated as true or false. Lewis's possible-world semantics for counterfactuals is as follows: $A \Box \rightarrow B$ is (non-vacuously) true if and only if there exist A -worlds and all the 'closest' A -worlds are also B -worlds. The closeness relation of worlds is given by a similarity-weighting system that compares 'perfect' and 'imperfect' match between the possible antecedent-true worlds and the actual world. Proponents of the causal independence approach argue that when comparing two worlds, only match among those corresponding facts that are causally independent of the antecedent should count towards 'similarity'. Schaffer gives the following reasoning for this condition. If an event e causally depends on the antecedent p , then we should expect e to vary with p in an antecedent-true possible world. And so, e being different in a possible world should hardly be considered a point against it when determining 'similarity' between this possible world and our actual world. However, I argue that the causal dependence of e on p is not enough reason to necessarily expect e to vary with p and hence disregard it when evaluating matching between two worlds. This is because causal dependence is not an all or nothing matter, but comes in degrees. Simply because there is some degree of causal dependence between a certain event and the antecedent, this doesn't necessarily warrant disregarding this event when evaluating match between worlds. I give counterexamples where an event e causally depends on the antecedent p to a small degree such that the causal influence of p on e is negligible. I demonstrate that in these cases we would not want to (and indeed we do not) disregard e when determining 'similarity' between worlds. If we were to disregard e on account of its negligible causal dependence on the antecedent, we would be forced to evaluate the counterfactual in question incorrectly, leading us to absurd conclusions. Therefore, the causal independence approach needs to be fine-grained such that it can account for the varying degrees of causal dependence.

A memória como critério para a identidade pessoal e a objeção de circularidade

Susie Kovalczyk dos Santos

Universidade Federal de Santa Maria

lczyk.susie@gmail.com

No centro das investigações filosóficas tematizando o problema da identidade pessoal está a busca pela resposta de que critérios são necessários para que o eu seja dotado de simplicidade em um momento e identidade no curso de momentos diferentes. Em outras palavras, questiona-se o que faz com que uma pessoa S , no tempo presente t_1 , seja um e o mesmo S no tempo futuro t_2 , ou que seja um e o mesmo S no tempo passado t_0 . O que está em questão, no primeiro caso, é o que garantiria a unidade sincrônica do eu, ou seja, o que poderia unir as diferentes percepções do eu como suas percepções em um dado momento e , no segundo caso, o caráter diacrônico do eu, isto é, o que é necessário para que uma pessoa S preserve sua identidade retrospectivamente até o ponto em que pode estender, através da memória, a própria consciência ao passado. O tratamento contemporâneo do problema da identidade pessoal adquiriu seus contornos iniciais na teoria de John Locke (1694), que, ao desvincular a identidade pessoal da permanência de uma substância, privilegiou um critério psicológico e suas implicações morais. O critério da continuidade psicológica proposto por Locke para sustentar a identidade pessoal fez com que ele fosse interpretado como proponente de uma teoria da identidade pessoal baseada na memória. São duas as principais objeções oferecidas à teoria lockeana assim interpretada, extensíveis às demais teorias em que a identidade pessoal tem a memória como critério, tornadas célebres nos escritos de Thomas Reid (1785). Considerando, em linhas gerais, que a primeira objeção, antecipada por George Berkeley (1732), é a de que Locke violaria o princípio da transitividade da identidade, segundo o qual se a é idêntico a b , e b é idêntico a c , então a é idêntico a c , atenhamo-nos à segunda objeção. Essa, antecipada por Joseph Butler (1736), é a objeção de Reid a Locke segundo a qual este toma como garantia da identidade pessoal o que é, antes, evidência de identidade pessoal. Meu objetivo é investigar se a memória pode prescindir da identidade pessoal, a fim de testar a viabilidade de reabilitação de teorias da identidade pessoal baseadas na memória frente à objeção de circularidade. Para isso, avaliarei se teorias filosóficas contemporâneas sobre a memória como a proposta simulacionista, de Michaelian (2016), causal, de Bernecker (2017) e híbrida, de Robins (2016), podem sustentar a relação entre um item presente à consciência, candidato a contar como uma memória genuína, e um item outrora presente à consciência e o qual se supõe estar sendo resgatado enquanto memória através de um vínculo que, por sua vez, independa da identidade pessoal. Em caso afirmativo, é possível que a identidade pessoal tenha a memória como critério, sem incorrer em circularidade.

Generalidade e uso de diagramas na prática matemática da antiga civilização chinesa: uma análise do procedimento gou gu

Tamires Dal Magro

Universidade de Campinas

tamiresdma@gmail.com

Este trabalho analisa como a prática matemática da antiga civilização chinesa compilada em dois dos primeiros livros importantes dessa tradição, o Zhou Bi (Zhou bi suanjing) e os Nove capítulos dos procedimentos matemáticos (Jiuzhang suanshu), fez uso de diagramas em conexão com a busca e estabelecimento dos resultados matemáticos. Ainda que uma caracterização inicial acerca do uso de diagramas como “ferramentas manipulativas” nas práticas matemáticas seja avançada, nosso exemplo está centrado em como tais ferramentas foram usadas nas obras chinesas mencionadas para a demonstração do procedimento gou gu. Esse procedimento, como foi reconhecido por vários especialistas, leva ao mesmo resultado do Teorema de Pitágoras – embora seu desenvolvimento e apresentação seja bastante distinto do que encontramos, por exemplo, em obras gregas como Os Elementos, de Euclides. Mostramos que diagramas matemáticos foram relevantes nessa tradição por sua função explicativa dos procedimentos buscados na solução dos problemas matemáticos. Um segundo propósito deste trabalho, é sugerir que uma análise histórica de diferentes práticas matemáticas como a que propomos apresenta indícios contrários a afirmações comuns de historiadores e matemáticos, tais como a de que as antigas matemáticas orientais centraram sua atenção somente na solução de problemas práticos, julgando que o que se encontra nessa tradição é uma mera coleção de problemas concretos. Cremos que afirmações como essas poderiam simplificar excessivamente a diversa e rica história das diferentes elaborações matemáticas, deixando em segundo plano, por exemplo, a compreensão de como resultados matemáticos historicamente relevantes foram alcançados a partir de metodologias distintas. Nesse sentido, buscamos mostrar que a organização do conhecimento matemático presente no nosso caso de estudo é permeada pela preocupação com a generalidade e exatidão dos procedimentos matemáticos buscados.

Natural Kind Terms and its Similarities to Names in the Direct Reference Theory

Thainá Coltro Demartini

Universidade de Campinas

thainacdemartini@gmail.com

The direct reference theory has as two of its major icons Putnam(1962, 1973) and Kripke (1972). Both of these authors develop a theory in which identity statements between names as well as theoretical identifications are necessary - in case they are true, of course. According to them, such statements are the result of an identity relation between two terms rigidly designating only one object. Hence, the notion of rigid designator plays a core role in their argumentation. Nevertheless, while arguing for their thesis, they take as given the nature of the similarity between common nouns (such as natural kind terms) and proper names. The rigidity of proper names is recognized when we add counterfactual situations to the analysis of the truth value of a sentence so we can recognize a linguistic phenomenon, that names refer to the same object in every counterfactual situation considered – in which the object exists. In other words, in the case of a singular term, the object designated by it with respect to a world is the extension of the term at that world and saying that the name is rigid entails that it has the same extension at every possible world. However, when it comes to evaluating the rigidity of common nouns it is not that simple. Common nouns are general terms that can have more than one instance in the world and those instances – therefore, the extension of the term – may vary according to the possible world considered. Therefore it cannot be defined in terms of extensionally as it is the case with singular terms. What is it for a common noun to be a rigid designator? Which is the nature of the similarity between common nouns and proper names? Until the present day, the direct reference theorists have not focused much of their efforts on answering those questions – aside from Soames (2002). Nonetheless, Soames proposal is that, despite their similarities with names, natural kind terms should not be considered rigid designators. With that statement, Soames goes against Donnellan, Kaplan, Kripke, and Putnam – all of whom have explicitly labeled general natural kind terms as “rigid designators” of natural kinds. My hypothesis is that Soames approach to some extent is not faithful to the direct reference theory spirit. Throughout his book, *Beyond Rigidity*, Soames seems to be sympathetic with the traditional theory cognition and understanding while assuming that our epistemic access to an object or kind should be justified by their semantical content - e.g. when he argues for the existence of partially descriptive names. And that fact influences his interpretation of theoretical identities as well. In light of this, my objective is (i) to analyze Soames approach to the matter as well as (ii) to consider an interpretation of rigid designator that can fit better into the picture while keeping the characteristic analysis of theoretical identities as necessary a posteriori truths - responding to some of the difficulties Soames raises in his book.

Modelo Algébrico para o Quantificador da Ubiquidade

Tiago Augusto dos Santos Boza

Universidade Federal de Santa Catarina

boza.tiago@ufsc.br

Hércules de Araujo Feitosa

Universidade Estadual Paulista

haf@fc.unesp.br

Tratamos de um quantificador modulado, mais especificamente do quantificador da lógica modulada do plausível, que procura formalizar o quantificador da ubiquidade, apresentado com sua respectiva interpretação semântica. A lógica modulada do plausível foi introduzida por Grácio em [1] e [2]. Grácio usa uma variação do conceito de espaço topológico para formalizar o seu operador da ubiquidade. Assim, nessa tradição, buscamos aprofundamento das noções de quantificação dentro do ambiente das lógicas moduladas que, por sua vez, inserem algum quantificador não clássico, que não pode ser definido à partir dos quantificadores clássicos, na linguagem de primeira ordem e, então, estende os modelos de primeira ordem para dar conta deste novo quantificador. De forma complementar, consideramos também proposta de investigação algébrica da lógica de primeira ordem, introduzida por Paul Halmos e disposta em [3], [4], [5] e [6]. Nos desenvolvimentos de Halmos encontramos uma interpretação da lógica de primeira ordem clássica em modelos algébricos. Halmos inicia com versão monádica da lógica de primeira ordem e depois estende a sua abordagem para sistemas não monádicos. Nossa contribuição está em investigar uma abordagem monádica como modelo algébrico para a lógica do plausível. Apresentaremos uma interpretação para os quantificadores clássicos, como um operador numa álgebra de Boole, à la Halmos. Este desenvolvimento é realizado em ambiente algébrico, a partir das funções proposicionais e, por fim, adequado para lógicas e álgebras monádicas. Culminando este tomo, estão resultados que garantem que tal versão é adequada (correta e completa) à lógica monádica de primeira ordem. A partir daí, apresentaremos a nossa versão de interpretação algébrica do quantificador da ubiquidade conforme introduzido por Grácio, mas agora com modelo monádico e algébrico, dentro da tradição iniciada por Paul Halmos. Mostramos a correção e completude da lógica monádica do plausível segundo as álgebras monádicas do plausível em ambiente estritamente algébrico. Para Halmos, cada lógica com seus operadores e quantificadores caracteriza especificamente uma álgebra, a qual ao ser refinada por ideais (numa abordagem mais algébrica) ou filtros (em abordagem lógica) explicita os teoremas ou fórmulas válidas do seu sistema monádico. Assim, podemos fazer os necessários desenvolvimentos usando apenas noções algébricas. Por serem sistemas monádicos, estamos em ambiente mais favorável para a decidibilidade dos sistemas.

Referências

- [1] GRACIO, M. C. C. Lógicas moduladas e raciocínio sob incerteza. Tese de Doutorado, Institute of Philosophy and Human Sciences, State University of Campinas, 1999.

- [2] GRACIO, M. C. C.; CARNIELLI, W. A. Modulated logics and flexible reasoning. In: *Logic and Logical Philosophy*, volume 17, p. 211-249, 2008.
- [3] HALMOS, P. R. *Algebraic Logic*. New York: Chelsea Publishing Company, 1962.
- [4] HALMOS, P. R. *Algebraic Logic*, I. Monadic boolean algebras. In: *Compositio Mathematica*, p. 217-249, 1956.
- [5] HALMOS, P. R. The basic concepts of Algebraic Logic. In: *The American Mathematical Monthly*, vol. 63, p. 363-387, 1956.
- [6] HALMOS, P. R.; GIVANT, Steven. *Logic as Algebra*. In: *The Mathematical Association of America*, 1998.

The Definition of Action in a Non-mental Account for the Ontological Dependence of Social Entities

Valdenor Monteiro Brito Júnior

Federal University of Santa Catarina

valdenormb@hotmail.com

In analytical social ontology, the mind-dependence thesis is the prevalent view regarding the ontological dependence of social entities. At least since John Searle's seminal work 'The Construction of Social Reality' (1985), the majority of works in social ontology had stressed the mind-dependence of social kinds. According to the theory, social entities are ontologically dependent on the mind (that is, on mental states). At first, this thesis poses as a widely intuitive position to hold on to. In this paper, I shall argue that it is possible to formulate an alternative to the thesis of mind-dependence. I intend to propose a non-mentalist metaphysical schema for placing social entities in the structure of reality. However, I stress how this alternative schema also depends on a nonmentalist notion of action. For the mind-dependence thesis the relationship between social, mental and biological entities is vertical: the biological level grounds the mental level, and the mental level grounds the social level. I propose that social entities (more specifically, all basic social entities) are not dependent on mental states. As a consequence, the relationship between social, mental and biological entities is arranged differently: the biological level grounds the mental and the basic social levels; these ground a derivative social one. My account grants that some social entities are psychologically and behaviorally defined, in agreement with the majoritarian position. I consider these entities as derivatives of most basic social ones. But what are basic social entities? Basic social entities are functionally defined as well-defined abstract behavioral patterns identified among organisms; the tokens of these types are concrete behaviors. The relation between the social and biological levels is non-causal: the social level is constituted by behaviors, which are defined biologically. In contrast, the relation between the social and mental levels is causal: the social level is caused by the mental states generating the relevant behaviors. I name this proposal behavioral functionalism about the social world. However, a problem arises from the substitution of behaviors for mental states at the basic social level. Are behaviors (ontologically) mind-dependent? The traditional philosophy of action says they are: 'action' is defined as 'intentional action', i.e., the sum of a bodily movement and some mental state (such as the pair desire-belief, or intention-in-action, for instance). This matter poses a problem for the behavioral functionalist view: if behaviors are ontologically dependent on the mind and social entities are dependent on behaviors, then social entities are also ontologically dependent on the mind. I finish this paper discussing two alternative theories of action that avoid this issue: 1) the primitive action position, that defines action in biological, non-intentional terms, as directed movement having as aim an organism's metabolic ends; 2) the action-as-basic position, that presents action as a basic concept, non-reducible to psychological notions such as intentions and beliefs. I conclude that the behavioral functionalist view about social entities is sustainable provided that these views about action are successful.

O novo paradigma da tecnologia: Gnosticismo tecnológico e o mito da informação

Vanessa Delazeri Mocellin

Universidade Federal de Santa Catarina

vanamocellin@gmail.com

Diversos autores contemporâneos, como Erick Davis, David Noble, Donna Haraway, Hermínio Martins e Paula Sibília, que estudam a tecnologia contemporânea, tem sustentado a tese que o desenvolvimento tecnológico atual tem como base filosófica o que chamamos de “gnosticismo tecnológico”. E, apesar do conceito parecer contraditório por causa do termo “gnosticismo” ser frequentemente vinculado à “repugnância ao natural”, ou seja, ao fato de jazer na natureza a força de Deus, e, assim, ela ser capaz de se autoproduzir, e a tecnologia, ao contrário, depender diretamente da manipulação do mundo material para ser produzida pelo homem, pode-se considerar o gnosticismo tecnológico como a junção entre as realizações tecnológicas, possibilitadas pelas tecnologias de informação, e o ideal gnóstico e mitificado de transcendência humana. Deste modo, o novo paradigma do “gnosticismo tecnológico” caracteriza a tecnologia como meio de mitificação, pois retoma os ideais de transcendência antigos, apresentados e vivenciados através dos mitos e das religiões, e os mantém vivos no mundo atual através da aplicação de novas tecnologias, bem como do mundo virtual e da comunicação, além de desenvolver a tese histórica-ocidental na qual tanto ciência e religião, como tecnologia e magia sempre estiveram associados, sendo dissociados apenas após a Renascença, durante o Iluminismo e no período positivista, estes dando enfoque à razão e à ciência. E ainda ressalta que o papel das tecnologias de informação ultrapassa a utilidade da máquina industrial, e se projeta principalmente no nível comunicacional, visando à transcendência através da informação. Tudo é transformado em informação e pode ser comunicado ou manipulado, dando início a um novo mito. Desta maneira, considera-se que a informação garante a possibilidade de manipulação do mundo orgânico pelo mundo inorgânico, não sendo possível uma integridade ontológica, gerando diversas transformações que permitem uma maior manipulação do orgânico e um melhor desenvolvimento do inorgânico, evidenciando, assim, o sentido gnosticizante através do objetivo de mitigar as insuficiências da condição humana. Considerando estes pontos, o trabalho visa discutir a definição de “gnosticismo tecnológico” apresentado por estes autores, de modo a elucidar as principais teses que envolvem este conceito, bem como a sua implicação no desenvolvimento de novas tecnologias como, por exemplo, as tecnologias reprodutivas 2 (o nascimento parturitivo, a clonagem, a ectogenese), a biotecnologia (conquistas da genética molecular contemporânea, transferências e misturas genéticas, mistura entre espécies naturais e características tecnológicas, como a criação de ciborgues, cybots e quimeras) e o modelo computacional da mente (ou de processamento de informação, também conhecido como Inteligência Artificial - IA), além de apresentar, como resultado desse paradigma, o desenvolvimento das ideias de transhumanismo e do pós-humanismo.

No Coração de Gilles Deleuze: a importância da experiência estética como forma de busca pelo conhecimento

Vera Borges de Sá

Universidade Católica de Pernambuco

verab63@gmail.com

Maiara Mascarenhas de Lacerda Silva

Universidade Federal de Pernambuco

maimascarenhas@gmail.com

Partindo das discussões filosóficas de Bergson e Deleuze acerca da “duração”, do “tempo” e da “memória”, este artigo objetiva mapear, no método filosófico de Deleuze, a importância da experiência estética como forma de busca pelo conhecimento. Para tanto, é preciso que, antes de tudo, compreendamos a existência de uma linha tênue entre dois tipos de teoria da representação: primeiro, uma certa e “hegemônica” teoria da representação apoiada numa necessidade de compreensão cultural e imediata do mundo; segundo, uma certa e “marginal” teoria, à qual se filiam Bergson e Deleuze, apoiada na necessidade de se retomar o olhar para o momento, anterior à representação, em que se é possível observar um certo intervalo entre o objeto e a sua imagem: isto é, entre o objeto e a sua representação. Em segundo lugar, cabe compreender como o posicionamento de um filósofo sobre a questão da representação está extremamente imbricado com a maneira pela qual o mesmo conduz a sua busca pelo conhecimento. Nesse sentido, aliás, podemos dizer que uma maneira muito bonita e extremamente sincera de tomar para si o que é o projeto de um filósofo seria perceber que, à sua maneira, cada um de nós precisa lidar com o fato de “estar no mundo”. Da mesma forma, podemos, de pronto, imaginar que um método – principalmente, um método filosófico – está intimamente ligado à ideia de um modelo através do qual se é possível experimentar o mundo. Mas, no caso de Deleuze, o que é experimentar o mundo, senão, ter uma experiência estética? Como já dissemos, para Deleuze, a grande questão da representação não se situa no campo a partir do qual apreendemos culturalmente o mundo: isto é, partindo do princípio de que temos um certo repertório disponível para ler a realidade, o grande interesse de boa parte das teorias da representação seria conceber um mundo de leituras culturalmente analisáveis e/ou, de certa forma, predeterminadas. Pelo contrário, para Deleuze, assim como para Bergson, o que interessa é o momento que existe entre o objeto e a sua imagem: isto é, entre o objeto e a sua representação. Ou seja, se, para uma certa tradição da teoria da representação, interessa observar o mar de representações já prontas (ou por se aprontar) e/ou a maneira pela qual esse mar se preenche culturalmente; para Deleuze, o problema desloca-se para outro lugar: agora importa ver o instante no qual o objeto ainda não é imagem, mas, sim e segundo Deleuze, um bloco de síntese criativa. Retomaremos, portanto, os conceitos de “duração”, “tempo” e “memória” – conceitos estes cruciais para o entendimento das Filosofias de Bergson e Deleuze –, bem como faremos um breve apanhado sobre momentos pontuais da biografia de Deleuze no intuito de mapear, em seu método filosófico, a importância da experiência estética como forma de busca pelo conhecimento.

Referências

- [1] BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 2011. 4ª edição, 2ª tiragem.
- [2] ———. *A Evolução Criadora*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. BOUTANG, André-Pierre. *Abecedário de Deleuze*. França, 1988-89. (Entrevista em vídeo).
- [3] DELEUZE, Gilles. *Bergsonismo*. São Paulo: Editora 34, 2012. 2ª edição.
- [4] ———. *Lógica do Sentido*. São Paulo: Perspectiva, 2009. 5ª edição, 3ª reimpressão.
- [5] DELEUZE, G.; F., GUATTARI. *O que é a Filosofia?* São Paulo: Editora 34, 2013. 3ª edição, 1ª reimpressão.
- [6] ———. *Mil Platôs Vol. 1*. São Paulo: Editora 34, 2011. 2ª edição.

É a akrasia intelectual um tipo de vício epistêmico?

Veronica de Souza Campos

Universidade Federal de Minas Gerais

182vkai@gmail.com

Investigações são tentativas de “descobrir as coisas, alargar o nosso conhecimento levando a cabo procedimentos que visam responder a questões” (Hookway 1994: 211). Investigar é uma atividade e, tal como qualquer outra atividade humana, é algo que pode ser bem feito ou mal feito. Para muitos autores, a qualidade de uma investigação é, ao menos em parte, uma função das atitudes do agente - Cassam (2016), por exemplo, atribui a qualidade de uma investigação aos traços de caráter do investigador, isto é, àquelas suas características duradouras que, manifestas em suas condutas, norteiam e balizam a tarefa investigativa. Um investigador cujas atitudes permitem ou favorecem a realização de uma investigação efetiva e responsável constitui-se como um investigador virtuoso. Um investigador não-virtuoso (ou portador de vícios epistêmicos), por sua vez, é aquele cujas atitudes impedem ou dificultam a realização de uma investigação efetiva e responsável. Nas últimas décadas têm-se discutido bastante sobre certa conduta epistêmica que pudesse ser chamada com justiça de akrasia intelectual. Conquanto a variante prática do fenômeno da akrasia venha intrigando pensadores desde a antiguidade, a variante intelectual não recebeu atenção especial até muito recentemente, só tendo começado a ser discutida nos anos finais do século XX. Simplificadamente, akrasia intelectual seria o análogo da akrasia prática no âmbito epistêmico: enquanto a akrasia prática é “fraqueza de vontade” que impede um sujeito de fazer aquilo que ele próprio acredita ser o melhor, a akrasia intelectual seria uma espécie de “fraqueza” que impede o sujeito de se portar, numa investigação, em conformidade com seu melhor juízo acerca de como a investigação deveria ser conduzida. Na medida em que atitudes intelectualmente akráticas impedem ou dificultam a realização de investigações efetivas e responsáveis, a akrasia intelectual parece poder ser dita um vício. No entanto, no livro VII da *Ética* a Nicômaco Aristóteles (uma das principais fontes de inspiração das chamadas epistemologias de virtudes e de vícios) famosamente argumentou que é vício e akrasia são coisas diferentes. Segundo ele, vícios pressupõem que o sujeito tenha i) motivações ruins e ii) uma convicção equivocada acerca do que é correto. Já a akrasia, embora também pressuponha motivações ruins, não pressupõe que o sujeito esteja motivado a realizar ações ruins por acreditar que elas sejam boas. Isto é, enquanto o sujeito portador de vício escolhe realizar ações más porque acredita (embora falsamente) que elas são boas, o akrático realiza ações más sabendo que elas são más - ele tem uma concepção correta acerca do que deveria ser feito, mas age em desacordo com essa concepção porque sucumbe a tentações. Meu objetivo nessa fala é argumentar, contrariamente a Aristóteles, que embora a distinção qualitativa entre vício e akrasia funcione para o âmbito prático, em pelo menos alguns casos intelectuais (i.e., envolvendo investigações) as variantes epistêmicas desses dois fenômenos não parecem distinguíveis segundo os mesmos critérios. Ou seja, que pelo menos em alguns casos de investigação mal-sucedida o sujeito akrático é portador de vícios epistêmicos.

Phenomenal Knowledge: An Assessment of the Acquaintance Response to the Knowledge Argument

Victor Sholl

University of São Paulo

victorsholl@gmail.com

In his 1982 paper “Epiphenomenal Qualia”, Frank Jackson presented what became one of the most famous thought experiments in the history of philosophy: the one about Mary’s room. To cut a famous story short, Mary is an idealized neuroscientist that happens to know all the relevant physical information about colour vision. What makes her even more extraordinary, however, is that, having lived her whole life concealed in her black and white room, she has never had any colour experience whatsoever. One day, Mary goes out of her room and sees a coloured object for the first time (a ripe tomato, say). The puzzling question Jackson invites us to answer is: does she learn anything new? If we give an affirmative answer to the preceding question (which seems plausible), the unavoidable conclusion seems to be that there are nonphysical facts (or that there is nonphysical information). After all, by hypothesis, Mary already knew everything physical there was to know before leaving the room. These considerations are the basis of Jackson’s knowledge argument against physicalism. This argument has since appeared in many different versions in the literature (e.g., formulated in terms of physical/nonphysical information, facts, or knowledge), receiving a host of incompatible responses. In this presentation, I discuss what became known as the “Acquaintance hypothesis”, which states that Mary does learn something new, albeit the kind of knowledge she acquires is not propositional, but of another kind: acquaintance. I devote special attention to the version of the acquaintance hypothesis espoused by Earl Conee in his seminal paper “Phenomenal Knowledge” (1994), evaluating the merits and limitations of this kind of response. Concerning the former, I defend, for instance, that Conee’s reasons for rejecting the rival “Ability Hypothesis” (according to which Mary acquires some kind of “know-how” when leaving the room) are sound. As for the latter, I question the success of the acquaintance accounts in leaving no trace of propositional knowledge-claims about “knowing what something is like”. Finally, I discuss possible accounts of “epiphenomenal knowledge” (knowledge of epiphenomenal states), pondering if the notion of acquaintance is of any help in this case.

'Basic Argument' e a premissa oculta de Randolph Clark

Vinicius Cezar Bianchi

Universidade Federal de Santa Catarina

bianchi.filosofia@gmail.com

O objetivo deste trabalho consiste em apresentar ao leitor o argumento de Galen Strawson conhecido como 'basic argument' em seu artigo *The impossibility of Moral Responsibility* (1994) de modo a tornar claro suas implicações a responsabilização moral em um cenário determinístico moderado bem como posteriormente apresentar as contestações a este argumento por Randolph Clark contra o regresso causal defendido por Strawson. Sucintamente, o argumento básico defende que se (i) quisermos ser responsáveis por nossas ações temos então de sermos responsáveis (ii) pelo modo como somos, mentalmente falando; nossos desejos, crenças, valores, (personalidade), têm de ser causados por nós mesmos, causa-sui. Para tanto, não podemos ser responsáveis por nossas ações e nem responsáveis pelo modo como somos, se na medida que escolhemos nossa personalidade os valores, crenças, desejos estamos escolhendo por meio de valores, crenças, desejos, que não escolhemos genuinamente, mas que herdamos. Logo, se quisermos ser responsáveis por (i) temos de ser responsáveis por (ii) e para que sejamos responsáveis por (ii) temos de escolher à luz de valores, crenças e desejos próprios (causa-sui) sem que caíamos em regresso ad infinitum. Entretanto, Randolph Clarke no artigo *On an Argument for the Impossibility of Moral Responsibility* (2005) buscou apresentar uma 'premissa oculta' na construção do 'argumento básico' de Strawson, a saber, a noção de que para sermos verdadeiramente responsáveis por nossas ações é preciso, apenas, que possamos decidir agir com base em nossos estados mentais (crenças, valores, desejos) incluindo aqueles os quais não somos responsáveis genuinamente. A inovação e contribuição de Galen Strawson para o debate contemporâneo do problema do determinismo versus liberdade da vontade consiste em partir de uma base a qual deterministas compatibilistas (moderados) e libertaristas (indeterministas) estão ambos dispostos a aceitar, isto é, que com vistas a uma teoria da ação, agentes são capazes de agir com base em suas próprios estados mentais ou personalidade (crenças, valores, desejos, etc.) sem serem forçados, coagidos, manipulados, hipnotizados, e, mesmo diante disso, as exigências do argumento eliminam nossas intuições basilares sobre sua responsabilidade moral por exigirem regresso 'epistêmico-causal' que aparentemente independe da veracidade ou falsidade do determinismo.

Reconstrução Factual e Construção Contrafactual na Historiografia

Vítor Medeiros Costa

vitor.m.costa@outlook.com.

O propósito desta comunicação é apresentar a Teoria Contrafactual da Causação de David Lewis aplicada à historiografia. Em nossa opinião, ela contribui para compreender acausação na História e embasar a *construção* de Mundos Plausíveis (*Plausible Worlds*, expressão-título da obra de Hawthorn, 1991) enquanto “passados plausíveis” na área da História Virtual (*virtual history*). Mas essa teoria, em nossa análise, e como mostraremos, encontra questões novas para lidar diante de diferentes *reconstruções* do que comumente se chama de História Atual (*actual history*). Em 1973, no artigo *Causation*, Lewis definiu uma *dependência causal*, inspirado na última das duas formulações abaixo de “causa” feita por Hume: “Podemos definir uma causa como sendo um objeto seguido por outro, e onde todos os objetos, semelhantes ao primeiro, são seguidos por objetos semelhantes ao segundo. Ou, em outras palavras, onde, se o primeiro objeto não tivesse existido, o segundo nunca existiria”. A primeira definição foi muito mais influente na filosofia moderna, mas impõe grandes dificuldades para a aplicação na historiografia. A segunda, de ordem contrafactual, como mostraremos, melhor interpreta o que se entende historicamente por fenômenos históricos, haja vista que consegue se manter neutra quanto ao determinismo ou não da história e permite a distinção entre *causa contingente* e *causa necessária*. Por extensão, a distinção contrafactual de Lewis dá embasamento para que o historiador possa montar experimentos contrafactuais a partir de perguntas de estrutura “o que aconteceria se...?”. Ocorre que é interessante analisar esse tipo de situação de um ponto de vista epistemológico. A ideia de *construir passados alternativos* como é concebida usualmente leva em conta apenas *um passado provável* (ou história atual). Mas não parece haver qualquer substancialidade ontológica do passado senão o conjunto de *passados prováveis*, ou seja, o conjunto de *possibilidades restritas* às fontes e evidências estritamente atuais. Se é assim, como pensar a relação entre o *conjunto construído* de passados plausíveis (contrafactuais) e o *conjunto reconstruído* de passados prováveis (factuais)? Defenderemos que é razoável assumir que, embora ambos os conjuntos estejam contidos nos *passados possíveis*, os passados prováveis não estão contidos no conjunto dos *passados plausíveis* e nem o contrário, mesmo que ambos utilizem os mesmos recursos técnicos e/ou científicos da historiografia. Por fim, as definições de “causa necessária” e “causa contingente” precisam ser revistas para passados prováveis uma vez que o conjunto de condições alternativas C_n para uma *dependência causal* C será frequentemente mais restrito que o conjunto das condições meramente plausíveis, e, não raro, não haverá alternativas prováveis. Ora, há certamente um passado provável em que Homero existiu como única pessoa e um em que não existiu dessa maneira, mas, relativamente a Napoleão, seguramente (pelas fontes atuais) há apenas passados prováveis em que ele existiu como pessoa única.

Arte e Emancipação: a controvérsia entre Adorno e Benjamin

Vitória Sinimbu de Toledo

Centro Universitário do Estado do Pará

vitoriasinimbu@gmail.com

A comunicação partirá de uma hipótese interpretativa da famosa divergência entre Walter Benjamin e Theodor Adorno no tocante não apenas à apreciação das novas formas de arte características da virada para o século XX, mas também e principalmente sobre a capacidade das categorias estéticas tradicionais da arte burguesa de expressar e explicar, com viés analítico e crítico, o potencial subversivamente novo dessa arte, a fim de não confundir sua violação da estética tradicional com sua falta de valor emancipatório. Considerará a hipótese segundo a qual a identificação, por Benjamin, dos potenciais emancipatórios das obras de arte referentes à era da reprodutibilidade técnica e o reconhecimento, por Adorno, de um bloqueio desses mesmos potenciais emancipatórios devido às circunstâncias relativas ao diagnóstico da Indústria Cultural demonstram, sobretudo, uma divergência entre os autores quanto à compreensão do objeto e significado de uma teoria estética. Benjamin aponta para uma necessidade de revisão dos conceitos e categorias da estética burguesa a fim de interpretar as obras de arte constitutivamente reprodutíveis as obras de arte pós-auráticas, para utilizar o vocabulário benjaminiano. As novas formas de arte reivindicam categorias próprias para que o teórico possa interpretá-las. A perda da aura nas obras de arte e o consequente predomínio do seu valor de exposição ocasionam uma mudança na função social desempenhada pela arte. É nesse movimento que Benjamin identifica o potencial político e emancipatório das obras de arte no contexto de sua reprodutibilidade técnica. Adorno, em contrapartida, considera que a arte é constituída, por um lado, por sua pertença à realidade social; por outro lado, por conter em si o aspecto de distanciamento da realidade, e aqui reside o seu elemento intrinsecamente crítico. A obra de arte aponta para a possibilidade de uma outra realidade, distinta daquela de que faz parte e para a qual direciona a sua crítica. As formas de arte associadas à reprodução de mercadorias na Indústria Cultural, para Adorno, não poderiam dar origem a verdadeiras obras de arte, visto que não conteriam o elemento que as tornam distintas da realidade existente. Seria a divergência entre as concepções de uma teoria estética o cerne de tal discordância de Benjamin e Adorno quanto à possibilidade de as novas formas de arte produzirem obras que possuam valor emancipatório genuíno, e que não somente reflitam padrões de dominação e opressão com o objetivo de docilizar as massas sujeitas à violência do sistema produtivo capitalista ou do regime nazifascista. Por fim, a presente comunicação se propõe a apresentar essa divergência entre os autores partindo de uma perspectiva teórica e crítica, distanciando-se das abordagens históricas e biográficas que procuram explicar os diagnósticos antagônicos a respeito do potencial emancipatório das novas formas de arte no contexto do capitalismo do século XX a partir de circunstâncias exteriores ao projeto crítico dos autores.

Aspectos epistêmicos do machismo estrutural

Willian Martini

Universidade Federal de Santa Catarina

willianmartini@hotmail.com

O presente trabalho elabora uma investigação sobre os aspectos epistemologicamente relevantes para pensarmos o machismo enquanto um fenômeno estrutural. Seguindo alguns dos desdobramentos da pesquisa em epistemologia nas últimas décadas (tal como encontramos, por exemplo, nos trabalhos de Miranda Fricker e Michael S. Brandy), vamos nos afastar das preocupações mais tradicionais em torno da refutação do ceticismo e da fundamentação e análise do conhecimento, para pensarmos como determinadas alegações de conhecimento estão ligadas a formas e estereótipos dispersos nas estruturas e nos grupos sociais. O machismo estrutural torna-se um foco importante dentro da nossa perspectiva porque defenderemos a tese segundo a qual os dispositivos de conhecimento através dos quais os membros masculinos de uma comunidade reconhecem e justificam sua posição dentro de uma configuração social, consolidam as assimetrias entre gêneros e trabalham em prol da sua reprodução. A visão masculina sobre as relações interpessoais ligam-se à instauração institucional de formas de saber; da consolidação de soluções para problemas teóricos e práticos, os quais não são neutros em relação aos agentes envolvidos - basta pensarmos, usando um exemplo remoto, nas fundamentações filosóficas modernas para o contrato social. Nosso trabalho não procura negar as bases de uma teoria epistemológica de primeira ordem, mas sim realizar uma inquirição à nível pré-teórico ou meta-filosófico, com o intuito de refletirmos a relação machismo/sociedade/conhecimento. Em parte, estaremos usando instrumentos teóricos advindos da abordagem de Miranda Fricker acerca da injustiça epistêmica. Assim, nos será importante o estudo da relação entre estereótipos sociais e a justificação via testemunho, e também o papel do imaginário social na construção e delimitação dos conceitos de “homem” e “mulher”. Num primeiro momento, vamos destacar como os homens têm usado sua posição privilegiada dentro dos grupos e instituições para promover um contínuo monopólio discursivo, o qual foi e continua sendo responsável pela disseminação de padrões normativos que operam discriminações à nível epistêmico. Em seguida, vamos analisar como este primeiro momento está relacionado com a formação de crenças machistas e das estruturas psicológicas necessárias para sua aceitação. Vamos enfatizar os contextos nos quais as crianças do sexo masculino crescem, contextos os quais exigem que os atos cognitivos dos envolvidos correspondam a estruturas prévias do meio social e educacional. Apesar da aparente abrangência temática do que está sendo proposto, nosso objetivo é razoavelmente específico: apresentar os aspectos epistêmicos do machismo pensando a ponte entre modelos socialmente aceitos de justificação e a internalização de crenças que favoreçam a forma estrutural do machismo. Portanto, nosso principal feito será relacionar a epistemologia (a nível de grupo) tal como encontramos em Fricker, com a emergência do indivíduo masculino como sujeito que deve manifestar disposições psicológicas determinadas a fim de satisfazer uma performatividade de gênero socialmente aceita.

Conhecimento semântico, metateoria e Filosofia da Linguística: um ensaio sobre a natureza da interação entre o pensar e o conhecer via linguagem natural

Yuri Fernando da Silva Penz

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
penz.linguistics@gmail.com

Ana Maria Tramunt Ibaños

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
atibanos@pucrs.br

A presente proposta de discussão orienta-se pela agenda dos Grupos de Pesquisa do CNPq Lógica e Linguagem Natural e SynSemPra (Sintaxe, Semântica, Pragmática e Interfaces), operacionalizando teórica e metodologicamente essas duas grandes frentes de investigação em nível interdisciplinar. Para o presente escopo são selecionadas duas propriedades elementares para a Faculdade da Linguagem, notadamente as habilidades de pensar e conhecer, buscando-se oferecer algum insight sobre a sua natureza na interação entre propriedades lógico-formais e biológico-cognitivas tendo-se em vista a constituição da linguagem natural enquanto objeto complexo heteromórfico. De acordo com os fundamentos metateóricos oferecidos por Costa (2004, 2007), a linguagem humana manifesta-se sob tão distintos escopos em virtude de suas três grandes orientações, servindo à habilidade de pensar, conhecer e comunicar. Na esteira da evolução de suas considerações sobre a Filosofia da Linguística, Costa distingue-se sistematicamente de Newmeyer (1986) no tocante à caracterização epistemológica da ciência linguística, atribuindo fundamentos específicos para cada perspectiva teórica de acordo com a orientação a partir da qual se parte ao observar o objeto linguístico. Nesse sentido, para Costa, são Chomsky e Montague quem respectivamente representa as duas autoridades teóricas na abordagem dos fundamentos biológico-cognitivos e lógico-formais da linguagem, sendo Saussure o representante das bases comunicativo-sociais; a partir de tal recorte, justificam-se as três grandes abordagens em Linguística a partir do aporte metodológico exigido por cada uma delas com base nas manifestações da linguagem humana a partir do conhecer, do pensar e do comunicar. Chomsky (1957, 1965, 1981, 1988, 1991, 1992, 1994, 1995, 2004, 2006A, 2006B), com sua legítima revolução copernicana no interior da teoria linguística, articula ambos os fundamentos lógico-formais e biológico-cognitivos na instituição do caráter computacional-representacional da Faculdade da Linguagem. Paralelamente, personalidades teóricas em Semântica Formal têm investido cada vez mais fôlego na tentativa de inserir a teoria semântica de base lógica no cenário cognitivo e naturalista (HORNSTEIN, 1984; HEIM; KRATZER, 1998; LUDLOW, 1999; CHIERCHIA; MCCONNEL-GINET, 2000), articulando conjuntamente as propriedades do conhecimento linguístico-semântico do falante e da estrutura formal a partir da qual se estabelece a relação proposicional entre linguagem e mundo, licenciada composicionalmente pela maquinaria da Faculdade da Linguagem. Na esteira dessas deliberações, a presente proposta de discussão busca aproximar os fundamentos lógico-linguísticos do conhecimento semântico visando a

duas esferas híbridas: a) o significado complexo, tido como uma entidade metateórica que envolve propriedades heteromórficas de natureza linguística, semiótica e lógica em direção à determinação da significação em linguagem natural, e b) a racionalidade ampla, compreendida como âmbito metateórico propício ao tratamento da potencialidade inferencial de base semiformal ante a interação lógica/cognição (LYCAN, 2001; SANFORD, 1992; STALNAKER, 2005). As implicações desta investigação tendem a contribuir para uma compreensão perspectivista um pouco mais elucidativa acerca do estatuto do conhecimento semântico enquanto entidade teórica, a qual, por sua vez, se espera poder lançar luz com mais propriedade sobre o que é a semântica da linguagem e das línguas naturais.

Weak Deflationism and the Misuse of the Expressive Role of Truth Predicate

Yuri Rodrigues

Federal University of Ceará

yurirodrigues329@gmail.com

Weak deflationism, as adopted by authors like Horwich and Soames, is a hypothesis about the nature of truth (henceforth truth). According to this hypothesis, truth is a logical property instantiated when we apply truth predicate to noun phrases, which are individual terms of propositions. Thus, these symbolic structures acquire the aptitude to serve as prosentences. They are fundamental to enable the adoption of propositional attitudes, and propositional speech acts concerning some proposition p without recover the content of p . When we apply truth predicate over this type of symbolic structure, it instantiates a property. If the truth predicate did not exist nor any similar device, this property would not exist either. The reason is that the meaning of truth predicate is equivalent to the following semantic rule that we use to make noun phrases: the meaning of such and such expression must be the convention that we have to treat it as representing a proposition. Weak deflationism assumes that we can use that aspect of the concept of truth to conclude what the nature of truth is. As it is clear, the sense of truth nature here is expressive; that is, the nature of truth is supposed to be a logical device whose function is improving our communication skills. So, we can achieve a propositional constituent exclusively associated with the truth predicate and disprove the redundancy theory of truth. The weak deflationism establishes as an explanation for the fact that a proposition p instantiates the property of being true (expressive sense) the fact that it is an adequate substitute for a noun phrase given the application of truth predicate. My criticism of that position is the accusation of misuse of the expressive role of truth predicate. The understanding that this role has a content that expresses a property induces an ambiguity between the normative meaning of truth predicate and its descriptive meaning. The normative meaning of this predicate is its set of expressive roles (the ways of improving the communicative function of language) while its descriptive meaning consists of its extensional roles (the means of setting up the communicative function). The argument sketched above leads us to understand that the expressive role of truth predicate informs the existence of a propositional component, which is typical of a descriptive role. It implies that weak deflationist is committed with the presence of a truth substance that deserves an explanation. That result is contrary to the idea that a deflationist must explain the total content of the concept of truth only by the description of the expressive roles of truth predicate. I want to show that this kind of confusion leads us to damage relevant deductions involving truth assignments and so we must avoid it.

III

WORKSHOPS

§1. WORKSHOP ON PHILOSOPHY OF QUANTUM MECHANICS

Quasi-Set Theory and the Double-Slit Experiment

Adonai S. Sant'Anna

Federal University of Paraná

adonai@ufpr.br

Quasi-set theory Q is a first order theory which allows us to cope with certain collections of objects where the usual notion of identity is not applicable, in the sense that $x = x$ is not a formula, if x is an arbitrary term. This formal theory was strongly motivated by the well known problem of non-individuality of elementary particles in quantum mechanics. And some few applications of Q may be found in literature, concerning the impact of the assumption of non-individuality on certain physical systems.

Nevertheless, quasi-set theory was never used for the understanding of the double-slit experiment and its implications on the concept of the wave/particle duality. Why is that? Since the dawn of quantum mechanics it is well known there is a close relationship between indistinguishability and coherence in the double-slit experiment. And in 1991 (one year before the first publication on quasi-sets) Leonard Mandel published a remarkable paper where he introduced the concept of *degree of intrinsic indistinguishability* between trajectories in the double-slit experiment. More than that, he proves that such a degree of intrinsic indistinguishability is measurable and it is identical to the fringe visibility in this famous interference experiment.

In this communication I discuss the range of applicability of quasi-set theory for the understanding of those quantum phenomena which demand some notion of non-individuality. By comparing Mandel's results (derived from usual assumptions of quantum mechanics) and quasi-set-theoretic concepts, I argue that Q offers a very narrow view about the persistent problem of non-individuality in quantum physics. My main point here is the following: *quantum mechanics is partially grounded on the notion of wave/particle duality; nevertheless, quasi-set theory offers us a purely corpuscular view for dealing with collections of non-individuals.*

Non-individuals and quantum experiments: quasi-set theory and the two-slits case

Décio Krause

Federal University of Santa Catarina

deciokrause@gmail.com

In a recent and stimulate discussion with Adonai Sant'Anna, a question arose about the way quasi-set theory can cope with quite important quantum demands such as an explanation of the two slits experiment (2-SE), to start with. Some remarks are in order. Firstly, quasi-set theory (QST) was not created to *explain* physics. It was build to cope with a possible interpretation of quantum mechanics (both the orthodox view and that by quantum field theories) which assumes that quantum objects (q-objects) are non-individuals (sometimes we call it the "non-individuals interpretation"). The core idea is that q-objects do not present identity conditions. An electron, for instance, is not like Queen Elizabeth II, who is unique, well-defined and identified as such in whatever standard situation. Q-objects don't have identity in this sense. So, QST arose with this aim, since in standard mathematics and logic whatever object has identity by default. Sant'Anna guesses that QST does not cope with the 2-slits experiment. Well, it copes. At least as Bohmian mechanics (BM) do. Let me recall that BM distinguishes between the particle and the pilot wave which guides it. In the 2-SE, the particle passes by one of the slits, while the wave passes by both, and it is the wave which originates the interference pattern. Some pictures are presented to motivate the idea, one of them shown in the talk, where we can see the supposed trajectory of the particles. But a question arises: did someone really have "seen" those trajectories? The answer is that of course not; the draw is just a picture showing how things *could be* if BM were true.

QST is more concerned with an interpretation nicely captured by Wheeler's *smoking dragon*. The idea is as follows: we can know about what we do in the source (the dragon's tail) and we can know what we get as the outcomes of measurements (the dragon's head), but nothing in between. So, no trajectories can be perceived, no paths, nothing. And this is not due to any epistemological deficiency, but (in our interpretation, which refuses hidden hypothesis) to the *ontological* nature of these entities. They do not conform to any description we can do by using the standards: they to nor conform to set theory (hence the needs of QST), they do not conform to standard logic (as widely defended) and so on.

In this talk, I shall discuss these issues, mainly to encourage a further discussion on the subject.

On the foundations of quantum mechanics

Newton C. A. da Costa

Federal University of Santa Catarina

In this work, we consider the non relativistic and non deterministic quantum mechanics. Our objective is to present some known metatheoretical results of particular interest for our principal aim: to discuss certain fundamental aspects of quantum mechanics and to delineate some philosophical consequences of our discussion.

Realidade vaga

Joanne Simon Flausino

Federal University of Santa Catarina

joanne@ricodomingues.com.br

A mecânica quântica nos apresenta dois principais enigmas que serão abordados aqui: a objetividade fraca e a não-separabilidade. Nenhum desses enigmas existem na física clássica e a suas presenças na física quântica se dão essencialmente pelo fato de que enquanto as regras de previsão da mecânica quântica funcionam notavelmente bem, suas interpretações em termos do que os filósofos por vezes chamam de "realidade externa" geram problemas consideráveis. Como essa tal "realidade externa" gera tantos problemas, poderíamos pensar em abandonar uma posição realista. Entretanto, faremos o oposto e defenderemos uma posição realista, e com isto vamos sustentar a posição de que precisamos de uma realidade. Ademais, vamos propor uma perspectiva realista e discutiremos alguns atributos sobre a realidade. Dentro de nossa proposta realista identificamos uma realidade independente (vaga) e a realidade empírica. A acepção da realidade independente como vaga é desenvolvida apoiada pelo nosso conhecimento da física atual, incluindo os enigmas mencionados. O enigma da objetividade fraca está relacionado a declarações e conceitos objetivamente fracos: definidos em referência a operações realizadas por humanos. Encontramos tais declarações quando tratamos da mecânica quântica. Elas se referem a medidas, à própria noção de medição, independentemente de quem faz a medida de fato, mas não é por isso que essas declarações são vistas como subjetivas, já que são válidas para todos. São conceitos e declarações que não são objetivamente fortes (no sentido da física clássica) e nem meramente subjetivos, sendo um enigma fortemente atrelado ao problema da medição na mecânica quântica. O enigma da não-separabilidade está relacionado ao fenômeno em que medidas feitas em âmbito microscópico contradizem o realismo local, intuitivamente verdadeiro na mecânica clássica. Ao entendermos realismo local como a junção do princípio da realidade com o princípio de separabilidade, atendemos a uma perspectiva realista, optaremos por abandonar o princípio de separabilidade, adotando a não-separabilidade. Dois sistemas que já interagiram alguma vez possuem uma certa dependência, mesmo que separados espacialmente. Dentro de uma perspectiva realista, deveríamos ter uma acepção da realidade que considere estes enigmas da mecânica quântica, e a nossa proposta de uma acepção vaga da realidade independente irá abarcar isto. Vinculado ao conceito de realidade vaga está o conceito de realidade empírica, sendo ela objeto das descrições da física conjunto dos fenômenos. Também podemos entender a realidade empírica como a realidade vaga abordada por meio de formas que são impostas pelas nossas mentes nos dados dos sentidos. Pensamos emergir de nosso desenvolvimento que ambas noções de realidade vaga e realidade empírica devem ser consideradas significativas. Nossa perspectiva realista não é derivada de algum modelo teórico particular; provém de uma análise da física (quântica) atual. Assim, parece ser mais fácil atrelá-la a uma estrutura que possa ser dita geral da realidade, visando construir nossa visão própria quanto a questões físicas ou filosóficas. Temos convicção de que para formar uma ideia de mundo (sensata)

devemos considerar as descobertas da mecânica quântica seriamente no desenvolvimento de nossa perspectiva (por mais difícil que isso possa ser).

The Fate of Bundle Theory and Substratum Theory in Quantum Mechanics Under the KS Theorem

Jonas Rafael Becker Arenhart

Federal University of Santa Catarina

Helcio Felipe Junior

Federal University of Rio Grande do Norte

In this paper, we discuss the compatibility of two *approaches to ontology* with the Kochen–Specker theorem of quantum mechanics. The ontologies we shall deal with are the bundle theory and the substratum theory. Basically, those theories provide an account for the following features of concrete particulars: i) their constitution from more basic entities, ii) their individuality, in terms of those entities, and iii) their possession of properties. While most discussions focus on the problem of individuation under such views, we shall argue that irrespective of how those theories fare on this task, both fail on accounting for constitution and property possession when quantum mechanics enters the stage. The Kochen–Specker theorem of quantum mechanics strikes directly against the account of property possession and constitution provided by the current versions of those theories available in the literature. As a result, a revision on the nature of particulars will have to be advanced in case one still wishes to hold that quantum entities are particulars.

On the objectivity of quanta

Otávio Bueno

University of Miami

otaviobueno@mac.com

Questions about the existence of quanta cut across different interpretations of quantum mechanics, with different kinds of realism providing considerations for the existence of quanta (primarily based on unprecedented empirical support) and various forms of anti-realism advancing arguments that support the difficulties associated with the commitment to the existence of quanta (mainly concerned with the challenges of specifying their nature and the unclarity of settling such an issue). In this paper, I argue that independently of whether quanta exist or not, they are objective: they are what they are independently of what one takes them to be (which doesn't mean that it is determined what they are). I examine the similarity between mathematical objectivity and the objectivity of quanta (while highlighting important differences between them), and I examine the role played by the underlying framework in which quanta are formulated to address the issue of their objectivity. Finally, I argue that the objectivity of quanta does not require the existence of quanta.

Floating free from physics? The metaphysics of quantum mechanics

Raoni Wohnrath Arroyo

Federal University of Santa Catarina

raoniarroyo@gmail.com

Jonas Rafael Becker Arenhart

Federal University of Santa Catarina

jonas.becker2@gmail.com

In this talk we discuss some methodological aspects of the relation between physics and metaphysics by dealing specifically with the case of non-relativistic quantum mechanics. Our main claim is that current attempts to productively integrate quantum mechanics and a metaphysical interpretation are best seen as approaches of what should be called the *metaphysics of science*, and not as *scientific metaphysics*.

Metaphysics of science is developed by applying *already existing* metaphysical concepts to science and scientific theories. Scientific metaphysics, on the other hand, is a much more ambitious enterprise, attempting to somehow *extract* or *fabricate* metaphysical concepts or a metaphysical worldview from our current scientific theories.

As a result of our main claim, we argue that, in this perspective, metaphysics must be understood as an autonomous discipline, able to develop its concepts independently from science, so that they are available for the metaphysician to *apply* them in science. It results that this metaphysics cannot hope for any kind of justification from science, or so we shall argue.

Basically, this happens because by applying independently existing metaphysics to science, as developed in the history of western metaphysics, one is prey to two distinct kinds of situations. On the one hand, there is the risk of generating metaphysical underdetermination: once a physical theory is able to be properly understood in distinct incompatible metaphysical terms, there is no physical justification for preferring one of such interpretations over any other, and the metaphysics ends up *floating free* from physics. On the other hand, one runs the risk that our metaphysical concepts (because they are produced for other purposes) simply do not fit the physics, and maybe we must face what we called "metaphysical emptiness".

We build our case on the study of how to attach metaphysical meaning to quantum mechanics. Basically, an interpretation of the theory provides for the posits of the theory (the realistic content of the theory or the theory's ontology), which then awaits to be metaphysically dressed by a metaphysical layer.

For instance, in the many worlds interpretation of quantum mechanics, besides the specifically physical content (protons, electrons, and so on), one populates reality with an ever increasing number of worlds. Depending on how these worlds are understood metaphysically, there are distinct metaphysical options to be chosen, and physics says nothing about their metaphysical profile (physics may be incompatible with some of the available options, of course).

This generates the uncomfortable situation in which science provides no help for the attached metaphysics, which is what was expected in the early attempts to relate science and metaphysics. Instead of allowing us to extract metaphysics, in this perspective, science seems at best to inform the metaphysicians of general guidelines for the construction of metaphysical theories tailored to scientific theories. Once realized that the project of naturalization of metaphysics is quite unlikely, given its independence from physics, the efforts of a scientific metaphysics seem more fruitful if concentrated on fabricating metaphysical theories tailored to scientific theories.

A New Objective Definition of Quantum Entanglement as Potential Coding of Intensive and Effective Relations

Christian de Ronde

University of Buenos Aires/National University Arturo Jauretche

César Massri

University of Buenos Aires

In this work we consider the notion of *entanglement* from the perspective of the logos categorical approach to quantum mechanics. Elsewhere we argued against the explicit reference of the orthodox notion of quantum entanglement to *pure states* and *separable states* – which is completely superfluous from a purely mathematical perspective. In this paper we attempt to discuss how the logos approach is able to provide an objective formal account of the notion of entanglement – completely independent of *purity* and *separability* – in terms of *potential coding* and the distinction between *intensive relations* and *effective relations*. We will show how our redefinition allows us to provide *ananschaulich* content to the notion of entanglement – erasing in this way the “spooky-ness” still present within its orthodox understanding.

§2. WORKSHOP ON PHILOSOPHY OF MEMORY AND IMAGINATION

Remembering as imagining: The current status of the simulation theory of memory

Kourken Michaelian

Université Grenoble Alpes

The simulation theory treats episodic memory as a species of episodic imagination and thus rejects the orthodox claim that a present representation of a past event qualifies as a memory only if it is causally linked, via a memory trace, with the subject's original experience of that event. The talk will outline the theory and assess its prospects for overcoming a number of challenges that have emerged since it was first proposed several years ago. Examples include accounting for memory errors such as confabulation, accounting for the reliability of remembering, and accounting for the apparently singular nature of episodic memory.

Two levels instead of two realities: on Tulving & Szpunar's theory about the intentional object of an episodic memory

César Schirmer dos Santos

Federal University of Santa Maria

cesar.santos@ufsm.br

In “Does the Future Exist?”, Endel Tulving and Karl K. Szpunar (Tulving & Szpunar 2012, for now on, T&S) claim two theses:

- **Dualism:** There are two realities – physical reality and psychological reality.
- **Grounding:** Psychological reality depends on physical reality.

With Dualism, T&S explain the relationship between episodic memory and time. In T&S's view, an episodic memory is such that it is about a subjective time constructed by neurocognitive systems – and it is not, at all, about physical time, because subjective time is part of a reality that is separated from objective reality. T&S claim that there are two kinds of realities – one with features very different from the other. On the one hand, physical reality is immanent, singular, absolute, independent, permanent, with no limits, with no perspective. On the other hand, psychological realities are transcendent, plural, relative, dependent, finite, limited, and centered in a self (T&S, 257–258).

With Grounding, T&S explain how subjective reality relates to objective reality – in their view, subjective reality depends on objective reality. Nevertheless, the Grounding thesis is underdeveloped by T&S.

In this talk, I claim that there is a tension between these two theses. The problem is that the best (simpler) explanation for the facts (1) that physical reality and subjective “reality” have very different features and (2) that subjective “reality” depends on physical reality is not that subjective “reality” exists apart from physical reality. The best explanation is that subjective “realities” are emergent properties that constitute our singular but very complex physical reality. There are two levels – one fundamental and the other emergent – of the same reality.

So the problem is that T&S assume, without argument, that an ontology has to be flat. Following Jonathan Schaffer's work on the possible structures for an ontology, it is possible to claim that there can be at least three different types of reality. First, reality can be flat. In this case, everything that exists is part of the same reality. Second, reality can be sorted. In this case, there are different types of beings, but there are no relations between beings of different types. This is the kind of ontology that satisfies T&S's Dualism. Third, reality can be ordered. In this case, there are dependence relations between beings placed in an emergent level and beings placed in a fundamental level (Schaffer 2009, 355). This is the kind of ontology that satisfied T&S's Grounding and makes their position coherent.

Episodic memory as a representational state

André Sant'Anna

Université Grenoble Alpes

The idea that episodic memory is a representational state is widely accepted by philosophers of memory today, but no explicit argument has been offered in favor of this view. While this point has not been explored by critics of representational views yet, the fact that support for representationalism about episodic memory takes the form of an assumption, rather than of careful argumentation, is an inevitable weakness of current representational views in the philosophy of memory. In an attempt to fill this gap in the literature, in this talk I introduce and develop four arguments in favor of a representationalist approach to episodic memory. The first argument – i.e., the *argument from appearing* – claims that taking episodic memory to be representational allows us to explain the intuition that episodic memory presents the world as being a certain way to us. The second argument – the *argument from error* – claims that taking episodic memory to be representational allows us to explain the possibility of memory errors, such as misremembering and confabulating. The third argument – the *argument from transparency* – claims that taking episodic memory to be representational allows us to explain why it seems to us that episodic memory puts us in direct contact with the past. The fourth argument – the *argument from indistinguishability* – claims that taking episodic memory to be representational allows us to explain why genuine and apparent remembering may be phenomenologically indistinguishable. Finally, I conclude by addressing some possible objections that could be raised by critics of representationalism.

Personal Identity requires the temporal feature of episodic memory

Beatriz Sorrentino Marques

Federal University of Mato Grosso

The debate about Personal Identity has been mostly focused on the criteria for personal identity, specifically on psychological criteria. Nevertheless, it is crucial to have a clear understanding of what personal identity is, and what is the issue that surrounds it, before considering these criteria. There may be at least two ways to conceive of personal identity, (i) as awareness of self in different times than the present, or (ii) belief that a person A is now the same person as she was at a different time than now. The present investigation will focus on (i), because a person can still have a sense of personal identity even if she has never formed a belief or analyzed evidence of her personal identity. The issue of how we come to believe in personal identity, and of what is acceptable evidence for it will not be at the center of this investigation. Klein has proposed that what he calls personal synchronicity provides us with a sense of personal identity. I challenge this view that the timeless self may encapsulate all the continuity that can be required for personal identity. This would be the case only if personal identity did not require a temporal dimension; however, considering that it involves being identical at different moments in time, personal identity can only be established if the subject is aware of herself in different times. Therefore, episodic memory is necessary to establish the temporal dimension of personal identity. The phenomenology of episodic memory allows the subject to access her personal past – i.e., the past that she lived – while being aware of herself in that past. Auto-noesis and chronesthesia are conceived as phenomenological features that accompany episodic memory, respectively, awareness of self and awareness of subjective time. The phenomenology attributed to episodic memory in recent views about memory is, thus, crucial to personal identity.

Memory and Imagination: Distinguished, Conflated

Otávio Bueno

University of Miami

I examine the connections between memory and imagination, considering, in particular, epistemic arguments that aim to distinguish them (given, for instance, the facticity of memory and the non-facticity of imagination). I then examine the difficulties of effectively distinguishing the two in light of the fact that much of memory is infused with imagination and much of imagination crucially relies on memory. I then draw conclusions about the difficulty of relying on imagination as a source of justification or knowledge and the precarious role that memory plays in this context. Despite all of this, it remains a fact that we cannot be the kinds of creatures we are without memory or imagination. This leads me to end the paper on a Humean note.

Memorial Generativism and the Epistemic Neutrality of Episodic Memory

Tiegue Vieira Rodrigues

Federal University of Santa Maria

Can memory generate positive epistemic status? Prevailing philosophical opinion says that it can't, and that memory is a mere tool or capacity for preserving or transmitting justification from one belief (or other mental state) to another, this position is generally known as memory preservationism. But prevailing philosophical opinion is wrong. Memory can generate positive epistemic status. Memory generativism is true. That is my thesis.

In this essay, I offer and examine a particular case in which a subject arrives at a certain belief on the basis of a memory process. In this case, the output belief is intuitively epistemically justified. And yet it is not plausible the belief inherits all of its justification from any prior beliefs or other mental states involved in the memory process. If this is correct then we must recognize that memory can sometimes generate epistemic justification rather than merely preserving or transmitting justification that a subject already possesses to the output belief of the memory process. We should include memory in the list of mental states and processes, such as perception and justification, that function as basic sources of positive epistemic status (knowledge/justification). We suggest a way to account for it, and for the case itself, in terms of the relationship between epistemic normative requirements, justification and cognitive capacities.

Since my thesis depends on the plausibility and efficacy of the presented case there is a parallel view that will also need to be defended. Given that contemporary analytic epistemologists are mainly interested in propositional knowledge, when it comes to memorial knowledge/justification they are primarily interested in propositional memory (or semantic memory) – more generally, they focus on mental contents, states and attitudes that are propositional in nature. This is because taking such mental contents to be propositional provides a simple account of how our mental states can establish true-conditions. The case I will present and discuss involves a belief being formed via a memory process that is grounded in episodic memory. But if episodic memory is (as it traditionally is) conceived as having propositional content, then creationism about memory will not be able to deliver the result we want, namely, to genuinely generate positive epistemic status without inheriting all of its justification from any prior beliefs or other mental states involved in the memory process. Thus, in order to support my case and effectively supporting memory generativism, I will argue that episodic memory does not have propositional content and, consequently, that it is epistemically neutral.

In section 1, I distinguish between different versions of preservationism and generativism about memory and explicate certain limitations of recent defenses of generativism. In section 2, I present a novel argument for genuine epistemic generativism about memory, based on a specific case. In section 3, I argue for the epistemic neu-

trality and non-propositionality of episodic memory. In section 4, I consider various objections to our case for generativism and argue that none of them work.

Déjà Vu, Blindsight, and the Synchronization of Perceptual Information

Ben White

Trinity College Dublin

Déjà vu is sometimes attributed to a breakdown in the synchronization of distinct streams of perceptual processing, as a result of which distinct representations with similar content are constructed on the basis of the same sensory input but fail to be integrated into a unified, seamless experience of one's current surroundings. Due to some aberration, one of these representations is subconsciously stored in memory *before* the other, conscious representation is constructed. The similarity in the content of these representations endows the later, conscious representation with a feeling of familiarity that we find difficult to explain, because the previous experience that we seem to remember is in fact a stored representation that was never fully conscious.

I suggest that support for this explanation of certain instances of déjà vu can be derived from a comparison with blindsight patients, whose ability to reliably guess certain features of stimuli that they have no conscious experience of provides further evidence of distinct streams of perceptual processing that can “come apart” in abnormal cases. Like the person experiencing déjà vu, the blindsight patient appears to have a tenuous access to certain unconscious representations of their surroundings. These unconscious representations account for the accuracy of the blindsight patient's forced guesses, and for the feeling of familiarity that accompanies experiences of déjà vu. The major difference between the two cases is that the blindsight patient has *no* conscious experience with the same content as their unconscious perceptual representations, whereas the individual experiencing déjà vu *does* have such an experience; it is just abnormally “delayed” with respect to the unconscious representation whose content it shares and which it *normally* coincides with.

After noting this parallel between blindsight and déjà vu, I proceed to point out some interesting questions that the foregoing conception of déjà vu raises about the nature of such experiences. In particular, while déjà vu is typically described as illusory, it is not immediately clear what experiences of déjà vu produced in the manner described above might be said to misrepresent. For if the feeling of familiarity that accompanies a given experience of déjà vu is caused by a previously stored unconscious representation with the same content as one's current experience, then the impression that one has “already seen” what one is currently seeing is in a sense well founded. For one *has* in fact already encountered, and indeed formed a reliable representation of, the very scene that one is now *consciously* experiencing for the first time. To the extent that such experiences *are* illusory, this might be attributed to their representing oneself as having previously *experienced* whatever one is now experiencing, which is not so if the previous representations that account for this impression were themselves never part of any conscious experience. This, however, raises further questions as to how representations that were never conscious can cause it to seem as though one has had certain conscious experiences with the same content as those representations.

Repensando Traços de Memória os Mecanismos de Memória e Imaginação

Glaupy Fontana Ribas

Universidade Federal de Santa Maria

Recentes descobertas em neurociência comprovam a existência de traços de memória e tais descobertas têm possibilitado que, tanto filósofos, quanto psicólogos, reelaborem suas teorias sobre os mecanismos da memória. A visão atual dos traços de memória os descreve um processo neural: eles são padrões de ativação em redes neurais de neurônios. Apesar das grandes contribuições da ciência para o debate atual, o conceito de traços de memória tem sido utilizado de forma imprecisa em nossas teorias e o resultado desse uso inaccurado tem sido, desde o século anterior, uma gigantesca confusão teórica em filosofia da memória.

Eu defendo que, tanto a memória, quanto a imaginação são o resultado de um processo de simulação construtiva, e também que, tanto a memória, quanto a imaginação, são causalmente conectadas com o passado. Devido ao caráter do processo de evocação, toda vez que uma memória é reativada, algumas conexões entre neurônios são fortalecidas ou enfraquecidas, algumas conexões são perdidas e outras conexões são adicionadas às redes neurais, e nisso caracteriza-se a natureza construtiva da memória, pois toda vez que essa rede é reativada ela é modificada, reconstruída. Da mesma forma, imaginações são criadas por um mecanismo muito similar no qual essas redes neurais são ativadas e esse processo também é de natureza construtiva.

Em outras palavras, as memórias são reconstruídas no processo de evocação porque existem traços de experiências passadas que permitem que o sistema faça tal reconstrução. O processo da imaginação é muito similar: o sistema de imaginação usa traços de experiências passadas para criar um cenário imaginário. Nesse sentido, portanto, não são somente as memórias que são originadas no passado e causalmente conectadas com o passado, esse também é o caso da imaginação: os “títulos” utilizados na criação da imaginação são também originados no passado, pois os traços utilizados, tanto na memória, quanto na imaginação, são os mesmos.

Isso significa que os teóricos causais estão errados quando dizem que a diferença entre a memória e a imaginação é que a primeira é causalmente conectada com o passado, enquanto que a última não é. Já que ambas as representações são construídas a partir de traços resultantes de experiências passadas, ambas são causalmente conectadas com o passado.

Teóricos simulacionistas também estão errados, entretanto, quando assumem que não há nenhuma diferença fundamental entre memória e imaginação porque ambas são processadas pelo mesmo sistema. Apesar da sobreposição de ativação neural que há entre os processos de memória e imaginação (o que é chamado de Core Network), cada uma dessas faculdades tem seu distinto subsistema. Isso implica que o critério utilizado pela Teoria Simulacionista da Memória para distinguir entre memória e imaginação (i.e. a confiabilidade do sistema) é um critério inútil, dado que não há um único sistema responsável pela memória e imaginação.

Tendo em vista tudo que foi dito acima, creio que uma teoria que pretenda descrever com acurácia os mecanismos de memória e imaginação deve abranger, ao mesmo tempo, elementos causais e elementos construtivistas.

Russell's Theory of Memory and the Problem of Recognition

Florian Franken Figueiredo

University of Campinas

In the first part of my presentation I refer to the causal theory of memory that Bertrand Russell develops in *The Analysis of Mind* (1921). Russell's theory is based on the Humean assumption that images are (sometimes or always) recognised as (approximate or exact) copies of past sensations. The assumption raises the 'problem of recognition': The sensations that a person recognises by means of images are in the past whereas the images exist in the present. How can the present image be compared with past sensation? Russell's theory of memory attempts to answer this question. I shall present the foundations of the theory in order to illustrate Russell's solution to the problem of recognition. In particular, I discuss the assumption that, a person who compares present image and past sensation has true memory if the recognition involves a belief that can be expressed with the words "This has (or has not) existed before." One of the problems regarding this assumption is that it seems unclear how the content of the belief can be explained under the circumstances that we perceive that something is absent. Russell mentions the example of a person who comes into a room with a new picture hanging on the wall saying "this picture was not on the wall before". How can the person compare her present sensation of a picture with an image of the past sensation of an absent picture?

In the second part of the presentation I shall discuss Russell's solution to the problem. Following Wittgenstein, I argue that the problem gets more severe, however, if the present sensation must be compared to the image of pain or colour-sensations rather than to the image of objects. Wittgenstein remarks that if a person says "I don't have toothache yet but soon I will have it" this presupposes that she must be able to recognise the feeling of toothache. How can she compare her present sensation with an image of a sensation that involves not having toothache? If the image does not involve the feeling of toothache then how can she form the belief "I soon will have this toothache"? Russell suggests that the present sensation is compared with an image in which the object does not exist but I argue that this solution is insufficient in case of colour-perception. If someone says "This is not red" should we assume that the person eliminates the red out of her mind? Even if this explanation seems adequate then it presupposes that the person knows what it is that she eliminates. This leads us back to the problem of recognition without solving it. Russell thinks that he can solve the problem by what he calls the 'characteristic' of the memory-image. Yet, I argue that his solution does not respond to Wittgenstein's somewhat deeper worry that the meaning of the words that express the memory-belief cannot be justified by the comparison between sensation and memory-image. In contrast to Russell's causal theory he suggests a different picture of meaning. In the final part of my talk I present an understanding of memory-beliefs that is based on this picture.

Imaginação e memória em David Hume

Susie Kovalczyk

Universidade Federal de Santa Maria

Ao lembrar, a consciência se encontra em um estado com fenomenologia característica, qualitativamente diferente da de quando se vivencia fatos ocorrentes no momento presente. A fronteira que fica borrada frequentemente é a que, metaforicamente, separaria as reconstituições memoriais mais fidedignas quanto ao que de fato foi experienciado anteriormente e aquelas em que atuam parcelas mais consideráveis de criatividade – aquela entre imaginação e memória. A distinção entre elas é explorada na tradição filosófica por David Hume, segundo o qual a mente é *povoada* por impressões ou ideias, as percepções, que derivam da sensação externa ou interna, cabendo à mente elaborar composições a partir delas. A teoria humeana classifica ideias e impressões como simples e complexas. Ideias simples são cópias das impressões simples das quais se seguem e ideias complexas se originam da combinação de ideias simples. Dependendo da maneira como essas ideias são recombinadas – se através da memória ou da imaginação – elas têm maior ou menor semelhança com relação às impressões a partir das quais as ideias simples de que são compostas foram copiadas. Um critério possível para discriminar entre memória e imaginação encontrado em sua teoria da mente é que, ao se voltar ao passado, esta tem mais liberdade para recombinar as percepções em relação às ocorrências anteriores, ao passo que as produções da memória se atêm ao conteúdo e à disposição das percepções a que se remetem, outrora vivenciadas. Hume parece sugerir que as ideias produzidas pela memória correspondem exatamente às experiências de que são recordações. Os casos em que é possível ter uma recordação nítida de algo que não ocorreu, ou que ocorreu de maneira diferente de como apresentado na lembrança, para Hume, não indicariam que é característico da memória a possibilidade de erro, mas que, quando isso ocorre, a capacidade de lembrar está comprometida. Essa concepção difere de interpretações mais atuais sobre o funcionamento da memória. Robins (2016), por exemplo, critica a tradicional concepção da memória como veículo mental de armazenagem e recuperação de cópias de vivências. A necessidade de revisão da concepção tradicional foi impulsionada, segundo a autora, por estudos que evidenciaram que 1) a memória pode ser sistematicamente distorcida e 2) essa distorção em nada afeta a sensação correspondente à lembrança. Ou seja, memórias verídicas e equivocadas são percebidas qualitativamente de maneira e com intensidade semelhantes.

O horizonte de possibilidades mais amplo que Hume afirma que a imaginação tem, em contraste com a memória, para rearranjar as ideias simples de modo a produzir ideias complexas explica certas capacidades mentais criativas, tais como imaginar coisas das quais não se teve experiência anterior, completar lacunas em raciocínios, acrescentar detalhes a lembranças e produzir obras dos mais variados gêneros. Dizer que a imaginação goza de mais liberdade que a memória para associar ideias apenas descreve, de maneira simplificada, um fato sobre a distinção entre memória e imaginação.

Não é claro, porém, qual a posição em um gradiente estabelecido entre elas a partir da qual se está disposto a considerar que se trata de uma ou outra operação mental.

IV

ANPOF WORKGROUPS

§1. ANPOF WORKGROUP: ANALYTICAL METAPHYSICS

Racionalismo, empirismo e evolucionismo

Claudio Ferreira Costa

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ruvstof@gmail.com

O artigo objetiva avaliar a oposição entre racionalismo e empirismo à luz da teoria da evolução. A ideia é a de que muito de nosso conhecimento a priori pode ser hoje explicado com base na teoria da seleção natural. Um exemplo seria nossa disposição intuitiva para compreender e aplicar a geometria euclidiana. Isso nos permite entender que certas capacidades e disposições que temos para apreender certas supostas verdades a priori nada mais são do que produtos resultantes de um longo processo de seleção natural. Sendo assim, nosso conhecimento a priori também possui um fundamento empírico, embora não propriamente experiencial. Isso significa, para Michael Devitt, que o conhecimento a priori não existe. Prefiro optar por outra posição, próxima a de Laurence Bonjour, segundo o qual a noção de conhecimento a priori deve ser aceita, mesmo que este seja na maioria dos casos falível. Afinal, a tradicional tese empirista fundamental de que não possuímos disposições cognitivas inatamente determinadas é certamente incorreta. Ao invés de destruir a dicotomia entre o racionalismo e o empirismo, a maneira de ver proposta nos permite finalmente entendê-los como posições filosóficas complementares.

As propriedades das esferas de Black

Leonardo Gomes de Soutello Videira

Universidade Estadual de Campinas

leonardo.soutello@gmail.com

Em seu diálogo (1952), Black apresenta um contraexemplo em que o Princípio de Identidade dos Indiscerníveis (PII a partir de agora) não valeria. No cenário descrito por um de seus personagens, há um universo em que nada existe a não ser duas esferas exatamente iguais que possuem diversas propriedades, tais como, tamanho, composição química, cor, temperatura, distância entre uma e outra, e assim por diante. A conclusão pretendida por Black com esse exemplo é a de que é possível que exista um universo em que coisas podem ser diferentes em número (i.e. serem duas diferentes), enquanto tenham todas as propriedades iguais, sendo indiscerníveis. Isso mostraria que o PII não é necessariamente verdadeiro. Neste trabalho, pretendo discutir alguns problemas desse cenário relativos à concepção de propriedade requerida para que a descrição de tal cenário faça sentido. Por exemplo, como é possível falar da cor ou do cheiro das esferas sem uma fonte de luz para refletir suas cores ou um meio em que as moléculas causadoras do odor se propaguem? Como é possível que elas tenham essas propriedades se não há uma estrutura receptora tal qual um olho ou fossas nasais para perceber estes raios e moléculas? Se fizermos esse tipo de indagação acerca de todas as propriedades das esferas, veremos que algum tipo de inconsistência com as condições do cenário surgiria, exceto acerca das propriedades espaciais e temporais. Ignoramos as temporais, pois elas podem muito bem ser as mesmas para ambas as esferas. Contudo, as propriedades espaciais talvez apresentem problemas para sua tese. Estas podem ser interpretadas de duas maneiras, a saber, absolutamente ou relativamente. Argumentarei em favor da tese de que se o espaço for concebido de maneira absoluta e as propriedades espaciais das esferas forem delimitadas assim, elas deveriam intrinsecamente ser diferentes porque possuem propriedades diferentes *per se*. Por outro lado, se o espaço for concebido de maneira relativa e as propriedades espaciais das esferas forem concebidas desse modo, então, não há como garantir que há apenas duas esferas ao invés de vinte esferas.

O problema de Heráclito e a metafísica dos corpos

Pedro Santos

Universidade Federal de São Paulo

Um dos temas centrais da metafísica contemporânea é a questão de saber que casos de aparente referência objetual devem ser tomados no seu valor de face e que casos devem ser reconstruídos como uma mera *façon de parler*. Aparentes casos de referência a objetos abstratos e a objetos mentais têm sido frequentemente alvo de reconstruções desse tipo. A aparente referência a corpos, também chamados de *objetos ordinários*, por outro lado, costuma ser vista atualmente como o paradigma da referência que não pode, ou não deve, ser eliminada.

Há, contudo, uma tradição minoritária que insiste numa visão mais cética da realidade dos corpos. Este artigo pretende ser uma contribuição para essa tradição. Mais especificamente, argumentarei, em primeiro lugar, que a referência a corpos pode ser eliminada em favor da referências às massas de matéria que os constituem. (Massas de matéria, embora obviamente materiais, não são corpos. Pois um corpo é justamente algo que pode ser constituído por diferentes massas de matéria em diferentes momentos do tempo).

Em seguida, defenderei que essa reconstrução serve de base para a melhor solução dos paradoxos da permanência temporal, notadamente para o problema de Heráclito: “Como é possível entrar duas vezes num mesmo rio se outras águas estão sempre fluindo?”. Em particular, o eliminativismo a respeito dos corpos é *neutro* com relação à controvérsia entre perdurantistas e endurantistas e evita tanto o abandono do essencialismo mereológico típico do endurantismo quanto o problema da rigidez modal que surge para o perdurantista.

O Problema dos Universais e o Conceito de Categoria Ontológica Fundamental

Valdetonio Pereira de Alencar

Universidade Federal do Cariri

valdetonio.alencar@ufca.edu.br

A etiqueta “o problema dos universais” não é utilizada para designar um único problema envolvendo o estatuto dos universais. Às vezes, diferentes filósofos podem apresentar formulações antagônicas desse problema. Em outros casos, temos uma lista de problemas que poderiam ser etiquetados como “o problema dos universais”. Há também o problema de se estabelecer critérios para considerar determinada formulação do problema como sendo a correta. Sobre essas distintas questões, é possível selecionar o que pretendo tratar neste trabalho. Tome-se a questão de não haver um único problema dos universais, mas vários. Moreland, por exemplo, considera que o problema dos universais inclui as seguintes questões:

- (1) Propriedades existem?
- (2) Se propriedades existem, são particulares ou universais?
- (3) Se propriedades forem universais, elas são objetos abstratos ou concretos?
- (4) Se propriedades forem universais, que explicação pode ser dada para a individualização de duas entidades que possuem todas as suas propriedades em comum?

Quando se analisa o debate atual sobre universais, é aceitável que essas, bem como outras questões, façam parte dessa disputa. No entanto, dificilmente diríamos que toda solução para o problema dos universais pretende resolver todos esses problemas. O problema (2) constitui uma disputa entre realistas e teóricos de tropos. O problema (3) constitui uma disputa entre realistas transcendentistas e realistas imanentes, enquanto o problema (4) constitui o problema da individualização. A rigor, nenhuma dessas questões (2-4) é problemática para teorias nominalistas. Das questões listadas acima, apenas a questão (1) poderia ser considerada um problema que todas as soluções precisam responder. A princípio, a ideia de que existem vários problemas dos universais é enganosa. Não pretendo com isso afirmar que o problema da formulação do problema dos universais estaria resolvido através de (1). Neste trabalho, critico algumas formulações para o problema dos universais. Assim, não pretendo ser exaustivo. Analiso aquelas formulações que sejam importantes para o debate atual sobre o problema dos universais. Considero, especialmente, as seguintes formulações: esquema de Porfírio, abordagem linguística e a abordagem da unidade na multiplicidade. Apresento razões para cada uma dessas formulações ser inadequada. Além disso, proponho que o problema dos universais seja primariamente entendido como um problema de categorias ontológicas (particular, universal, tropo, etc.). Diferentes soluções para o problema dos universais defendem as mais diversas categorias como sendo fundamentais. Por isso, analiso a noção de categoria ontológica fundamental. Através dessa noção, o problema dos universais pode ser formulado. Essa formulação apresenta as seguintes virtudes. É precisa, pois a natureza ontológica desse problema torna-se manifesta e é neutra em relação às diferentes soluções para o problema.

Analyticity, *a priori* and iterated modality

Fernando Furtado

University of Lisbon

fernandofurtado@campus.ul.pt

At least since the seminal *The Critique of Pure Reason* by Immanuel Kant (1787), the idea that the two triads *a priori*, analyticity and necessity, on the one hand, and *a posteriori*, synthetic and contingent, on the other hand, always go together has seriously been put in check. More recently, Kripke's *Naming and Necessity* (1980), arguing in a completely different direction, has also been decisive on this regard. Based on Kripke's work, it seems relatively safe to say that since the publication of the idea of the necessary *a posteriori* and also the contingent *a priori* many philosophers have been persuaded by the idea that, despite eventual "pre-theoretical intuitions" may suggest, the triad mentioned above works somewhat independently. This talk partially challenges this "new" way of looking at things. More precisely, it is argued that while the notion of metaphysical modality related to Kripke's necessary *a posteriori* is an exception breaking the triad, another kind of necessity, such as logical necessity, may be able to keep the triad in place.

The argumentative strategy shows that if one is willing to give up on the notion of metaphysical necessity (iterated metaphysical necessity), the triads might be kept in place. It is argued that iterated modality displays some interesting formal properties that other kind of *alethic* necessities does not, and these formal properties seems to be what ends up breaking the triad. So, once again, if one is willing to give up on iterated (metaphysical) modality, some of the difficulties of keeping the triad together might be eliminated.

The general strategy of the argument is the following: on the one hand, it is argued that the semantic behaviour of metaphysical modality in the context of iteration of modal operators (e.g. possibly necessary, etc.) does not validate the requirements of the modal logic system **S5**. Meaning, the accessibility relation among possible worlds (adequate to model metaphysical modality) is weaker than an equivalence relation. On the other hand, when another kind of notion of modality is taken into consideration (such as those involving either logical necessity or conceptual necessity), the appropriate logic to model the iteration of modal operators seems effectively to be **S5**, which means that from a semantic standpoint the accessibility relation among possible worlds is, in fact, an equivalence relation. What is really interesting is that, when properly understood, those kinds of necessities which validates **S5** can be easier to conciliate with the notion of *a priori* and analyticity, which, at the end of the day, is what is needed to keep in the triad in place.

It is worth mentioning that the main concern of this talk is not to argue against the notion of metaphysical modality, in fact, the main aim of this talk is to throw light on the conceptual relationship among the concepts mentioned in the triad and argue that the literature might be failing to notice something interesting that may be helpful to properly understand these concepts.

Resisting the explanatory indispensability argument for mathematical realism: can you be both a scientific realist and a mathematical nominalist?

Daniela Moura Soares

Federal University of Rio de Janeiro

danielams.d@gmail.com

The explanatory indispensability argument (EIA henceforth) has emerged as an attempt to challenge the 'easy-road' nominalist strategies, especially because their proponents, typically, do not want to give up on the idea that we ought to be committed to several fundamental physical entities which are posited by our most successful scientific theories but cannot be directly observed. Defenders of the EIA claim that statements quantifying over mathematical entities are used in scientific theorizing in just the same way as are statements about quarks, electrons and other unobservable physical entities, namely, they are not merely representational aides, but rather play an active and indispensable *explanatory* role in our scientific theories. So, the premisses invoked by the traditional indispensability argument could be slightly modified as follows: (a) if science is our best guide to comprehend the deepest structure of reality, then we ought to be committed to all those entities that play an indispensable explanatory role in our most successful scientific theories and (b) mathematical entities play an indispensable explanatory role in numerous of our most successful scientific theories.

In order to support their argument, proponents of the EIA have appealed to several case-studies in which mathematics seems to be indispensable to explain empirical phenomena. Baker's periodical *Magical* cicadas example (2005: 230-236) and Colyvan's Kirkwood gaps example (2010: 302-303) are two of the most crucial of them. In the first case, what needs to be explained is the fact that the number of years that individuals belonging to certain species of cicadas remain in the soil, in their nymphal stage, is always prime. Baker's main idea is that whatever the biological theory one chooses, lemmas about coprime and prime numbers will have to be used to deduce one of the premisses of the argument that constitutes the explanation of that phenomenon. In the second, what needs to be explained is the existence of the so-called 'Kirkwood gaps', which are particular regions in the main asteroid belt between Mars and Jupiter where the amount of asteroids is quite small. Once again, the fundamental scientific explanation of this empirical phenomenon can only be elaborated by means of a mathematical apparatus, namely, the mathematics of eigenvalues.

The central aim of this paper is to determine whether we can articulate a strong 'easy-road' nominalist strategy, plausible enough to resist this line of thought. The starting point will be to examine the idea, suggested by Colyvan (2010), that the three most promising 'easy-road' strategies seem to fail when confronted with the EIA, either because it is not strong enough to provide an alternative and reasonable ontological criterion that could replace the quasi-Quinean ontological criterion assumed by premise (a) – as is the case with Azzouni's deflationary nominalism (2004) – or because it is unable to accommodate the explanatory indispensability of mathematics in the empirical sciences as is the case with Melia's fictionalism (2002) and Yablo's figurism (2009).

Grounding for Objects and Properties

Guido Imaguire

Federal University of Rio de Janeiro

`guido_imaguire@yahoo.com`

Ontological Grounding is the relation of non-causal determination and relative fundamentality. If x grounds y , then x determines and is more fundamental than y . Some metaphysicians claim that grounding is a relation which holds between any kind of entities, including facts, objects, properties, etc. However, most metaphysicians take facts (or truths of true representations) as the only adequate relata of grounding links. In this paper, I will not argue for the restriction of grounding to facts, but take it for granted. My focus is rather: does the supposition that only facts may be connected by the grounding relation prevent us for claiming that non-factual entities like objects and properties, i.e. the very constituents of facts, also stand in relative fundamentality relations? Can we meaningfully say that 'this object is more fundamental than that object', or that 'this property is more fundamental than that property'? In this paper I develop: (1) a definition of grounding for properties and relations, (2) a definition of grounding for objects and, (3) a definition for comparing the fundamentality degree of objects, properties and facts.

Is the Ontology of Quantum Field Theory a Trope Ontology?

Francesco M. Ferrari

University of Campinas

ferrarifram@gmail.com

K. Campbell, in the 6th chapter of [1], gives a trope interpretation of fields. My contribution challenges Campbell's Trope Theory (TT) inner consistency and its adequacy relative to the current picture of fundamental physics, i.e., Quantum Field Theory (QFT) [2, 3].

Campbell's tropes interpretation of fields has two main features: (i) tropes are *simple* (but not individuals, i.e., particles are quasi-tropes) and the basic, *ultimate* entities from which, (ii) by the *employment* of the so-called (Humean) *supervenience* relation, every other further entity – from atoms to those of our manifest world – is to be interpreted as *derivative* (i.e., bundles of more basic tropes). Supervenience is, thus, here shaped as a reductive relation.

I simply contest TT by arguing that (i) is a false assumption and that (ii) generates an inconsistency.

TT-Inconsistency. The argument presented by [4] about the inconsistency of supervenience relation within Physicalism, in its materialistic clothes, simply reapplies to TT. According to [4], the postulation of an ultimate fundamental realm of basic primitive (isolated) entities is inconsistent with the notion of supervenience itself, for the notion of supervenience is consistent just as a relation between macro-levels, levels where relations among the “basic” items are essential. This is equivalent to say, in tropes terms, that supervenience is consistent only if at the bottom level interactions (relations) among basic tropes are introduced as essential constituents of themselves or if those relation were tropes themselves (for their being relations), contrary to the TT assumptions that the basic tropes (basic fields) are all that there is and that they are simple entities.

TT-Falsity. It is known that QFT diverges from QM on many points. Unfortunately, these are not shared by TT.

- (1) The *active agency* of the Quantum Vacuum (QV), as an energy reservoir of the whole universe; from this the impossibility of *isolated* systems (no exchange of both energy and matter with their relevant environment) or entities [5]. Therefore: How can QV be interpreted as a trope?;
- (2) The consequent existence of *infinitely many unitarily* (by QV) *non-equivalent* coherence domains – namely, representations of the canonical (anti-)commutation rules, each one representing a possible Hilbert space of the system states [6]. Therefore: how can such domains be ontologically not relevant?

Briefly, points (1, 2) – just to say some – reveal that it is experimentally falsified the possibility of conceiving a bottom level (domain) of basic primitive (isolated) entities (fields?). Further, emergence relation (and the related infinitely many emergent coherence domains) within QFT-framework takes an ontological status, contrary to the

postulation of the existence of an ultimate bottom level of entities to which everything supervenes or epiphenomenally depends (or derives) and ontologically reduces (i.e., supervenience relation is not a trope).

I will proceed as follows. First, I recall the basic features of TT. Second, I sketch the argument of the inconsistency of supervenience relation, as presented by [4]. Third, I briefly show how the argument reapplies to TT. Fourth, I argue for the restriction of the adequacy of TT to QM, contrary to what TT supposes.

References

- [1] Campbell, K. (1990). *Abstract Particulars (Philosophical Theory)*, Cambridge, USA: Blackwell.
- [2] Umezawa, H. (1993). *Advanced Field Theory*. NY: American Institute of Physics.
- [3] Royal Swedish Academy of Sciences (2015). Neutrino Oscillations, *Scientific Background on the Nobel Prize in Physics*, available online.
- [4] Campbell, R. J., & Bickhard, M. H. (2011). Physicalism, Emergence and Downward Causation. *Axiomathes* 21:3356.
- [5] Del Giudice, E., Pulselli, R., & Tiezzi, E. (2009). Thermodynamics of irreversible processes and quantum field theory: an interplay for understanding of ecosystem dynamics, *Ecological Modelling* 220:1874–1879.
- [6] Blasone, M., Jizba, P., & Vitiello, G. (2011). *Quantum field theory and its macroscopic manifestations*, Amsterdam: John Benjamins Pub. Co.

Against Miracle Workers

Pedro Merlussi

University of Campinas

p.merlussi@gmail.com

I refute Brian Cutter's (2017) claim that there is no reason to rule out the possibility of miracle workers. A miracle worker is someone who has the ability to break the laws of nature. Though there is something to the thought that agents relevantly like us cannot break the laws, Cutter claims that there is no good, positive reason to think that miracle workers are metaphysically impossible. If Cutter is right, surprising consequences seem to follow. In particular, it turns out that the consequence argument (typically considered the main argument for the incompatibility of free will and determinism) is *not* even an argument for incompatibilism!

How can one show that miracle workers are impossible? The notion of a miracle worker doesn't seem to be the kind of thing we can be said to have any robust intuitions about. One thing is to say that human beings are unable to break the laws. Another thing is to say that it is *impossible* for *any* agents to break the laws of nature. So, rather than giving an argument relying on intuition, I give an argument undergirded by theory. I show that the possibility of miracle workers is inconsistent with two independent, well motivated views about the nature of laws. First, I establish that miracle workers are impossible according to the dispositionalist conception of laws set forth by Alexander Bird. Second, after exploring the (currently not very well advanced) implications of dispositional essentialism about laws, I show that Cutter's objection fails according to the governing view of laws defended by John Carroll. Finally, at the end of the talk, I argue that the only way to make Cutter's claim plausible is to adopt a Humean conception of laws. But that move wouldn't be enough to justify the claim that the consequence argument fails to be an argument for incompatibilism.

Prioridade do Passado

Gustavo Emmanuel Alves Vianna de Lyra

Universidade Federal do Rio de Janeiro

gustavodelyra@gmail.com

O cenário contemporâneo da filosofia do tempo apresenta uma grande variedade de teorias, que cresce conforme se aprofundam as discussões acerca das limitações de modelos tradicionais para responder, por um lado, (i) à demanda por um modelo que explique adequadamente expressões temporalizadas (*tensed*) da linguagem ordinária e, por outro lado, (ii) à necessidade de adequação ao modelo *einsteiniano* de espaço-tempo, paradigma da física atual. É seguro afirmar que há, neste cenário, dois principais grupos de teorias: o **presentismo** e o **eternalismo**. Enquanto formas de presentismo tendem a apresentar explicações mais simples às expressões linguísticas que dependem de um presente absoluto (ou ao menos privilegiado), tais como flexões verbais que indiquem passado ou futuro, modelos eternalistas, que tipicamente colocam todos os tempos em uma equivalência metafísica, servem melhor a uma perspectiva relativista, na qual não haja nenhum instante prioritário, mas sim referenciais inerciais independentes de qualquer tempo *universal*. Certamente há outros fatores a serem levados em consideração, tais como adequação às nossas intuições acerca do tempo (normalmente com vantagem para o presentismo), simplicidade conceitual (com uma não controversa vantagem para o eternalismo) entre outros. Há, finalmente, modelos híbridos que buscam reunir as principais virtudes de cada modelo, mas muitas vezes herdam problemas de ambos. O destaque é para a *Growing Block Theory*, que preserva o caráter dinâmico dos modelos presentistas com uma espécie de *movimento* do presente, mas se sustenta em relações de precedência (anterioridade e posterioridade), nativas de modelos eternalistas padrão.

Há, no entanto, um problema fundamental que subjaz a todas as teorias: a **direção do tempo**. Qualquer teoria que dependa em alguma medida de relações de precedência para estabelecer em que direção aponta a *flecha do tempo* terá que encontrar algum critério para estabelecer essa assimetria. Teorias dinâmicas apostam suas fichas em um certo movimento do tempo (geralmente apoiado na metáfora do *fluxo*). No entanto, esse fluxo se daria em uma determinada direção, que depende do estabelecimento de uma flecha do tempo em uma série temporal do tipo B. Do contrário, o que nos garante que o *fluxo* não se dá de trás para frente, ou do posterior para o anterior? Ou ainda, que ele possa alternar sua direção de forma caótica? Teorias eternalistas, por outro lado, precisam definir bem as relações de precedência, ou então se conformar com um modelo de *Block Universe* no qual haja apenas um ordenamento estático e simétrico dos eventos, tal como a série C de McTaggart.

Neste trabalho, proporemos uma forma de estabelecer a assimetria das relações de precedência baseada na *grounding*. Mais precisamente, o modelo em questão será fundado em uma série B na qual tempos anteriores serão *grounds* para tempos posteriores, de modo que, quanto mais anterior um dado instante temporal for, mais fundamental ele será e, alternativamente, quanto mais posterior, mais derivado. Assim, pretendemos introduzir um critério não temporal para distinguir os *relata* em relações

de precedência, o que pode ser aplicado para o problema da direção do tempo tanto em modelos presentistas quanto eternalistas.

Contra a noção de parte formal

Rhamon de Oliveira Nunes

Universidade Federal do Rio de Janeiro

rhamon.oliveira@gmail.com

Em seu livro de 2008, *The Structure of Objects*, Kathrin Koslicki defende uma teoria mereológica para descrever a natureza dos objetos concretos que tem como coração a ideia de que eles são fusões de partes materiais e partes formais. Essa tese de cunho aristotélico é uma espécie de *neo-hilemorfismo*, desenvolvido com o objetivo de se opor a certas teorias de composição, principalmente o *universalismo mereológico*. O universalismo foi defendido por David Lewis em seus livros *On The Plurality of Worlds* (1986) e *Parts of Classes* (1991), e se tornou peça central nas discussões metafísicas dos últimos trinta anos, principalmente no contexto de teorias da persistência como o *endurantismo* e o *perdurantismo*. De acordo com Lewis, *inter alia*, qualquer coleção de objetos possui uma fusão, ou seja, gera um novo objeto composto que tem os primeiros como partes. Além disso, o *Axioma de Extensionalidade* da mereologia clássica determina que uma coleção de objetos só pode ter uma única fusão, pois objetos formados com as mesmas partes são idênticos.

Porém, ao assumirmos o universalismo mereológico e o Axioma de Extensionalidade, estamos assumindo que elementos estruturais na composição de uma totalidade são irrelevantes. Afinal, se qualquer coleção de objetos forma um único objeto composto, então não há diferenças entre um objeto ordinário como uma moto, por exemplo, e uma pilha formada pelas partes desta moto. Dado que as peças formam uma única totalidade independente de seu arranjo, podemos descartar qualquer contribuição que o arranjo destas peças possam contribuir para a existência do todo.

Contra este resultado que parece absurdo, Koslicki introduz a ideia de que totalidades são formadas por partes materiais e partes formais, onde as últimas são as responsáveis por introduzir o aspecto estrutural em questão. Se esta tese for verdadeira, ela será capaz de assumir uma versão mais branda do Axioma de Extensionalidade, a saber, uma versão segundo a qual duas totalidade são idênticas se, e somente se, possuem todas as suas partes materiais e formais em comum. Disso se seguirá que uma moto e uma pilha de peças não poderão ser idênticas. Além disso, ela também poderá rejeitar o universalismo na medida em que a existência de totalidades ficará restrita apenas a totalidades formadas por partes materiais e formais.

No entanto, Koslicki não assume a existência destas partes como algo primitivo: pelo contrário, ela parte de dois argumentos para introduzir estas entidades. O primeiro argumento diz respeito ao *Princípio de Suplementação Fraca* da mereológica clássica. E o segundo leva em consideração um argumento envolvendo um regresso ao infinito de totalidades que surge quando assumimos que o todo é mais do que a soma de suas partes.

Nesta apresentação, pretendo defender que nenhum dos argumentos de Koslicki é satisfatório para a introdução das partes formais. Em outras palavras, os motivos que a levam ao comprometimento com estas entidades não apenas são injustificados, mas

também é possível resolver estes problemas sem o apelo à própria noção de parte formal.

Endurantismo, Modalidade e os Paradoxos da Multi-Localização

Tiago de Carvalho Ponti

Universidade Federal do Rio de Janeiro

tiagoponti@hotmail.com

Endurantistas defendem, entre outras coisas, que os objetos ordinários podem estar multi-localizados ao longo do tempo. Ou seja, um mesmo objeto pode estar completamente presente em mais de um instante. Barker e Dowe argumentam, contra o endurantismo, que a própria ideia de multi-localização é paradoxal. Primeiramente, se assumirmos o eternalismo (a tese de que o passado, o presente e o futuro possuem o mesmo estatuto ontológico), juntamente com o irrestritivismo acerca de fusões diacrônicas (a tese de que qualquer fusão de objetos forma um objeto), somos obrigados a concluir que uma mesma entidade pode ser tridimensional e tetradimensional. Na visão endurantista, cada sub-região r de R (sendo R a região espaço-temporal a qual a existência de um objeto O está confinada) está ocupada completamente por um objeto. Chamamos estes objetos tridimensionais de Ors. Seja $F(Or)$ a fusão destes Ors, temos: (i) $F(Or)$ é uma entidade tridimensional. Cada Or é tridimensional e idêntico entre si e portanto, cada Or é idêntico à própria fusão $F(Or)$. No entanto, (ii) $F(Or)$ tem partes em cada sub-região r e portanto, é tetradimensional. A conclusão paradoxal é de que $F(Or)$ seria tridimensional e tetradimensional. Ainda que sejamos presentistas, o paradoxo, segundo eles, permanece. Presentistas defendem que só o presente existe, mas isto não os impede de falar de eventos. Tomemos uma entidade do tipo evento, $L(O)$, que é a vida de O . Seu início, $L(O)B$, ocorreu no passado e ele está confinado a este período. Portanto, (i) $L(O)B$ está completo. No entanto, $L(O)B$ tem uma entidade durante O como parte. O está multi-localizado (estava localizado no passado e está agora no presente). Como O é parte de $L(O)B$ e O está localizado agora no presente, temos que (ii) $L(O)B$ não está completo no passado. Conclusão: $L(O)B$ está e não está completo.

Eu defendo uma nova forma de endurantismo, inspirada no atualismo modal. Em uma primeira alternativa, os objetos são entendidos como agregados abstratos, relacionados com entidades concretas. Em uma segunda alternativa, adaptando ao atualismo de Linsky e Zalta, os objetos são agregados de entidades temporalmente não concretas (entidades que são abstratas em alguns tempos e concretas em outros). Em qualquer que seja a versão, a consequência é uma reinterpretação da noção de multi-localização. Na alternativa 1, estar multi-localizado significa ter ao menos uma parte abstrata relacionada com alguma entidade concreta em mais de um tempo. Na alternativa 2, é ter uma parte concreta em mais de um tempo. Acredito que este endurantismo atualista pode fornecer uma resposta aos paradoxos da multi-localização, uma vez que entende os objetos ordinários como entidades que extrapolam suas partes concretas e por não tomar, assim como faz o perdurantismo, estas entidades concretas, tais como os Ors, como entidades idênticas.

The determinate/determinable structure of propositions

Vincenzo Ciccarelli

University of Campinas

In section 64 of *The Foundations of Arithmetic* Frege says that the sentence ‘line a is parallel to line b ’ expresses the same *conceptual content* as the sentence ‘the direction of line a is identical to the direction of line b ’. The passage is interesting insofar as it allows for the following possibility: conceptual content – whatever it may be – should be identified with a certain notion of fine-grained proposition that may have different constituents, i.e. a “plastic” notion of structured proposition.

In this talk we explore the possibility of considering a very unorthodox conception of structured proposition stemming from the aforementioned example. Our starting point is the idea that propositions are world properties, e.g. the proposition p may be considered as the property that all worlds making p true have in common. We argue that in certain cases propositions correspond to determinable properties. In other words, we attempt an argument to the effect that the property of making true a proposition p is in need of specification and that different specific truth-making properties may be conceived as determinates of the property of making p true. Successively, we examine the hypothesis that to say that different constituents may make true the same proposition p – as in Frege’s example of lines and directions – amounts to say that the property of making p true may be determined at different levels of specification according to the corresponding hierarchy of determinates. Finally, we consider the ontological import of this view by characterizing the proposed structure of the proposition in terms of the notion of metaphysical grounding.

§2. ANPOF WORKGROUP: PHILOSOPHY OF SCIENCE

Caveats in the Philosophy of Cosmology

Daniel Sander Hoffmann

State University of Rio Grande do Sul

It is widely acknowledged that contemporary cosmology is a very successful and well-established branch of science. Cosmology is the scientific study of our physical universe, making use of tested physical theories, and data collected through instruments such as radio telescopes, in order to allow us to understand its most important aspects. Cosmology is thus concerned with studying the large-scale structure of the universe, more specifically with regards to the observable region that is accessible to us. Hence, cosmology studies the distribution and motion of radiation, of galaxies, of clusters of galaxies, and so on and so forth. In so doing, cosmology unavoidably deals with the history of the expanding universe, going back to its very origin. The study of the evolution of the cosmos has also some vital implications to biology as well, allowing us to better understand, in strictly scientific terms, our place in the universe as living organisms. Cosmology has thus clearly a saying in all-encompassing astrobiological investigations. Overall, scientific cosmology can be divided into observational cosmology, physical cosmology, particle cosmology, quantum cosmology and relativistic cosmology. Finally, there is also philosophical cosmology, more commonly known as the “philosophy of cosmology”, and it is here that most controversies of philosophical concern arise. Some philosophers, most probably following the lead of the philosophy of physics, take the philosophy of cosmology to be the philosophy that deals exclusively with the problems of *scientific* cosmology, while others, in a far more traditional guise, prefer to focus in metaphysics. Regardless of one's choice, an important fact that needs to be taken into account is that there is a fundamental limitation of the science of cosmology, namely the uniqueness of the physical universe, that sets the *philosophy* of cosmology apart from all the other “philosophies of science”, e.g. from the philosophy of physics or from the philosophy of biology. This exploratory investigation aims to identify the main problems currently addressed by the philosophy of cosmology, as well as the approaches developed by philosophers in the hope of solving them.

La Búsqueda de la Certeza como Ideal de la Actividad Científica

Jorge Alberto Molina

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

La construcción de saberes cuyas conclusiones no puedan ser colocadas en duda y que puedan ser expresadas por medio de afirmaciones no sujetas a disputas ni revisables, ha sido un ideal de la actividad científica. Y todavía en alguna medida lo continúa siendo si pensamos en la insatisfacción que nos produce el estado de las que llamamos hoy ciencias humanas donde encontramos polémicas que no parecen tener fin. El grado en que un saber puede realizar ese ideal de exactitud ha sido usado para distinguir las ciencias de la pseudociencias, permitiendo colocar a la Astronomía dentro de la primera clase, por la exactitud de sus previsiones sobre los movimientos de los astros, y a la Astrología, dentro de la segunda, por la vaguedad de sus previsiones sobre el destino de los hombres. Y también ese ideal de certeza ha sido empleado para establecer una jerarquía entre las ciencias ubicando a las ciencias matemáticas en la cima y a las ciencias que se ocupan de la sociedad y del Estado en la base de la jerarquía. Sin embargo, ya en la Antigüedad clásica se reconoció que el ideal de certeza no podía ser realizado en todos los dominios del saber debido al modo de ser de las cosas que buscamos conocer. La permanente mudanza de los entes del mundo sublunar y la imprevisibilidad de la conducta humana, impedirían respectivamente la constitución de una Filosofía natural y de una Ciencia política tan exactas como la Geometría. Posteriormente la Edad Moderna agregó cuestionamientos a la capacidad humana de obtener certezas en la ciencia. Esas objeciones apuntaron o a las limitaciones de nuestros sentidos o de nuestra razón o al mal uso que haríamos de nuestras facultades de conocer. A pesar de ello el ideal de certeza no ha dejado de regular la práctica científica. La evolución de la ciencia que surgió a partir de la Revolución científica nos muestra la presencia, entre otras, de dos estrategias para realizarlo en la medida de lo posible. La primera de ellas consiste en substituir los objetos de estudio de una disciplina en la cual no pueden obtenerse conclusiones definitivas, no revisables y no disputables y el dominio que los engloba, por otro dominio y otro grupo de objetos que representan a los primeros y que pueden ser tema de una ciencia más precisa. Un ejemplo de ella es la substitución de la Naturaleza cualitativa de la Física de Aristóteles y sus objetos dotados de un principio interno de movimiento, por la Naturaleza del mecanicismo de la Edad Moderna, con su dominio de objetos pasibles de un tratamiento cuantitativo. Aquí la complejidad está en esa relación de representación entre el objeto original de estudio, el cuerpo cualitativo caracterizados por sus propiedades secundarias y el objeto que lo sustituye, a saber, los cuerpos cuantitativos caracterizados por sus propiedades primarias. Se supone que los segundos deben explicar las propiedades causales del primero. Como ejemplo de la segunda estrategia, esto es, de la invención de nuevas herramientas conceptuales, encontramos, entre los más conocidos la invención del cálculo infinitesimal, del cálculo de probabilidades y de la Estadística. Este tipo de estrategia permite obtener

conclusiones más precisas sobre objetos de un dominio de estudio ampliando nuestro aparato conceptual o corrigiendo sus deficiencias. Desde luego, las dos estrategias mencionadas arriba no son excluyentes y muchas veces las encontramos juntas. Bacon y Descartes son un ejemplo de ello: el primero aceptó el atomismo e intentó desarrollar una Lógica inductiva, el segundo defendió la concepción mecanicista de la naturaleza y desarrolló una geometría algebraica. El tema de nuestra exposición será el análisis de esas dos estrategias para la búsqueda de la certeza a partir de diversos ejemplos tomados de la historia de la ciencia moderna.

Causalidade Física e Monismo Materialista

Samuel Simon

University of Brasília

Em um trabalho anterior, redefinimos a noção de causalidade em termos dos estados de um sistema físico. Isso permitiu incorporar amplos domínios da Física e, ao mesmo tempo, possibilitou uma caracterização que julgamos mais adequada de tempo físico. Nesse contexto, a causalidade física surge como algo fundamental da natureza, especialmente por incorporar processos termodinâmicos irreversíveis, numa relação direta com a medida física do tempo. Se essa reconceituação de causalidade estiver adequada, pretendemos estendê-la a processos cerebrais, na medida em que são dissipativos, e, portanto, termodinâmicos. Podemos, assim, perguntar se os processos mentais também podem ser considerados “termodinâmicos” e, se for o caso, quais seriam as consequências para um monismo materialista.

Metodologia científica e a busca do correlato neural imediato da consciência

Oswaldo Pessoa Jr.

Universidade de São Paulo/Indiana University

A questão de qual seria a sede da consciência tem uma longa história de especulações. Ao longo do tempo, vários cientistas buscaram definir critérios metodológicos para estabelecer como se poderia descobrir empiricamente a localização deste “sensorio”, no caso de ele existir de maneira localizada. Uma proposta razoável foi apresentada por Le Beau (1942), que concluiu que a sede da consciência estaria na porção anterior do tronco encefálico, dado que lesões nesta região levam a diferentes graus de perda de consciência. No entanto, na década de 1950 passou-se a argumentar que esta região seria uma causa necessária mas não suficiente para a consciência, ou seja, que ela funcionaria apenas como um interruptor que aciona a energia necessária para o funcionamento do sistema encefálico. Fessard (1953) desenvolveu a analogia do aparelho de rádio, que analisaremos com mais detalhe. Estudamos também o conceito de “correlato neural da consciência” (completo e de conteúdo específico) de Koch, Tononi e colaboradores (2016), apontando suas limitações. Neste trabalho, fazemos uma análise causal de um modelo de encéfalo com um sensorio visual localizado, ou seja, uma região hipotética imbuída de uma materialidade apropriada para a geração de qualia subjetivos associados à percepção visual. Buscamos explicitar como o método indutivo pode determinar a existência de tal região, mesmo levando em conta laços de retroalimentação na cadeia causal. A análise mais comum se baseia no método indutivo da diferença (Mill, 1843), que analisa as consequências da destruição de regiões encefálicas. No entanto, os outros métodos indutivos são necessários para distinguir o correlato imediato da consciência de um mero interruptor. Discutimos também aspectos ligados à resolução temporal das medições, e os debates atuais relacionados à ação de anestésicos (Mashour & Alkire, 2013).

As Atitudes Proposicionais no Âmbito das Teorias da Cognição Corporificada

Sofia Stein

Nas duas últimas décadas, as neurociências alcançaram uma grande quantidade de conhecimento empírico sobre as possíveis referências, mesmo que imprecisas em muitos sentidos, de expressões acerca de estados mentais e de estruturas e conteúdos de atitudes proposicionais. No caso das expressões mentais, como “acreditar”, “pensar”, “representar” e “pretender”, e as atitudes proposicionais em que aparecem (“eu acredito que *p*” etc.), imagens de fMRI, medidas de EEG etc. detectaram diferenças na ativação neural entre contextos em que esses conceitos estavam presentes e contextos em que conceitos acerca de objetos físicos – referentes externos – estavam presentes. Os sujeitos reagem de forma padrão diversa neurologicamente, de acordo com o tipo de frase que estão lendo: frases contendo expressões de estados e processos mentais, ou frases contendo exclusivamente conceitos que descrevem estados de coisas externos – relações entre objetos ou propriedades de objetos. Matthew Lieberman (2007) distingue, como tem sido comum nas neurociências recentes, entre duas maneiras de conhecer as mentes dos outros: de maneira direta ou de forma indireta, por meio de uma “teoria das outras mentes”. Teorias da cognição corporificada, assim como as teorias mais recentes acerca dos neurônios-espelho e da cognição por simulação de estados mentais alheios, sustentam e apresentam evidências de que existe um terreno comum biofisiológico que permite aos seres humanos vivenciar os estados mentais dos outros sem os conceituar previamente. Foram dados importantes passos na explicação da compreensão intersubjetiva dos estados mentais sem pressupostos cognitivistas e referencialistas. Parecem não ser necessárias referências precisas de expressões mentais, em proposições significativas, a estados mentais, para que possamos saber o que outros estão vivenciando. A partir de exemplos apresentados pelas teorias supracitadas e pelos experimentos que almejam corroborá-las, iremos questionar em que sentido o discurso filosófico acerca das atitudes proposicionais, ainda usado na filosofia da mente e na filosofia da linguagem analítica, deveria ser revisado.

Decisões ontológicas

Luiz Henrique de Araújo Dutra

Universidade Federal de Santa Catarina / Universidade de Brasília

Este trabalho discute a possibilidade de tomarmos decisões ontológicas. Com base nas ideias de Popper e de Giere, procuramos caracterizar o realismo perspectivista. Desse ponto de vista, discutimos a noção de compromisso ontológico de Quine e aquela de coletivo de pensamento de Fleck. Com base nas análises das culturas não europeias feitas por Lévy-Bruhl, procuramos mostrar que o realismo perspectivista e o compromisso comum com realidades abstratas é parte integrante do coletivo de pensamento da cultura científica e filosófica europeia.

A ideia fundamental de Popper é que os objetos culturais, aqueles pertencentes ao que ele denomina “Mundo 3” são construções nossas, mas adquirem autonomia e têm poder normativo sobre o que fazemos. A noção de perspectivismo de Giere, por sua vez, é que, embora tais objetos existam apenas para aqueles que estão mentalmente equipados para reconhecê-los, isto é, de sua perspectiva, eles são reais.

Por outro lado, Quine sustenta seu critério de compromisso ontológico, segundo o qual, em termos não técnicos, as coisas que há são aquelas sobre as quais quantificamos, e fazemos isso sempre com base em alguma teoria. Assim, embora estritamente falando, todas as entidades sejam “mitos”, alguns deles são mais úteis que outros para lidarmos como o fluxo da experiência, que é o que Quine pensa dos objetos físicos macroscópicos.

Entretanto, essas questões ontológicas são colocadas de maneira mais radical por Fleck, que introduz suas noções de coletivo de pensamento e de estilo de pensamento, noções baseadas em parte nas considerações de Lévy-Bruhl e que antecipam, como é sabido, as discussões de Kuhn sobre os paradigmas e as revoluções científicas.

Reconstituindo parte das análises de Lévy-Bruhl sobre as culturas dos povos não europeus (em sua época considerados “primitivos”), argumentamos que as questões ontológicas são relativas ao *Mundo 3* de cada uma das culturas que consideramos. Assim, a distinção entre objetos físicos e abstratos, que pode não haver em alguns *Mundos 3*, há naquele da tradição científica e filosófica da cultura europeia (ou “mediterrânea”, como Lévy-Bruhl a chama). E, além disso, dessa perspectiva, os objetos abstratos são reais, embora eles sejam reais apenas para nossa comunidade epistêmica.

Fantasma na Máquina: O que há nas Neuroimagens? Uma Avaliação a partir da Filosofia e Teoria da Ciência

Carlos Eduardo Batista de Sousa

Universidade Estadual do Norte Fluminense

O neuroimageamento do encéfalo tem sido a principal técnica usada para descobrir áreas neuronais mais ativas durante a experiência de estados mentais conscientes. As neuroimagens são geradas a partir de equipamentos sofisticados que envolvem conhecimento sobre física nuclear, matemática avançada, neuroanatomia, neurofisiologia e requer habilidades analíticas de interpretação detalhada dos dados. O processo de geração das neuroimagens abrange etapas complexas com alta taxa de erros. A técnica de neuroimageamento se mostra eficiente no diagnóstico clínico, mas na experimentação em neurociência cognitiva, social e afetiva tem se mostrado falha. Erros grosseiros tem sido cometidos e levaram a comunidade neurocientífica a soar alarme em editoriais e artigos de alerta nos periódicos de impacto na área. Alguns exemplos são: erros relacionados com a calibragem do scanner, estatísticas não corrigidas, ruídos de fundo no equipamento e oriundos de atividade neuronal de fundo e atividade fisiológica, ausência de validação dos dados num modelo previamente estabelecido, erros de interpretação originados por imperícia ou vieses cognitivos, erros conceituais e de definição, variabilidade de sujeitos, amostras insuficientes, pouco ou nenhuma replicação e reprodução para confirmar os resultados, dentre outros. Apesar destes erros, as neuroimagens tem sido amplamente usadas como evidência em favor de certas teorias e teses. Afinal, o que são as neuroimagens? O que elas dizem sobre o cérebro e a mente consciente? Qual a ontologia, epistemologia e metodologia pressupostas neste procedimento de mapear o cérebro e correlacionar com estados mentais? Este trabalho discute as questões acima e aponta para a necessidade de adoção de estudos de filosofia e teoria da ciência a fim de evitar erros sistemáticos presentes na experimentação neurocientífica dos estudos sobre o cérebro e a mente consciente.

§3. ANPOF WORKGROUP: THEORIES OF JUSTICE

“I deserve to be poor”: Poverty, Epistemic Oppression and Cognitive Biases

Alessandro Pinzani

Federal University of Santa Catarina

The social investigation of poverty faces a major problem: it is forced to take as its source of knowledge the depositions of individuals whose epistemic reliability it tends to question or even to deny. The poor do not give evidence on their situation from the objective standpoint of an impartial observer. They refer to their subjective experience, that is, to the way they experience their poverty. In doing so, however, more often than not they adopt a language that is not their own and that reflects rather those assumed by the socially dominant view on poverty, as some colleagues and I could perceive during a field research, in which we interviewed women on social benefits. We were puzzled by the discrepancy between their accounts of their plights, in which they gave voice to their suffering, on the one side, and on the other the way they tended to explain their situation, usually blaming themselves. In order to understand this phenomenon, I would like to recur first to Miranda Fricker's concept of epistemic oppression and, second, to the concept of cognitive biases as a possible tool for explaining phenomena that traditionally have been dubbed as “false consciousness,” “alienation” or “reification”.

Conservadorismo e neoliberalismo sob a luz do debate entre distribuição e reconhecimento

Allan Cavalcante Lira Magalhães

Universidade Federal do Pará

allan.c.lira@gmail.com

Com o crescimento de tendências políticas de extrema direita, tem-se observado o fortalecimento da união contraditória entre ultra liberalismo econômico e conservadorismo moral no cenário democrático. Há, por um lado, pressão para implementação de políticas de precarização dos direitos sociais, como trabalhistas e previdenciários, e fortalecimento das redes econômicas e, por outro lado, esforços de negação de certos direitos identitários conquistados recentemente, com recurso de razões morais. No caso brasileiro, as recentes modificações nos direitos trabalhistas e tentativas de reforma previdenciária, assim como a afirmação de uma política nacional que nega as lutas históricas de grupos politicamente vulneráveis são demonstrativas desses processos. O debate sobre distribuição e reconhecimento entre Honneth e Fraser fornece elementos teóricos úteis à compreensão e combate desses retrocessos. Elementos que esclarecem, em primeiro lugar, a lógica de funcionamento de cada forma de opressão e, em segundo lugar, como elas se relacionam. Analisando o contexto brasileiro à luz desses elementos, está comunicação lança as hipóteses de que, por um lado, os ataques às identidades vulneráveis são constantemente usados como recursos de camuflagem para implementação da agenda neoliberal e, por outro lado, que o uso da linguagem de uma frente brasileira patriótica única (“o nosso partido é o Brasil”) serve para mascarar conflitos entre exploradores e explorados na dimensão da distribuição e entre opressores e oprimidos na dimensão do reconhecimento. Lança também duas soluções possíveis. A primeira, as frentes de oposição social e parlamentar devem eleger prioridades, dando preeminência de resistência à implementação da agenda neoliberal, cujos resultados afetam negativamente a maior parte da população em um país com altos índices de desigualdade econômica, como o Brasil. A segunda, faz-se necessária a formulação de certos discursos capazes de desmistificar a ideia de unidade, tal como usada atualmente, deslocando o foco de inimigos ideológicos para políticas e propostas desumanizantes que eliminam direitos materiais e culturais. Ao se desenvolver esse projeto quer-se, do ponto de vista teórico, adaptar o debate entre Honneth e Fraser para aspectos atuais do contexto brasileiro, em especial, e, do ponto de vista empírico, contribuir para o debate sobre como reagir as ondas de revogações de direitos.

Política da pós-verdade como patologia de justiça

André Luiz Souza Coelho

Universidade Federal do Rio de Janeiro

prof.andrecoelho@gmail.com

Consensos públicos sobre justiça dependem de, entre outras, três condições: uma disposição dos indivíduos para o diálogo razoável; um estoque comum de fatos e informações relevantes e confiáveis; e um espaço público adequado de formação coletiva da opinião e da vontade.

Na medida em que a “política da pós-verdade” sabota cada estas condições, ela impede a formação de consensos de justiça, tornando-se, assim, uma patologia de justiça. É nesta condição que ela se torna do interesse de uma teoria de justiça.

O que aqui chamo de política da pós-verdade é um uso estratégico da polarização ideológica e do isolamento informacional para, por meio de mentiras, manipulações, polêmicas e digressões, conquistar ou manter apoio eleitoral sem oferecer nenhuma solução prática para problemas reais.

Abordo a política da pós-verdade como patologia de justiça a partir de três blocos de problematização: um relativo à internet e às redes sociais; um relativo às transformações e à crise do jornalismo tradicional; e um relativo à reorganização estratégica da comunicação política.

No bloco da internet e das redes sociais, destaco como o surgimento de fóruns virtuais, mídias alternativas e bolhas de informação contribuiu para a substituição da esfera pública por microesferas ideológicas, que redefinem realidade e verdade à luz de paranoias tóxicas e truculentas.

No bloco do jornalismo, proponho que o modelo corporativo, a indistinção entre informação, opinião e propaganda e a transição para plataformas digitais levaram à customização da notícia, à exploração sensacionalista da revolta e do ódio e à crise de credibilidade do jornalismo tradicional.

No bloco da comunicação política, explico como a mineração e análise de dados criou espaço para uma comunicação estratégica que explora as redes sociais e a crise do jornalismo, apostando em fake news, envenenamento do discurso público, revisionismo histórico e firehosing.

Ao final, apresento três possíveis interpretações da política da pós-verdade, cada uma com seus próprios diagnósticos e terapias.

A primeira é que a política da pós-verdade é um fenômeno oportunista e passageiro, que tira proveito do vazio de esperanças e alternativas à globalização liberal pós-crise de 2008 para trazer de volta tendências reacionárias que não sobreviverão ao atrito com a realidade.

A segunda é que a política da pós-verdade é consequência de uma longa erosão da relação tanto da direita quanto da esquerda com a ideia de verdade, em que a aposta em reinterpretções e desconstruções apagou a linha divisória entre verdade factual e preferência ideológica.

A terceira é que a política da pós-verdade é apenas o primeiro sintoma mais sensível de uma série de transformações definitivas da política tradicional, em que progressiva-

mente desaparecem as condições que tornaram possíveis o debate público, o governo democrático e o estado de direito.

Deixo em aberto qual das interpretações do fenômeno o capta melhor, mas retiro de cada uma a lição correspondente: é necessário encontrar uma narrativa alternativa à globalização liberal, refazer os laços com a verdade factual e lutar por todos os vestígios restantes de uma ordem emancipatória.

O papel da solidariedade no projeto habermasiano de democracia transnacional

Cristina Foroni Consani

Universidade Federal do Paraná

crisforoni@yahoo.com.br

Em seus ensaios mais recentes a respeito da constitucionalização do direito internacional (cf. *Sobre a Constituição da Europa; Na Esteira da Tecnocracia*), Habermas parece modificar sua forma de pensar a constitucionalização do direito internacional, ao menos no que diz respeito ao nível transnacional, assumindo aspectos de um modelo republicano que em textos anteriores havia sido recusado, como, por exemplo, a ênfase em uma espécie de solidariedade que extrapola o nível nacional.

Embora o conceito de solidariedade seja central no projeto habermasiano de democracia transnacional, ele aposta em um conceito político de solidariedade, despido de elementos éticos e culturais em sentido forte. O conceito de solidariedade pensado por Habermas, embora assemelhe-se ao conceito de eticidade, não pode ser entendido no sentido atribuído a este conceito por Hegel, mas sim no sentido de um *comportamento recíproco previsível*. As obrigações de solidariedade possuem, segundo Habermas, três características: a) fundamentam pretensões supererrogatórias que vão além do que o destinatário é obrigado jurídica ou moralmente. Nesse sentido, o cumprimento de uma obrigação de solidariedade não pode ser nem forçado (pelo direito) e nem categoricamente exigido (pela moral) mas depende da previsibilidade do comportamento recíproco e da confiança nessa reciprocidade; b) refere-se ao interesse comum, ao bem-estar e à integridade de uma forma de vida comum; c) pressupõe contextos de vida políticos organizados juridicamente e, nesse sentido, artificiais (não demandam a ideia de uma comunidade ligada por laços culturais ou tradicionais).

O conceito de solidariedade pode ser tomado como chave para pensar a democracia e a justiça transnacional. Ele tem uma estreita relação com a política e com o direito, haja vista que esses parecem ter que estabelecer os contornos dentro dos quais o ideal de *comportamento recíproco* pode tornar-se previsível. O propósito deste artigo é avaliar em que medida as instituições da democracia transnacional delineadas no modelo habermasiano são adequadas para levar a cabo o projeto de fortalecimento da solidariedade.

Tortura: nunca mais? Simbólica constitucional, democracia e Estado de direito

Delamar José Volpato Dutra

Universidade Federal de Santa Catarina

djvdutra@yahoo.com.br

O *Estado de direito* no sentido dos direitos humanos, seja em uma perspectiva mais liberal, seja em uma perspectiva mais comunitária tem conexões estreitas com a democracia. Em seu sentido básico, o conceito de Estado de direito remete às dissonâncias entre as noções de povo e de humanidade. Nesse sentido, a democracia aparece como teste política da efetiva realização do Estado de direito, já que parece problemática uma efetivação do mesmo por outros meios que não o democrático. Trata-se de um teste exigente, já que demanda ações positivas por parte da comunidade política. Porta, também, relação com o *Estado-Leviatã*, ou seja, com o poder administrativo do Estado, para usar um conceito habermasiano, já que, por certo, a democracia é uma fonte de poder, como está inscrito no próprio termo democracia. A questão da tortura tem, nesse particular, seu papel de destaque como teste em relação a esses pontos, ou seja, especificamente a como os humanos são tratados pelas comunidades políticas. Trata-se de um teste aceitável de decência mínima em razão do caráter bem consolidado da proibição da tortura como direito fundamental, tanto por parte de deontologistas e de utilitaristas, quanto por constituir um dever de não agir por parte do Estado, sendo, portanto, de fácil cumprimento por todos eles. O presente estudo trata precisamente deste ponto. A bem da verdade, o presente estudo tomo como ponto de fuga o conceito de Estado de direito e o analisa em relação a vários aspectos. No presente caso o aspecto considerado é aquele da sua relação com a tortura.

John Rawls e as bases socioeconômicas da democracia

Denilson Luis Werle

Universidade Federal de Santa Catarina

dlwerle@yahoo.com.br

O cerne histórico-conceitual da democracia, estabelecido ao longo de conflitos sociais e lutas políticas concretas, consiste na ideia de uma prática de autogoverno e de autodeterminação do povo, entendido como a coletividade de cidadãos livres e iguais, que, pelo uso público de sua razão, deliberam em conjunto sobre as mais diversas questões que envolvem a organização da vida em comum, visando a formação de compromissos, consensos ou acordos sobre as questões políticas mais fundamentais. Nas discussões mais recentes sobre a democracia e os seus sentidos, no âmbito da filosofia política, grande ênfase é dada às exigências normativas implícitas na participação e deliberação e aos diferentes arranjos institucionais necessários ou mais favoráveis ao uso público da razão entre cidadãos livres e iguais. O objetivo da minha comunicação é enfatizar, a partir da ideia de bases sociais do autorrespeito e da noção de *property-owning democracy* de Rawls, uma dimensão, a meu ver, menos destacada ou, talvez, não suficientemente discutida, nessas discussões mais recentes da teoria democrática: a dimensão material da justiça econômica, ou seja, as bases sociais e econômicas de um sistema de cooperação social equitativo, sem as quais as exigências normativas de participação e deliberação caem no vazio. Essa discussão implica colocar novamente em pauta as relações tensas entre economia capitalista de mercado e o cerne conceitual da ideia de democracia.

Reconhecimento na teoria liberal?

Diana Piroli

Universidade Federal de Santa Catarina

dianapiroli@hotmail.com

“Reconhecimento” se tornou a palavra-chave da nossa época é com esta frase que se abre a publicação de “Redistribuição ou Reconhecimento?” (2003) de Axel Honneth e Nancy Fraser, livro notório que discutiu (e ainda discute) as insuficiências e complementaridades de questões distributivas e das pretensões identitárias/simbólicas no que tange às teorias normativas de justiça social. De modo que, qualquer concepção hodierna que pretenda discutir sobre teorias de justiça deve levar em conta essa dimensão polisêmica das reivindicações por justiça. Paralelo a essa discussão dentro da teoria crítica acompanha a denúncia de que as teorias tradicionais de justiça contemporâneas, principalmente aquelas de vertente liberal norte-americana como Rawls, Dworkin, Nozick, não teriam se ocupado satisfatoriamente da polissemia das reivindicações sociais de seu tempo, que englobam não somente as pretensões redistributivas como as de reconhecimento. As teorias liberais teriam o mérito de ter desenvolvido sofisticadas teorias de justiça que combinam ao mesmo tempo a justificação as demandas de redistribuição socioeconômicas – como a defesa da liberdade individual e da social democracia – em contrapartida, elas teriam deixado a desejar nos debates do reconhecimento. Todavia, essa crítica não parece ser fiel à teoria de justiça política de John Rawls. Ao longo deste projeto de pesquisa tentarei mostrar que a teoria de Rawls não só escapa a essas acusações como também tem bases teóricas aproveitáveis para o reconhecimento. O projeto almeja defender que a *teoria liberal contemporânea* também se ocupou deste debate, mesmo que de modo mais tímido, como é o caso da teoria de justiça de John Rawls. Autores como Kymlicka (1989), Weinstock (1994;1999) Tully (1995), Galeotti (2002), Lægaard (2005), Werle (2014), Warner e Zink (2016), Caranti e Ali (2019) defendem que a teoria de política justiça rawlsiana não só possui espaço para dialogar com as reivindicações por reconhecimento, talvez até possivelmente mais frutífera para desenvolver um projeto institucional em defesa das condições sociais necessárias para um *status equitativo* entre os cidadãos (ao menos nas questões políticas), do multiculturalismo e da defesa do pluralismo. O projeto de uma teoria do reconhecimento deontológica com fortes traços políticos, tal como o quis Fraser, poderia encontrar em Rawls um forte aliado para construção mais substantiva de uma teoria normativa. Minha estratégia de investigação será dar especial atenção a um bem primário peculiar na teoria rawlsiana chamado de *bases sociais do autorrespeito*. Argumentarei que ao dissecar este conceito encontraremos no autor os traços teóricos necessários para encaixar a teoria de justiça rawlsiana como uma concepção sensível às pretensões de reconhecimento deontológica.

Narrativas de justificações e normatividade. Há ordem na justificação da desigualdade?

Eduardo de Borba

Universidade Federal de Santa Catarina

eduardodborba@gmail.com

Essa comunicação tem dois objetivos principais: o primeiro, defender a plausibilidade de um projeto de crítica social baseado no direito à justificação de Rainer Forst. O segundo diz respeito a forma que encaminharei essa defesa: tomarei as ideias de Forst e aplicarei a um contexto específico, a saber, as razões que justificam a extrema desigualdade da sociedade brasileira segundo o sociólogo Adalberto Cardoso.

Para Rainer Forst (2017, p. 10-11), ideologias “são justificações de relações de governo ou de dominação que se isolam do desafio crítico distorcendo o espaço de razões e apresentando relações de governo ou de dominação como “naturais” (inalteráveis), dadas por Deus, ou de alguma outra maneira incorreta como suficientemente justificadas.” Portanto, para o filósofo alemão, ideologias são assim descritas no plural, uma vez que dizem respeito a um leque amplo de diferentes justificações que podem ou não ser compatíveis entre si. O projeto de uma crítica das relações de justificação, ou melhor, de uma teoria crítica da justiça, deve ser entendido como uma tarefa em duas dimensões: ele deve conciliar uma análise recursivo-discursiva, explicitando razões dominantes e narrativas de justificação com uma análise dos diferentes posições e poderes normativos dos agentes, isto é, analisar as condições institucionais e estruturais de formação das justificativas. O primeiro momento é o da crítica da ideologia, o segundo, de uma teoria crítica da justiça. Neste trabalho, me aterei ao primeiro momento.

A relação entre justiça e justificação é imanente e dialética. Como relações injustas são “aquelas não suficientemente justificáveis em termos recíprocos e gerais, e relações profundamente injustas são aquelas que sistematicamente impedem a própria prática da justificação. Colocar fim nessas relações é o motivo mais forte de justiça que conduz à lutas históricas.” (Forst, 2017, p. 15). São dialéticas porque preveem uma aplicação contextualista, onde, como já dito, os critérios da reciprocidade e generalidade devem ser “traduzidos” de forma adequada - prática - aos diferentes contextos e estratégias de justificação. “O que nós precisamos é de uma abordagem dialética da relação entre moral e política.” (Forst, 2015, p. 57).

Assim, para finalizar tentaremos reconstruir esse caráter dialético entre moral e política a partir da interpretação da “utopia brasileira” de Adalberto Cardoso à luz da proposta forstiana das narrativas de justificação. Nosso intuito é testar a plausibilidade do referencial teórico de Rainer Forst, uma vez que muitas vezes sua teoria é tida como demasiadamente moralista e abstrata.

A face escondida das causas do sofrimento no mundo do trabalho

Evania Reich

Universidade Federal de Santa Catarina

O conceito de sofrimento como dimensão e valor político é ainda bastante contestado.

Embora a descrição da realidade do sofrimento deva ser constituinte de uma das tarefas essenciais de políticas fundamentais, ainda assim existe um receio cada vez maior de se admitir que a categoria do “sofrimento” possa designar um verdadeiro problema social capaz de se tornar em objeto de um uso político pertinente. Por muitos autores a naturalização do sofrimento como parte constituinte da existência dificulta a fundamentação de uma crítica da sociedade a partir de tal objeto. A sociologia durante muito tempo o rejeitou alegando que a sua dimensão psicológica ou cultural dificultaria o seu estudo, a psicologia por não querer correr o risco de uma moralização indesejada, e as teorias liberais por negarem o apelo ao paternalismo estatal que pudesse interferir na felicidade dos indivíduos.

Vê-se, no entanto, um interesse cada vez maior por parte da sociologia, da antropologia, da psicanálise e também da filosofia pela compreensão do sofrimento individual tendo como causa as diversas formas de opressões sociais e políticas. Se é impossível teorizar o sofrimento, não é impossível teorizar as suas formas de expressão.

Uma das suas formas de expressão se dá no mundo do trabalho. A falta de trabalho, ou a sua má remuneração, ou a sua incerteza acarretam um prejuízo de cunho material e na maioria das vezes igualmente imaterial. O prejuízo material pode levar os indivíduos ao mundo da pobreza, da necessidade aos bens materiais mais elementares para a sobrevivência humana. E o prejuízo aqui designado imaterial leva os seres humanos a desqualificação social, à uma completa exclusão do mundo social. Portanto, pobreza econômica e pobreza social são as duas consequências da exclusão dos indivíduos do mundo do trabalho ou sua permanência, mas de forma precária.

A questão é vasta e o tema evidentemente não pode ser explorado de forma ampla em apenas um artigo. A partir do conceito de sofrimento sistêmico abordado por Pinzani, – o qual indica que as causas sociais do sofrimento não dependem unicamente dos atores sociais, mas se encontram na própria estrutura social e na maneira como o poder social, político e econômico está organizado e distribuído na sociedade - o objetivo deste artigo é analisar a questão a respeito da posição daqueles que sofrem perante estas duas formas de prejuízos, material e imaterial. Isto é, partiremos da hipótese de que os próprios atores do mundo trabalho naturalizam os seus sofrimentos, e não os compreendem como parte de um verdadeiro problema social e político que perpassa seus próprios esforços para superar tal situação.

A reabilitação de Kant na Teoria Crítica pós-habermasiana

Francisco Jozivan Guedes de Lima

Universidade Federal do Piauí

jozivan2008guedes@gmail.com

O meu objetivo consiste em repensar o lugar de Kant na Teoria Crítica pós-habermasiana, especialmente, a partir de Honneth e Forst. A minha hipótese é que, absorvida e em certa medida obcecada pela crítica de Hegel ao formalismo kantiano, a Teoria Crítica tem falhado em prescindir das contribuições dos potenciais normativos depreendidos da justiça kantiana, sobretudo, presentes na sua defesa do republicanismo, da cidadania e da publicidade. No seu projeto construtivista de teoria da justificação, Forst defende que a ética kantiana se sobressai a outras no que concerne à normatividade, porém, recai numa contradição entre dever e autonomia. Honneth, em *O Direito da Liberdade*, diz que a concepção de justiça em Kant radicaliza um modelo reflexivo e monológico de autonomia que não alcança a intersubjetividade e a liberdade social. Todavia, apesar de inicialmente apoiar-se no método da reconstrução normativa e no projeto de eticidade de Hegel, Honneth tanto em *Luta por Reconhecimento* quanto em *O Direito da Liberdade* abandona o modelo hegeliano por recair numa filosofia subjetivista de consciência e num modelo substancializado de metafísica calcado numa forte ideia de Estado e de espírito absoluto que colapsa as possibilidades de um Estado democrático de direito. Como ele mesmo constata em *Sofrimento de Indeterminação*, não há o mínimo resquício de uma formação da vontade democrática na eticidade de Hegel. Esse ponto fora notado também por Forst desde *Contextos da Justiça*. Se o modelo normativo de Hegel se encontra para ambos os autores comprometido, por que então não buscar em Kant pontos de justificação de suas teorias? Penso que o republicanismo pensado enquanto equilíbrio entre liberdade, lei e poder - conforme está presente em *Antropologia de um ponto de vista pragmático* -, a defesa kantiana da cidadania perante a arbitrariedade do Estado, e sua concepção da publicidade enquanto direito de resistência negativa e liberdade de expressão, e igualmente o seu diagnóstico de época e a propositura de um projeto filosófico de autonomia ético-política em termos de *Aufklärung*, são pontos que podem ter lugar nos projetos de normatividade de Honneth e Forst, mesmo que seus recortes sejam metodologicamente diferenciados. Entretanto, para isso, é necessário reconsiderar a justiça kantiana para além de um enfoque meramente subjetivista que os referidos teóricos incorrem ao se restringirem à *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Nesse sentido, a reabilitação de Kant na Teoria Crítica pós-habermasiana requer ampliar o enfoque para outras obras sob um redimensionamento intersubjetivo, a saber, *À Paz Perpétua, Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, *Teoria e Prática*, *Doutrina do Direito*, *O Conflito das Faculdades*, *O que é Esclarecimento*.

Políticas de cuidado: Uma questão de justiça

Ilze Zirbel

Universidade Federal de Santa Catarina

izirbel@yahoo.com.br

Ao longo das últimas quatro décadas, o campo das Teorias do Cuidado desenvolveu-se de maneira ampla e diversa. Para além das questões éticas ou das reflexões atreladas à temática das virtudes, tem pontuado questões políticas. Se, inicialmente, o cuidado foi atrelado a um tipo de teoria moral “feminina” que contrapunha-se às teorias de tipo universalista pautadas na justiça, cada vez mais é definido como um valor universal, necessário à implementação de uma sociedade justa. Uma das principais marcas de desigualdade social é a da má distribuição das atividades e dos benefícios do cuidado. Pessoas com menos recursos e menor status ou poder encontram-se comumente em situações nas quais provêm mais cuidado do que recebem e não possuem condições ou meios de estabelecer regras adequadas e justas para as relações de cuidado das participam. De igual maneira, pessoas com maior status e poder aquisitivo acessam quantidades maiores e melhores de cuidado, enquanto esquivam-se da responsabilidade de cuidar (seja de si ou de alguma outra pessoa). Além disso, o cuidado demanda atividades coletivas que envolvem instituições políticas a fim de estabelecer e promover as condições sob as quais pode ser exercido e atingir adequadamente todos os membros da sociedade. Esta comunicação discutirá alguns dos desdobramentos de uma teoria política do cuidado focando, em especial, no cuidado voltado a pessoas em situação de dependência abrangente e pessoas com autonomia reduzida e dependência acentuada. No escopo da discussão entram os temas da reciprocidade geracional; do desenvolvimento dos sentidos de justiça, responsabilidade e cooperação social; do direito à ser dependente sem ser discriminado, desvalorizado ou subjugado; dentre outros. Defender-se-á que ser destinatário de políticas de cuidado equivale a poder levar uma vida mais ou menos autônoma em meio as redes de interdependência necessárias ao desenvolvimento de capacidades e da manutenção da vida.

A concepção teórico-discursiva de direitos humanos de Rainer Forst uma apresentação crítica

Ivan Rodrigues

Universidade Federal de Santa Catarina

ivanrsfilho@hotmail.com

Rainer Forst articula uma concepção dos direitos humanos que se pretende não só nova, mas também superior às demais concepções filosóficas. Segundo ele, tal concepção é uma quarta abordagem dos direitos humanos, alternativa às abordagens ética, político-jurídica ou funcionalista e normativa minimalista: trata-se de uma abordagem teórico-discursiva. Com isso, ele pretende, primeiro, que sua concepção seja completamente independente de qualquer visão de vida boa, ainda que muito abstrata e pouco substancial, bem como que sua concepção seja reconciliável com o pluralismo ético; pretende, segundo, que sua concepção não seja limitada à função atribuída aos direitos humanos nas relações internacionais, a função de limitação da soberania nacional; pretende, terceiro, que sua concepção seja radicalmente normativa, fundacionalista, centrada em um fundamento moral único e abrangente o direito fundamental à justificação; e pretende, quarto, que sua concepção não seja confundida com a abordagem teórico-discursiva de Jürgen Habermas, tendo em conta que, na reconstrução habermasiana dos direitos humanos, há uma veemente recusa a apelar a um fundamento propriamente moral. Neste artigo, é tecida uma apresentação da concepção forstiana, e são delineadas três críticas a ela: critica-se a centralidade que Forst confere à forma direito, critica-se seu regresso ao jusnaturalismo racionalista, e se critica sua omissão do substrato ético do direito fundamental à justificação e dos direitos humanos.

Habermas: ordem política justa e direitos humanos

Jáine Isabel Jorge da Rosa

Universidade Federal de Pelotas

jaineisabeldarosa@gmail.com

O pluralismo dos seres humanos é um fato que não pode ser contornado. Nesse sentido, pode-se questionar se a relação entre a moral e o direito, nas concepções de Habermas, é suficiente para solucionar os conflitos nas sociedades contemporâneas. Para tanto, este estudo investiga a resposta oferecida pelo autor no Ensaio *O Conceito de Dignidade Humana e a Utopia Realista dos Direitos Humanos*, atinente à obra *Sobre a Constituição da Europa*. O modelo de moralização do direito, exposto no referido Ensaio, diferencia-se de modelos desenvolvidos por Habermas em obras anteriores, uma vez que não são os deveres morais, mas os “direitos subjetivos” que fundamentam o sistema de direitos, estabelecendo uma relação de “fundamentabilidade”. Tal modelo concebe os conceitos de dignidade humana e de direitos humanos como intrinsecamente relacionados, propondo a passagem da moral racional para o direito racional. Este movimento impõe que haja uma exigência autoconsciente pelo reconhecimento jurídico em detrimento do que, na moral racional, configurava-se como reconhecimento moral recíproco e consideração pelo outro. Nas palavras do autor (HABERMAS, 2012, p. 37), “Somente esse vínculo interno entre a dignidade humana e direitos humanos produz aquela fusão explosiva da moral no médium do direito, no interior do qual deve ser efetuada a construção das ordens políticas justas.” Acompanhando o pensamento atual de Habermas, o principal argumento a ser desenvolvido nesse trabalho, consiste na demonstração da hipótese de que não existe sociedade justa sem direitos humanos. Para o autor, a aplicação efetiva dos direitos humanos fazem cessar as lutas por reconhecimento, desenvolvendo as condições necessárias para a efetivação de uma sociedade justa. O reconhecimento, da perspectiva do direito racional, simboliza o respeito exigido pelo *status*, que é inerente a uma ideia de dignidade. Havendo, portanto, a concepção de uma dignidade universal do homem formada pelo *status*. Essa, com base no autorrespeito e no reconhecimento social, concretiza um *status* civil: ou seja, em uma comunidade organizada no espaço e no tempo. Hodiernamente, o conceito de dignidade humana “transfere o conteúdo de uma moral do respeito igual por cada um para a ordem do *status* de cidadãos que derivam seu autorrespeito do fato de serem reconhecidos pelos outros cidadãos *como sujeitos de direitos iguais reivindicáveis*.” (HABERMAS, 2012, p. 23. Grifos do autor.) O *status* “deve ser criado pelos próprios cidadãos por meio do *direito positivo* e deve ser protegido e desenvolvido sob circunstâncias históricas modificáveis” (HABERMAS, 2012, p. 24. Grifos do autor.), de modo que a ordem política seja autocriada e a dignidade humana possa assumir a forma de um conceito jurídico moderno, conectando o *status* que os cidadãos constituem. Nessa perspectiva, a dignidade humana é a “fonte” moral da qual os direitos fundamentais retiram o conteúdo. Nesse contexto, os direitos humanos referem-se simultaneamente à moral e ao direito. Sendo assim, este modelo, então, indica uma possível alternativa para resolver os conflitos nas sociedades contemporâneas.

Liberdade, igualdade e justiça no republicanismo de Philip Pettit

Jairo Marçal

UniBrasil

jairomarcal@gmail.com

As teorias da justiça contemporâneas manifestam profundas divergências sobre o significado e o objetivo da justiça e sobre o papel do Estado. Enquanto algumas abordagens argumentam que a justiça deve se ocupar com a garantia da liberdade de escolha e com a não interferência, sobretudo a estatal, outras defendem o ideal da maximização da felicidade e do bem-estar, outras ainda sustentam que a justiça equivale a uma igualdade mais substantiva, com cidadania forte e presença marcante do Estado.

Para o republicanismo neorromano, a justiça deve promover a igualdade por meio da liberdade como não dominação, porque isso garantiria aos cidadãos recursos e proteções igualitárias no contexto das liberdades básicas garantidas pela lei.

Pettit critica as teses igualitárias que prometem eliminar, de forma radical e absoluta, todas as desigualdades brutais que se abatem sobre as fortunas das pessoas e, critica, outrossim, a promessa de Rawls, particularmente o seu segundo princípio de justiça, que acena para a igualdade material, mas, ao mesmo tempo, permite um grau de desigualdade relativa de condições que, em razão da falta de uma infraestrutura institucional e da ausência do papel regulador do Estado, distancia-se do ideal de igualdade e condiz muito mais ao “retorno absoluto à pior posição”.

Pettit defende que as liberdades básicas, uma vez garantidas e protegidas por recursos públicos em uma determinada sociedade e nela enraizadas - condição essa que supera e representa um avanço em relação ao mesmo significado que elas têm para o liberalismo - seriam suficientes para tornar a vida de um indivíduo plena e significativa. Ao assumir essas liberdades, Pettit está apontando para um projeto republicano de justiça social, profundamente marcado pelo princípio da liberdade como não dominação. Para pavimentar seu caminho ele propõe “um modelo capaz de proteger as liberdades básicas igualmente para todos - e sugerir que o modelo se encaixa bem, como requer o equilíbrio reflexivo, com nossos julgamentos ponderados da justiça”. (PETTIT, P. *On the People's Terms. A Republican Theory Model of Democracy*. Cambridge, Cambridge University Press, 2012, p. 104).

Ao recorrer ao termo “equilíbrio reflexivo” a menção a John Rawls é inevitável. Nossa questão é, até que ponto a teoria liberal da justiça do filósofo americano representa um problema para o ideal de liberdade como não dominação? Pettit pretende demonstrar a fragilidade do contratualismo de Rawls, particularmente dos seus princípios de justiça. Enquanto Pettit afirma que o ideal de liberdade como não dominação não necessita de nenhum outro recurso adicional para realizar a justiça social e a realização pessoal dos cidadãos, a teoria de Rawls “impõe dois princípios. Um deles prescrevendo a liberdade igualitária, o outro um primo próximo da igualdade material” (PETTIT, 2012, p. 107); o que levanta, segundo o próprio Pettit, uma questão sobre a plausibilidade da sua teoria. Por outro lado, se conceito de liberdade como não dominação de Pettit não ostenta de forma substantiva um valor social, em que medida ele se diferencia

das propostas liberais, e como sugerir um conceito de justiça capaz de combater as desigualdades sociais?

O positivismo jurídico de Kant

Joel Thiago Klein

Universidade Federal de Santa Catarina

jthklein@yahoo.com.br

O fato de que Kant seja normalmente interpretado como partidário do jusnaturalismo é compreensível pelo seu esforço de vincular o direito positivo aos princípios metafísicos do direito, os quais, por sua vez, possuem um vínculo com os princípios de uma moral universal. Isso é indicado na sua afirmação de que: “Uma doutrina do direito meramente empírica é (como a cabeça de Fedro) uma cabeça que pode ser bela, mas infelizmente não tem cérebro.” (AA 06:229s) Nessa sentença Kant parece indicar uma rejeição completa de um positivismo jurídico, visto que o direito é vinculado à justiça, a qual, por sua vez, se estabelece segundo os princípios *a priori* da razão prática pura. Entretanto, como se pretende argumentar nesse artigo, para Kant, mesmo havendo uma desvinculação do direito positivo com relação aos princípios metafísicos do direito, o direito positivo, ou o direito empiricamente considerado ainda permanece válido. Nesse sentido, pretendo argumentar que Kant aceita a tese do positivismo jurídico da independência da validade do direito, mas rejeita, em certa medida, uma segunda tese do positivismo, a saber a tese da completa separação da validade do direito positivo com relação à justiça.

Rebelião: mudança climática, migrações e desdemocratização

Jordan Michel-Muniz

Universidade Federal de Santa Catarina

jordanj@terra.com.br

Concebo a política vindoura numa tríplice conexão, entre *mudança climática*, *migrações* e *desdemocratização*. Submeto pesquisas e fatos à crítica filosófica, e percebo maiores empecilhos para converter governos representativos em democracias efetivas. Ressurgem sistemas autoritários conducentes ao recrudescimento das injustiças sociais. Trata-se de estudo em andamento, abarcando três vastos campos. Arrisco-me à generalidade para apontar encadeamento danoso aos interesses dos povos, motivo para defender a *rebelião* como opção política fundamentada, seguindo princípios de Locke.

Começo pelas alterações ambientais, do clima à extinção de espécies. Haverá enormes danos econômicos em colheitas, áreas urbanas costeiras, tormentas etc. Propostas neomalthusianas julgam imperativo reduzir a população global, ideia favorecida pela automatização do trabalho e superabundância de gente desempregada ou subsistindo no *precarizado*, em função das políticas neoliberais. Antevejo futuro oposto ao que Srnicek e Williams advogaram inventar: em lugar da automação conduzir ao pós-capitalismo, o capital tenciona acabar com a fome eliminando pessoas famintas e ociosas.

Desertificação, elevação do mar e fome desencadearão fortes fluxos migratórios, segundo ponto examinado. Há muito as barreiras a migrantes tornam ilegal a passagem para fornecer contingentes excluídos do Estado de Direito - sem direitos trabalhistas, sociais ou políticos. Cria-se mão de obra barata, incapaz de protestar e lutar politicamente. Depreciando a remuneração de ilegais molda-se um limiar de sobrevivência que reduz os ganhos da classe trabalhadora com cidadania formal plena. A recente invasão da Europa por pessoas refugiadas acrescenta problemas que ultrapassam as questões culturais e religiosas enfatizadas pela *opinião publicada*. Destaco dois aspectos correlatos: a população europeia nativa diminui, enquanto aumenta sua faixa de pessoas idosas que demandam serviços. Notáveis contradições. Os neomalthusianos não almejam reduções nos povos europeus. Doutra parte, o cuidado que pessoas velhas necessitam é tarefa precária, recusada por quem possui cidadania europeia e prefere o desemprego a tais labores. Daí Pritchett teorizar sobre a “imigração ordenada” de serviços, eufemismo que envilece a democracia, valendo-se das fronteiras como instrumentos de exploração. De qualquer modo, a catástrofe ambiental obrigará vastos grupos a migrar, colidindo na luta pela sobrevivência com as massas ocupantes dos territórios ambicionados, gente deserdada fácil de manipular para barrar refugiados climáticos.

Na última parte debato implicações desses choques. O fascismo redivivo prenuncia a escassez cingindo a política. Formar Estados-nação não gerou democracia real quando havia fartura, então por que a privação o faria? O neoliberalismo e sua globalização aboliram a limitada justiça do Estado de Bem-Estar Social, produzindo uma casta

muito rica, apátrida, que domina acima das urnas e entoa o discurso nacionalista para controlar migrações enquanto arruína a natureza. “[Nenhum] modelo econômico largamente aplicável foi desenvolvido para a era porvir” (Järvensivu *et alii*). Considero urgente o pensamento político enfrentar igual desafio, apostando em uma *filosofia para militantes* (Badiou).

Concluo mostrando que a democracia vigente não permite deter a destruição ecológica, o sofrimento humano e a usurpação dos direitos sociais. Assim, sugiro *combater a desdemocratização com rebelião*, apesar das defesas em uso pelos que se fizeram proprietários do mundo, tomando mais do que precisavam e deixando que se deteriorasse o que deveria ser *comum*.

Por um modelo de justificação política independente: Rawls e Forst em debate

Jorge Armindo Sell

Instituto Federal de Santa Catarina

jasellvaires@gmail.com

Teorias filosófico-políticas do último meio século tendem a reconhecer uma relação tensa entre duas características das democracias liberais, que colocam em questão sua estabilidade. A saber: de um lado, o pluralismo de valores e formas de vida, que gera dissensos profundos sobre regras, nos níveis individual e coletivo e; de outro lado, a exigência normativa de um consenso em torno de princípios e valores fundamentais, que é critério normativo pressuposto no exercício legítimo do poder em tais sociedades. Trata-se da notória questão formulada por John Rawls, quando se pergunta “como o liberalismo político é possível?” ou, em outras palavras, como é possível uma sociedade democrática estável ao longo do tempo, com cidadãos profundamente divididos em suas concepções de vida boa, valores comunitários e concepções metafísicas? Responder a essa questão envolve, dentre outras coisas, conceber uma justificação política que seja passível de aceitação por cidadãos assim descritos. A pergunta pelas possibilidades de uma sociedade democrática, que se dá pela busca de uma justificação política independente de tais disputas, não se coloca para John Rawls e Rainer Forst nos mesmos termos. Não obstante, tal intento de justificação é referido por Rawls, em seu *Liberalismo Político*, nas expressões “consenso sobreposto” (*overlapping consensus*) e concepção moral “autossustentada” (*freestanding*). Ao passo que, em Rainer Forst, essa discussão se faz presente em seu *Direito à Justificação* quando este tenta compatibilizar, em especial, a autonomia moral (*moralische Autonomie*) à autonomia política (*politische Autonomie*), respeitando as autonomias ética e jurídica das pessoas.

Para Forst, há uma distinção entre tais autonomias, que são contextos de justificação delimitados a partir do seu *princípio de justificação* e dos critérios formais de reciprocidade e universalidade que o constituem. Para Rawls, pelo contrário, há uma contiguidade entre moral e política, se as compreendermos como expressões de uma cultura política pública das sociedades democráticas, que torna qualquer delimitação entre ambas bastante tênue, senão questionável. Em contrapartida, a teoria de Forst, que supostamente poderia ser vista em sua articulação com diferentes justificações contextuais, parece ser ela mesma formulada em critérios que guardam semelhança com valores político-democráticos.

Com vistas a esboçar respostas para algumas dessas questões de interpretação, que trazem repercussões para o problema de como podemos conceber uma justificação política independente, esta apresentação percorrerá as seguintes etapas. Primeiro, será feito um breve resgate do problema filosófico que engendra a tarefa de uma justificação política independente nas obras mais recentes de John Rawls e Rainer Forst, de modo a destacar seus respectivos problemas centrais e registros teóricos. Segundo, será feita uma exegese sobre os significados de justificação política autônoma nos termos empregados por ambos os autores, a qual apresenta diferenças de concepção, nos autores

referidos, acerca dos termos “moral” e “político”. Por fim, será feita uma apreciação crítica acerca das relações entre moral e política em ambas as concepções, apresentando-lhes alguns desafios.

Razão Pública, Religião e o Dever de Civilidade

Julia Sichieri Moura

Universidade Federal de Santa Catarina

juliasmoura@gmail.com

O projeto do *Liberalismo Político* de John Rawls baseia-se no princípio de legitimidade liberal que sustenta que o poder político é justificado somente quando o mesmo é compatível com uma constituição que todos podem apoiar à luz dos princípios e ideais aceitáveis por uma razão compartilhada. Trata-se de um projeto que coloca como central o desejo e conhecimento dos cidadãos em se engajarem com a razão pública. O uso da razão pública na teoria de Rawls se vincula com o dever de *civilidade*, o qual trata de um dever moral – e não legal – de oferecer razões públicas quando essenciais constitucionais estão em discussão. Neste sentido, Rawls mudou algumas vezes o conceito de civilidade, traçando a fronteira entre motivos que deveriam ser excluídos da mesma e teve na versão final uma leitura excludente das razões que decorrem de doutrinas compreensivas. Traçar o conteúdo do dever de civilidade é importante no projeto do liberalismo político na medida em que cumprir o mesmo assegura para os outros cidadãos que cada um respeita a concepção política de justiça. Neste *paper* apresentarei as três articulações do dever de civilidade na teoria de Rawls demonstrando as tensões que surgem com relação ao discurso religioso (I), discutirei a crítica ao mesmo feita por Kevin Vallier no texto *Liberal Politics and Public Faith* que afirma que o ideal de razão pública deve possibilitar uma maior entrada do discurso religioso na esfera pública (II) e, por fim, avaliarei as vantagens e limites desta proposta considerando-se as suas consequências no âmbito da esfera legislativa e da educação.

A Regra de Maioria e a Legitimidade no pensamento de Rawls: um trabalho sobre constituição, procedimento e justiça

Julio Tomé

Universidade Federal de Santa Catarina

juliohc7@hotmail.com

Procura-se neste trabalho apresentar as considerações apresentadas pelo filósofo estadunidense John Rawls (1921–2002), por meio de suas principais obras, acerca dos conceitos de Regra de Maioria e Legitimidade. Julga-se que uma vez que Rawls pode ser considerado um dos principais filósofos políticos do século XX e que os conceitos supracitados são de grande importância tanto para a interpretação das obras rawlsianas, como para que se possa discutir filosoficamente e socialmente a democracia (e sua justificação) nos séculos XX e XXI, pretende-se neste trabalho, por um lado, realizar um trabalho exegético e interpretativo do pensamento rawlsiano, e por outro, que questione as bases das democracias liberais e constitucionais, por meio de um debate filosófico e vital para o funcionamento das democracias no século XXI. Para que tal propósito seja realizado, inicia-se pela discussão acerca da regra de maioria no pensamento de John Rawls. Dentro desse escopo discute-se a função que a constituição justa tem na obra rawlsiana, assim como as questões concernentes ao modo como se pode chegar a um procedimento democrático justo, de modo que para que este conceito seja apresentado de modo mais claro e fidedigno possível, recorre-se à diferenciação realizada por Rawls entre o processo de mercado ideal e o processo democrático, apresentando os (poucos) pontos em comum entre ambos os procedimentos e ressaltando suas diferenças. Após esse procedimento didático/expositivo, realiza-se, portanto, a exposição do conceito de regra de maioria no pensamento de Rawls. Chaga-se assim a uma afirmação central, a saber, que no pensamento de Rawls, dado o pluralismo de opiniões, a regra de maioria é vista como um procedimento equitativo concreto das instituições políticas públicas para resolver conflitos sociais e políticos, mas que não garante a elaboração de uma legislação perfeitamente justa. Implicando, deste modo, que se discuta o conceito de legitimidade no pensamento de Rawls. Com este propósito recorre-se ao debate realizado entre Habermas e Rawls acerca da teoria da justiça ser (ou não) uma teoria substantiva da justiça. Dessa forma, chega-se a uma importante diferença no pensamento rawlsiano, entre os conceitos de legitimidade e justiça. Assim, segundo o autor, por exemplo, leis legítimas podem ser aprovadas por sólidas maiorias, contudo, muitos podem protestar e julgá-las, de modo correto, como injustas - ou de algum modo errôneas. Dessa maneira, esse trabalho defende que, no pensamento rawlsiano, a legitimidade é vista como uma ideia mais fraca que a justiça.

“O Filósofo Nascia há 400 anos: Hobbes da Paz” – Tradução comentada de artigo de Norberto Bobbio

Ligia Pavan Baptista

Universidade de Brasília

ligiabap@unb.br

Em comemoração aos quatrocentos anos do nascimento de Thomas Hobbes (1588–1679), autor contratualista inglês do século XVII, o artigo “O Filósofo Nascia há Quatrocentos Anos: Hobbes da Paz” de Norberto Bobbio (1909–2004), foi publicado em 1988, no Jornal “La Stampa”, veículo de grande circulação do qual o autor passa a ser colaborador após deixar suas atividades de docente na Universidade de Turim, onde lecionava Filosofia do Direito e Filosofia Política. Bobbio chama a atenção para a importância e atualidade da obra política de Hobbes, expressa, sobretudo, em “Os Elementos do Direito” (1640), “Do Cidadão” (1642) e “Leviatã” (1651). É nítida a intenção do autor italiano em ressaltar, de forma acessível ao grande público, bem-humorada e até mesmo com certa ironia, que os escritos de Hobbes possibilitam uma melhor compreensão do direito, assim como das relações internacionais, sobretudo, por sua definição do artifício metodológico do estado de natureza, merecendo por essa razão serem melhor estudados. Bobbio, não só foi responsável por introduzir estudos hobbesianos nas universidades italianas, onde até então eram proibidos devido ao conteúdo que confrontava frontalmente com dogmas do cristianismo, sobretudo devido à sua proposta de Estado laico fundado por um contrato mútuo e de livre vontade entre indivíduos que em sua concepção da natureza humana nascem livres e iguais, mas igualmente por introduzir uma nova interpretação do autor, ao vincular seu pensamento, aos conceitos de paz, liberdade e igualdade em oposição aos conceitos de guerra, autoritarismo e opressão estatal pelos quais o pensamento do autor estava, tradicionalmente, até então vinculados. Apresentaremos tradução inédita comentada do artigo “O Filósofo Nascia há Quatrocentos Anos: Hobbes da Paz”.

Tolerância e justificação

Marcela Borges Martinez

Colégio Pedro II

marcela.filosofia@gmail.com

A superação da dialética entre igualdade e diversidade é um dos principais desafios das sociedades modernas. Como conseguir conciliar diversidade social, ética e política com igualdade de direitos garantida pelo estado democrático de direito? Como assegurar que todos os indivíduos sejam tratados como iguais, diferentemente de tratar a todos igualmente?

Apresentarei a tese forstiana de que instituições democráticas *justificadas discursivamente* podem expressar a pluralidade de vozes presentes nas sociedades contemporâneas. Rainer Forst traz nova luz ao problema ao afirmar que a reivindicação por justiça é a reivindicação por justificação, isto é, a reivindicação por não ser governado arbitrariamente. Nesse sentido, uma estrutura básica da sociedade justificada discursivamente e democraticamente espelhari a realização da justiça. Para que essa forma reflexiva de democracia possa acontecer, é fundamental uma esfera pública inclusiva que permita a condução discursiva de conflitos na busca de acordos sobre a melhor forma de institucionalização da estrutura básica da sociedade. É também indispensável uma concepção de justiça e uma concepção de tolerância procedimental.

O discurso sobre a tolerância se desenvolveu estendendo-se dos conflitos religiosos para a necessidade de tolerância entre nações e culturas, bem como para o conflito entre sistemas sociais antagônicos. Em tais contextos, tanto no nível filosófico como no nível social, o que está em jogo é a legitimidade das liberdades e das restrições às liberdades de ação, isto é, são as questões relacionadas à justiça propriamente dita. Historicamente, essas razões foram fundamentadas por valores ou convicções particulares, assim, torna-se importante identificarmos não apenas quais as razões para restrição ou coerção não são admitidas – ou são –, mas, principalmente, quais critérios as excluem como insuficientes ou irrazoáveis, isto é, e como eles afetam a questão da tolerância? A dificuldade em determinar os critérios reside no fato de a tolerância ser um conceito normativamente dependente. Sendo assim, é preciso identificar quais valores, verdades ou princípios poderiam fundamentar normativamente uma teoria da tolerância e, ainda, de que forma essa teoria conseguiria evitar tornar-se potencialmente intolerante com relação a alguma justificação.

Political perspectives will tear us apart: cooperation and conflict in contemporary liberal theories

Marcos Fanton

Federal University of Pernambuco

`fanton.marcos@gmail.com`

John Rawls established one of the central problems for contemporary liberal political philosophy: how deeply morally divided citizens can endorse a common normative framework for solving questions of justice and social cooperation? Roughly speaking, Rawls's answer presupposes a division between the moral and the political realm and requires a minimum consensus of shared political values among citizens.

However, once the Rawlsian solution is rejected, contemporary liberals are faced with the problem of a deep and wide diversity of moral and political perspectives. The aforementioned problem returns in a much more demanding version, requiring the discussion and elaboration of new theoretical models among liberal philosophers.

My paper aims to review these contemporary liberal proposals with a focus on two new theoretical strategies: (i) the modelling of the notion of political perspectives; and (ii) the exploration of the domain of social morality. The first strategy argues that it is not possible to establish a minimum moral agreement in terms of justice. There is an irreconcilable normative dimension between moral agents who can freely exercise their faculty of practical reason. The second, however, seeks to model, more precisely, the nonpolitical dimension of social morality, left practically unexplored by Rawls. This second strategy expands the scope of discussion and justification on justice and social cooperation and seeks to understand the nature of the evolution of different patterns of collective behaviors and norm compliance.

Finally, I intend to discuss the relationship between both strategies and summarize some of the main advantages of these new approaches in the literature of liberal political theory.

Como conciliar Religião e Estado democrático de Direito?

Maria de Lourdes Borges

Universidade Federal de Santa Catarina

mariaborges@yahoo.com

Nessa apresentação, iniciarei abordando a tentativa kantiana de conciliar Religião e Esclarecimento, ao limitá-la dentro dos limites da razão. Mostrarei que o objetivo de Kant foi criticado pelos entusiastas do esclarecimento, que viam aí apenas uma nova roupagem para conceitos tradicionais da ortodoxia religiosa. Tal é o caso, por exemplo do mal radical, que poderia ser compreendido como uma tradução do pecado original. Passarei então a examinar se a religião pode estar em harmonia com o Estado de Direito e quais são as condições para tal.

Num segundo momento, examinarei o risco de as religiões tomarem caminhos anti-iluministas, opondo-se às instituições democráticas e aos possíveis avanços nas pautas feministas e LGBT.

Analisarei o caso do Brasil, a partir do impacto que a Igreja Evangélica teve nas últimas eleições, ressaltando seu papel conservador e até mesmo obscurantista relativamente às instituições do Estado de direito.

Por fim, discutirei se as religiões devem ser incentivadas como domínios legítimos nas sociedades democráticas ou devem ser sempre controladas para não ultrapassarem os limites iluministas da simples razão.

História legal e teoria da justiça em Hume e Adam Smith

Maria Isabel Limongi

Universidade Federal do Paraná

belimongi@yahoo.com.br

Meu objetivo é o de comparar a maneira como Hume e Adam Smith pensaram a relação entre história positiva da lei e juízo sobre a justiça - ou: entre a história da lei e o princípio normativo a partir do qual esta pode ser julgada. Meu interesse não está no modo como a filosofia de Smith enfrenta as dificuldades deixadas por Hume encaminhando soluções próprias, nem tampouco no modo com as duas filosofias se complementam e dialogam. Quero antes apontar para uma diferença de fundo que separa ambos os projetos. Quero mostrar que estes dois grandes expoentes do Iluminismo escocês têm maneiras diferentes, para não dizer opostas, de pensar a relação entre a história social da lei e o ajuizamento sobre o valor da lei, isto é, duas maneiras diferentes de pensar, no que concerne ao fenômeno legal, a relação entre as perspectivas histórico-explicativa e a crítica. Smith faz jurisprudência e conta a história da lei tendo previamente assegurado um modelo crítico em que consiste a sua *teoria da justiça*, isto é, uma teoria sobre a formação e o ajuste dos juízos sobre a justiça. Hume faz o contrário, desenvolvendo outro tipo de jurisprudência – um tipo *político* – e dela derivando, em segundo plano, uma teoria da justiça.

Da hipocrisia ao cinismo: diagnósticos sobre a crise da deliberação democrática

Nikolay Steffens

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

nsteffensufrgs@gmail.com

São-nos bastante conhecidos os diagnósticos acerca da crise da representação nas democracias contemporâneas. Não obstante, tal debate voltava-se, em essência, para a análise do conceito e dos processos de representação democrática. Mais recentemente, tais diagnósticos têm atentado para os impactos e processos de deformação internos às estruturas necessárias e constitutivas dos procedimentos de deliberação democrática (Urbinati, 2014). Eis o esforço da presente comunicação: revisar o debate acerca da crise da representação atento ao modo como tais metamorfoses impactaram progressiva e paulatinamente as bases das instituições e dos institutos essenciais para a deliberação democrática. Meu objetivo é averiguar em que medida ler tais processos à luz duma concepção de deliberação – antes do que de representação – auxilia-nos a melhor interpretar os diagnósticos a respeito de uma eventual desconsolidação da democracia contemporânea (Foa & Monk, 2017). Estarei interessado, de modo mais especial, em compreender a natureza da hipocrisia política pelas lentes de David Runciman (2008). Na sequência, desejo examinar como e se as democracias contemporâneas estariam a observar um fenômeno de substituição da hipocrisia pelo cinismo como um comportamento padrão em torno do qual passam a se organizar os processos democráticos. Embora Runciman (2018) não se comprometa com as teses e interpretações acerca da morte da democracia ao modo de Levitsky e Ziblatt (2018) (nos seus termos, a democracia estaria a passar por uma crise de meia-idade, mas não sucumbirá frente ao totalitarismo como nos anos 30), seria possível questionar-se se o cinismo dominante (que como o próprio Runciman reconhece seria constitutivo do fenômeno populista) não conduz a uma completa desilusão não só com a política, mas, em especial, com a democracia. Nesse sentido, busco sugerir que, como demonstrado por Jon Elster, a hipocrisia não só é comportada pela democracia representativa como harmonizar-se com os procedimentos deliberativos nos processos de “uso estratégico da argumentação” (Elster, 2000; 2009). Doutra parte, embora a deliberação democrática possa conviver com o cinismo, torná-lo o comportamento padrão e organizar os procedimentos democráticos em torno desse tipo de discurso e ação políticas poderia conduzir a uma irreversível erosão dos valores e estruturas institucionais necessárias para o bom – ou mesmo mínimo – funcionamento do jogo democrático.

A desigualdade econômica: uma abordagem distributiva pluralista

Nunzio Ali

Universidade de São Paulo

nunzioali@gmail.com

A apresentação tem por objetivo contribuir para o debate atual sobre a desigualdade econômica e a relação com uma ideia de sociedade democrática e justa. Mais particularmente, objetiva-se complementar e desafiar a análise de Thomas Piketty¹ do ponto de vista de uma teoria política normativa. Com base nessa perspectiva, a apresentação procura mostrar, de um lado, o porquê a desigualdade excessiva entre o 1% mais rico e os 50% mais pobres de uma sociedade importa para a justiça (uma questão que Piketty dedicou pouco espaço em seus trabalhos) e, de outro lado, quais estratégias distributivas são mais adequadas para enfrentar esse problema. Em primeiro lugar, argumenta-se que uma objeção “democrática” à desigualdade econômica é a razão mais convincente que se pode mobilizar nesse contexto. De acordo com essa objeção, a desigualdade econômica excessiva representa uma ameaça real às instituições democráticas na medida em que dinâmicas desse tipo podem acarretar injustiça procedimental, bem como facilitam formas de dominação oligárquica tanto nas esferas sociais como na política, ameaçando o status social e as bases sociais do autorrespeito. Deste modo, nessa apresentação partilha-se certos pressupostos políticos e normativos próprios da filosofia política de John Rawls². Em segundo lugar, opta-se por uma abordagem distributiva de tipo “pluralista” cujo foco recairá em um conjunto de propostas distributivas concernentes a quatro áreas distintas: 1) *distribuição de riqueza e partilha de capital produtivo*; 2) *segurança social*; 3) *taxação progressiva*; e 4) *contrabalanceamento do poder de tomada de decisão econômica*. Assim sendo, o foco não é uma proposta de tipo irrealista como o “imposto global sobre riquezas”, tal como defendido por Piketty, mas, ao invés disso, procura explorar uma pluralidade de ferramentas redistributivas tais como: *a divisão pública do capital financeiro, esquemas de tipo pré-distributivos para a riqueza privada, formas de democracia no local de trabalho e um Estado social eficiente*.

¹ PIKETTY, Thomas. *Capital In The Twenty-First Century*. Translated by Arthur Goldhammer. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

² RAWLS, John. *A Theory of Justice*. Cambridge: Harvard University Press, 1971. And _____. *Political Liberalism. Expanded edition*. New York: Columbia University Press, 2005.

The Phenomenological Deficit of Critical Theory: Recasting Afro-Brazilian Diasporic Identity in Postcolonial Perspectives

Nythamar de Oliveira

Pontifical Catholic University

Although it is well known that Africa was the cradle of *Homo sapiens* and that most mass migration and diasporic movements in the planet began there, the normative challenges for African, Latin American, and emerging democracies in the Anthropocene go well beyond birth control, environment-friendly industrialization, and liberal variants of sustainable development. By resorting to Achille Mbembe's contention that the history of capitalism is linked to the emergence of modernity, colonization, and the ultimate exploitation of human life and ecosystems, we would like to argue for a postcolonial, critical theory of liberation that does justice both to Amy Allen's criticisms of a Eurocentric idea of historical progress and Axel Honneth's and Rainer Forst's normative, reconstructive conceptions of recognition and justification that succeed in closing the phenomenological gap between third-person accounts of social and political theories. What has been dubbed "the phenomenological deficit of critical theory" (*das phänomenologische Defizit der Kritischen Theorie*), inherent in the Frankfurt School's attempt at a dialectic of enlightenment that breaks away from the demonization of the technological, instrumental domination of nature and society, consists thus in recasting an immanent, reconstructive critique of sociality with a view to unveiling lifeworldly practices that resist systemic domination, without reducing the former to self-referential stances of normativity or the latter to naturalistic, systemic devices (*dispositifs*) or reified machineries of social control. If the phenomenological relationship between system (*System*) and lifeworld (*Lebenswelt*) lies at the very bottom of the normative grounds of social criticism, a self-understanding of our modern condition within postcoloniality turns out to be an interesting instance of a normative reconstruction of systemic-lifeworldly technologies that resist reifying normalization as they contribute to accounting for meaning through a linguistically generated intersubjectivity. Decolonizing critical theory means, therefore, undermining the hegemonic, ruling narratives of both institutionalized and societal spheres, such as the media and local press. We invoke thus Stuart Hall's conception of diasporic, cultural identity in order to describe the hybridity of Afro-Brazilian identity as an intercultural mixture of African, European and Native-American identities, according to first-person, autobiographical narratives in so-called "black press" in Brazil's Deep South (esp. the state of Rio Grande do Sul). The birth of the racial subject of biopolitics and of blackness can be recast, as over against capitalism's power of capture, influence, and polarization, as it has always depended on racial subsidies to exploit the planet's resources, so that liberation comes full circle in its critical-theoretical narratives of social justice, recognition, and justification from below.

Os limites normativos da teoria do reconhecimento de Axel Honneth

Odair Camati

Universidade de Caxias do Sul

odcamati@hotmail.com

O objetivo do presente trabalho é analisar as soluções normativas apresentadas por Honneth com vistas a sustentar sua teoria do reconhecimento. As obras, tomadas como referência, são *Luta por reconhecimento* e *Redistribution or Recognition?*, essa última escrita com Nancy Fraser. Proponho-me a verificar três possibilidades normativas. A primeira estaria sustentada em um “ponto final hipotético”, que tem como intuito a ampliação do processo de reconhecimento, ao afirmar algo como objetivo final. O ponto questionável dessa primeira possibilidade reside na grande dependência que esse final hipotético possui de uma espécie de teleologia. A segunda fundamentação normativa estaria baseada em noções antropológicas, o que significaria afirmar que todos os seres humanos deveriam necessariamente passar por determinados processos para atingir uma expectativa adequada de reconhecimento. O próprio Honneth rechaça essa possibilidade ao afirmar que sua teoria pretende alcançar um grau de formalidade tal que não dependa exclusivamente de elementos empíricos. Assim, chegamos à terceira fundamentação normativa, ancorada no que o filósofo chama de eticidade formal. Argumentarei que, a eticidade formal, só alcança seu objetivo quando estiver atrelada à noção de igualdade. Esse é um elemento não plenamente desenvolvido na *Luta por reconhecimento*, mas que Honneth desenvolve posteriormente com o intuito de responder à Nancy Fraser. Honneth desenvolve o conceito de igualdade como elemento capaz de garantir a formalidade mínima para sua teoria, ao mesmo tempo em que não a esvazia de conteúdo. Para complementar esse ponto, Honneth oferece outro critério, o do progresso, na luta por reconhecimento. Buscarei argumentar no sentido de que não é suficiente tratar de progresso, é preciso discutir o conceito de articulação e sua relação com a igualdade.

Religious Partisanship and Public Reason

Sebastián Rudas

University of São Paulo

sebrudas@gmail.com

A seemingly straightforward conclusion follows from recent normative theories of partisanship: being interest groups, religious associations are unfit to form political parties. Partisanship requires the pursuit of common-good interests, while religious associations advance sub-group interests. This view poses a serious challenge to religious citizens who, based on their religious beliefs, want to be partisans. Can their partisan claims be inspired by her religious commitments? In this article I argue that democratic interpretations of public reason (as defended, for instance, by Lea Ypi and Jonathan White, and Cécile Laborde) that embrace the ‘accessibility’ criterion for public justification, are compatible with religious partisanship. In other words, contrary to a common insight among theorists of partisanship and of public reason, I claim that religious reasons (e.g. Laborde’s example “because life is a gift of God, no person has the right to put an end to it.”) can be public reasons in some liberal and democratic regimes. In the first part of the article, I present the theoretical argument in favour of this claim. I show that recent theories of partisanship and of public reason are generally incompatible with religious partisanship and the introduction of religious reasons in public justification. In the second part I make explicit which kind of liberal democracy is compatible with religious partisanship (spoiler alert: *Divinitia* or democratic states with very religious polities.) I show that the accessibility requirement of public justification is compatible with conceiving purely religious reasons as public reasons. I explain this claim by arguing that, if citizens share evaluative standards through similar processes of socialisation, it is possible that religious reasons, although not shared, become generally accessible. Once this is possible, the core criterion for adequate religious partisanship can be fulfilled, namely that religious partisans justify their claims in politics by reasons that are accessible to all. The plausibility of the argument advanced depends upon successfully distinguishing between plural societies that are poorly integrated, which makes of religious reasons non-accessible and therefore non-justificatory, and integrated plural societies, in which are socialized in such a way that religious literacy can reasonably be expected. Within this latter category it is possible to include historically Catholic majoritarian countries of the kind that are common in Latin America. Ultimately, the article tries to make explicit which religious reasons can be justificatory reasons in political deliberation in Latin American countries – or, in other words, which sort of religious partisanship is *permitted* by liberal and democratic theory in contexts like the Latin American.

Do nexu interno entre educação e filosofia política e a possibilidade de uma formação democrática

Taís Silva Pereira

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

pereira.tais@live.com

Ao se situarem no interior de uma tradição que adota a complementariedade entre educação e teoria política, Nussbaum e Honneth defendem uma formação básica que promova o *ethos* democrático ao longo de gerações, não cabendo esta tarefa a comunidades específicas, mas sim ao próprio Estado. Para isto, ambos sustentam que, mesmo frente a uma sociedade plural e ao mesmo tempo cada vez mais interconectada por meio de desafios globais, a necessidade de se fomentar formas de condutas para o desenvolvimento da vontade democrática torna-se vital e, portanto, afastada de uma concepção neutra da política, mas que igualmente não sucumbe ao relativismo cego em face dos limites da própria democracia. Diante do atual recrudescimento de políticas educacionais provenientes de uma agenda neoconservadora que, inclusive, envolvem a diminuição significativa de determinadas disciplinas e temas do currículo escolar nacional, implica pensarmos o impacto sobre o tipo de cidadãos que estamos formando e formaremos. E é neste sentido que os pensadores supracitados são importantes para a apresentação do trabalho. Por um lado, Honneth pretende retomar um nexu interno entre educação e teoria política que, segundo ele, foi deixado à margem pela filosofia política. Com efeito, admitir esta relação como ponto de partida acarreta em compreender certa moralidade política que assumimos na defesa de um campo democrático que precisa ser sustentado. Por outro lado, mas em um caminho argumentativo similar, Nussbaum defende determinadas capacidades fundamentais para o que ela denomina de educação liberal, tendo em vista um “cultivo da humanidade” não rigoroso, a saber: o exame crítico de si mesmo e de suas tradições; a criação de laços de reconhecimento e preocupação com a diferença e a imaginação criativa (colocar-se no lugar do outro). Todas elas estão vinculadas, principalmente, aos saberes das humanidades que estariam atualmente em declínio nos currículos da educação básica e das universidades, entretanto a ausência delas deixa uma educação democrática seriamente em risco. Tanto para Nussbaum quanto para Honneth a conexão entre educação e cidadania fazem parte de uma proposta de um ideal liberal que deve ser considerado filosoficamente. A fim de alcançar tal defesa, o presente trabalho propõe 1) Analisar o nexu interno, proposto por Honneth, entre a educação e teoria política, tendo em vista sociedades pluralistas – globais e locais para, então, 2) Identificar e considerar em que medida as capacidades propostas por Nussbaum contribuem para fomentar um *ethos* democrático a fim de 3) Inserir a discussão empreendida cenário educacional nacional.

Dignidade, reconhecimento e constituição: entre Kant e Hegel

Thadeu Weber

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

weberth@pucrs.br

O texto pretende evidenciar aspectos da atualidade do pensamento de Kant e Hegel. Além de destacar uma certa complementaridade entre eles, indica e comenta suas contribuições ao debate de temas importantes da Ética e da Filosofia Política Contemporâneas, tais como: dignidade, autonomia, fundamentação ética da Constituição, reconhecimento recíproco e liberdade. Aponta aspectos em que Hegel avança em relação à filosofia prática de Kant.

Values, Objectivity and Social Practices: Ronald Dworkin and Joseph Raz on Unity and Incommensurability in Ethics and Morality

Thomas Bustamante

Federal University of Minas Gerais

tbustamante@ufmg.br

Joseph Raz and Ronald Dworkin converge on a central and important aspect of their moral philosophies: they accept the objectivity of the domain of value and provide a non-derivative explanation of the truth of value-propositions. Yet they emphasize different aspects of the nature of values. On the one hand, Dworkin advocates an ambitious thesis, known as the unity of value, which suggests that there are no conflicts among values. On the other hand, Raz claims that in spite of the possibility of objective truths in the domain of value, some values and social practices may generate incommensurable reasons for action. Although at first sight these ideas appear irreconcilable, I argue that they are not and that both should be accepted if we follow the road that led Raz and Dworkin to admit value-objectivity while rejecting a non-derivative explanation for truth in the realm of value. This seems to create a dilemma for Dworkin's account of value and objectivity. If the unity of value leads to incommensurable moral options, why cannot we assume that morality is self-destructive? The same morality that commands unity seems to imply incommensurate and irreconcilable moral choices. The same universal morality seems to command social relativism. Is there a way out of this dilemma? I will argue that the best way to deal with the dilemma is to accept both theses: We need to find a way to reconcile Dworkinian unity of value with Razian incommensurabilities. But there is no reason for pessimism. If incommensurabilities do not appear in excess in the realm of morality (regardless of whether they abound in the space of our ethical pursuits), and if we regard the unity of value as a presupposition for the performance of our moral responsibility (i.e. if we think of it more as part of an interpretive method than as a metaphysical thesis), then we can establish an argumentative procedure to vindicate the objectivity of our moral judgments.

Justiça em Marx: uma análise à luz de Forst e Honneth

Thor Veras

Universidade Federal de Santa Catarina

thor.verass@gmail.com

Dentre as diversas recuperações de Marx na teoria crítica contemporânea, encontramos nesse debate um esforço coletivo de identificar em seus escritos uma crítica normativa da sociedade, fundamentada sobretudo, em uma noção menos truncada, funcionalista ou unilateral de justiça. Ao propor em suas análises de filosofia social uma atualização dos insights da teoria marxiana, Rainer Forst e Axel Honneth, representantes de uma vertente pós-habermasiana da crítica social, colocam de forma renovada aspectos centrais de uma crítica da alienação, reificação, exploração e da injustiça social à luz de seus modelos teóricos da justiça como justificação, no caso de Forst, e como liberdade social, no caso de Honneth.

Nos escritos críticos das relações de justificação de Forst, a dimensão normativa de Marx está mobilizada em torno de uma crítica moral da exploração, enquanto violação da autonomia pessoal e uma reivindicação dos trabalhadores como atores no processo de produção e uma análise da alienação (alienação numêmica) como crítica dos bloqueios a autonomia e autodeterminação política coletiva. Para Forst, essas demandas por justiça política e social são passíveis de serem elaboradas discursivamente por via da discussão pública e democrática contra as arbitrárias formas fetichizadas, injustas e não justificadas de relações econômicas e de dominação política. Em última instância, para Forst a concepção de Marx de justiça consiste em uma análise da injustiça. Contudo, tal compreensão não pode ser normativamente avaliada em torno de uma única contradição social ou política, mas a partir das manifestações multifacetadas de injustiça em diversos domínios sociais e transnacionais.

Enquanto na teoria do reconhecimento e da liberdade social de Honneth o aspecto moral da teoria marxiana está expressa numa temporalidade que abarca a compreensão da dimensão normativa dos conflitos, presentes nos escritos histórico-políticos e mesmo em passagens da crítica da economia política que podem, segundo Honneth, ser interpretados à luz de uma teoria da ação, salientando suas normas legitimadoras mas também o potencial da experiência social dos atores políticos e das lutas morais envolvidas. Já os bloqueios estruturais ao desenvolvimento dessas demandas morais serão analisados a partir de uma atualização marxista da crítica das patologias sociais das relações de reconhecimento como ideologia e reificação e das anomalias do mercado capitalista.

A intenção desse trabalho consiste em um primeiro momento reconstruir e confrontar essas leituras propostas por Forst e Honneth, verificando em que medida as intuições de Marx são desenvolvidas nos respectivos modelos teóricos acerca da justiça, e de que modo são preservadas as intenções originais do núcleo dialético de sua teoria. E em um segundo momento, avaliar como essa atualização contribui para uma renovada versão de teoria crítica da sociedade, que sirva de modelo interpretativo político e moral da dinâmica dos conflitos sociais, das relações assimétricas de poder, da democracia e da injustiça nas sociedades contemporâneas.

Uma proposta de solução ao problema da democracia em Amartya Sen

Tiago Mendonça dos Santos

Universidade do Vale do Itajaí

mendoncadossantos@gmail.com

Propõe-se uma lista de *functionings* básicos, para tornar realizável o projeto da abordagem das *capabilities* de Sen, resolvendo em particular o problema relacionado com a perspectiva do autor sobre a democracia. Ao contrário de Nussbaum, Sen não propõe uma lista de *capabilities*, entendendo ser papel da razão pública, exercida a partir da democracia, a definição de quais são as *capabilities* valiosas para uma sociedade. No entanto, constata-se que as desigualdades encontradas no mundo impedem que o modelo de democracia como “governo pela discussão” seja efetivamente realizado, pois as pessoas que se encontram em condição de extrema desigualdade ou pobreza, ou são vítimas de preconceito social, podem ser excluídas do debate democrático, não tendo a oportunidade de apresentar suas próprias demandas. É por esse motivo que defendo a necessidade da definição de uma lista de *functionings* básicos, necessários para que uma pessoa tenha condições de ingressar como um cidadão igual no debate democrático. Essa não é uma lista de *capabilities* como a de Nussbaum, não tendo a pretensão de propor uma teoria, mesmo que mínima, do que é o bem, trata-se de uma lista que estabelece as condições mínimas para que as pessoas possam comparecer como cidadãos iguais para o debate democrático, pois são eles que definem, através da democracia, quais são os *functionings* valiosos para sua comunidade, com as decorrentes opções de ação pública em favor (ou não), da promoção das *capabilities* ligadas a esses *functionings*. Defendo que a essa lista tem o potencial de não somente solucionar o problema da democracia em Sen, como fornece um critério normativo para a proposta do autor, a partir da defesa desse mínimo, de um *threshold* que deve ser garantido a todas as pessoas, para que tenham condições de aparecerem publicamente como cidadãos iguais. Defendo, ainda, que essa solução não se trata de um desvio da proposta de Sen, tendo em vista que procurei resolver o problema da democracia dentro da própria ótica das *capabilities*, sem recorrer a outro tipo de teoria, nem se trata de uma proposta essencialista, mas sim de uma definição política do que é necessário para ser um cidadão igual em uma sociedade democrática.

Algumas considerações sobre regimes socioeconômicos ideais à luz da teoria da justiça de John Rawls

Ulysses Ferraz

Universidade Federal do Rio de Janeiro

ferraz.ulysses@gmail.com

O objetivo deste trabalho é explorar algumas das possíveis implicações dos dois princípios de justiça apresentados por John Rawls em *Uma teoria da justiça* e *Justiça como equidade* para os aspectos econômicos da estrutura básica de uma sociedade democrática: o princípio das “liberdades iguais”, em que cada pessoa deve ter o máximo de liberdade compatível com uma quantidade de liberdade igual para todas as outras; e o “princípio da diferença”, segundo o qual as desigualdades sociais e econômicas só devem ser admitidas se resultarem em benefício para todos, sobretudo para os membros menos favorecidos da sociedade. Escondidos por trás daquilo que Rawls chamou de “véu de ignorância”, os participantes da “posição original” escolheriam os princípios ideais de justiça e as instituições sociais mais adequadas a estes princípios. A posição original é composta por uma sequência de quatro estágios. Uma vez escolhidos os princípios de justiça, as partes representativas envolvidas na primeira etapa da posição original passam para a etapa seguinte de modo a adequarem esses princípios gerais às condições particulares da sociedade que representam. Durante essa sequência de quatro estágios, o véu de ignorância gradualmente vai se tornando menos espesso, e as partes usam as novas informações para decidirem acerca de aplicações mais específicas dos princípios previamente acordados. É importante destacar que o objeto da teoria proposta por Rawls é a justiça da estrutura básica da sociedade de acordo com sua descrição institucional ideal. Assim, a teoria de Rawls começa com uma “parte ideal”, que inclui uma investigação dos diversos caminhos pelos quais os princípios mais gerais podem, por assim dizer, descer ao plano das especificidades da realidade social, histórica e culturalmente variáveis. Nosso trabalho vai permanecer no âmbito dessa parte ideal da teoria, que Rawls distingue da parte não ideal. Enquanto a teoria ideal pressupõe que todos obedecem aos princípios de justiça, a teoria não ideal trata dos modos de enfrentar as injustiças já presentes em uma realidade social empiricamente dada. Considerando as possíveis implicações de princípios mais gerais no plano das especificidades da realidade social, Rawls distingue cinco tipos de regimes ideais que ele considera como sistemas sociais completos: (a) capitalismo de *laissez-faire*; (b) capitalismo de bem-estar social; (c) socialismo de estado com economia centralizada; (d) democracia de cidadãos-proprietários; e, por fim, (e) socialismo liberal (democrático). A partir dessa distinção, pretende-se analisar os argumentos sustentados por Rawls na escolha de uma democracia de cidadãos-proprietários ou de um socialismo liberal (democrático), em detrimento do capitalismo de bem-estar social e demais regimes, como os únicos regimes socioeconômicos capazes de satisfazer os princípios de uma “justiça como equidade”. Ao final, espera-se apresentar alguns aspectos do que seriam instituições econômicas socialmente justas à luz da teoria da justiça rawlsiana, e do funcionamento desses dois regimes apontados por Rawls como conceitualmente mais

adequados a um conjunto de políticas públicas democráticas para garantir liberdades básicas iguais e, simultaneamente, garantir a realização do “princípio da diferença”.

§4. ANPOF WORKGROUP: ETHICS

Saúde como relações

Adriano Bechara

Marcos Paulo de Lucca Silveira

Centro de Estudos da Metrópole

João Figueiredo Nobre Cortese

Universidade de São Paulo

Partindo da negação de uma definição de saúde como ausência de doença, apresentamos uma discussão sobre a própria noção de saúde. Retornando à etimologia do termo, identificamos a integridade e a subjetividade como elementos-chave da saúde. Pensamos a saúde como uma certa capacidade de sofrer, na medida em que esta capacidade depende não de um limite fisiológico (sem negar que isso existe), mas de uma disposição psíquica ao sofrimento. “Sofrimento” é entendido aqui no sentido de *pathos*, algo que nos acontece, que é experienciado.

Procuramos distinguir a especificidade do modo de vida humano em relação a outras formas de vida e identificamos um vínculo entre a agressividade e capacidade de conhecer, na medida em que a agressividade permite ao vivente se distanciar das suas necessidades mais imediatas. No caso do homem, tal distância ganha uma dimensão máxima, em virtude do poder de distinguir e separar próprio do seu intelecto. Isso afeta diretamente nossa relação com o tempo: o homem é capaz de se afastar das demandas de satisfação de necessidades imediatas. É esta capacidade de separar e de ser “agressivo” contra si mesmo, privando-se da satisfação imediata, que permitiria ao ser humano conhecer.

Deste modo, conceituamos a saúde como um fenômeno existencial estritamente humano, enquanto apenas o ser humano é dotado de intelecto, o qual lhe permite viver de maneira consciente, e constatamos uma relação entre a atividade intelectual e uma potência desorganizadora ou mesmo auto-destrutiva, oposta à integridade que acreditamos ser característica da saúde. O ser humano é a tal ponto autônomo que pode até vir a ser o que não é e não vir a ser o que é, dispondo de de sua própria vida (cf. Merleau-Ponty 1945) e decidindo como viver a doença.

Mas neste sentido, em que medida seria saudável conhecer ou ignorar a doença? Pareceria que não conhecer a doença seria ter uma “saudável ignorância” (cf. por exemplo o “caráter oculto da saúde” de Gadamer 1993), ou uma “ilusão terapêutica” (cf. Rank 1932); a saúde deve então ser entendida como um esquecimento benéfico de si, mesmo da própria morte (cf. Flusser 2007). Por outro lado, parece que um certo

conhecimento da doença é necessário mesmo para tratá-la. Pensamos que a técnica médica, mais do que um conjunto de conhecimentos a ser aplicado a um organismo, envolve dispô-lo a uma abertura a relações. Nisso cabem tanto relações com outros (inclusive os profissionais de saúde) quanto com o meio (inclusive com as coisas), compreendendo que assumir “riscos” pode ser um modo de viver a saúde. Aparece assim uma concepção de saúde que revela um impulso de auto-exposição tão enraizado no homem quanto o instinto de autopreservação (cf. Arendt 1978).

Pressupostos Metaéticos do Anarquismo Filosófico

Andrea Faggion

Universidade Estadual de Londrina

Conflitos sociais estão longe de serem uma simples decorrência da escassez de bens tangíveis aliada ao altruísmo limitado da natureza humana. Também (e, talvez, acima de tudo), entramos em conflito, porque divergimos normativamente acerca do arranjo institucional a ser adotado para a distribuição desses bens. Adicionalmente, divergimos a respeito da deseabilidade da existência e da formação de instituições que regulem outros aspectos de nossas vidas, para além da posse de bens materiais. Agora, consideremos como moralmente cética uma teoria segundo a qual não pode haver doutrina moral racionalmente correta ou incorreta, melhor ou pior segundo a reta razão. Isso significa que, para esse cético, os juízos de valor que fazemos sobre os arranjos sociais que temos ou poderíamos vir a ter nem sequer deveriam levantar uma pretensão de validade intersubjetiva. Por mais que possa parecer paradoxal, uma posição assim pode dar suporte a uma defesa da legitimidade moral da autoridade política, na medida em que a lei positiva surge nesse cenário como único parâmetro objetivo/comum para a resolução de conflitos sociais. Em suma, a lei positiva criada artificialmente é a única razão pública possível; logo, o indivíduo deve substituir seu juízo privado pelo juízo público se quiser evitar a guerra permanente de todos contra todos. O que me pergunto neste *paper* é se a defesa da legitimidade moral da autoridade política depende da aceitação de tais pressupostos céticos no terreno da metaética. Para amparar uma resposta negativa a essa questão, procurarei expor dois modelos fracos de cognitivismo moral que também demandam uma prestação de serviço moral por parte da lei positiva. Em decorrência dessas reflexões, concluo expondo o tipo específico de cognitivismo moral, um cognitivismo moral forte, que seria peculiar ao anarquismo filosófico, a doutrina segundo a qual deveríamos sempre ser moralmente indiferentes à autoridade política como tal. Em primeiro lugar, sugiro que o anarquismo filosófico precisa afirmar um tipo forte de realismo moral, segundo o qual princípios morais válidos seriam sempre: 1) suficientemente inequívocos e precisos para oferecerem orientações claras em situações concretas, e; 2) suficientemente completos para cobrirem todas as situações concretas de conflito que poderiam surgir. Em segundo lugar, sugiro que, aliada a esse realismo moral forte, a metaética do anarquismo filosófico precisa assumir uma epistemologia moral, segundo a qual o conjunto dos princípios morais objetivamente válidos seria auto-evidente para todos os agentes morais cognitivamente competentes dotados de boa-fé.

Personhood and Disorders of Consciousness: Finding Room in Person-Centered Healthcare

Bianca Tossato Andrade

Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro

Marco Antonio Azevedo

University of Vale dos Sinos

Person-Centered Healthcare (PCH) is interested in persons, but for many philosophers (at least in traditional accounts) not all human beings should be considered as (strictly) “persons.” Nevertheless, if PCH is interested in persons, and if persons are truly all that matters, then we need to rethink about these traditional accounts on the ontology of *personhood*. After all, in PCH, it is not solely individuals with mature rational selves that demand healthcare needs. Newborns, toddlers, children, the mentally handicapped, and the elderly with chronic or progressive conscious disorders, as well as people endowed with severe disorders of consciousness (SDC), are certainly also persons with rights to healthcare. So, in taking PCH seriously, it seems necessary that the concept of the person be extended in order to include those individuals with insipient or immature levels of consciousness as well as those who are severely and permanently mentally handicapped. After all, it seems plainly acceptable that in clinical practice those individuals also need appropriate care, and should be cared for and respected in the same way we care and respect all non-mentally disabled individuals. In this chapter, we will depart from some well-known philosophical concepts of what it means to be a person and try to offer a broader and more inclusive meaning. In our ontology, persons are human beings with a socially recognized biography, which implies recognizing those individuals as bearers of not only necessities, but interests and claims. Sometimes, those interests and claims, besides necessities and wellbeing, are not expressed by them due to severe disabilities, as is the case of individuals with SDC. With a PCH approach in patients that suffer from SDC, it is not only care that matters, but also respect. Caregivers therefore should not only sympathetically care for the wellbeing of these people but also be concerned with respecting their interests and claims by interpreting them empathetically, in the light of their biographical story. Our conclusion is that, in order to be coherent, PCH must consider individuals with severe disorders of consciousness as persons, and we think that our revised concept of personhood fits with this requirement.

Epistemologia moral e neurociência cognitiva: sobre a irredutibilidade do saber ao conhecimento

Darlei Dall'Agnol

Universidade Federal de Santa Catarina

Um dos problemas básicos da epistemologia moral diz respeito à existência ou não de conhecimento moral. Muitas teorias metaéticas contemporâneas podem ser divididas a partir da resposta positiva (cognitivistas) ou negativas (não-cognitivistas) dessa questão fundamental. A maioria delas assume que o conhecimento é somente definível em termos de crenças suficientemente justificadas em proposições verdadeiras. Todavia, desenvolvimentos recentes tanto na filosofia quanto na neurociência parecem colocar em dúvida esse pressuposto.

Na sua obra *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein apresenta algumas observações gramaticais sobre as regras de uso de palavras como 'saber' etc. e aponta para a proximidade do seu significado com 'ser capaz de' (§ 150-151). Na mesma direção, Gilbert Ryle diferenciou *knowing-that* (aqui traduzido por conhecimento) de *knowing-how* (significando aqui saber) criticando o intelectualismo e apontando para a necessidade de reconhecermos que o saber é mais fundamental que o conhecimento. Esse debate foi, recentemente, feito também por Jason Stanley numa série de artigos e em seu livro *Know how* sustentando a redutibilidade do saber ao conhecimento.

O presente trabalho pretende mostrar que, ao contrário da tendência predominante de sustentar a *redutibilidade* de um fenômeno cognitivo ao outro (no intelectualismo, do saber ao conhecimento, mas no pragmatismo do conhecimento ao saber), a neurociência contemporânea nos dá evidências da irredutibilidade do saber ao conhecimento. Para mostrar esse ponto, o famoso caso do paciente H.M. será retomado, conjuntamente com a distinção entre memória declarativa (conhecimento) e memória não-declarativa (saber) e rediscutido no contexto da polêmica entre redutivistas e não-redutivistas na epistemologia. O trabalho, então, pretende investigar a hipótese de que, se é verdade que o desenvolvimento de capacidades pode ser feito independentemente de memórias declarativas, então temos uma forte evidência para defender a irredutibilidade do saber ao conhecimento. Pretende-se também criticar algumas interpretações do caso, por exemplo a feita no livro *Philosophical Foundations of Neuroscience* (por Bennett e Hacker), por não darem a devida atenção aos desenvolvimentos da neurociência cognitiva.

Se o saber não for redutível ao conhecimento, então temos que repensar também os debates metaéticos em torno da questão fundamental da epistemologia moral. Nesse sentido, uma das implicações do trabalho parece apontar para a necessidade de compreender o saber moral não apenas em termos de conhecimento, mas de aprendizado de padrões normativos até a sua efetiva internalização e desenvolvimento de capacidades morais. Essa tem sido uma das principais posições metaéticas sustentadas pelo cognitivista prático que será melhor apresentada no trabalho como ilustração da irredutibilidade do saber ao conhecimento.

Cognitivismo e o desacordo moral

Denis Coitinho da Silveira

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

O desacordo moral é usualmente interpretado como uma evidência da inexistência de verdades morais objetivas, pois como dito por Mackie, "(...) diferenças radicais entre juízos morais de primeira ordem tornam difícil tratar esses juízos como apreensões de verdades objetivas" (MACKIE, 1977, p. 36). Entretanto, o objetivo central dessa apresentação é interpretar a relatividade ética como compatível com o cognitivismo moral e não como uma prova irrefutável do não-cognitivismo. Início com a interpretação não-cognitivista desse desacordo, apresentando o argumento da relatividade de Mackie e uma objeção já usual que se faz a ele, destacando alguns de seus limites. Posteriormente, apresento uma concepção cognitivista contextualista, que fará uso de quatro argumentos centrais para defender a compatibilidade entre a relatividade ética e a existência de verdades morais objetivas, considerando o desacordo valorativo moral: (i) mais sobre crenças não-morais (científicas, religiosas, metafísicas, etc.), do que sobre valores éticos, além de influenciado por condições distorcidas para enunciação dos juízos morais, (ii) como não coerente com a ideia de progresso moral, (iii) melhor compreendido como uma prova da falsidade do não-cognitivismo e, por fim, (iv) como uma expressão do processo de amadurecimento de pensamento normativo-moral, com destaque para o método do equilíbrio reflexivo. Destacaremos aqui os argumentos (ii) e (iv). O argumento do progresso moral é apresentado na forma de *modus ponens*: (1) Se existir progresso moral deveriam existir verdades morais objetivas, pois, senão, ele seria fruto de um acaso ou milagre; (2) Existe progresso moral, mesmo levando em conta a relatividade valorativa ética; (3) Logo, existiriam verdades morais objetivas. Esse argumento parece levantar um sério problema para os não-cognitivistas que procuram provar a inexistência de verdades objetivas em razão da existência da relatividade ética. Mas, então, como eles poderiam explicar o progresso moral sem apelar para a existência de verdades objetivas, considerando que esse progresso não seria anulado pela relatividade moral? Ele seria um fenômeno que não poderia ser explicado? Seria um acaso histórico ou mesmo um milagre? O último argumento procura interpretar o conhecimento no campo da moralidade não como de tudo ou nada, isto é, que se saberia absolutamente ou infalivelmente o que é certo, bom justo em cada situação cotidiana, mas como uma questão de graus, em que a sua exatidão está relacionada às características do objeto. Assim, a relatividade ética não seria uma prova da inexistência de verdades morais objetivas, mas seria apenas uma expressão da falibilidade do conhecimento moral. Proporemos uma distinção entre desacordos morais privados e públicos, de forma a tomar os desacordos da moralidade pública como profundos e que parecem exigir uma autoridade normativa intersubjetiva, se distinguindo da autoridade normativa em primeira pessoa, o que caracterizaria a moralidade privada. O último passo será adotar o método do equilíbrio reflexivo, de maneira a fazer com que a convergência entre as crenças morais em direção a um padrão normativo do que seria o correto e justo não seja arbitrário, uma vez que se poderia contar com

a aceitabilidade dos envolvidos para sua validação, o que remeterá a uma perspectiva intersubjetiva de justificação.

Cognição modal e cognição moral na *Teoria da Norma*

Eduardo Vicentini de Medeiros

Federal University of Santa Maria

No seminal artigo '*Norm Theory: Comparing Reality to its Alternatives*', publicado em 1986, Daniel Kahneman e Dale T. Miller propõem uma definição ampla do termo 'norma', abrangendo tanto as representações ou processos mentais que governam (a) aplicação de conceitos aos seus referentes ('*category norms*') quanto (b) os juízos comparativos sobre objetos, eventos ou propriedades de eventos ('*stimulus norms*'). Normas, nesse sentido amplo, são construídas *ad hoc*, recrutando representações específicas que são disparadas em função de determinadas propriedades dos objetos ou eventos em questão. Ou seja, normas são computadas mentalmente após a cognição do evento/objeto-alvo, por meio (1) da recuperação de experiências similares na memória e/ou (2) pela construção de alternativas contrafactuais.

Neste artigo a *Teoria da Norma* será explorada como um exemplo da relação entre cognição modal e cognição normativa. Por 'cognição modal' compreende-se as representações linguísticas e demais processos mentais que utilizam os conceitos de '*possibilidade*' e '*necessidade*'. Por exemplo, quando afirmamos que é *possível* beber uma taça de vinho ou imaginar um poliedro convexo, ou quando dizemos que é *necessário* que um triângulo tenha três lados ou concluímos que é *necessário* abrir a porta para entrar na sala. Por cognição normativa, de modo amplo, compreende-se as representações linguísticas e demais processos mentais que cumprem as funções de direcionar e coordenar ações individuais e coletivas. Por exemplo, quando dizemos que é *proibido* fumar em sala de aula ou lembramos que é *obrigatório* manter o silêncio em hospitais.

Se estendermos o conceito de norma proposto por Kahneman e Miller para as representações que cumprem as funções de direcionar e coordenar ações individuais e coletivas, então teríamos uma via teórica adequada para descrever e explicar as relações funcionais entre cognição normativa e cognição modal, dado que a construção de alternativas contrafactuais é um dos mecanismos computacionais para geração de normas, de acordo com a teoria proposta.

Indiscernibilidade e alteridade na inteligência artificial

João Figueiredo Nobre Cortese

University of São Paulo

O Teste de Turing para a inteligência artificial avalia, como se sabe, o resultado de *interações* entre um computador e um ser humano. À questão sobre se as máquinas podem pensar, Turing propõe uma substituição: seriam as máquinas capazes de se fazerem indistinguíveis de humanos em um jogo de imitação?

Esta comunicação propõe discutir a diferença entre a indiscernibilidade pela interação e a constituição de um agente autônomo que teria, enquanto tal, um valor ético intrínseco. O fato de que não se pode, por uma via interativa, identificar a diferença entre um agente humano e um agente de inteligência artificial bastaria para a constituição de uma alteridade ética?

Consideramos em primeiro lugar a questão da indistinguibilidade na prática matemática: não é necessário que se somem “infinitesimais”⁴ no sentido atual para constituir a grandeza buscada – basta que se faça que a diferença entre a soma e a área seja “menor do que qualquer grandeza dada”. Cálculos matemáticos podem ser feitos em total acordo com uma colocação entre parênteses da questão ontológica do infinito. Tal questão aparece também para Leibniz, que propõe, além disso, o princípio da “identidade dos indiscerníveis”.

Pensar sobre uma inteligência artificial é a outra face de pensar sobre a inteligência humana. Ora, é claro que se pode considerar o ser humano a partir de suas interações, ou de seu comportamento: não há dúvida de que isso seja de grande *eficiência*. A “quantificação das interações humanas”, se podemos dizer assim, toma cada vez maior parte em nossas sociedades. A eficácia de estratégias manipulativas baseadas nestas é inegável, mas cabe questionar onde reside o seu fundamento. Ora, além de descrever as interações humanas, a quantificação das interações sociais hoje *intervém e molda* parte das interações humanas. Trata-se de reconhecer a formatação das interações entre humanos que aparecem em meios que são, por sua própria constituição, intrinsecamente quantificáveis.

Parece, porém, que a consideração de tal aspecto puramente interativo não pode dar uma resposta completa sobre a constituição de um agente ético, nem no caso dos homens e nem no caso das máquinas. Se a interação seria, por assim dizer, o aspecto negativo na constituição do agente ético, cabe também apresentar o aspecto positivo desta, o qual permitirá passar ao âmbito ético. Cabe também aqui voltarmos para o infinito, que já na prática matemática trazia uma questão ontológica independente daquela verificável pelas “interações”.

Se Descartes, dando um passo a partir da tradição medieval, refletiu sobre o homem, ser finito, que busca conhecer o Outro que é Deus, ser infinito, algo semelhante pode ser visto nas interações entre os homens. Para Levinas, de fato, a *alteridade* é vista como algo irreduzível: cada outro é um infinito que se apresenta a mim, e pretender “conhecê-lo” plenamente seria reduzi-lo. A alteridade torna-se, assim, essencial

do ponto de vista ético, e abre-se a questão de em que medida aspectos interacionais poderiam ser indício de uma alteridade.

On the nature of practical reasons: a factualist solution to *the problem of error cases*

Lucas Mateus Dalsotto

Universidade de Caxias do Sul

lmdalsotto@hotmail.com

Why should Andrew perform physical exercises? Why should Carla visit her sick friend in hospital? Why should John care about poor people in Rwanda? Questions like these are among the commonest ones that we make in everyday life. They ask for reasons which may explain and justify why we acted as we did. In contemporary discussions of reasons for action, philosophers have focused their attention on understanding what sort of things reasons *are*. Some have advocated a realism about practical reasons by affirming they are facts or states of affairs. Others have held a psychologism about practical reasons by asserting they are mental states of the agent. Others still have tried to reconcile these two distinct views in the sense that motivating reasons are either mental states of the agent or facts about his mental states and normative reasons are true propositions about what he would desire his idealized counterpart to do in conditions of full rationality. It is not breaking news that each of these views have trouble to give a full account of the main features that theories of practical reasons are commonly supposed to capture. It is said that realism face difficulties in accounting for the explanatory dimension of practical reason, that psychologism face difficulties in accounting for the normative dimension of practical reasons, and that compatibilist theories face difficulties in accounting for the idea that the reason that justify an action can be the same that explain it. I am not interested in any of these problems, but with a resulting problem from the criticism of factualist theories, which can be put in the following terms: if an agent has a false belief (say, that *p*) regarding the circumstances of a certain situation, it does not make sense to say that what motivates him to act and explain his action is that *p*, since *p* is not the case. Widely known in the philosophical literature as *the problem of error cases* (PEC), it strongly threatens the success of realism delivering a satisfactory theory of practical reasons. With that in mind, the question I intent to investigate in this paper is whether Jonathan Dancy's realist theory is able to solve PEC. I shall defend the thesis that the problem at stake can be solved if Dancy endorses a version of factualism (which I shall call *the broad version of factualism*) that includes among the relevant facts that are reasons those are psychological. I think that reasons cannot just be facts or states of the world but also facts of *any* kind, including the psychological ones. Although this objection imposes serious difficulties to realism, I think it is plenty possible to find a solution to PEC without having to give up Dancy's account altogether.

Da neurofisiologia das emoções à neuroética: avanços, limites e perspectivas do fisicalismo

Marconi Pequeno

Universidade Federal da Paraíba

A contribuição das abordagens neurocientíficas à compreensão do fenômeno das emoções é indiscutível. Os estudos sobre a fisiologia das experiências emocionais, bem como as pesquisas neurológicas acerca dos processos cerebrais e dos sintomas sensoriais correspondentes, revelam a estrita relação entre as interações neurais e a nossa vida afetiva. As manifestações sensoriais que caracterizam os diversos estados emotivos não existiriam sem a atividade do Sistema Nervoso Central e das demais estruturas somatossensoriais. A interação entre cérebro, estado mental e afeto revela que tais instâncias estão intimamente associadas. Apesar das descobertas e dos avanços realizados por tais estudos, a complexidade dos órgãos, interações e mecanismos geradores dos sintomas emocionais ainda desafia nossa compreensão. Esse desafio se afigura ainda mais acentuado quando passamos a avaliar a relação entre o funcionamento do cérebro, as emoções que vivenciamos e as condutas normativas que adotamos. Em outras palavras, convém colocar em relevo os resultados das pesquisas que tentam perscrutar a relação entre cérebro, emoção e moral. Ou ainda, devemos avaliar, por meio de um confronto entre as neurociências e a filosofia da mente, os avanços, desafios e limites da neurofisiologia das emoções e da neuroética em sua tentativa de desvelar o funcionamento do cérebro e o modo como este fomenta as emoções e, finalmente, como estas podem influenciar as atitudes morais do sujeito.

Moral Encroachment and Doxastic Deliberation

Vitor Sommovilla de Souza Barros

Federal University of Minas Gerais

Defenders of moral encroachment claim that beliefs about certain, morally sensitive objects should not follow the evidentialist motto: 'Believe what the evidence says'. They typically recommend we abandon the belief or require a higher level of credence before we settle on it. In this paper, I claim encroachers have a point against evidentialism, but a limited one. I adopt a dual ontology about beliefs that irreducibly splits beliefs into credences (or partial beliefs) and full beliefs. Roughly, beliefs have two features over and above credences: the agent treats the proposition as settled and she is willing to use it in practical inferences.

I hold that the agent does not have control over her level of credence in a proposition beyond her capacity to either collect more evidence or reassess how the available evidence combine and cohere. Therefore, assuming away these two exceptions, her credence in a proposition is a function of her evidence. This means the level of (moral) sensitivity of the matter is incapable of affecting her level of credence. In other words, there is no encroachment on credence.

However, since full beliefs distinguish themselves from credences by how the agent *treats* the proposition at hand, the agent can have control over her treatment of the proposition. And this is exactly what I believe morally sensitive matters require of the agent, namely, that she actively assume the control over how she will treat the proposition. The agent can stop fully believing in a proposition, even without being presented with new evidence, in that she can stop accepting it (treating as settled) and stop acting on it (using it as premise in practical inferences). The agent does this for reasons that have nothing to do with the evidence, i.e., for practical (moral) reasons.

These sensitive cases require that the agent form her beliefs via judgments, i.e., actively, and advises against passively acting on one's partial beliefs, i.e., against passively treating them as full beliefs. This is a point for the encroachers. After this, there are two possibilities. On the one side, the ensuing conscious judgment may either lead to further evidence or to more elaborate connections between the available evidence. In this case, obviously, the justification for believing or not the proposition may change, but not directly because of moral encroachment. If that does not happen, the judgment will lead the agent to the same belief she had before taking into account the sensitivity of the matter (assuming she was rational before). In other words, it seems like the sensitivity of the matter makes it the case that one should not form inattentively one's beliefs; that one should proceed carefully and attentively. Nonetheless, being attentive and assuming one is presented with the same evidence one was before being careful, it seems like one should form the same belief.

Index

- ABATH, André Joffily, 14
AIKIN, Scott, 2
ALENCAR, Valdetonio Pereira, 217
ALI, Nunzio, 267
ALMEIDA, Cláudio Gonçalves de, 1
ALMEIDA, Matheus Andrioli, 136
ALMEIDA, Nazareno Eduardo, 148
ALVES, Eduardo, 59
ALVES, Marcos Antonio, 88, 92, 130
AMARAL, Gabriel Jung, 42
ANDRADE, Bianca, 281
ANTEZANA, Alan René Maciel, 3
ARAÚJO, Leonardo Augusto Luvison, 119
ARENHART, Jonas Rafael Becker, 58, 196, 198
ARROYO, Raoni Wohnrath, 198
ASTORGA, Miguel López, 145
AVENDANO, Diego de Souza, 55
AYMORÉ, Débora de Sá Ribeiro, 50, 52
AZEVEDO, Gustavo, 82
AZEVEDO, Marco Antonio, 281
- BANDEIRA, Francisco D. de Andrade, 71
BAPTISTA, Ligia Pavan, 261
BARCELOS, Luiz Fernando, 128
BARCELOS, Róbson da Rosa, 167
BARROS, Vitor Sommavilla de Souza, 290
BASTOS, Matheus Dias, 138
BATISTELA, Iago Mello, 87
BECHARA, Adriano, 278
BENKENDORF, Eduardo, 60
BIANCHI, Vinícius Cezar, 184
BILHALVA, Gabriel Vieira, 76
BJØRDAL, Frode Alfson, 75
BOCCARDI, Emiliano, 63
BORBA, Eduardo, 246
BORGE, Bruno, 23
- BORGES, Maria de Lourdes, 264
BOZA, Tiago Augusto dos Santos, 176
BRAVO, Leyla Torres, 145
BRZOZOWSKI, Jerzy, 99
BUENO, Otávio, 1, 38, 197, 205
BUSTAMANTE, Thomas, 273
- CAMATI, Odair, 269
CAMPOS, Veronica de Souza, 182
CANDIDO, Douglas Borges, 57
CANI, Renato Cesar, 165
CAPONI, Gustavo, 81
CARVALHO, Eros Moreira, 66
CASTRO, Maria Camila, 134
CAVALCANTI, Iana Valenca, 89
CHIAPPIN, Jose Raymundo Novaes, 48
CICCARELLI, Vincenzo, 229
CICHOSKI, Luiz Paulo Da Cas, 129
COELHO, André Luiz Souza, 240
COELHO, Bruno, 24
COIMBRA, Daniel Credico, 40
CONSANI, Cristina Feroni, 242
CORBALÁN, María Inés, 135
CORTESE, João Figueiredo Nobre, 278, 286
COSTA, Claudio Ferreira, 214
COSTA, Fernanda Borges da, 70
COSTA, Jaaziel de Carvalho, 96
COSTA, Vítor Medeiros, 185
CUNHA, Ivan Ferreira, 94
CUPANI, Alberto Oscar, 1
- da COSTA, Newton Carneiro Affonso, 193
DAL MAGRO, Tamires, 174
DAL'PUPPO, Matheus, 42
DALL'AGNOL, Darlei, 282
DALSOTTO, Lucas, 288
DANTAS, Danilo Fraga, 46

- de RONDE, Christian, 200
 DEBARRY, Daniel Mendes Campos Xavier, 41
 DEMARTINI, Thainá Coltro, 175
 DIAS, Aline da Silva, 7
 DONAT, Mirian, 146
 DUTRA, Delamar José Volpato, 243
 DUTRA, Luiz Henrique de Araújo, 236
- EGLER, Miguel, 143
 EMMENDORFER, Ana Paula, 13
 ESPERANZA, Claudio Lassevich, 35
 ETCHEVERRY, Kátia Martins, 114
- FAGGION, Andrea, 280
 FANAYA, Maria Clara Fonseca, 156
 FANAYA, Patrícia Fonseca, 156
 FANTON, Marcos, 263
 FEITOSA, Hércules de Araujo, 176
 FERRARI, Francesco, 221
 FERRAZ, Ulysses, 276
 FERREIRA, Lucas Rafael Gonçalves, 126
 FERREIRA, Rodrigo Sabadin, 169
 FETT, J. R., 95
 FIGUEIREDO, Florian Franken, 211
 FLAUSINO, Joanne Simon, 194
 FLEISNER, Ana, 10
 FOSNER, Carmen, 30
 FURTADO, Fernando, 218
 FÉLIX, Verónica, 29
- GOLDBERG, Sanford, 2
 GOMES, Lígia Lopes, 120
 GONÇALVES, Bernardo, 20
 GRACHER, Kherian, 115
 GRECO, John, 1
 GUERCIO, Nicolás, 150
- HADDOCK, Guillermo Rosado, 80
 HOFFMANN, Daniel Sander, 230
 HORST, David, 49
 HUFFERMANN, Jeferson Diello, 97
 HÖCHSMANN, Hyun, 86
 HÜMMELGEN, Bruno, 25
- IBAÑOS, Ana Maria Tramunt, 188
 IMAGUIRE, Guido, 220
- JUNIOR, Helcio Felipe, 196
 JÚNIOR, Valdenor Monteiro Brito, 178
- KAVETSKI, Silvio, 171
 KETZER, Patricia, 157
 KINOUCI, Renato, 166
 KISSEL, Joshua, 109
 KLEIN, Joel Thiago, 254
 KOVALCZYK, Susie, 212
 KRAUSE, Décio, 192
 KUBYSHKINA, Ekaterina, 62
- LACKEY, Jennifer, 1
 LEMOS, Italo Lins, 93
 LIMA, Erick, 64
 LIMA, Francisco Jozivan Guedes, 248
 LIMONGI, Maria Isabel, 265
 LOURENÇO, Ian Francisco Simões, 88
 LUCCA-SILVEIRA, Marcos Paulo, 278
 LUCCAS, Gabriela Pedroso, 77
 LUZ, Alexandre Meyer, 5
 LYRA, Gustavo Emmanuel Alves Vianna, 224
- MACHADO, Nivaldo, 151
 MACHADO, Ícaro Miguel Ibiapina, 90
 MAGALHÃES, Allan Cavalcante Lira, 239
 MAGOSSO, José Carlos, 106
 MARICONDA, Pablo Rubén, 153
 MARQUES, Beatriz Sorrentino, 204
 MARTINEZ, Marcela Borges, 262
 MARTINI, Willian, 187
 MARÇAL, Jairo, 252
 MASSRI, César, 200
 MEDEIROS, Eduardo Vicentini, 285
 MEDEIROS, Felipe Castelo Branco, 88
 MELO, Ederson Safra, 58
 MENDES, Hiago, 83
 MERLUSSI, Pedro, 223
 MICHAELIAN, Kourken, 201
 MICHEL-MUNIZ, Jordan, 255
 MOCELLIN, Vanessa Delazeri, 179
 MOLINA, Jorge Alberto, 231

- MONTAGNOLI, Carlos Luciano, 27
MOON, Joon, 105
MORTARI, Cezar A., 33
MOTA, Hugo Ribeiro, 84
MOURA, Julia Sichiery, 259
MURR, Caroline Elisa, 31
- NASCIMENTO, Rodrigo Trindade, 170
NEIVA, André, 15
NUNES, Rhamon de Oliveira, 226
NYLAND, Luana Francine, 124
- OLIVEIRA, Deivide Garcia da Silva, 122
OLIVEIRA, Nythamar, 268
- PAULY, Daniel Uptmoor, 42
PENZ, Yuri Fernando da Silva, 188
PEQUENO, Marconi, 289
PEREIRA, Karine Rossi, 112
PEREIRA, Taís Silva, 271
PESSOA, Osvaldo, 234
PETROLO, Mattia, 62
PINHEIRO, Félix Flores, 69
PINZANI, Alessandro, 238
PIROLI, Diana, 245
PIZZUTTI, Pedro Henrique Nogueira, 158
POLITO, Antony, 16
PONTI, Tiago de Carvalho, 228
PRINZING, Michael Madden, 142
- QUEIROZ, Lília Ferreira Souza, 122
QUIRINO, Eduardo Estevão, 61
- REICH, Evania, 247
REIS, Claudio Ricardo Martins, 37, 119
RIBAS, Glaupy Fontana, 209
ROCHA, Gustavo Rodrigues, 122
ROCHA, Rafael Carneiro, 160
RODRIGUES, Danilo Miranda, 48
RODRIGUES, Ivan, 250
RODRIGUES, Tiegue Vieira, 206
RODRIGUES, Yuri, 190
ROLLA, Giovanni, 79
ROSA, Jaíne Isabel Jorge, 251
RUDAS, Sebastián, 270
- RUI, Matheus de Lima, 137
RUIVO, José Leonardo Annunziato, 108
- SALSMAM, Isabele Vieira, 92
SANT'ANNA, Adonai, 191
SANT'ANNA, André, 203
SANTOS, Breno Ricaro Guimarães, 22
SANTOS, César Frederico, 32
SANTOS, César Schirmer dos, 77, 202
SANTOS, Frederik Moreira, 73
SANTOS, Pedro, 216
SANTOS, Susie Kovalczyk, 173
SANTOS, Tiago Mendonça, 275
SAPUNARU, Raquel Anna, 164
SARAIVA, Igor Souza, 91
SARTORI, Carlos Augusto, 26
SATO, Kunimasa, 117
SCHANG, Fabien, 67
SCHMIDT, João Vitor, 100
SCHWERIN, Alan, 4
SELL, Jorge Armindo, 257
SENEDA, Marcos César, 132
SHOLL, Victor, 183
SHUKLA, Sugandha, 172
SILVA, Ana Maria Correa Moreira, 12
SILVA, Davi Oliveira, 52
SILVA, Jojomar Lucena, 102
SILVA, Maiara Mascarenhas de Lacerda, 180
SILVA, Marcos, 133
SILVA, Marcos Antonio, 131
SILVEIRA, Denis Coitinho, 283
SIMON, Samuel, 233
SINIGAGLIA, Bárbara Regina Klimiuk, 18
SOARES, Daniela Moura, 44, 219
SOTO, Cristian, 38
SOUSA, Carlos Eduardo, 237
SOUZA, Rafael Cavalcanti, 162
STEFFENS, Nikolay, 266
STEIN, Sofia, 235
STERN, Julio Michael, 110
SÁ, Vera Borges, 180
- TASCHETTO, Diana, 54
TERZIAN, Giulia, 135
TOLEDO, Vitória Sinimbu, 186

TOMÉ, Julio, [260](#)

VALENTE, Matheus, [139](#)

VASCONCELOS, Allysson, [9](#)

VERAS, Thor, [274](#)

VERGNE, Carlos Rodolfo, [29](#)

VIDEIRA, Leonardo Gomes de Soutello, [215](#)

VILLA, Paola Cristina de Freitas, [155](#)

VILLANOVA, Jonathas Kilque, [104](#)

VOGELMANN, Rafael Graebin, [163](#)

VOLLINO, Maurício da Rosa, [140](#)

WATANABE, Ciro Hideki Artiga, [34](#)

WEBER, Thadeu, [272](#)

WERLE, Denilson, [244](#)

WHITE, Ben, [208](#)

ZASLAVSKY, Alexandre, [6](#)

ZIRBEL, Ilze, [249](#)